

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA

CNPJ/MF nº 13.990.000/0001-28

Classificação Preliminar de Risco das Quotas Seniores pelas Agências:
Standard & Poor's Rating Services "brAA (sf)"
Austin Rating Serviços Financeiros "AA"
Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2012/005 em 10 de fevereiro de 2012
ISIN das Quotas Seniores nº BRBVAQCTF008

Primeira Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália ("Oferta") pelo Coordenador Líder de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de:

R\$ 195.000.000,00

(cento e noventa e cinco milhões de reais)

O Fundo destina-se a adquirir Direitos de Crédito e foi constituído pela instituição Administradora em 15 de julho de 2011 sob a forma de condomínio fechado, sendo regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356") e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O respectivo ato de deliberação de constituição do Fundo e seu regulamento foram registrados no 3º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 20 de julho de 2011, sob o nº 8775095, e última alteração registrada no 3º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob nº 8789498 em 12 de janeiro de 2012 ("Regulamento"). A deliberação sobre a oferta pública de Quotas Seniores do Fundo ocorreu em 12 de janeiro de 2012 por ato da Administradora.

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados. O investimento nas Quotas Seniores do Fundo é adequado a investidores que tenham por objetivo alcançar retornos superiores à Taxa DI. O parâmetro de rentabilidade das Quotas Seniores, corresponde aos juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) capitalizada de uma sobretaxa de 3,5% (três e meio por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Quota Sênior, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Resgate (Remuneração Alvo das Quotas Seniores). A Remuneração Alvo das Quotas Seniores não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade da Administradora aos Quotistas.

A Administradora protocolou na CVM pedido de registro da Oferta, sendo o registro definitivo da presente oferta concedido em 10 de fevereiro de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/005.

O Fundo é administrado pela **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.486.793/0001-42 ("Administradora").

O **BANCO BVA S.A.** instituição financeira com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 101, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03, foi a instituição líder contratada pela Administradora para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo ("Coordenador Líder").

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP").

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da Taxa de Administração, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

"OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 108 A 118."

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este fundo de investimento não utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento.



"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas Seniores deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, dos Direitos Creditórios ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo."

Coordenador Líder



Administradora



Gestora



Assessores Legais



Auditor Independente



Custodiante e Agente Escriturador



Agências de Classificação de Risco



AVISOS – ANBIMA

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.”

“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”

“O Fundo de que trata este Prospecto Definitivo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor, não tendo a Gestora assumido qualquer compromisso em relação ao tratamento tributário aplicável.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas presunções que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, necessariamente, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”

“As informações contidas nesse Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto Definitivo e do Regulamento que tratam dos fatores de riscos a que o Fundo está exposto.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| DEFINIÇÕES | 7 |
| IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES | |
| DE SERVIÇOS DO FUNDO | 19 |
| CARACTERÍSTICAS DA OFERTA | 20 |
| DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS | |
| RELEVANTES..... | 24 |
| CONFLITO DE INTERESSES | 26 |
| PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS..... | 27 |
| MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO | 27 |
| INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES | 27 |
| DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES | 28 |
| DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO | 28 |
| CRONOGRAMA DA OFERTA..... | 29 |
| DISTRIBUIÇÃO PARCIAL | 29 |
| MODIFICAÇÃO DA OFERTA..... | 29 |
| CARACTERÍSTICAS DO FUNDO | 31 |
| O FUNDO | 31 |
| BASE LEGAL | 31 |
| CLASSIFICAÇÃO ANBIMA | 31 |
| PÚBLICO ALVO | 31 |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS | 32 |
| OBJETIVO DE INVESTIMENTO..... | 32 |
| POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA | 32 |
| CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE | 37 |
| CONDIÇÕES DA CESSÃO | 38 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 39 |
| DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO | 39 |
| TAXA DE ADMINISTRAÇÃO | 40 |
| CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DO FUNDO..... | 42 |
| ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS | 43 |
| POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLÉIAS..... | 44 |
| CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS | 45 |
| FORMA E ESPÉCIE | 45 |
| EMISSION DE QUOTAS SENIORES | 45 |
| EMISSION DE QUOTAS SUBORDINADAS | 45 |
| EMISSION, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS | 46 |
| AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS | 48 |
| PAGAMENTO AOS QUOTISTAS | 48 |
| METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS | 49 |
| ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ..... | 50 |
| LIQUIDAÇÃO DO FUNDO..... | 53 |
| EVENTOS DE AVALIAÇÃO | 53 |
| EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO | 55 |
| ASSEMBLÉIA GERAL | 59 |
| COMPETÊNCIA..... | 59 |
| PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO | 59 |
| REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO..... | 63 |
| IOF..... | 63 |
| IMPOSTO DE RENDA | 64 |
| ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO | 66 |
| SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA..... | 66 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO | 68 |
| CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO | 68 |
| GESTÃO | 68 |
| AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO..... | 69 |
| AUDITORIA | 70 |
| SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO | 71 |
| PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS | 72 |
| ESTRUTURA DA OPERAÇÃO | 74 |
| CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO..... | 75 |
| ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 75 |
| TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 75 |
| FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 75 |
| TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO..... | 76 |
| PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 76 |
| POLÍTICA DE COBRANÇA | 79 |
| RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 79 |
| INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO..... | 80 |
| INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE..... | 82 |
| INTRODUÇÃO | 82 |
| ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES | 83 |
| ADMINISTRAÇÃO..... | 83 |
| EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS DIRETORES DO BANCO BVA..... | 84 |
| ACORDO DE ACIONISTAS | 88 |
| ESTRATÉGIA | 88 |
| DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO BANCO BVA | 89 |
| INADIMPLÊNCIA | 90 |
| TESOURARIA..... | 90 |
| COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS..... | 91 |
| INVESTIMENTOS RELEVANTES | 91 |
| FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS | 91 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELO BANCO BVA | 92 |
| AMBIENTE REGULATÓRIO | 92 |
| CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO BANCO BVA | 92 |
| FATORES POSITIVOS E FATORES NEGATIVOS DO BANCO BVA..... | 93 |
| EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO | 94 |
| SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS | 95 |
| CONTRATO DE CESSÃO | 95 |
| CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO | 96 |
| CONTRATO DE GESTÃO | 96 |
| CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO..... | 96 |
| COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS | 97 |
| CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO | 97 |
| CONTRATO COM O AUDITOR INDEPENDENTE..... | 97 |
| POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO..... | 99 |
| ESTRUTURA DE CRÉDITO | 99 |
| ÁREA DE CRÉDITO – DIRETORIA DE CRÉDITO | 100 |
| ÁREA DE CRÉDITO – COMITÊS DE CRÉDITO | 102 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 104 |
| CRONOGRAMA DA RECUPERAÇÃO E COBRANÇA DOS CRÉDITOS | 105 |
| PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO EM CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL / FALÊNCIA..... | 106 |
| SISTEMAS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RISCOS..... | 107 |
| FATORES DE RISCO | 108 |
| RISCOS DE MERCADO | 108 |
| RISCO DE CRÉDITO..... | 109 |
| RISCO DE LIQUIDEZ..... | 111 |
| RISCO OPERACIONAL | 112 |
| OUTROS RISCOS..... | 113 |
| ANEXOS..... | 119 |
| ANEXO I - Regulamento Consolidado do Fundo | 121 |
| ANEXO II - Declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400..... | 233 |
| ANEXO III - Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. | 237 |
| ANEXO IV - Súmulas de Classificação de Risco..... | 241 |
| ANEXO V - Demonstrações Financeiras do Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 2010 e 2009, bem como as últimas Informações Trimestrais de 2011. | 261 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto Definitivo, no singular ou no plural, têm os significados a eles atribuídos nesta seção.

| | |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Administradora | é a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42; |
| Agências de Classificação de Risco | são (i) a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título e (ii) a Austin Rating Serviços Financeiros, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, n.º 110, conjunto 73, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, ou sua sucessora a qualquer título; |
| Agente Escriturador | é a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ou sua sucessora a qualquer título; |
| Amortização Extraordinária | significa a amortização extraordinária das Quotas Seniores exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia; |
| Assembléia Geral | é a Assembléia Geral de Quotistas do Fundo; |
| ANBIMA | é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais; |
| Ativos Financeiros | são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo, conforme descrito neste Prospecto Definitivo; |
| Auditor Independente | é a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29, ou sua sucessora a qualquer título; |

| | |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BACEN | é o Banco Central do Brasil; |
| Carteira | é a carteira do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; |
| Cedente | é o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 101, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.254.138/0001-03, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão; |
| Cédulas de Crédito à Exportação | são as cédulas de crédito à exportação emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| Cédulas de Crédito Bancário | são as cédulas de crédito bancário emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| Cédulas de Crédito Imobiliário | são as Cédulas de Crédito Imobiliário emitidas pelos Clientes, negociadas em mercado primário ou secundário; |
| Certificados de Cédulas de Crédito Bancário | são os certificados de cédulas de crédito bancário emitidos pelo Cedente, que representam Cédulas de Crédito Bancário; |
| CETIP | é a CETIP S.A. – Mercados Organizados; |
| Clientes | são os clientes pessoas jurídicas do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que celebram empréstimos e financiamentos (as quais dão origem às Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação e Notas de Crédito à Exportação), ou que emitam Debêntures e/ou Cédulas de Crédito Imobiliário e que, em todos os casos, tenham sido objeto da política de concessão de crédito descrita neste Prospecto Definitivo; |
| CMN | é o Conselho Monetário Nacional; |
| Compromisso de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas | é o “ <i>Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças</i> ”, celebrado entre a Administradora e o Cedente; |

| | |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Condições da Cessão | são as condições de cessão dos Direitos de Crédito, as quais deverão ser verificadas pela Gestora antes de cada cessão ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e conforme indicadas neste Prospecto Definitivo; |
| Conta do Fundo | é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Citibank S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo; |
| Contrato de Cessão | é o " <i>Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças</i> " celebrado entre a Administradora e o Cedente, com a interveniência da Gestora, e que deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos da sede da Administradora e do Cedente; |
| Contrato de Cobrança e Depósito | é o " <i>Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, Depósito e Outras Avenças</i> " firmado pelo Custodiante com o Cedente para realizar a guarda física dos Documentos Comprobatórios, a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito e a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos; |
| Contrato de Distribuição | é o " <i>Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália</i> ", firmado entre a Administradora, em nome do Fundo e o Banco BVA S.A.; |
| Contrato de Gestão | é o " <i>Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças</i> ", firmado entre a Gestora e a Administradora, em nome do Fundo; |
| Contratos de Serviços de Classificação de Risco | são os contratos para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo, firmado pelas Agências de Classificação de Risco e a Administradora; |
| Coordenador Líder | é o Banco BVA S.A., ou seu sucessor a qualquer título; |
| Critérios de Elegibilidade | os Critérios de Elegibilidade a serem observados pelo Custodiante previamente a cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme definidos neste Prospecto Definitivo; |

| | |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Custodiante | é a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 33.868.597/0001-40, ou sua sucessora a qualquer título; |
| CVM | é a Comissão de Valores Mobiliários; |
| Data da Verificação dos Limites de Diversificação | é o 1º (primeiro) Dia Útil após o término do Período de Carência; |
| Data de Amortização | é todo dia 5 (cinco) de cada mês, a partir do primeiro mês subsequente ao término do Período de Carência; |
| Data de Aquisição e Pagamento | é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) a data de pagamento do Preço de Aquisição; o que ocorrer por último; |
| Data de Emissão | é a data de emissão das Quotas Seniores; |
| Data da 1ª Subscrição de Quotas | é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo; |
| Data de Resgate | é a data em que se dará o resgate integral de cada classe de Quotas; |
| Debêntures | são as debêntures emitidas pelos Clientes, negociadas em mercado primário ou secundário; |
| Dias Úteis | significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser efetuados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data do pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos; |

| | |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Direitos de Crédito | são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário ou Cédulas de Crédito Bancário, sendo que cada parcela devida pelo Cliente no âmbito da respectiva Debênture, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário ou Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito. O Fundo poderá adquirir Debêntures e/ou Cédulas de Crédito Imobiliário tanto em mercado primário quanto em mercado secundário; |
| Direitos de Crédito Inadimplidos | são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento; |
| Diretor Designado | é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo; |
| Documentos Comprobatórios | são os instrumentos que compõem os Direitos de Crédito, quais sejam as escrituras de Debêntures, as Cédulas de Crédito Imobiliário, as Cédulas de Crédito à Exportação, as Notas de Crédito à Exportação, os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, as Cédulas de Crédito Bancário e os instrumentos de garantia relacionados a cada Debênture, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, ou Cédula de Crédito Bancário e nelas descrito; |
| Encargos do Fundo | são as despesas do Fundo descritas na seção <i>"CARACTERÍSTICAS DO FUNDO – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO"</i> deste Prospecto Definitivo; |
| Eventos de Avaliação | são quaisquer dos eventos indicados na seção <i>"LIQUIDAÇÃO DO FUNDO - EVENTOS DE AVALIAÇÃO"</i> deste Prospecto Definitivo; |

| | |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Eventos de Liquidação | são quaisquer dos eventos indicados na seção “ <i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO - EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO</i> ” deste Prospecto Definitivo; |
| Excesso de Cobertura | ocorre quando, a qualquer momento após o término do Período de Carência, a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação estiver acima de 167% (cento e sessenta e sete por cento); |
| FGC | é o Fundo Garantidor de Créditos; |
| Fundo | é o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial Itália; |
| Garantias | são as seguintes garantias: a. ao menos umas das listadas a seguir, observada a exceção do artigo 11, alínea “j” do Regulamento, quais sejam: (i) alienação fiduciária de bem imóvel; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar; (iii) alienação fiduciária de bens móveis; (iv) penhor de bens móveis; ou (v) carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das Instituições Autorizadas; b. fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes; |
| Gestora | é a Vitória Asset Management S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 7º andar - parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.330.895/0001-83; |
| Governo Federal | é o Governo da República Federativa do Brasil; |
| Índices de Preço | o Índice Geral de Preços Mercado, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (“ <u>IGP-M</u> ”) ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“ <u>IPCA</u> ”), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“ <u>IBGE</u> ”), conforme o caso; |
| Índice de Subordinação | é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor total das Quotas Subordinadas e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme descrita na seção <i>Enquadramento à Razão de Garantia e ao Índice de Liquidez</i> ; |

| | |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Instituições Autorizadas | são as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., HSBC Bank Brasil S.A, - Banco Múltiplo, Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A. e Banco Votorantim S.A.; |
| Instrução CVM 356 | é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada; |
| Instrução CVM 400 | é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; |
| Instrução CVM 409 | é a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada; |
| Instrução CVM 489 | é a Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011; |
| Investidores Qualificados | São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, quais sejam: i) instituições financeiras; ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; observados, ainda, os parágrafos do artigo 109 da Instrução CVM 409; |
| Limites de Concentração | são os limites de concentração estabelecidos na seção "CARACTERÍSTICAS DO FUNDO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA" deste Prospecto Definitivo; |
| Lote Complementar | é a faculdade do Coordenador Líder em utilizar a previsão do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, o qual dispõe que a quantidade de Quotas Seniores a serem distribuídas poderá ser aumentada, até um montante que não exceda em 20% (vinte por cento) a quantidade de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da oferta. |

| | |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lote Suplementar | é a outorga concedida pela Administradora ao Coordenador Líder, prevendo a possibilidade de utilização de opção de distribuição de lote suplementar de até 29.250 (vinte e nove mil e duzentas e cinquenta) Quotas Seniores, lote este equivalente a até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada, caso a procura das Quotas Seniores do Fundo objeto da oferta pública de distribuição ora requerida assim justifique, nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400; |
| Notas de Crédito à Exportação | são as notas de crédito à exportação emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| Obrigações do Fundo | são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas; |
| Oferta | é a Distribuição Pública das Quotas Seniores do Fundo; |
| Partes Relacionadas | são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa; |
| Patrimônio Líquido | significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões dos Direitos de Crédito; |
| Periódico | é o jornal “DCI – Comércio, Indústria & Serviços”, edição nacional; |
| Período de Carência | significa o período que (i) se inicia na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e (ii) termina após 06 (seis) meses da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores; |
| Prazo de Duração | é o período de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas, ou o período até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro; |

| | |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Prazo de Exercício | é o prazo outorgado ao Cedente de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento de notificação expedida pela Administradora, para exercer o direito de primeira recusa, na hipótese de a Administradora desejar alienar quaisquer Direitos de Crédito para terceiros; |
| PIS | é a Contribuição ao Programa de Integração Social; |
| Preço de Aquisição | é o preço de aquisição de cada Direito de Crédito pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão; |
| Prospecto Definitivo | é o presente Prospecto Definitivo e suas posteriores alterações; |
| Quotas | são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto; |
| Quotas Seniores | são as Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em série única; |
| Quotas Seniores em Circulação | é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas; |
| Quotas Subordinadas | são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições; |
| Quotistas | são os titulares das Quotas emitidas pelo Fundo; |
| Quotista Dissidente | é o Quotista que delibera a favor da Liquidação Antecipada do Fundo em Assembléia Geral, na hipótese da ocorrência de Evento de Liquidação, quando a decisão assemblear é contra a liquidação do Fundo; |
| Razão de Garantia | é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação, conforme descrita na seção <i>ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ</i> ; |
| Recebíveis a Performar | são recebíveis dados em garantia do pagamento de Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, decorrentes de contratos de fornecimento de bens e/ou serviços celebrados entre os Clientes e terceiros, cuja prestação por parte do Cliente ainda não tenha ocorrido no momento em que o Direito |

| | |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | de Crédito objeto da garantia é ofertado ao Fundo, bem como seus eventuais documentos e/ou instrumentos acessórios, sendo certo que tais recebíveis deverão contar com mecanismo de pagamento pré-estabelecido, por meio de depósito em conta vinculada de movimentação exclusiva do Cedente ou pagamento de boleto bancário cujos recursos serão creditados também em conta vinculada de movimentação exclusiva do Cedente; |
| Regulamento | é o Regulamento do Fundo; |
| Remuneração Alvo | é a meta de remuneração das Quotas Seniores estabelecida na seção " <i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i> " deste Prospecto Definitivo; |
| Reserva de Liquidez | a soma correspondente a, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser mantida, pela Administradora, em caixa, depósitos bancários à vista e/ou aplicações de liquidez imediata (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), para pagamento dos Encargos do Fundo; |
| Resolução CMN 2.907 | é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001; |
| SELIC | é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia; |
| Taxa de Administração | é remuneração mensal devida à Administradora pelos serviços de administração do Fundo, neles compreendidos as atividades de administração do Fundo, gestão da Carteira, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira, distribuição, escrituração da emissão e resgate das Quotas, conforme prevista neste Prospecto Definitivo; |
| Taxa DI | são as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis; |

| | |
|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p> |
| Taxa Mínima de Cessão | é a taxa mínima de cessão a ser aplicada na aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, conforme descrita na seção “ <i>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO</i> ” deste Prospecto; |
| Termo de Adesão ao Regulamento | é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo; |
| Termo de Cessão | é o documento pelo qual o Fundo adquire os Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão, e que deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos da sede da Administradora e do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão; |
| Valor dos Direitos de Crédito | com relação a cada Direito de Crédito, significa o Preço de Aquisição, (i) acrescido dos rendimentos auferidos a partir da Data de Aquisição e Pagamento, conforme contabilizados diariamente pelo Fundo, e (ii) decrescido dos pagamentos realizados pelo Cliente, ou à sua ordem, após a Data de Aquisição e Pagamento; |
| Valor Unitário de Emissão | é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas; e |

| | |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Valor Unitário de Referência | significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Remuneração Alvo estabelecida para as Quotas Seniores; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores. |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA
E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

| Administradora | Coordenador Líder/Cedente/Agente de Cobrança |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Rodrigo Martins Cavalcante Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte, Itaim Bibi São Paulo - SP Telefone: (11) 3133-0350 Fac-símile: (11) 3133-0360 E-mail: juridico.fundos@brltrust.com.br Internet: www.brltrust.com.br | Banco BVA S.A. At.: José Antonio Ferraiuolo Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – 2º andar, Itaim Bibi São Paulo, SP Telefone: (11) 2173-2721 Fac-símile: (11) 2173-8786 E-mail: jferraiuolo@bancobva.com.br Internet: www.bancobva.com.br |
| Gestora | Custodiante e Agente Escriturador |
| VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A. At.: Leonardo Vieira Machado de Figueiredo Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 7º andar – parte Itaim Bibi - São Paulo – SP Telefone: (11) 3509-5052 Fac-símile: (11) 3509-5566 E-mail: gestao@vitoriaasset.com.br Internet: www.vitoriaasset.com.br | Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Erick Warner de Carvalho Av. Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte São Paulo – SP Telefone: (11) 4009-2189 Fac-símile: (11) 2122-2054 E-mail: clientservices.management@citi.com Internet: www.citibank.com |
| Auditores Independentes | Consultores Legais |
| KPMG Auditores Independentes At.: Diego Pereira Rua Renato Paes de Barros, nº 33 São Paulo - SP Fone: (11) 2183-3637 Fax: (11) 2183-3001 E-mail: diegopereira@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br | Tozzini Freire Advogados At.: Sr. Antonio Felix de Araújo Cintra Rua Borges Lagoa, 1328 São Paulo - SP Tel: (11) 5086-5000 Fac-símile (11) 5086-5555 E-mail: afcintra@tozzinifreire.com.br Internet: www.tozzinifreire.com.br |
| Agências de Classificação de Risco | |
| Standard & Poor's Rating Services Leandro Albuquerque Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar – CEP 05426-100 São Paulo - SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 E-mail: leandro_albuquerque@standardandpoors.com Internet: www.standardandpoors.com.br | Austin Rating Serviços Financeiros At.: Sr. Maurício Bassi ou Rodrigo Indiani Rua Leopoldo do Couto Magalhães, n.º 110, conjunto 73, Itaim Bibi São Paulo - SP Tel.: (11) 3377-0704 Fax: (11) 3377-0739 E-mail: mauricio.bassi@austin.com.br e rodrigo.indiani@austin.com.br Internet: www.austin.com.br |

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "FATORES DE RISCO", bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto Definitivo.

| | |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Emissor: | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento. |
| Coordenador Líder: | Banco BVA S.A., contratado pela Administradora, em nome do Fundo, para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores sob o regime de melhores esforços, nos termos do Contrato de Distribuição. |
| Valor Total da Oferta: | R\$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de reais), observada a possibilidade de utilização de Lote Complementar e Lote Suplementar. |
| Valor Mínimo da Oferta: | R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Atingido o valor mínimo de emissão, as Quotas Seniores não subscritas até a data de encerramento da distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora, nos termos do Artigo 9º, II da Instrução CVM 356. |
| Número de Séries: | Série única. |
| Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores: | R\$ 1.000,00 (mil reais). |
| Quantidade de Quotas Seniores: | 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, observada a possibilidade de utilização de Lote Suplementar e Lote Complementar. |
| Lote Suplementar: | Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400, a Administradora outorga ao Coordenador Líder a opção de distribuição de lote suplementar de até 29.250 (vinte e nove mil e duzentas e cinquenta) Quotas Seniores, lote este equivalente a até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada, caso a procura das Quotas Seniores do Fundo assim justifique. O Lote Suplementar terá as mesmas condições e preço das Quotas Seniores inicialmente ofertadas. Na hipótese de utilização do Lote Suplementar, o Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de Lote Suplementar, a data do respectivo exercício e a quantidade de Quotas Seniores envolvidas. |

| | |
|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lote Complementar: | Adicionalmente ao Lote Suplementar, o Coordenador Líder poderá utilizar a faculdade prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, o qual dispõe que a quantidade de Quotas Seniores a serem distribuídas poderá ser aumentada, até um montante que não exceda em 20% (vinte por cento) a quantidade de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da oferta. |
| Remuneração Alvo das Quotas Seniores: | Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo (" <u>Taxa DI</u> "), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) capitalizada de uma sobretaxa de 3,5% (três e meio por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Quota Sênior, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Resgate. |
| Data de Emissão das Quotas Seniores: | É a data da primeira subscrição de Quotas Seniores do Fundo. |
| Período de Carência para Amortização das Quotas Seniores: | Se inicia na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e termina após 06 (seis) meses da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores |
| Valor Mínimo de Investimento por Investidor: | R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). |
| Prazo de Resgate das Quotas Seniores: | 48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª integralização das Quotas Seniores, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no artigo 54 do Regulamento. |
| Forma de distribuição das Quotas Seniores: | Pública, nos termos da Instrução CVM 400, a ser realizada pelo Coordenador Líder. |
| Prazo de Distribuição das Quotas Seniores: | Até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início da Oferta Pública das Quotas Seniores, podendo ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356. |

| | |
|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Registro de distribuição das Quotas Seniores: | As Quotas Seniores serão registradas para distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”). |
| Classificação de Risco Preliminar das Quotas Seniores: | “brAA(sf)” pela Standard & Poor’s Rating Services e “AA” pela Austin Rating Serviços Financeiros. |
| Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores: | o Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo em mercado de balcão organizado, sob o regime de melhores esforços de colocação. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes do Coordenador Líder e da Administradora, levando em consideração o relacionamento prévio do Coordenador Líder e da Administradora com tais investidores. |
| Forma de Subscrição e Integralização: | No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas Seniores subscritas na forma prevista no anúncio de início da Oferta, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento. |
| Aplicação dos Recursos pelo Fundo: | Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento. |
| Público Alvo: | Investidores Qualificados. |
| Maiores Informações: | Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de exemplares, em cópia física ou eletrônica, do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à Administradora ou ao Coordenador Líder, nos endereços indicados abaixo: |

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

www.cvm.gov.br

Para acesso a este Prospecto Definitivo, acessar: "Fundos de Investimentos" > buscar por parte do nome do Fundo ou da Administradora ou pelo CNPJ de um deles > clicar em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália > clicar em "Documentos Eventuais" > no campo denominado "Tipo de Documento" selecionar "Prospecto Distribuição" > clicar em "Exemplar do Prospecto".

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11 andar, Rio de Janeiro – RJ

ou

Rua Libero Badaró, nº 425, 24 andar, São Paulo – SP

www.cetip.com.br

Para acesso a este Prospecto Definitivo: Clique em "Prospectos", na parte inferior da tela > no campo denominado "Categoria de Documentos", selecione "Cotas de Fundos Fechados" > no campo denominado "Busca (Título/Número/Código/Arquivo)", insira "FIDC Multisetorial Itália" ou meramente "Itália" > clique em "Buscar"> clique sobre o nome do Fundo.

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte

São Paulo – SP

www.britrust.com.br

Para acesso a este Prospecto Definitivo, acessar: Fundos > FIDC > FIDC Multisetorial Itália

Ou diretamente através do link:

<http://www.britrust.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/11/PROSPECTO-DEFINITIVO-28.11.2011.pdf>

BANCO BVA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 – 2º andar, Itaim Bibi

São Paulo, SP

www.bancobva.com.br

Para acesso a este Prospecto Definitivo, acessar: Institucional > Ofertas e Distribuição > clicar em: FIDC Multisetorial Itália – Prospecto 02-02-2012

Ou diretamente através do link:

<http://www.bancobva.com.br/pt/imagens/pdfs/FIDCMultisetorial2.pdf>

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre Administradora e Gestora

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Gestora não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, bem como do relacionamento existente em razão da Gestora ter sido contratada para prestar serviços de gestão da carteira de valores mobiliários de outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de o Custodiante ter sido contratado para prestar serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração de quotas em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Auditor Independente não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo, assim como do relacionamento existente em razão de o Auditor Independente ter sido contratado para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

Relação entre a Administradora e as Agências de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e as Agências de Classificação de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias.

Relação entre a Administradora e o Cedente

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Cedente do Fundo não mantinham qualquer relacionamento comercial e/ou relações societárias, exceto o relacionamento existente em razão do Cedente atuar também como Cedente do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto Multisetorial Vitória, também administrado pela Administradora.

O Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua origem que deverá ser destinada a cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como cedente. A destinação de Direitos de Crédito a cada fundo obedecerá critérios objetivos, que incluem:

(a) o prazo pré-determinado para que fundos fechados formem suas carteiras de ativos; (b) a demanda por ativos mais líquidos nas carteiras de fundos abertos; (c) a remuneração alvo de cada fundo; e (d) a disponibilidade de caixa de cada fundo. Não será observado nenhum tipo de prioridade, privilégio ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.

Relação entre a Gestora e o Cedente

O Banco BVA S.A. exercerá a função de Cedente do Fundo e a Vitória Asset Management S.A. exercerá a função de gestão da carteira de valores mobiliários do Fundo. A remuneração a ser paga pelos serviços de Gestão está prevista no Regulamento do Fundo e no Contrato de Gestão.

A Gestora é uma sociedade controlada do Cedente do Fundo, que detinha, na data deste Prospecto Definitivo, a integralidade de suas ações com direito a voto, além de já possuírem, na data deste Prospecto Definitivo, certo relacionamento em razão do Cedente atuar também como cedente de outros fundos de investimento cuja gestão também é exercida pela Gestora, sendo certo que tais fundos não são fundos de investimento em direitos creditórios regidos pela Instrução CVM 356.

A Gestora embora controlada do Cedente do Fundo, atua de forma segregada, havendo uma diretoria de administração de recursos para cada sociedade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conforme notícia divulgada no mês de dezembro de 2011 (Fonte: Jornal Valor Econômico, Página: C10, Data: 09 de dezembro de 2011), em um futuro próximo, com expectativa de acontecer no decorrer do ano de 2012, o Cedente passará a deter uma posição de controle da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., passando, dessa forma, a manter relação societária com a Administradora além das já descritas neste Prospecto Definitivo.

As mesmas notícias apontam, ainda, uma futura alteração no controle societário do Cedente e da Gestora. Tais atos ainda não foram concretizados, de forma que as estruturas societárias do Cedente e da Gestora permanecem as mesmas indicadas neste Prospecto Definitivo.

Entretanto, a troca do controle da Gestora, da Administradora e do Cedente do fundo é um fato que já é conhecido pelo mercado por meio das notícias divulgadas na imprensa e poderá vir a ocorrer antes mesmo do início da fase operacional do Fundo e dos procedimentos de integralização ou da subscrição das Quotas do mesmo.

No momento em que os atos societários forem plenamente realizados, as informações serão devidamente atualizadas neste Prospecto Definitivo, na forma da regulamentação em vigor, sendo adotadas as medidas complementares necessárias a atualização de informações que envolvam o Fundo e as Quotas Seniores.

CONFLITO DE INTERESSES

Os processos de originação, administração e gestão do Fundo são desempenhados, respectivamente, pelo Cedente, pela Administradora e pela Gestora, de forma independente, minimizando efeitos adversos.

Entretanto, em decorrência do iminente fato de que o Cedente do Fundo passará deter uma posição de controle da Administradora, passando, dessa forma, a manter relação societária com a Administradora, além das relações já existentes nesta data, e do fato de que Gestora é uma sociedade controlada do Cedente do Fundo, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse entre o Cedente e a Gestora e, futuramente, entre a Administradora e o Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

Adicionalmente, salienta-se que, conforme disposto neste Prospecto, bem como no Artigo 86 e seguintes do Regulamento, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente (i) poderá adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido, sendo que, após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido o preço de compra será de R\$ 1,00 (um real); (ii) poderá, a qualquer momento durante o Período de Carência, adquirir ou de substituir, qualquer Direito de Crédito que tenha cedido ao Fundo pelo respectivo Preço de Aquisição, desde que o novo Direito de Crédito atenda aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito; (iii) terá a faculdade de, após o término do Período de Carência, apresentar ofertas de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplido ao Fundo, cabendo à Administradora e/ou a Gestora aceitar a referida oferta, sempre no melhor interesse do Fundo e de acordo com o disposto no Contrato de Cessão; e (iv) sem prejuízo das opções de aquisição referidas acima, o Cedente terá ainda o direito de primeira recusa, caso a Administradora e /ou a Gestora deseje(m) alienar quaisquer Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo para terceiros.

Sendo assim, eventual posição de controle do Cedente em relação à Gestora e à Administradora, poderá ensejar eventual conflito de interesse, também nas hipóteses de aquisição ou substituição de Direitos de Crédito pelo Cedente.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de até 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de reais), observada possibilidade de utilização de Lote Suplementar e de Lote Complementar. As Quotas Seniores serão distribuídas publicamente pelo Coordenador Líder, em regime de melhores esforços.

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

A colocação e subscrição das Quotas Seniores somente terá início após: (i) o registro de funcionamento do Fundo e da Oferta na CVM, na forma da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400, respectivamente; (ii) o registro das Quotas Seniores para distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no SF – Módulos de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP; (iii) a publicação do anúncio de início; e (iv) a divulgação do presente Prospecto Definitivo aos investidores.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta Pública das Quotas Seniores. A distribuição das Quotas Seniores será encerrada ao final do referido prazo, quando se dará a publicação do anúncio de encerramento. O prazo de distribuição poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP e para negociação no mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, observado que: (a) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (b) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento e ao Prospecto Definitivo do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores a serem suportados pelo Fundo:

| Custos da Distribuição | Montante (R\$) | % em relação ao valor Total da Oferta |
|----------------------------------|-----------------------|----------------------------------------------|
| Comissões de Colocação | 10.000,00 | 0,005% |
| Taxa de registro na CVM | 82.870,00 | 0,042% |
| Taxa de registro na CETIP | 2.340,00 | 0,001% |
| Taxa de registro na ANBIMA | 3.900,00 | 0,002% |
| Assessoria Jurídica | 70.000,00 | 0,036% |
| Custos de Classificação de Risco | 73.000,00 | 0,037% |
| Custos com Cartório | 33.200,00 | 0,017% |
| Despesas com Publicações | 60.000,00 | 0,031% |
| Total | 335.210,00 | 0,171% |

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Quotas Seniores objeto desta Oferta:

| Quantidade de Quotas Seniores | Custo da Oferta (R\$) | Custo por Quota Sênior (R\$) |
|--------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|
| 195.000 | 335.210,00 | 1,71 |

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

| Evento | Data Estimada⁽¹⁾ |
|------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Protocolo do Pedido de Registro da Oferta na CVM | 18/10/2011 |
| Disponibilização do Prospecto Definitivo | 18/10/2011 |
| Obtenção do registro da Oferta | 22/02/2012 |
| Publicação do Anúncio de Início | 23/02/2012 |
| Publicação do Anúncio de Encerramento ⁽²⁾ | 23/08/2012 |

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

⁽²⁾ Ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias a partir de publicação do anúncio de início da Oferta.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 100.000 (cem mil) Quotas Seniores, perfazendo o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores que não forem efetivamente subscritas e integralizadas dentro do prazo de distribuição serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do referido aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da referida comunicação.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate; (ii) por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas; ou (iii) em virtude de sua liquidação antecipada.

O Prazo de Duração do Fundo será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da primeira data de subscrição de Quotas, ou o período até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro. O Prazo de Duração do Fundo poderá ser alterado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 20 de julho de 2011, sob o nº 8775095, e última alteração registrada no 3º Cartório de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo sob nº 8789498 em 12 de janeiro de 2012.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

CLASSIFICAÇÃO ANBIMA

FIDC Multicarteira Outros

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor. O valor mínimo de investimento por investidor é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente emissão de Quotas Seniores serão utilizados, pelo Fundo, para a aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento. Os Direitos de Crédito serão adquiridos integral ou parcialmente de acordo com a política de investimento descrita abaixo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão, e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da Carteira do Fundo, estabelecidos no Regulamento.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Decorridos 90 (noventa) dias do início das suas atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros abaixo relacionados:

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea "b" acima; e
- (d) quotas de fundos de investimento que sejam administrados por uma Instituição Autorizada e que (i) invistam, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) da sua carteira em títulos de emissão do Tesouro Nacional e (ii) sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa SELIC.

A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação do Quotista. Entretanto, não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo, de forma que a Gestora não assume qualquer compromisso nesse sentido.

A Gestora não poderá utilizar instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora e/ou da Gestora e, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas.

O Fundo deverá, na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, respeitar os limites de concentração estabelecidos nos itens abaixo. Para fins de verificação dos Limites de Concentração na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, dever-se-á considerar, para cada Direito de Crédito, o respectivo Valor do Direito de Crédito na Data de Verificação dos Limites de Diversificação, a qual ocorrerá nos termos do Artigo 12 do Regulamento do Fundo.

- (a) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos 10 (dez) Clientes com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo não poderá ser superior a 10,0% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo certo que o somatório do Valor dos Direitos de Crédito relacionados aos 10 (dez) referidos Clientes não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada Cliente compreendido desde o 11º (décimo primeiro) maior Cliente até o 20º (vigésimo) maior Cliente com representatividade dentro da Carteira do Fundo não poderá ser superior a 6,0% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos Clientes após o 20º (vigésimo) maior Cliente não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) com relação aos setores de atuação dos Clientes, os mesmos foram definidos para fins de concentração tendo por base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, e deverão ser observados os seguintes limites de concentração:

| Setor | Máximo (% Patrimônio Líquido) |
|-------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Primeiro setor com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo | 20% |
| Segundo setor com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo | 15% |
| Demais Setores | 10% |

- (e) com relação ao *rating* atribuído pelo Cedente aos Clientes, de acordo com a sua política de concessão de crédito, deverão ser observados os seguintes limites de concentração:

| Rating | Mínimo (% Patrimônio Líquido) | Máximo (% Patrimônio Líquido) |
|---------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------|
| AA | 5% | 100% |
| AA + A | 30% | 100% |
| B | 0% | 70% |

- (f) os Direitos de Crédito com vencimento superior a 756 (setecentos e cinquenta e seis) Dias Úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento deverão representar em conjunto, no máximo, 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, cujo valor corresponda a, pelo menos, 100% (cento por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (h) no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por pelo menos uma das Garantias, cujo valor somado, no caso de mais de uma garantia, corresponda a, pelo menos, 100% (cem por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (i) no mínimo 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por pelo menos uma das Garantias, cujo valor somado, no caso de mais de uma garantia, corresponda a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;

- (j) até no máximo 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo fundo poderão não contar com nenhuma das Garantias;
- (k) 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverão contar com fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes; e
- (l) no máximo 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito indexados com (i) taxa de juros pré-fixada ou (ii) com Índice de Preços.

Caberá exclusivamente à Gestora a responsabilidade pela verificação dos Limites de Concentração.

Sem prejuízo do disposto no Artigo 10 do Regulamento, o Fundo não poderá realizar aplicações em direitos de crédito da Administradora, da Gestora, e/ou de sua coobrigação, de sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O valor de quaisquer bens, direitos e ativos dados em garantia pelos Clientes com relação aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será equivalente (i) no caso de direitos creditórios performados, tais como duplicatas, boletos, cheques e/ou notas promissórias, ao seu valor de face na data em que o Direito de Crédito ao qual está vinculado é oferecido ao Fundo; (ii) no caso de Recebíveis a Performar, ao somatório das parcelas a vencer, previstas nos contratos que originaram os respectivos recebíveis ou, quando não houver, (a) à média histórica mensal de pagamentos realizados no âmbito dos referidos contratos nos 6 (seis) meses anteriores à cessão do Direito de Crédito ao Fundo, multiplicado pelos meses até o vencimento do respectivo Direito de Crédito, ou (b) ao valor do contrato, deduzidos os montantes já pagos, nos termos do Contrato de Cessão; (iii) no caso de bem imóvel, ao seu valor de mercado, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada ou qualquer outra entidade aprovada pela Gestora; (iv) no caso de bem móvel, ao seu valor de mercado, se houver, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada ou qualquer outra entidade aprovada pela Gestora; (v) no caso de aplicações financeiras, extrato das aplicações emitido na data em que o Direito de Crédito ao qual estão vinculadas é oferecido ao Fundo, e (vi) no caso de carta de fiança, o valor garantido pela Instituição Autorizada na data em que o Direito de Crédito ao qual está vinculada é oferecido ao Fundo.

No caso de cessão fiduciária de direitos creditórios relacionada aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, os mesmos deverão contar com mecanismo de pagamento pré-estabelecido por meio de depósito em conta vinculada de titularidade do garantidor (detentor dos direitos creditórios) e de movimentação exclusiva do Cedente ou pagamento de boleto bancário cujos recursos serão creditados também em conta vinculada de titularidade do garantidor (detentor dos direitos creditórios) e de movimentação exclusiva do Cedente ("Trava de Domicílio").

Para estabelecer a Trava de Domicílio, (i) a conta vinculada é indicada no respectivo boleto bancário ou (ii) o sacado de cada direito creditório cedido fiduciariamente e relacionado aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo é notificado acerca da respectiva garantia e da existência da conta vinculada para recebimento dos valores, sendo, nesse caso, acatadas notificações com ou sem a anuência do respectivo sacado, indistintamente.

O valor de quaisquer bens, direitos e ativos dados em garantia pelos Clientes com relação aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será analisado única e exclusivamente com base na documentação apresentada pelo Cedente a cada Data da Oferta nos termos do Contrato de Cessão.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados acima serão observados pela Gestora, no 1º (primeiro) dia útil após o término do Período de Carência, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior. Para tanto, a Gestora basear-se-á, exclusivamente, em informações sobre a carteira do Fundo fornecidas pelo Custodiante.

Em até 05 (cinco) dias úteis contados da Data da Verificação dos Limites de Diversificação, a Gestora deverá enviar relatório para a Administradora que demonstre o enquadramento do Fundo no que tange aos Limites de Concentração, na Data da Verificação dos Limites de Diversificação. A validade e veracidade das informações contidas no referido relatório será de responsabilidade única e exclusiva da Gestora.

O Cedente e a Gestora deverão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias ao término do Período de Carência, analisar em conjunto a composição da Carteira de forma a garantir que os Limites de Concentração estejam sendo respeitados. Para tanto, o Cedente obriga-se, a seu exclusivo critério, a ceder ativos adicionais, recomprar ativos já cedidos ou realizar novos aportes, envidando seus melhores esforços no sentido de que a Carteira esteja enquadrada dentro dos Limites de Concentração.

Para os fins de verificação dos Limites de Concentração, Clientes inseridos dentro de um mesmo grupo econômico deverão ser considerados pela Gestora como um único Cliente, sendo portanto considerados cumulativamente os Valores dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos respectivos Clientes. Para tanto, a Gestora basear-se-á, exclusivamente, em informações sobre os Clientes fornecidas pelo Cedente.

Tendo em vista a possibilidade de, após o término do Período de Carência: (i) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito; e/ou (ii) a integralização de Quotas Subordinadas em Direitos de Crédito, quando da aquisição, deverá a Gestora garantir que os Limites de Concentração não sejam descumpridos exclusivamente em função da referida cessão de Direito de Crédito. Para fins dessa verificação, deverá ser considerado o Patrimônio Líquido do Fundo na data da cessão.

Fica a Gestora desobrigada a proceder a adequação dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo, salvo na Data da Verificação dos Limites de Diversificação e sem prejuízo do acima exposto.

O Cedente será responsável pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e de suas respectivas garantias.

Sem prejuízo do disposto acima, o Cedente obriga-se a registrar os instrumentos de garantia relacionados aos Direitos de Crédito perante os cartórios competentes.

O Cedente deverá registrar os instrumentos de garantia relacionados aos Direitos de Crédito até o 60º (sexagésimo) dia consecutivo contado a partir data da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Na hipótese de, após este dia, qualquer registro relacionado a qualquer Direito de Crédito não ter sido efetivado, o Cedente deverá, imediatamente, efetuar tal registro ou recomprar o referido Direito de Crédito.

O Fundo, a Administradora e a Gestora e o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e/ou subsidiárias (exceto o Cedente), não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais os discriminados na seção "*FATORES DE RISCO*" deste Prospecto. O investidor, antes de adquirir Quotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados neste Prospecto e no Regulamento, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento nas Quotas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) do Cedente; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento:

- (a) deverão ser representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação e/ou Cédulas de Crédito Bancário, tendo como taxa de juros necessariamente (i) CDI acrescido de taxa pré-fixada; (ii) percentual do CDI; (iii) taxa pré-fixada; ou (iv) Índice de Preço acrescido de taxa pré-fixada;

- (b) deverão ser vinculados a Clientes que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo, e/ou vencidos e não pagos a outros Fundos administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou Gestora cujo cedente seja, exclusivamente, o Banco BVA S.A.;
- (c) não poderão conter parcelas cedidas ao Fundo cujo vencimento seja posterior ao término do Prazo de Duração do Fundo;
- (d) deverão ter prazo máximo de vencimento de 1.008 (um mil e oito) Dias Úteis contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento; e
- (e) deverão observar, cumulativamente, as Condições de Cessão, conforme descritas abaixo.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente e/ou pela Gestora ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente acordado entre o Cedente, a Gestora e o Custodiante.

CONDIÇÕES DA CESSÃO

Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem oferecidos pelo Cedente ao Fundo deverão observar, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) deverão ter prazo médio de vencimento não superior a 672 (seiscentos e setenta e dois) Dias Úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento, considerando o Preço de Aquisição na referida data;
- (b) deverão contar com ao menos uma das Garantias abaixo listadas, observada a exceção prevista no Artigo 11, alínea (j) do Regulamento:
 - (i) alienação fiduciária de bem imóvel;
 - (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar;
 - (iii) alienação fiduciária de bens móveis;
 - (iv) penhor de bens móveis; ou
 - (v) carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das Instituições Autorizadas.

- (c) deverão ser garantidos por fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes;
- (d) deverão ser representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação ou Cédulas de Crédito Bancário que tenham como emissores e devedores, conforme o caso, os Clientes;
- (e) deverão observar a Taxa Mínima de Cessão;
- (f) o somatório das parcelas dos Direitos de Crédito relacionados a um mesmo Cliente não deverá ser superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o que for maior;
- (g) não poderão ser devidos por Cliente que tenha quaisquer receitas oriundas das atividades de industrialização, comercialização e/ou distribuição de armas de fogo, para qualquer finalidade, de cigarros ou produtos similares, e/ou bebidas alcoólicas; e
- (h) não poderão ser devidos por Cliente que tenha atuação principal nos setores agrícola e agropecuário, incluindo frigoríficos.

Caberá exclusivamente à Gestora a responsabilidade pela verificação, em cada Data de Aquisição e Pagamento, das Condições de Cessão, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões dos Direitos de Crédito.

DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente;

- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) taxas, emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, inclusive na realização da distribuição das Quotas Seniores;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive eventuais cobranças extrajudiciais que sejam necessárias, e o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido, bem como as despesas de cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos incorridas pelo Cedente;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação das Agências de Classificação de Risco;
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- (k) contribuição anual devida à entidade de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação.

As despesas não previstas como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Considerando que todos os encargos previstos acima serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores adiantados pela Administradora ou pelo Cedente para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos destes contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal à Administradora, sempre e assim que houver disponibilidade de caixa.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Pelos serviços de administração do Fundo, neles compreendidos as atividades de administração do Fundo, gestão da Carteira, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes de sua Carteira, distribuição, escrituração da emissão e resgate de suas Quotas, o Fundo pagará uma taxa de administração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente:

- (a) taxa de administração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$15.000,00 (quinze mil reais);
- (b) taxa de gestão a ser paga à Gestora, conforme prevista na tabela abaixo:

| Taxa de Gestão | Base de Incidência |
|--------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). |
| 0,195% (cento e noventa e cinco milésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido que exceder R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). |
| 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido que exceder R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). |

- (c) taxa de distribuição fixa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser paga ao Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo dia útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no dia útil anterior à realização do referido cálculo.

A Taxa de Administração será paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo.

Os valores expressos em reais dispostos acima serão atualizados a cada período de 12 (doze) meses contado a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPCA, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, especialmente os serviços de custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes de sua carteira, escrituração da emissão e resgate de suas quotas, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A remuneração a ser paga ao Custodiante/Agente Escriurador equivale a 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e será deduzida da Taxa de Administração.

CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DO FUNDO

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Seniores para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas referidos nesta seção, inclusive para salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta seção.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta seção, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização das novas Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora ou por parte por ela designada antes do recebimento integral do adiantamento e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Coordenador Líder, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como dos recursos necessários à constituição ou restabelecimento da Reserva de Liquidez;
- (c) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem estruturados e/ou originados pelo Cedente, em observância à política de investimento do Fundo, observado o disposto no parágrafo abaixo;
- (d) após o encerramento do Período de Carência, devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos da Remuneração Alvo, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores; e
- (e) após o encerramento do Período de Carência, pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Durante o Período de Carência, a Administradora poderá utilizar todos os recursos depositados na Conta do Fundo, inclusive aqueles provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na aquisição de novos Direitos de Crédito para o Fundo, observada a constituição e manutenção da Reserva de Liquidez. Após o término do Período de Carência, e depois de pagos e/ou provisionados os valores estabelecidos nos itens (a) e (b) acima, a Administradora deverá utilizar os recursos oriundos do pagamento dos Direitos de Crédito remanescentes na Conta do Fundo exclusivamente para a amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, observadas as demais disposições do Regulamento. Não obstante o disposto anteriormente, os recursos provenientes da integralização de novas Quotas poderão ser, a qualquer tempo, a exclusivo critério da Gestora, utilizados para aquisição de novos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros, respeitadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade previstos neste Prospecto e no Regulamento, bem como os Limites de Concentração.

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLÉIAS

A Gestora do Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto.

Esta disposição está prevista no artigo 92 do Regulamento do Fundo e a versão integral da política de voto da Gestora poderá ser consultada no *website* da Gestora no endereço: www.vitoriaasset.com.br

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas do Fundo são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas do Fundo constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo emitirá Quotas Seniores em série única, com as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$1.000,00 (mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, respeitada a quantidade mínima necessária à manutenção da Razão de Garantia.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;

- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- (e) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto;
- (f) poderão ser integralizadas em Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente e integralmente, às Condições de Cessão, aos Critérios de Elegibilidade, bem como a todos os demais requisitos da política de investimento do Fundo; e
- (g) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente.

Observada a Razão de Garantia, os Direitos de Crédito que poderão ser utilizados para a integralização de Quotas Subordinadas serão precificados e avaliados de acordo com o disposto no Capítulo XVII do Regulamento, especialmente o Artigo 55.

As Quotas Subordinadas não serão objeto de oferta pública e serão subscritas pelo Cedente nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições segundo os quais o Cedente se compromete a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, até a liquidação do Fundo, de forma a garantir o atendimento à Razão de Garantia, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas na hipótese de que trata o Capítulo XVIII do Regulamento.

Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar novas distribuições de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, respeitada a quantidade mínima necessária à manutenção da Razão de Garantia do Fundo.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44 e 45 do Regulamento, respectivamente, na data em que forem subscritas pelos Investidores Qualificados ou pelo Cedente, conforme o caso (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão).

As Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Cedente, até a liquidação do Fundo, de forma a garantir o atendimento à Razão de Garantia do Fundo. As Quotas Subordinadas serão emitidas na data de subscrição das mesmas pelo Cedente.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do Quotista.

No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos acima, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização das Quotas Seniores durante o respectivo período de distribuição e (ii) a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores, na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Cedente.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) acima às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

O Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores, o respectivo Valor Unitário de Emissão, e (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Remuneração Alvo estabelecida para as Quotas Seniores; sendo certo que, quando do pagamento de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na data de cálculo.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores do Fundo serão amortizadas todo o dia 5 (cinco) de cada mês, a partir do mês subsequente ao do término do Período de Carência.

As Quotas Seniores poderão, ainda, sofrer Amortizações Extraordinárias.

A amortização prevista acima compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do Fundo, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito, que excederem o valor da Reserva de Liquidez.

A Reserva de Liquidez deverá ser utilizada exclusivamente para pagamento dos Encargos do Fundo e será restabelecida conforme previsto na seção "*CARACTERÍSTICAS DO FUNDO - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS*" deste Prospecto Definitivo.

As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas no dia 20 (vinte) de cada mês, a partir do mês subsequente ao término do Período de Carência, somente nos casos de Excesso de Cobertura.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o Artigo 44 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese de Excesso de Cobertura ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 45 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, no Dia Útil imediatamente anterior às respectivas datas de pagamento.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

As perdas e provisões relacionadas ao Direitos de Crédito Inadimplidos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme os procedimentos definidos no artigo 6 da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada, ou seja, os percentuais de provisão somente serão

aplicados após constatado o atraso no pagamento do direito creditório em cada Dia Útil, de acordo com a tabela abaixo:

| Faixa | Período de Atraso | Percentual de Provisão |
|--------------|-----------------------------|-------------------------------|
| A | atraso entre 1 e 14 dias | 0,5% |
| B | atraso entre 15 e 30 dias | 1% |
| C | atraso entre 31 e 60 dias | 3% |
| D | atraso entre 61 e 90 dias | 10% |
| E | Atraso entre 91 e 120 dias | 30% |
| F | atraso entre 121 e 150 dias | 50% |
| G | atraso entre 151 e 180 dias | 70% |
| H | Atraso superior a 180 dias | 100% |

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Caso os Direitos de Crédito Inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Administradora deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 154% (cento e cinquenta e quatro por cento). Excepcionalmente durante o período compreendido entre a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e (i) o término do Período de Carência ou (ii) o momento em que o volume de Quotas Subordinadas integralizadas for igual ou superior a R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), o que ocorrer primeiro, a Razão de Garantia deverá ser igual ou superior a 200% (duzentos por cento)

De forma comparativa, inclusive para fins de atendimento ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, publicado pela ANBIMA, em vigor desde 1º de dezembro de 2010, esclarecemos que a Razão de Garantia equivale a um Índice de Subordinação, correspondente a participação em Quotas Subordinadas de, no mínimo, 35,065% (trinta e cinco

inteiros e sessenta e cinco milésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Durante o período excepcional descrito no parágrafo acima, em que a Razão de Garantia deverá ser igual ou superior a 200% (duzentos por cento), o Índice de Subordinação deverá corresponder a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Caso a Razão de Garantia seja inferior ao percentual estabelecido, por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, e o Fundo possua recursos em caixa, observada a Reserva de Liquidez, a Administradora deverá realizar uma Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, no Dia Útil imediatamente subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, utilizando o montante que sobejar a Reserva de Liquidez para restabelecer a Razão de Garantia. Caso a Amortização Extraordinária não tenha sido suficiente para restabelecer a Razão de Garantia, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista no item "a" acima, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) acima, será considerado um Evento de Avaliação e a Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação.

Caso a Razão de Garantia seja, a qualquer momento após o término do Período de Carência, superior a 167% (cento e sessenta e sete por cento), o que corresponde a um Índice de Subordinação superior a 40,12% (quarenta inteiros e doze centésimos por cento), a Administradora poderá realizar uma amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação fique igual a, no mínimo, 154% (cento e cinquenta e quatro por cento), mediante solicitação dos titulares de Quotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; e

- (c) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

A Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da Data de Amortização das Quotas Subordinadas.

Os titulares das Quotas Subordinadas deverão comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da referida comunicação, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas.

Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas (i) na Data 1ª Subscrição de Quotas até a Data de Verificação dos Limites de Diversificação, prevista no Artigo 12 do Regulamento; e (ii) nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate das Quotas Seniores em Circulação.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) qualquer evento que implique em efetiva transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, para qualquer pessoa diferente dos acionistas do Cedente à época da Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- (b) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – RAET, nos termos da Lei nº 2.321/87;
- (c) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação extrajudicial de acordo com o disposto na Lei nº 6.024/74;
- (d) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações no âmbito do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (e) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o seu reenquadramento;
- (f) caso na Data da Verificação dos Limites de Diversificação o Fundo não atenda aos Limites de Concentração;
- (g) caso qualquer uma das Agências de Classificação de Risco rebaixe a classificação de risco das Quotas Seniores em Circulação em dois níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (h) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, notificado, por escrito, pela Gestora, mediante comprovante de recebimento, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (i) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (j) impossibilidade duradoura, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;

- (k) inobservância da constituição e manutenção da Reserva de Liquidez;
- (l) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações, previstos no Regulamento, verificado por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação, desde que, se notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (m) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que estavam em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições da Cessão previstos no Regulamento no momento de sua aquisição;
- (n) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (o) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo em relação à Carteira do Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (p) a resilição, extinção ou término, por qualquer motivo, do Compromisso de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- (q) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 15% (quinze por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 5 (cinco) e 30 (trinta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (r) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 10% (dez por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (s) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 8% (oito por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (t) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 6% (seis por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso acima de 91 (noventa e um) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;

- (u) caso o Cedente deixe de cumprir com sua obrigação de registrar os instrumentos de garantia relacionados aos Direitos de Crédito até o 60º (sexagésimo) dia consecutivo contado a partir da data da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, ou na hipótese de, após este dia, qualquer registro relacionado a qualquer Direito de Crédito não ter sido efetivado, o Cedente não efetuar imediatamente tal registro ou recomprar o referido Direito de Crédito; e
- (v) não pagamento dos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores nas datas e hipóteses previstas neste Regulamento, por motivo de caso fortuito ou força maior.

Os índices de inadimplência previstos nos itens (q), (r), (s) e (t) acima serão observados diariamente pela Gestora, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, fornecido pelo Custodiante.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito e amortização parcial das Quotas Subordinadas deverão ser imediatamente interrompidos, até que decisão final proferida em Assembleia Geral convocada para este fim, nos termos do Regulamento, autorize a retomada dos procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados Eventos de Liquidação antecipada do Fundo quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) na hipótese de resilição, extinção ou término do Contrato de Cessão;

- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo, previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (d) na hipótese de renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- (e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para o seu reenquadramento; e
- (f) não pagamento dos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores nas datas e hipóteses previstas no Regulamento, salvo em caso fortuito ou força maior, quando o evento será considerado Evento de Avaliação.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas Dissidentes, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas.

Caso a deliberação da Assembléia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, restará comprovada a ocorrência de situação que coloque a cessão dos Direitos de Crédito em risco, motivo pelo qual o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora (i) liquidará todos os investimentos e aplicações detidas pelo Fundo, e (ii) transferirá todos os recursos recebidos à Conta do Fundo;
- (b) o Cedente deverá enviar à Administradora planilhas detalhadas informando o direcionamento dos pagamentos;

- (c) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (d) observada a ordem de alocação dos recursos e em conjunto com as informações enviadas pelo Cedente de acordo com o item (b) acima, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas, observado que referido resgate poderá ser realizado fora do âmbito da CETIP.

Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas detido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo.

A Assembléia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento e o disposto na regulamentação aplicável.

Caso a Assembléia Geral não chegue a um acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

A Administradora deverá notificar os Quotistas, por meio (i) de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

O Cedente e/ou o Custodiante e/ou empresa por ele contratada (na hipótese de o Cedente não estar mais atuando como fiel depositário) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da referida notificação, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída, indicará ao Cedente e/ou ao Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos respectivos Documentos Comprobatórios e dos Ativos Financeiros. Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento;
- (f) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (g) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de (i) envio de carta com aviso de recebimento a cada um dos Quotistas; (ii) mensagem eletrônica ("e-mail") endereçada a cada um dos Quotistas com o respectivo aviso de recebimento; ou (iii) publicação no Periódico, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral

e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Auditor Independente, da Gestora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Quotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Alternativamente, a Assembléia Geral poderá ser realizada por meio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios de comunicação por meio dos quais todos os participantes da reunião possam falar e ouvir os demais, ficando a Administradora responsável por disponibilizar toda infra-estrutura necessária para que todos os Quotistas sejam conectados, sendo os custos atribuídos ao Fundo. Desta forma, qualquer Quotista poderá optar por participar das Assembléias Gerais por meio deste procedimento, sendo tal participação considerada como presença pessoal na referida reunião. Exceto se o sistema disponibilizar outra forma de confirmação segura de voto a ser informada pela Administradora, os Quotistas que participarem da Assembléia Geral através de procedimento remoto deverão encaminhar por

e-mail a Administradora documento indicando o voto por escrito para o devido registro de sua participação, comprometendo-se, ainda, a encaminhar a respectiva via original dentro de, no máximo, 3 (três) Dias Úteis contados da realização da Assembléia Geral. Deverá a Administradora incluir a forma de tal participação na convocação da Assembléia Geral.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Serão considerados também presentes à Assembléia Geral os Quotistas que enviarem voto por escrito, através de e-mail, sobre os itens constantes da ordem do dia, acompanhado das devidas justificativas (quando aplicável), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral; exceto com relação a (i) substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, (ii) elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução, e (iii) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, que deverão ser aprovadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto abaixo, a alteração da Remuneração Alvo das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação.

A aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas presentes: (i) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito; (ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade e das Condições da Cessão; (iii) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura; (iv) alteração da composição da Reserva de Liquidez; e (v) alteração da Remuneração Alvo das Quotas Seniores.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas de titularidade do Cedente e de quaisquer de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, salvo quando a votação ocorrer conforme o os quoruns previstos no *caput* do Artigo 69 do Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos no Regulamento.

As deliberações da Assembléia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada por escrito dirigido pela Administradora a cada Quotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto, observados os quoruns de deliberação estipulados no Regulamento.

A resposta pelos Quotistas à consulta deverá se dar dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo computados apenas os votos recebidos, considerando-se a ausência de resposta neste prazo como voto em branco por parte dos Quotistas.

As respostas obtidas junto aos Quotistas no processo de Consulta aos Quotistas terão, para todos os fins, a força de deliberação de Assembléia Geral de Quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização, e far-se-ão por meio de (i) envio de carta simples, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica em um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Os valores aportados no Brasil por parte dos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio ("IOF/Câmbio"). Atualmente, a maioria das operações de câmbio está sujeita à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 0,38%. Todavia, as liquidações das operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação de renda fixa no mercado financeiro e de capitais estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota de 6%. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

O imposto de renda pago será considerado: (i) definitivo, no caso de Quotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do IRPJ para os Quotistas pessoas jurídicas. Ademais, no caso de pessoa jurídica, o ganho será incluído na base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IRRF à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, para os quais as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

IOF / Títulos

A atual legislação fiscal estabelece que as operações das carteiras dos fundos de investimento estão sujeitas à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a carteira do fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.486.793/0001-42.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo e da Gestora à gestão do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

No caso de renúncia, a Administradora e a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral convocada para decidir sobre sua substituição ou liquidação do Fundo.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição da Administradora, da Gestora e de liquidação do Fundo aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

A perda da condição de Administradora e/ou Gestora do Fundo se dará, ainda, na hipótese de descredenciamento pela CVM, em conformidade com as normas que regulam o exercício de suas atividades.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide o Capítulos VIII do Regulamento.

Histórico

A BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma instituição financeira constituída em 2011, e possui equipe de profissionais qualificados do mercado financeiro e de capitais.

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas nos endereços indicados no presente Prospecto, onde tais informações poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao Quotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Quotistas, nas referidas dependências.

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

O conglomerado financeiro Citigroup atua em mais de 100 (cem) países e teve sua história iniciada em 1812, nos Estados Unidos. No Brasil desde 1915, foi pioneiro na prestação de serviços de custódia para terceiros em 1992 e iniciou a estratégia local com investidores institucionais em 1997.

Consagrado no mercado internacional financeiro como um dos maiores bancos em Serviços aos Mercados de Capitais, o Citibank disponibiliza às grandes corporações soluções de custódia local e também para investidores estrangeiros; serviços personalizados de fundos de investimentos, que envolvem o processamento de ativo e passivo, bem como a administração não-discricionária e Serviços de Controladoria.

GESTÃO

Para a prestação dos serviços de gestão da Carteira do Fundo foi contratada a Vitória Asset Management S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 7º andar - parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.330.895/0001-83.

Histórico

A Vitória Asset Management S.A. é uma gestora de fundos autorizada a administrar recursos de terceiros conforme do Ato Declaratório CVM nº 9233 de 27 de março de 2007, possuindo um patrimônio sob gestão de, aproximadamente, R\$ 3 bilhões.

Os recursos sob gestão estão distribuídos em diversos fundos abertos, fechados, exclusivos ou não, dedicados a pessoas físicas, jurídicas e clientes institucionais, tendo destacada atuação na gestão de fundos estruturados, multimercados e de renda fixa.

Sendo um dos principais pilares de negócio, a Gestora conta com uma equipe dedicada à gestão de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs e de Fundos de Investimento em Participação – FIPs.

A atuação da Gestora na estratégia de Crédito Privado tem como objetivo aproveitar oportunidades do mercado de crédito de forma flexível onde seja possível selecionar diferentes modalidades e instrumentos de crédito, principalmente dentro das classes de FIDCs, Cédulas de Crédito Bancário, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Cédulas de Crédito Imobiliário, arbitragem de risco e debêntures.

AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores do Fundo foram classificadas preliminarmente pela Austin Rating Serviços Financeiros, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, n.º 110, conjunto 73, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09 e pela Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40. Os respectivos relatórios de classificação de risco deverão ser atualizados, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora. A atribuição de um rating definitivo depende da disponibilização pelas Agências de Classificação de Risco em momento posterior ao registro do Fundo na CVM e consequente disponibilização de toda documentação final do Fundo, conforme aprovada. A informação sobre a disponibilização dos relatórios definitivos é esclarecida pelas Agências de Classificação de Risco nas próprias súmulas de classificação de risco anexadas ao presente Prospecto.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pelas Agências de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Histórico

Standard & Poor's Rating Services

A Standard & Poor's é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education.

Austin Rating Serviços Financeiros

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades. Toda esta experiência e conhecimento único é fruto de mais de 24 anos de trabalho, construídos em princípios sólidos de credibilidade e qualidade, conforme será exposto a seguir:

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre as empresas nacionais, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões.

Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro. A manutenção dessa profunda confiança adquirida exige, entretanto, que a agência esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, que ocorrem sob a forma de cursos nas melhores escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma desses investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada.

A Austin Rating possui um processo de classificação extremamente eficiente e dinâmico. Isto se traduz em opiniões de crédito confiáveis.

O processo de classificação da Austin Rating é eficiente porque atinge os seus objetivos, concedendo uma opinião fundamentada em fatores quantitativos e qualitativos. Além disso, essa eficiência se estende para o horizonte de tempo em que a agência continua acompanhando e modificando, caso necessário, os ratings concedidos. O dinamismo, por sua vez, é resultado de uma metodologia objetiva e bem definida combinada a processos internos ágeis e analistas experientes.

A ótima aceitação das classificações da Austin Rating pelos investidores institucionais, como fundos de pensão, fundos de investimento e bancos, em conjunto com o seu alto grau de eficiência e dinamismo, representa para o contratante a melhor relação custo/benefício do mercado.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, nº 33, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de Audit, Tax, e Advisory, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas.

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos Quotistas para consulta, na sede e agências da Administradora e do Coordenador Líder, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (a) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (b) a rentabilidade das Quotas, com base nos dados relativos ao último dia do mês;
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e
- (d) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 34, inciso IV da Instrução CVM 356.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Deverá constar necessariamente de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

- (a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos de Créditos;
- (b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições do Regulamento e do Contrato de Cessão;

- (c) referente ao cumprimento, pelo Cedente, dos procedimentos definidos na política de concessão de crédito e na políticas de cobrança e das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão; e
- (d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 24, Parágrafo 7º, do Regulamento.

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas na Instrução CVM nº 489/11.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pelo Auditor Independente, que deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 ano e se encerrará no dia 31 de março de cada ano.

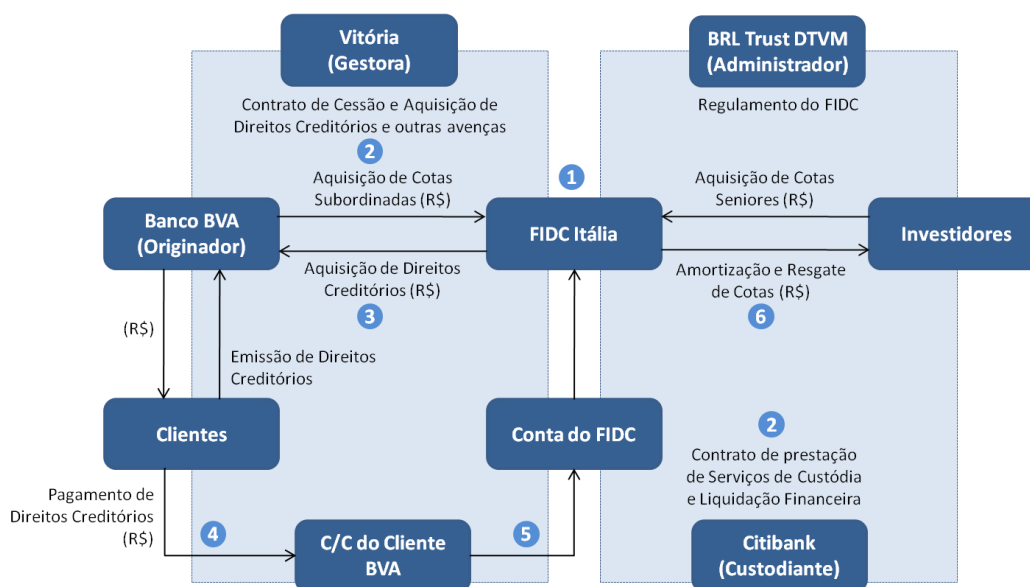
À Administradora cabe divulgar, trimestralmente:

- (a) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o valor da Quota;
- (c) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores;
- (d) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil;
- (e) os relatórios das Agências de Classificação de Risco; e
- (f) o demonstrativo elaborado pelo Diretor Designado, nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 24 do Regulamento, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Regulamento e na legislação vigente.

A divulgação das informações previstas no Regulamento deve ser feita por meio de (i) anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou, sempre que possível, por meio de (ii) correio eletrônico e carta com aviso de recebimento enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

A partir da entrada em vigor da Instrução CVM nº 484, de 21 de julho de 2010, a Administradora deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO



01. O Fundo emite Quotas Seniores e Quotas Subordinadas. O Coordenador Líder realiza a distribuição pública das Quotas Seniores junto a Investidores Qualificados e o Cedente subscreve, exclusivamente, Quotas Subordinadas, conforme artigos 37 e 40 do Regulamento do Fundo.

02. O Cedente oferece Direitos de Crédito elegíveis ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, assim entendidos aqueles Direitos de Crédito que atendem integralmente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão, conforme artigos 17 e 18 do Regulamento do Fundo;

A Gestora e o Custodiante verificam a adesão dos Direitos Crédito oferecidos à Política de Investimento do Fundo e o enquadramento aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão estabelecidos, de acordo com suas respectivas responsabilidades, conforme estabelecidas e detalhadas no Capítulo V do Regulamento do Fundo. Após a análise e aprovação, o Custodiante envia ao Cedente a lista dos Direitos de Crédito selecionados;

03. Após a formalização da cessão, o Fundo efetua o pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios ao Cedente;

04. Os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão debitados das contas dos Clientes abertas e mantidas junto ao Cedente, conforme fator de risco do artigo 22, parágrafo 4º, "d", do Regulamento do Fundo;

05. O Cedente transfere os recursos oriundos dos pagamento dos direitos de crédito para conta corrente aberta no Custodiante em nome do Fundo em até 24 (vinte e quatro) horas; e

06. As Quotas Seniores são amortizadas todo dia 05 de cada mês a partir do mês subsequente ao do término do Período de Carência, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento do Fundo.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo destina-se a adquirir Direitos de Crédito, nos termos da política de concessão de crédito do Cedente constante da seção "Política de Concessão de Crédito" deste Prospecto Definitivo. Os Direitos de Crédito serão representados por debêntures, cédulas de crédito imobiliário, certificados de cédula de crédito bancário, cédulas de crédito bancário, Cédulas de Crédito à Exportação ou Notas de Crédito à Exportação, sendo que cada parcela devida pelo Cliente no âmbito da respectiva debênture, cédula de crédito imobiliário, certificado de cédulas de crédito bancário, cédula de crédito bancário, Cédula de Crédito à Exportação ou Nota de Crédito à Exportação será considerada, individualmente, um Direito de Crédito.

Como regra geral, cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo será considerada formalizada e regular após a verificação dos procedimentos, termos e condições previstos no Contrato de Cessão. Cada operação de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo realizada e formalizada nos termos do Contrato de Cessão será considerada definitiva para todos os fins de direito.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo serão realizados pelo Custodiante, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

A análise da documentação será realizada utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, conforme faculta o Artigo 38, § 1º da Instrução CVM nº 356. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da Carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.

As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (a) obtenção de arquivo com cada Direito de Crédito adquirido pelo Fundo, na respectiva data da cessão; e
- (b) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Custodiante.

TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente, conforme o caso, a (i) CDI+4,5% (quatro e meio por cento) ao ano, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros composta por CDI acrescido de uma taxa pré-fixada ou pré-fixada, caso em que será utilizada a curva do CDI da Data de Aquisição e Pagamento; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros composta por um percentual do CDI ou (iii) Índice de Preço acrescido de 12% (doze por cento) ao ano, quando o Direito de Crédito for indexado a Índice de Preço acrescido de uma taxa pré-fixada.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Pela aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo pagará, em cada Data de Aquisição e Pagamento, o valor apurado de acordo com o disposto nos itens (a), (b), (c), ou (d) abaixo, conforme cada caso:

(a) Direito de Crédito indexado a uma taxa de juros pré-fixada:

O Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo para cada um dos Direitos de Crédito será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA = \sum \left[\frac{PMT_i}{\left(1 + \frac{Exp_k}{100}\right)^{\frac{n}{252}} \times (1 + 0,045)^{\frac{n}{252}}} \right]$$

onde:

PA Preço de Aquisição do Direito de Crédito Elegível.

PMTi Valor de cada uma das parcelas de pagamento do Direito de Crédito Elegível calculadas para os seus respectivos vencimentos (Valor Futuro), nos termos da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário.

| | |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exp_k | Expectativa de Taxa pré obtida através da interpolação exponencial dos vencimentos de futuros de DI1 negociados na BM&F Bovespa no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, no primeiro ponto será utilizado o DI over divulgado pela CETIP. |
| n | Número de dias úteis entre a Data de Aquisição e a do vencimento de cada PMTi. |

(b) Direito de Crédito indexado a uma taxa de juros composta por CDI acrescido de uma taxa pré-fixada:

O Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo para cada um dos Direitos de Crédito será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA = \sum \frac{PMT_i}{\left[\left(1 + \frac{Exp_k}{100} \right)^{\frac{n}{252}} \times (1 + 0,045)^{\frac{n}{252}} \right]}$$

onde:

| | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PA | Preço de Aquisição do Direito de Crédito Elegível. |
| PMTi | Valor de cada parcela de pagamento do Direito de Crédito Elegível projetados para os seus respectivos vencimentos, ajustado à curva de juros pré (DI), nos termos nos termos da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário. |
| Exp_k | Expectativa de Taxa pré obtida através da interpolação exponencial dos vencimentos de futuros de DI1 negociados na BM&F Bovespa no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, no primeiro ponto será utilizado o DI over divulgado pela CETIP. |
| n | Número de dias úteis entre a Data de Aquisição e a do vencimento de cada PMTi. |

(c) Direito de Crédito indexado a uma taxa de juros composta por um percentual do CDI:

O Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo para cada um dos Direitos de Crédito será equivalente ao saldo devedor da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário na Data da Aquisição.

$$PA = \sum \frac{PMT_i}{\left[\left[\left(1 + \frac{Exp_k}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \left(\frac{150}{100} + 1 \right) \right]^n}$$

onde:

| | |
|------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PA | Preço de Aquisição do Direito de Crédito Elegível. |
| PMTi | Valor de cada parcela de pagamento do Direito de Crédito Elegível projetados para os seus respectivos vencimentos, ajustado à curva de juros pré (DI), nos termos nos termos da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário. |
| Exp _k | Expectativa de Taxa pré obtida através da interpolação exponencial dos vencimentos de futuros de DI1 negociados na BM&F Bovespa no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo, no primeiro ponto será utilizado o DI over divulgado pela CETIP. |
| n | Número de dias úteis entre a Data de Aquisição e a do vencimento de cada PMTi. |

(d) Direito de Crédito indexado a Índice de Preço acrescido de uma taxa pré-fixada:

O Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo para cada um dos Direitos de Crédito será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA = \sum \left(\frac{PMT_i}{(1 + 0,12)^{\frac{n_i}{252}}} \right) \times C$$

onde:

| | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PA | Preço de Aquisição do Direito de Crédito Elegível. |
| PMTi | Valor de cada parcela de pagamento do Direito de Crédito Elegível projetados para os seus respectivos vencimentos, considerando somente a parcela pré-fixada, nos termos nos termos da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário. |
| C | Fator acumulado da correção do Índice de Preço referente ao período de emissão da Cédula de Crédito Bancário, do Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, da Debênture, da Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito à Exportação ou da Nota de Crédito à Exportação, ou de realização do último pagamento de juros no âmbito do documento comprobatório da respectiva Cédula de Crédito Bancário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário, Debênture ou Cédula de Crédito Imobiliário até a data da precificação do título. |

POLÍTICA DE COBRANÇA

A seção “*POLÍTICA DE COBRANÇA*” deste Prospecto Definitivo contém a descrição detalhada da atual política de cobrança adotada pelo Fundo.

RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Nos termos do Contrato de Cessão, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido, mediante simples notificação à Administradora, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido.

Caso a recompra seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido, o Cedente poderá adquirir o referido Direito de Crédito Inadimplido por R\$ 1,00 (um real).

O Cedente terá o direito, a qualquer momento durante o Período de Carência, mediante notificação à Administradora e/ou a Gestora, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, de adquirir (em moeda corrente nacional) ou de substituir, qualquer Direito de Crédito que tenha

cedido ao Fundo pelo respectivo Preço de Aquisição, desde que o novo Direito de Crédito atenda aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão. Após o término do Período de Carência, o Cedente terá a faculdade de apresentar ofertas de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplido ao Fundo, sendo que a Administradora e/ou a Gestora poderá(ão), ou não, aceitar a referida oferta, sempre no melhor interesse do Fundo e de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

Sem prejuízo das opções de aquisição referidas nos parágrafos acima, o Cedente terá o direito de primeira recusa, caso a Administradora e/ou a Gestora deseje(m) alienar quaisquer Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo para terceiros. Para fins do disposto neste parágrafo, sempre que o Fundo pretender alienar Direitos de Crédito, a Administradora e/ou Gestora enviará(ão) ao Cedente uma notificação identificando os Direitos de Crédito que o Fundo pretende alienar e o respectivo valor. O Cedente deverá exercer o seu direito de primeira recusa no Prazo de Exercício, informando à Administradora se deseja ou não adquirir os referidos Direitos de Crédito. Caso exerça o referido direito, o Cedente deverá realizar o pagamento dos Direitos de Crédito ao Fundo, até o último dia do Prazo de Exercício, observado o disposto no Contrato de Cessão. Por outro lado, caso o Cedente não exerça o direito de primeira recusa, ou deixe de se manifestar no Prazo de Exercício, a Administradora e/ou a Gestora estará(ão) livre(s) para alienar os Direitos de Crédito em questão, pelo mesmo preço oferecido ao Cedente, por um prazo de 30 (trinta) Dias Úteis. O Fundo, conforme orientação da Administradora, deverá notificar o Cedente, imediatamente e por escrito, sobre eventual alienação de Direitos de Crédito para terceiros nos termos deste parágrafo, ficando desde já acordado entre as Partes que a referida alienação de Direitos de Crédito para terceiros não ensejará em quaisquer ônus adicionais ao Cedente.

Em decorrência do iminente fato de que o Cedente do Fundo passará a deter uma posição de controle da Administradora, passando, dessa forma, a manter relação societária com a Administradora, além das relações já existentes nesta data, e do fato de que a Gestora é uma sociedade controlada do Cedente do Fundo, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse entre o Cedente e a Gestora e, futuramente, entre a Administradora e o Cedente, especialmente relacionados à possibilidade de recompra ou substituição de Direitos de Crédito pelo Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE OS DIREITOS DE CRÉDITO

As tabelas abaixo apresentam os índices de inadimplemento, perda e/ou pré-pagamento das Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Cedente e que poderão compor a Carteira do Fundo, relativos a um período de 36 (trinta e seis) meses compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011.

| Pré Pagamento | |
|---------------------------------------|----------------|
| De 0 a 14 dias antes do vencimento | 0,084% |
| De 15 a 30 dias antes do vencimento | 0,034% |
| De 31 a 60 dias antes do vencimento | 1,121% |
| De 61 a 90 dias antes do vencimento | 0,303% |
| De 91 a 120 dias antes do vencimento | 0,772% |
| Acima de 120 dias antes do vencimento | 14,266% |
| Total: | 16,578% |

No que diz respeito à metodologia adotada pelo Cedente para o cálculo dos índices de pré-pagamento constantes da tabela acima, o Cedente considerou a totalidade das Cédulas de Crédito Bancário integrantes da sua carteira e que poderão compor a Carteira, relativos a um período de 36 (trinta e seis) meses compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, cujos pagamentos foram realizados antes das suas respectivas datas de vencimento, bem como o período em que os referidos pré-pagamentos foram realizados (considerando os períodos indicados na tabela acima).

A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos de Crédito Elegíveis poderá ocasionar perdas ao Fundo.

Isso porque a ocorrência de pré-pagamentos de Direitos de Crédito reduz o horizonte original de rendimentos referentes a tais Direitos de Crédito originalmente esperados pelo Fundo, uma vez que o pré-pagamento de um Direito de Crédito é realizado pelo valor inicial do Direito de Crédito atualizado somente até a data da realização do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre o Cedente e o respectivo Cliente devedor do Direito de Crédito, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito de Crédito deixam de ser devidos pelo respectivo devedor.

| Inadimplência | |
|----------------------|--------------|
| De 14 a 30 Dias | 0,46% |
| De 31 a 60 Dias | 0,46% |
| De 61 e 90 Dias | 0,18% |
| De 91 e 120 Dias | 0,19% |
| De 121 e 150 Dias | 0,18% |
| De 151 e 180 Dias | 0,11% |
| Acima de 180 Dias | 1,51% |
| Total: | 3,09% |

A metodologia adotada pelo Cedente para o cálculo dos índices de inadimplemento constantes da tabela acima teve como base a análise dos pagamentos das Cédulas de Crédito Bancário integrantes da carteira do Cedente e que poderão compor a Carteira do Fundo, relativos a um período de 36 (trinta e seis) meses compreendido entre os dias 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, realizados após as suas respectivas datas de vencimento, bem como do período em que, conforme o caso, as Cédulas de Crédito Bancário inadimplidas foram pagas (considerando os períodos indicados na tabela acima).

INFORMAÇÕES SOBRE O CEDENTE

Tendo em vista que os recursos do Fundo serão investidos na aquisição de Direitos de Crédito originados e/ou estruturados no âmbito de operações de empréstimos e financiamentos celebradas entre o Banco BVA e os seus Clientes, a presente seção destina-se à apresentação de algumas informações referentes ao Banco BVA, na condição de Cedente do Fundo.

INTRODUÇÃO

O Banco BVA é instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 633, conjunto 101, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.254.138/0001-03. A Diretoria Executiva, no entanto, fica situada na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 2º andar.

O Banco BVA é controlado pela BVA Empreendimentos S.A. e por Benedito Ivo Lodo Filho. O Banco BVA iniciou suas atividades em 1994, no Estado do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2000, transformou-se em banco múltiplo e desde então desenvolve suas operações de modo integrado, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, de financiamento e de câmbio.

A partir da reengenharia corporativa promovida pela atual administração, o Banco BVA passou a ser um banco focado na oferta de crédito para empresas, na administração de recursos de terceiros e em operações estruturadas. Essa especialização, simultaneamente ao aprimoramento dos controles administrativos e da qualidade do atendimento, levou o Banco BVA a um resultado mais satisfatório se comparado ao apresentado em anos anteriores.

Em coerência com as práticas de governança corporativa, hoje o Banco BVA conta com um Conselho Administrativo e uma política de controle de gestão estruturada com base em comitês que abrangem suas várias áreas de atuação e operação: Executivo, Planejamento, Caixa, Crédito, Revisão de Crédito, Compliance, Despesas, Controles Internos, Consultivo e Auditoria, Câmbio e Produtos.

E para dar suporte às novas áreas de negócios, o Banco BVA reforçou a sua equipe com a contratação de profissionais com experiência mínima de 20 anos de mercado financeiro, especialmente no seguimento de crédito a empresas de médio porte.

De acordo com sua política de concessão de crédito, em novembro de 2011, aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) dos créditos concedidos pelo Banco BVA possuíam classificação entre os níveis AA e B. O Banco BVA é muito cauteloso em relação à concessão de créditos. Em 30 de novembro de 2011, a provisão para devedores de liquidação duvidosa totalizava 5,79% (cinco inteiros e setenta e nove centésimos por cento) dos créditos concedidos pelo Banco BVA.

ESTRUTURA DE CAPITAL E CONTROLADORES

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações detidas pelos controladores, incluindo as ações decorrentes de opções de compra, exercidas ou não, e outros valores mobiliários conversíveis em ações, na data deste Prospecto Definitivo:

Acionistas

| Acionistas | Quantidade de Ações | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| | ON | % | PN | % | TOTAL | % |
| V55 Empreendimentos S.A. | 42.997.804 | 25,7% | 0 | 0% | 42.997.804 | 14,9% |
| Benedito Ivo Lodo Filho | 70.818.925 | 42,3% | 0 | 0% | 70.818.925 | 24,6% |
| Bolero Participações S.A. | 0 | 0% | 31.179.438 | 25,9% | 31.179.438 | 10,8% |
| Patriarca Private Equity Fundo de Investimento em Participações | 0 | 0% | 69.024.542 | 57,3% | 69.024.542 | 24,0% |
| SDG20 Participações S.A. | 0 | | 20.319.260 | 16,9% | 20.319.260 | 7,1% |
| Vilaflor Participações S.A | 53.619.799 | 32,0% | 0 | 0% | 53.619.799 | 18,6 |
| José Augusto Ferreira dos Santos | 1 | 0% | 0 | 0% | 1 | 0% |
| Fabio Augusto Ferreira dos Santos | 1 | 0% | 0 | 0% | 1 | 0% |
| Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos | 1 | 0% | 0 | 0% | 1 | 0% |
| Ana Paula Peixoto | 1 | 0% | 0 | 0% | 1 | 0% |
| TOTAL | 167.436.532 | 100% | 120.523.240 | 100% | 287.959.772 | 100% |

Observações:

- (1) aquisição de 51.142.541 ações ordinárias por Benedito Ivo Lodo Filho de BVA Empreendimentos pendente de aprovação pelo BACEN.
- (2) participação do Patriarca Private Equity Fundo de Investimento em Participações. (AGE 14-09-2010, 30-09-2010, 29-04-2011, 31-05-2011, 30-06-2011, 30-08-2011 e 08-12-2011) pendente de aprovação pelo BACEN.
- (3) participação da SDG20 Participações S.A. (AGE 30-11-2011), pendente de aprovação pelo BACEN.

AÇÕES EM TESOURARIA

Não há ações em tesouraria.

ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco BVA compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros são eleitos, respectivamente, pela Assembléia Geral e pelo próprio Conselho de Administração. O Conselho Fiscal do Banco BVA funciona apenas nos exercícios sociais em que é instalado.

O Conselho de Administração é composto de 3 (três) a 10 (dez) membros e no mínimo 1 (um) e no máximo 10 (dez) membros suplentes, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo 1 (um) Presidente e os demais Conselheiros.

A Diretoria é composta de 2 (dois) a 12 (doze) membros, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo 1 (um) Diretor Presidente, e até 11 (onze) Diretores Executivos, que exercerão as funções de Diretores Executivos Administrativos e Diretores Executivos Comerciais.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, é composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS DIRETORES DO BANCO BVA

O Conselho de Administração do Banco BVA é formado pelos seguintes profissionais:

Administração

Conselho de Administração

| Nome | Cargo | Data de Eleição | Data de Posse | Prazo do Mandato * |
|--------------------------------------|----------------------|-----------------|---------------|--------------------|
| José Augusto Ferreira dos Santos | Presidente | 30-04-2009 | 08-07-2009 | AGO de 2011 |
| Benedito Ivo Lodo Filho | Conselheiro Titular | 30-04-2009 | 08-07-2009 | AGO de 2011 |
| Fabio Augusto G. Ferreira dos Santos | Conselheiro Titular | 30-04-2009 | 08-07-2009 | AGO de 2011 |
| Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos | Conselheiro Titular | 30-04-2009 | 08-07-2009 | AGO de 2011 |
| Ana Paula Peixoto da Silva | Conselheiro Suplente | 30-04-2009 | 08-07-2009 | AGO de 2011 |

* Os membros do Conselho de Administração acima indicados foram reeleitos em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 19 de abril de 2011, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2012. Entretanto, a posse dos mesmos, após a reeleição, ainda aguarda aprovação do BACEN.

José Augusto Ferreira dos Santos

O Sr. José Augusto é atualmente o presidente de nosso conselho de administração e foi membro da diretoria desde abril de 1995. O Sr. José Augusto graduou-se em 1977 em administração de empresas pela Faculdade de Ciências Contábeis Moraes Júnior, no Rio de Janeiro. O Sr. José Augusto é o fundador do Banco BVA e conta com mais de 27 anos de experiência, 14 dos quais no mercado financeiro. Ele trabalhou previamente no Unibanco, no Banco Mercantil de São Paulo, na Senso DTVM e na Ponto3 CCVM. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Benedito Ivo Lodo Filho

Possui mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, parte dessa experiência adquirida na BDO Consultores, onde atuou por 12 anos. Atua como Presidente do Banco BVA e ocupa também uma cadeira no Conselho de Administração do Banco BVA. Foi executivo do Conglomerado Safra por 4 anos, alcançado o posto de Diretor Estatutário. Formado em Administração de Empresas, com especialização em Planejamento Estratégico para Bancos pela Universidade da Califórnia (UCLA/Berkley), Credit Risk Analysis – Kellogg. Atuou no Banco J.Safra, onde foi membro do Comitê Executivo e responsável pela estratégia e desenvolvimento de estruturação e montagem. Neste banco foi ainda responsável pelas áreas de produtos, jurídico, sistemas, *back office*, *services*, processos, infra-estrutura e desenvolvimento de negócios. No Banco Safra atuou como responsável por controle e processamento de câmbio, tesouraria e captação, serviços de suporte administrativo, seguros, crédito imobiliário, cartão de crédito, engenharia de processos, desenvolvimento e coordenação da implantação do *Control Self Assessment* – CSA. Já na BDO Consultores foi responsável por projetos no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e em outros países da América Latina. Dentre suas atribuições, podemos destacar a reestruturação e privatização de bancos estaduais, em consonância com os planos do Banco Central, assessoria ao Banco Itaú S.A. nos processos de aquisição de outros bancos, desenvolvimento e implantação da área de Controladoria do Banco do Brasil e assessoria a vários bancos na implementação dos requisitos de controles internos. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Fabio Augusto Guimarães Ferreira dos Santos

O Sr. Fabio graduou-se em 2000 em Engenharia da Computação pela Universidade Estadual de Campinas – Sistemas Industriais e Processos, Telecomunicações e Engenharia Econômica, e também obteve um certificado da ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro) em 2005. Antes de se juntar ao Banco BVA em 2001, o Sr. Fabio trabalhou com pesquisa científica no CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e o IA (Instituto de Automação – IA Fundação Centro Tecnológico para Informática – CTI). Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos

Possui mais de 20 anos de experiência profissional em *banking*. Formado em Administração de Empresas com MBA e mestrado em finanças, trabalhou no Banco Bozano Simonsen. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Ana Paula Peixoto da Silva

Possui mais de 16 anos de experiência profissional. Formada em direito pela Universidade Cândido Mendes, com especialização em Direito da Empresa e das Organizações Empresariais e Direito Processual Civil. Trabalhou na TV Globo Ltda e no Bozano Participações S.A. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Diretoria Executiva

| Nome | Cargo | Data de Eleição | Data de Posse | Prazo do Mandato* |
|----------------------------------------|----------------------------|-----------------|---------------|----------------------|
| Benedito Ivo Lodo Filho | Presidente | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Hermes Xavier dos Santos | Diretor Ex. Comercial | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Carlos Jorge Moreno Yasaka | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Antônio Luiz de Oliveira Pinto Pascoal | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Edison Gandolfi | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Antonio Carlos Conversano | Diretor Ex. Comercial | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Edson Vicente Sivieri | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Robson Luiz de Souza Brandão | Diretor Ex. Comercial | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| Cristine Basseto Cruz | Diretor Ex. Administrativo | 17-05-2010 | 02-08-2010 | RCA após AGO de 2011 |
| José Ricardo Ceravolo Risolia | Diretor Ex. Comercial | 16-09-2010 | Não há | RCA após AGO de 2011 |
| José Antonio La Terza Ferraiuolo | Diretor Ex. Administrativo | 16-09-2010 | Não há | RCA após AGO de 2011 |

* Os Diretores Executivos acima indicados foram reeleitos em Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 02 de maio de 2011, com mandato até a até a primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2012. Entretanto, a posse dos mesmos, após a reeleição, ainda aguarda aprovação do BACEN.

Benedito Ivo Lodo Filho (Currículo incluído na seção do “*Conselho de Administração*” acima)

Hermes Xavier dos Santos

Possui mais de 28 anos de experiência profissional em *banking*. Formado em Administração de Empresas, trabalhou no Banco Iochipe de Investimentos, Banco Safra, Safra National Bank of New York e Banco J. Safra. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Carlos Jorge Moreno Yasaka

Possui mais de 29 anos de experiência em *banking*. Formado em Administração de Empresas, trabalhou nos bancos Safra, Cidade, Rendimento, HSBC Bank Brasil e J. Safra. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Luiz Rodolfo Palmeira Vasconcellos (Currículo incluído na seção do “*Conselho de Administração*” acima)

Antônio Luiz de Oliveira Pinto Pascoal

Possui mais de 27 anos de experiência em *banking*. Formado em Administração de Empresas com especialização em tecnologia, finanças e marketing corporativo, trabalhou nos bancos Safra, Santander, Citibank e J. Safra. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Edison Gandolfi

Possui mais de 24 anos de experiência profissional, 18 dos quais no mercado financeiro, 16 em auditoria externa. Formado em Administração de Empresas com pós-graduação em Finanças e MBA em Ciências Contábeis, trabalhou na PwC e na KPMG. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Antonio Carlos Conversano

Possui mais de 28 anos de experiência em *banking*. Trabalhou no Banco Francês e Brasileiro, Banco Union C.A., Excel Banco S.A., Banco Rendimento S.A., Banco Daycoval S.A., Banco Indusval S.A. e Banco Pine S.A. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Edson Vicente Sivieri

Possui mais de 25 anos de experiência em TI. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Tecnologia da Informação pelas Faculdades Associadas de São Paulo, trabalhou nos bancos Safra e J. Safra. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Robson Luiz de Souza Brandão

Possui mais de 26 anos de experiência em *banking*. Formado em Administração de Empresas pela UNOPEC - União das Faculdades da Organização Paulista Educacional e Cultural, trabalhou nos bancos Bradesco, Boavista Interatlântico, ABC Brasil, BMC e J. Safra. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

Cristine Basseto Cruz

Possui mais de 13 anos de experiência em *banking*. Formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, trabalhou no Banco Safra, na AmBev e no Banco Santander. Endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900, 2º andar, São Paulo, SP.

José Ricardo Ceravolo Risolia

Possui mais de 31 anos de experiência em *banking*. Formado em Direito pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas, trabalhou nos seguintes bancos: Daycoval, Banco do Progresso, Banco Bandeirantes e Banco Mercantil. Sua eleição ainda está pendente de aprovação pelo Banco Central.

José Antonio La Terza Ferraiuolo

Possui mais de 16 anos de experiência em *banking*. Formado em Engenharia pelo ITA – Instituto Tecnológico de Engenharia, trabalhou no Credit Suisse, no Trend Bank, no CSFB e no BankBoston. Sua eleição ainda está pendente de aprovação pelo Banco Central.

ACORDO DE ACIONISTAS

Os acionistas do Banco BVA firmaram acordo de acionistas, o qual regula seus interesses na qualidade de detentores de participação no capital social do Banco BVA, o qual encontra-se devidamente arquivado na sede do Banco BVA. Os signatários do mencionado Acordo de Acionistas são: BVA Empreendimentos S.A., Benedito Ivo Lodo Filho, V55 Empreendimentos S.A. e Bolero Participações S.A..

ESTRATÉGIA

Com sua equipe comercial dividida em diversas diretorias e superintendências, o Banco BVA utiliza os recursos captados através da emissão de Certificados de Depósito Bancário. Além disso, o Banco BVA estrutura Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento regulados pela Instrução CVM 409 para sustentar o crescimento da produção e oferta de crédito. Lançado em abril de 2010, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master possuía, em dezembro de 2011, patrimônio líquido de aproximadamente R\$171,5 milhões. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II, lançado em agosto de 2010, possuía em dezembro de 2011 patrimônio líquido de R\$169,3 milhões. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III, lançado em fevereiro de 2011, atingiu, em pouco mais de dez meses, o patrimônio líquido de R\$ 355,3 milhões. Lançado em 02 de setembro de 2011, o FIDC Aberto Multisetorial Vitória possuía ao final do mês dezembro, patrimônio líquido de cerca de R\$ 386,6 milhões de reais.

A Área de Operações Estruturadas, um dos pilares do Banco BVA, tem recebido atenção especial, com o reforço da equipe e geração e distribuição de novos negócios que têm sido importantes nos resultados do Banco. Em 2010, o Banco BVA cedeu ao todo operações para terceiros no valor total de R\$ 1,266 bilhão. Já em 2011, este valor saltou para R\$ 1,455 bilhão. Atualmente o Banco BVA é cedente exclusivo de Fundos de Investimentos regulados pela Instrução CVM 409, que totalizam Patrimônio Líquido aproximado de R\$ 998,72 milhões e de quatro FIDCs com Patrimônio Líquido atual de R\$ 1.082,7 milhões.

| Volume de Cessão | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| | 2011 | 2010 |
| Fundos regulados pela ICVM 409 | 487.898.734,51 | 536.471.454,92 |
| FIDCs | 857.626.286,35 | 532.419.543,96 |
| Outros | 110.026.989,09 | 197.500.000,00 |
| Total | 1.455.552.009,95 | 1.266.390.998,87 |

Em 2010 foram cedidos mais de R\$ 1.069 milhões para fundos. Em 2011, o volume de cessões para fundos totalizou R\$ 1,345 bilhão.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DO BANCO BVA

Como banco privado nacional, o Banco BVA foca suas atividades na concessão de empréstimos a empresas de "middle market", com garantia em recebíveis, imóveis e outros bens e, ainda, na geração de operações estruturadas.

A estrutura de crédito do Banco BVA é dividida em 4 (quatro) áreas que possuem forte envolvimento na gestão desta atividade, quais sejam: Comitê Executivo, Análise de Crédito, Comitê de Crédito, e Comitê de Recuperação de Crédito.

O Comitê Executivo é responsável pela cultura de crédito, pelos objetivos da carteira e limites de tolerância ao risco, objetivos de segmentação da carteira e diversificação de risco, regras de exceções na captação de negócios e análise da relação risco/retorno da carteira de crédito, além da política de crédito propriamente dita.

A Análise de Crédito é a área que prepara informações no intuito de disponibilizá-la ao Comitê de Crédito, de forma a dar suporte às decisões do Comitê de Crédito. Essas informações são extensamente analisadas, estudadas e apresentadas para o Comitê de Crédito. O foco da análise abrange todas as informações jurídicas, econômicas e financeiras pertinentes à operação de crédito e ao cliente, incluindo: balanço patrimonial atualizado, histórico e projeções, fluxo de caixa, grau de endividamento, controle societário, análise setorial, análise de garantias, prazo da operação, relacionamento e informações com o mercado.

No caso da recuperação de crédito, existe o Comitê de Recuperação de Crédito que avalia as possibilidades e as probabilidades de recuperação de crédito, além de estabelecer as diretrizes e ações a serem tomadas para a recuperação.

Para se estruturar e conquistar sua parcela no mercado de suprimento de capital de giro, o Banco BVA contratou pessoal e, conseqüentemente, ampliou sua estrutura. Assim, a estrutura compõe-se da matriz no Rio de Janeiro, mais as agências de São Paulo e de Belo Horizonte e escritórios em Campinas, Ribeirão Preto e Santo André.

As atividades de crédito do Banco BVA contam com uma equipe comercial composta por cerca de 100 (cem) gerentes respaldados nas suas propostas de negócios, com a presença de um grupo de 20 (vinte) analistas e 20 (vinte) pessoas responsáveis pela formalização e cobrança das operações de crédito.

Para avaliação dos clientes de “*middle market*” são utilizados os instrumentos convencionais de análise de crédito e cadastro, tais como pesquisa no Serasa e na central de risco do Banco Central, pesquisa cadastral junto aos fornecedores e cliente, visita às empresas, análise do grupo econômico e dos controladores, demonstrações financeiras e indicadores de desempenho.

Para a gestão de compliance e risco operacional, o Banco BVA instituiu uma diretoria voltada especificamente para a execução destas rotinas.

INADIMPLÊNCIA

O Banco BVA apresenta baixo índice de inadimplência visto que sua carteira é composta por créditos de “*middle market*” com garantias representadas por recebíveis, imóveis e outros bens.

Para apresentar um baixo índice de inadimplência, o Banco BVA adota uma política de checagem completa das duplicatas e recebíveis dados em garantia e acompanhamento semanal das operações, por meio da área de Revisão de Crédito (acompanhamento do cliente e das duplicatas).

TESOURARIA

A principal função da tesouraria é a administração do caixa e a redução da exposição do Banco BVA aos riscos de mercado, bem como o monitoramento de “gaps” entre ativos e passivos. Os instrumentos utilizados visam garantir a liquidez do Banco BVA. A sua exposição a riscos é baixa.

O Banco BVA utiliza um *Value at Risk* (VaR) com 95% (noventa e cinco por cento) de intervalo de confiança, que usa uma matriz de correlação e volatilidades de mercado para calcular o valor em risco das posições do Banco BVA em dado momento. O VaR tem girado em torno de R\$ 738 mil, valor não significativo tanto em relação ao caixa quanto ao patrimônio líquido. Tecnicamente, portanto, o Banco BVA tem apresentado baixo risco de mercado. Qualquer parâmetro de VaR máximo deve levar em conta ou o caixa do Banco BVA ou o seu patrimônio líquido.

COLABORADORES E POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O Banco BVA desenvolve uma política de recursos humanos baseada em um modelo de gestão que valoriza a clareza nas decisões e o constante desenvolvimento profissional.

O programa de remuneração estimula a competitividade e reconhece o mérito, sem abandonar princípios éticos e elevados padrões de comportamento profissional.

INVESTIMENTOS RELEVANTES

Desde 2007 o Banco BVA vem ampliando e modernizando suas instalações no escritório de São Paulo-SP. Contratou dezenas de novos colaboradores e, além disso, tem realizado periodicamente investimentos em sua plataforma tecnológica, visando adequar-se à nova dimensão dos seus negócios, objetivando adquirir maior celeridade no processo de análise, controle, segurança e integridade na concessão de crédito.

Em 2009, inaugurou uma nova agência no Rio de Janeiro-RJ e um novo e amplo escritório em Campinas-SP.

No início do ano de 2010 foi inaugurado o escritório de Santo André-SP e foi realizada uma ampliação da agência de São Paulo-SP.

Até o final de 2011, estão previstas a abertura de novos escritórios nas cidades de Curitiba-PR, Recife-PE, Santos-SP, São José do Rio Preto-SP, Porto Alegre-RS, Uberlândia-MG, Goiânia-GO e o segundo escritório em Campinas-SP.

FONTES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A captação de recursos do Banco BVA é feita através de CDBs pré e pós-fixados e indexados à variação do CDI-CETIP. Esse tipo de captação vem apresentando crescimento constante, levando-se em consideração os depósitos totais (depósitos a prazo + depósitos à vista + Dívidas Subordinadas + LCAs + LCIs), já que, em dezembro de 2007, somavam R\$ 352,3 milhões, em dezembro de 2008, somavam R\$ 561,2 milhões, em dezembro de 2009, somavam R\$ 2.149,1 milhões e em dezembro de 2010 somavam R\$ 3.449,4 milhões. Já em novembro de 2011, o montante equivalia a R\$ 5.220,7 milhões.

| Depósitos | | | |
|------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2009 | 2010 | 2011 |
| jan | 676.893,07 | 2.487.197,50 | 3.269.441,32 |
| fev | 771.757,09 | 2.688.682,43 | 3.546.234,88 |
| mar | 1.748.517,85 | 3.144.350,77 | 3.980.544,35 |
| abr | 1.388.459,07 | 2.932.422,13 | 4.189.241,38 |
| mai | 1.499.700,97 | 3.051.013,77 | 4.560.502,14 |
| jun | 1.495.259,69 | 3.233.536,11 | 4.636.586,69 |
| jul | 1.399.804,94 | 2.985.064,71 | 4.775.209,47 |
| ago | 1.580.687,95 | 2.994.405,09 | 5.024.742,12 |
| set | 2.352.228,43 | 2.946.893,54 | 4.943.716,56 |
| out | 2.107.498,70 | 3.147.953,58 | 5.117.347,88 |
| nov | 2.211.704,76 | 3.344.628,97 | 5.220.692,77 |
| dez | 2.340.505,56 | 3.449.442,21 | |

Outras fontes de captação são cessões de operações de crédito de “*middle market*”.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELO BANCO BVA

O Banco BVA possui um programa de emissão de notas de curto prazo listado na Bolsa de Luxemburgo, com volume total de US\$500.000.000 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos). Foi realizada, em 9 de fevereiro de 2011, emissão no valor total de aproximadamente US\$45,000,000.00 (quarenta e cinco milhões de dólares).

AMBIENTE REGULATÓRIO

O Banco BVA possui suas atividades reguladas, principalmente, pelo Banco Central.

O Banco Central concedeu, em 19 de janeiro de 1994, autorização para o funcionamento do Banco BVA, habilitando-o a operar com carteiras de investimento, crédito e financiamento. Em 16 de outubro de 1998, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco BVA a operar com carteira de arrendamento mercantil. Em 6 de janeiro de 2000, o Banco Central permitiu a abertura, pelo Banco BVA, de “contas reservas” bancárias e lhe atribuiu o número de compensação 044. Em 4 de março de 2002, o Banco Central do Brasil autorizou o Banco BVA a operar carteira comercial e na área de câmbio.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO BANCO BVA

Em 15 de julho de 2011, a LF Rating concedeu ao Banco BVA o grau de *rating* “A-”. a LF Rating manteve a classificação de risco do Banco BVA em seu último monitoramento, datado de outubro de 2011.

O Banco BVA conta, ainda, com a classificação BBB+ com perspectiva positiva, divulgada pela Austin Rating em 11 de março 2011.

FATORES POSITIVOS E FATORES NEGATIVOS DO BANCO BVA

O Banco BVA apresenta os seguintes fatores positivos em relação às suas atividades:

- (a) diversificação nos segmentos de atuação de seus clientes;
- (b) acionistas atuantes nas decisões estratégicas e comprometidos com o fortalecimento da instituição;
- (c) estratégia de crescimento e foco de atuação da administração bem definidos;
- (d) conservadorismo na política de tesouraria e crédito;
- (e) melhora de resultado com base em receitas recorrentes;
- (f) crescimento da carteira de crédito e manutenção dos índices de qualidade da carteira (ex.: inadimplência, cobertura com provisão);
- (g) ampliação da base patrimonial;
- (h) expansão do funding com taxas e prazos compatíveis às operações de crédito; e
- (i) manutenção de adequados níveis de liquidez e de rentabilidade.

O Banco BVA apresenta os seguintes fatores negativos em relação às suas atividades:

- (a) fontes concentradas de captação, sujeita às oscilações de oferta de recursos internos, com maior interferência no seu funcionamento em momentos de restrição;
- (b) economia de escala reduzida devido ao seu porte;
- (c) maior vulnerabilidade à mudanças econômicas;
- (d) aumentos de capital pendentes de aprovação do Banco Central do Brasil;
- (e) baixo histórico de colocação de papéis em âmbito internacional;
- (f) parte importante das receitas para formação do lucro está condicionada à distribuição de operações estruturadas;
- (g) concentração em um tipo de produto (crédito); e
- (h) número limitado de agências.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM OUTRAS OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

O Banco BVA possui experiência prévia em outras operações de securitização de recebíveis, tendo atuado como cedente em outros fundos de investimento em direitos creditórios.

Na data de elaboração deste Prospecto Definitivo, o Banco BVA figurava como cedente nos seguintes fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM: (i) FIDC Multisetorial BVA Master ; (ii) FIDC Multisetorial BVA Master II e; (iii) FIDC Multisetorial BVA Master III; e (iv) FIDC Aberto Multisetorial Vitoria.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO

Por meio do Contrato de Cessão, o Cedente compromete-se a ceder ao Fundo, em regime de melhores esforços, de tempos em tempos, Direitos de Crédito de sua titularidade, emitidos em conformidade com a sua Política de Concessão de Crédito.

Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos de cada Termo de Cessão compreende (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória, vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, por meio da Administradora, promete adquirir Direitos de Crédito do Cedente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão; e (ii) o objetivo e a política de investimento do Fundo e a elegibilidade dos Direitos de Crédito ofertados.

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Clientes, responsabilizando-se, contudo, civil e criminalmente, (i) pela existência, validade, certeza e exigibilidade dos Direitos de Crédito que por ele tenham sido cedidos, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, (ii) pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, (iii) pela existência e devida formalização das Garantias ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, e (iv) por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Clientes contra o Cedente.

Não obstante a responsabilidade do Cedente acima mencionada, este não responderá por prejuízos causados ao Fundo ou aos detentores das Quotas Seniores decorrentes de atos ou omissões atribuíveis exclusivamente ao Fundo, à Administradora ou à Gestora.

Com a aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo torna-se seu titular, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou coobrigação do Cedente e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, após o recebimento do Termo de Cessão devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente, o preço apurado na forma descrita na seção "CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO - PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO" deste Prospecto Definitivo, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

CONTRATO DE COBRANÇA E DEPÓSITO

Por meio do Contrato de Cobrança e Depósito, o Custodiante contratou o Cedente para prestar os serviços de (i) cobrança e conciliação dos pagamentos provenientes da liquidação dos Direitos de Crédito e respectivas Garantias, que venham a ser adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão, de acordo com os termos e condições estabelecidos nos respectivos Documentos Comprobatórios, e (ii) cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes ao Fundo não sejam efetuados dentro do prazo de até 15 (quinze) dias, contados das respectivas datas de vencimentos, observados os procedimentos e os critérios de cobrança definidos no Contrato de Cobrança e Depósito.

Além do disposto 1 acima, o Cedente deverá atuar como depositário, para que guarde, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma de depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, os originais de todos os Documentos Comprobatórios.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança e Depósito, o Cedente fará jus a uma remuneração fixa e única no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a ser paga pelo Custodiante, no prazo de 90 (noventa) dias contados do início das atividades do Fundo, mediante depósito na conta de titularidade do Cedente, a ser indicada por este.

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou a Gestora para desempenhar as funções de gestão da Carteira do Fundo.

Nos termos do Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pela identificação, análise, seleção, aquisição, alienação, acompanhamento e gestão dos ativos que venham a integrar a Carteira do Fundo, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis e em estrito cumprimento da política de investimento estabelecida no Regulamento do Fundo. A Gestora administrará discricionariamente a Carteira do Fundo, de acordo com os mais altos padrões de probidade e diligência, buscando, para tanto, identificar oportunidades de negócios que atendam aos interesses do Fundo.

Pela prestação dos serviços de gestão da Carteira do Fundo, estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora receberá do Fundo parcela da Taxa de Administração, conforme estabelecido na seção "Características do Fundo – Taxa de Administração" deste Prospecto Definitivo.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Por meio do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo em regime de melhores esforços.

Pelos serviços descritos no Contrato de Distribuição, na última data de integralização de Quotas Seniores, o Coordenador Líder fará jus a uma comissão de coordenação e colocação no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), uma única vez, a ser paga pelo Fundo, independentemente do montante total de Quotas Seniores efetivamente colocadas.

COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS

Por meio do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, o Cedente se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar o número de Quotas Subordinadas que seja suficiente para que o Fundo atenda à Razão de Garantia.

Na data de pagamento do valor de integralização, o Cedente deverá efetuar o depósito do montante necessário à liquidação integral do seu respectivo valor de integralização. A integralização das Quotas Subordinadas do Fundo poderá ser ainda efetuada por meio da cessão de Direitos de Créditos desde que observados a política de investimento do Fundo e os Critérios de Elegibilidade.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do respectivo Contrato de Serviços de Classificação de Risco, as Agências de Classificação de Risco foram contratadas para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores.

Pela prestação dos serviços objeto do referido contrato, a Austin Rating Serviços Financeiros fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e a Standard & Poor's Rating Services fará jus a uma remuneração de US\$ 25,000.00 (vinte e cinco mil dólares estadunidenses), ambas a serem pagas pelo Fundo.

CONTRATO COM O AUDITOR INDEPENDENTE

O Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pelo Auditor Independente, serão emitidos os seguintes documentos:

- (a) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:
 - Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
 - Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
 - Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (b) Parecer dos auditores independentes; e

- (c) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pela prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, o Auditor Independente fará jus à remuneração anual de aproximadamente R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

CONTRATO COM O CUSTODIANTE

O Contrato de Custódia foi celebrado em 15 de julho de 2011 entre a Administradora do Fundo (BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (como Custodiante) para a prestação dos serviços de custódia e controladoria para o Fundo, nos termos do contrato assinado pelas partes.

Referido instrumento contratual tem por finalidade estabelecer os termos e condições relativas à prestação dos serviços de custódia e controladoria para o Fundo, que vigorará por prazo indeterminado sendo permitida a denúncia por parte da Administradora ou por parte do Custodiante dentro das condições e prazos pré-estabelecidos no instrumento de contrato.

Pela prestação dos serviços contratuais, o Fundo compromete-se a pagar ao Custodiante a quantia equivalente a 0,13% a.a. (treze centésimos de um por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do Fundo, a qual será calculada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço objeto do contrato de custódia, observada ainda, a remuneração mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais), corrigida anualmente na data de aniversário de início da prestação de serviços ao Fundo, pelo índice IGPM apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas. A remuneração será calculada na base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos).

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações de empréstimos e financiamentos realizadas pelo Cedente têm como foco empresas do segmento de "middle market" e são garantidas, via de regra, por títulos de crédito e/ou recebíveis originados no âmbito dos contratos de fornecimento. A política de crédito adotada pelo Cedente visa à manutenção de uma carteira de crédito pulverizada, mediante a realização de operações de crédito de curto prazo, celebradas com uma quantidade significativa de Clientes integrantes dos diversos ramos de atividades e setores econômicos, garantidas por títulos de crédito e/ou recebíveis originados no âmbito dos contratos de fornecimento.

ESTRUTURA DE CRÉDITO

A formalização de uma operação de crédito deve observar a estrutura de crédito do Cedente, que se encontra dividida da seguinte forma:

- (a) Área Comercial: responsável pela venda das operações de crédito;
- (b) Área de Crédito: responsável pela aprovação das operações de crédito; e
- (c) Área de Back-Office: responsável pela formalização das operações de crédito.

Há uma total segregação entre as áreas que compõem a estrutura de crédito do Cedente, de forma que as funções e responsabilidades de cada uma são bem definidas durante todo o processo de formalização da operação de crédito.

Como primeiro passo para a celebração de uma operação de crédito, o Cedente realiza o cadastro do Cliente no seu banco de dados.

A Área de Crédito é composta, basicamente, pela diretoria de crédito e pelo comitê de crédito. A aprovação das operações de crédito é de responsabilidade do comitê de crédito com base em informações colhidas e conceitos formulados pelas equipes que compõem a diretoria de crédito, quais sejam: (i) gerência de análise de crédito; (ii) revisão de crédito; e (iii) cadastro.

As alçadas para a aprovação das operações de crédito estão concentradas no comitê de crédito, que, por sua vez, se estrutura em: comitê de crédito 2, comitê de crédito 1 e comitê de crédito executivo.

O Cedente possui, ainda, um departamento jurídico para a análise e formalização de garantias mais específicas e/ou estruturadas, outorgadas no âmbito das operações de crédito.

ÁREA DE CRÉDITO – DIRETORIA DE CRÉDITO

Gerência de Análise de Crédito

Possui a função primordial de viabilizar a concessão, renovação e/ou a alavancagem de crédito aos Clientes, por meio do enquadramento das características e do volume de risco de uma operação de crédito em relação à capacidade de pagamento e características do respectivo Cliente, de forma a prover o Cedente com a segurança necessária quanto ao retorno dos recursos das operações de crédito.

Previamente ao início dos demais procedimentos envolvidos na concessão de crédito aos Clientes, a gerência de análise de crédito procede à análise e verificação da “pesquisa cadastral” realizada pelo cadastro. Nesta etapa inicial são (i) elaboradas planilhas com base nos balanços e balancetes dos Clientes, e analisado (ii) o risco de inadimplência dos Clientes, e (iii) o histórico de relacionamento do Cliente com o Cedente.

De forma complementar, a gerência de análise de crédito realiza, ainda, análises setoriais dos diferentes ramos da atividade econômica nos quais o Cedente possui, ou venha a possuir, operações de crédito, notadamente daqueles setores em que possa haver concentração de operações de crédito. Apuram-se, então, quais os fatores de risco e as possibilidades de alavancagem de negócios.

A gerência de análise de crédito realiza visitas a Clientes, prática essencial para conhecer melhor seu negócio e o nível de sua atividade, bem como para identificar eventuais riscos de crédito, de forma a contribuir para a identificação de novas oportunidades de negócios e venda de novos produtos. Nessas visitas são levados em consideração critérios, tais como: (i) localização do Cliente, para fins de determinação de logística; (ii) instalações físicas, com relação à capacidade produtiva/vendas; (iii) fluxo de pessoas; (iv) fluxo de materiais; (v) estoque; (vi) preços praticados com relação ao mercado.

Os procedimentos adotados pela gerência de análise de crédito em conjunto com as demais equipes da área de crédito tem por objetivo verificar e registrar o nível de risco de crédito de determinado Cliente, com vistas a agilizar decisões, monitorar a qualidade da carteira de crédito do Cedente, ou, ainda, fixar limites para a concessão de crédito aos Clientes.

Para fins de celebração de operações de crédito, os Clientes são classificados pelo Cedente de acordo com determinados fatores que possam afetar a qualidade de crédito, tais como, mas não se limitando: (i) características da operação de crédito (finalidade, valor, prazo e garantia); (ii) situação econômico-financeira do Cliente (endividamento, liquidez, fluxo de caixa); (iii) pontualidade do Cliente no cumprimento de obrigações (histórico operacional); (iv) ramo de atividade econômica.

O Cedente avalia o Cliente e o grupo econômico ao qual ele pertence, atribuindo classificações de risco (rating) que refletem seu risco de crédito em relação ao Cedente. Os ratings atribuídos aos Clientes visam a dar suporte às análises para a realização de operações de crédito, agilizar decisões e aprimorar o acompanhamento da carteira de crédito do Cedente e sua adequação à política de crédito do Cedente.

A classificação dos Clientes varia entre os conceitos "AA" (muito bom) e "D" (impedido de operar).

Revisão de Crédito

Possui a responsabilidade de monitorar a carteira de crédito do Cedente, avaliar e acompanhar as condições dos Clientes "pós-crédito", bem como analisar e criticar o comportamento da carteira de crédito.

Com relação aos Clientes "pós-crédito", essa área realiza o acompanhamento (i) cadastral; (ii) de formalização das operações de crédito; (iii) das atividades e do setor econômico do Cliente; bem como (iv) de operações vencidas.

A revisão de crédito realiza, ainda, um acompanhamento da carteira de crédito do Cedente com base nos ativos do Cedente, classificando-os por (i) ramo de atividade; (ii) tipo de garantia; (iii) ativo por grupo/cliente; e (iv) por modalidade de operação. Além disso, essa área faz ainda uma classificação da carteira de crédito, discriminando-a por espécie de títulos de crédito (cheques e duplicatas).

Há ainda diversas outras funções de responsabilidade dessa área, que compreendem a análise: (i) do fluxo de recebimento das operações de crédito; (ii) das Garantias; e ainda (iii) da revisão de risco por Cliente.

Cadastro

Responsável por dar suporte à gerência de análise de crédito e à revisão de crédito, antes da formalização de operações de crédito, conforme o caso.

Para tanto, realiza a elaboração de fichas cadastrais dos Clientes, mediante a coleta de diversas informações sobre os Clientes, inclusive junto ao comércio em geral, órgãos governamentais e outras instituições financeiras.

Para a elaboração e/ou atualização das "fichas cadastrais" dos Clientes, o cadastro realiza, ainda, análise de duplicatas, apontamentos restritivos (tais como pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial), além de acompanhar os meios de comunicação com relação a eventuais notícias desabonadoras de cada Cliente.

ÁREA DE CRÉDITO – COMITÊS DE CRÉDITO

Comitê de Crédito 2

O comitê de crédito 2 é composto por representantes das 3 (três) áreas que integram a diretoria de crédito, quais sejam, gerência de análise de crédito, revisão de crédito e cadastro, observado que é imprescindível a participação do gerente de crédito neste comitê.

É responsável pela análise e aprovação de operações de crédito cujas garantias sejam representadas por duplicatas e/ou cheques. No que diz respeito à alçada de aprovação, o comitê de crédito 2 pode aprovar operação de crédito de valores correspondentes a até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em operações garantidas por, no mínimo, 100% (cem por cento) de títulos de crédito (duplicatas ou cheques) e com prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

A competência do comitê de crédito 2 para análise de operações de crédito abrange atividades integrantes de todos os setores econômicos, exceto: (i) associações sindicais e religiosas; (ii) distribuidoras de petróleo e afins; (iii) frigoríficos e afins; (iv) sociedades de factoring; (v) órgãos públicos; e (vi) partidos políticos (com os quais o Cedente não opera).

O Comitê de Crédito 2 reúne-se diariamente.

Comitê de Crédito 1

É composto pelo diretor de crédito e pelas 3 (três) áreas que integram a diretoria de crédito, quais sejam, gerência de análise de crédito, revisão de crédito e cadastro.

O comitê de crédito 1 é responsável pela análise e aprovação de operações de crédito cujas garantias sejam representadas por cheques, duplicatas, recebíveis de contratos de fornecimento, alienação de veículos e/ou certificados de depósito bancários.

No que diz respeito à alçada de aprovação, o comitê de crédito 1 pode aprovar operações de crédito de valores superiores àqueles do comitê de crédito 2, tais como R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso de cheques, duplicatas e recebíveis (direitos creditórios) ou até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de certificados de depósito bancário.

O mínimo de garantias representadas por títulos de crédito e/ou recebíveis para as operações de crédito submetidas à análise e aprovação do comitê de crédito 1 diminui para 70% (setenta por cento) em relação a operações com prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

A competência do comitê de crédito 1 para análise de operações de crédito abrange atividades integrantes de todos os setores econômicos, exceto: (i) associações sindicais e religiosas; (ii) distribuidoras de petróleo e afins; (iii) sociedades de factoring; (iv) órgãos públicos; e (v) partidos políticos (com os quais o Cedente não opera).

O Comitê de Crédito 1 reúne-se diariamente.

Comitê de Crédito Executivo

O comitê de crédito executivo é composto pelo presidente executivo do cedente, pelo diretor de crédito e pelo diretor comercial.

Não há limite de alçada para análise e aprovação de operações de crédito.

O comitê de crédito executivo reúne-se 2 (duas) vezes por semana, às quartas e sextas-feiras.

Comitê de Revisão de Crédito

O comitê de revisão de crédito reúne-se mensalmente para discutir os pontos mencionados acima, bem como discutir quais Clientes deverão ser acompanhados sob a rubrica de "curso anormal" ou "em monitoramento".

O comitê de revisão de crédito é composto pelo(a) (i) comitê executivo; (ii) diretoria de crédito; (iii) gerência de análise de crédito; (iv) revisão de crédito; e (v) cadastro.

Suas atribuições são:

- (a) revisar os riscos significativos de crédito;
- (b) revisar operações de crédito realizadas com grupos econômicos ou segmentos econômicos afetados por tendências econômicas adversas;
- (c) revisar operações de crédito inadimplidas ou de liquidação duvidosa;
- (d) acompanhar a situação econômico-financeira dos Clientes; e
- (e) outras não previstas na política de crédito do Cedente.

O comitê de revisão de crédito reúne-se mensalmente.

Os comitês de crédito elaboram atas que são documentos representativos de suas decisões finais.

POLÍTICA DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Conforme estabelecido no Contrato de Cobrança e Depósito, o Cedente é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os procedimentos de cobrança descritos abaixo:

Do Comitê de Recuperação de Crédito

Para as operações de crédito, o Cedente dispõe de uma estrutura dividida em 5 (cinco) áreas: (i) comitê executivo, (ii) análise de crédito, (iii) comitê de crédito, (iv) *back office*; e (v) comitê de recuperação de crédito.

O comitê de recuperação de crédito está diretamente relacionado aos procedimentos de cobrança e recuperação de Direitos de Crédito Inadimplidos, realizando, a partir do 1º (primeiro) dia contado da data de vencimento de Direitos de Crédito, um acompanhamento da atuação da área comercial em relação à cobrança dos referidos Direitos de Crédito Inadimplidos junto ao Cliente. Após o 15º (décimo quinto) dia contado da data de vencimento de Direitos de Crédito, o comitê de recuperação de crédito assume diretamente a responsabilidade pelos procedimentos de cobrança e recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, quando o responsável direto pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos passará a ser o departamento jurídico do Cedente.

O comitê de recuperação de crédito possui um departamento jurídico interno especializado e exclusivo da área, o que lhe permite tomar decisões de forma ágil e eficaz, bem como se utiliza de escritórios de cobrança e/ou de advocacia, que o auxilia na cobrança e recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

O comitê de recuperação de crédito reúne-se, quinzenalmente, com o seu departamento jurídico interno e/ou com os escritórios de cobrança e/ou de advocacia contratados pelo Cedente para definir estratégias para novas ações ou para ações já existentes, inclusive para discutir sobre as possibilidades de celebração de acordos em cada caso específico. O comitê de recuperação de crédito reúne-se, ainda, mensalmente, com o objetivo de discutir os valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos, bem como acerca de prazos e estratégias para o recebimento desses valores, redução de mora e/ou liberação de restrições. As decisões do comitê de recuperação de crédito são soberanas e contemplam a análise de probabilidades de recuperação de Direitos de Crédito, constituindo provisões, analisando a viabilidade de propositura de ações judiciais e aperfeiçoando os processos de recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

O comitê de recuperação de crédito elabora um relatório quinzenal de acompanhamento de todos os Direitos de Crédito Inadimplidos, que contempla informações como: saldo devedor, saldo em atraso, tempo de atraso, produto (natureza do crédito), ações tomadas, próximos passos, entre outros.

Os principais critérios adotados em relação à prioridade na recuperação de Direitos de Crédito Inadimplidos são: saldo em atraso e garantias de operação.

Cronograma da Recuperação e Cobrança dos Créditos

1. Do 1º (primeiro) dia até o 15º (décimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, a área comercial do Cedente realiza um acompanhamento do atraso no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos diretamente junto ao Cliente. Nessa primeira etapa o Cedente, por intermédio da área comercial, mantém contato diário com o Cliente;
2. Do 16º (décimo sexto) dia até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o comitê de recuperação de crédito assume responsabilidade direta sobre o andamento da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e, a partir do 35º (trigésimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, em não se verificando o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido, notifica, extrajudicialmente, os Clientes inadimplentes;
3. Do 46º (quadragésimo sexto) dia até o 60º (sexagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o comitê de recuperação de crédito do Cedente providencia a inclusão do nome do Cliente inadimplente e de eventuais avalistas, conforme o caso, nos órgãos de proteção e restrição ao crédito (SPC e SERASA, sem prejuízo de outros eventualmente existentes à época);
4. Do 61º (sexagésimo primeiro) dia até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o comitê de recuperação de crédito avalia a conveniência e providencia a tomada das medidas judiciais cabíveis de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos junto aos Clientes; e
5. Ajuizada a medida judicial cabível para a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos junto aos Clientes, a responsabilidade direta pelo acompanhamento de eventuais ações é transferida para o departamento jurídico do Cedente, que fica responsável por todo o procedimento, avaliando, inclusive, as possibilidades de acordos.

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito em Caso de Recuperação Judicial / Falência

Uma vez tenha o Cedente tomado ciência do início de um processo de recuperação judicial ou de falência de qualquer devedor o comitê de recuperação de crédito do Cedente dá início à análise dos Documentos Comprobatórios do respectivo Direito de Crédito de forma a atestar a condição atual do crédito e a existência de garantias de bens móveis e/ou imóveis oferecidas ao cumprimento das obrigações assumidas pelo devedor.

Realizada a análise do crédito, o comitê de recuperação de crédito delibera acerca das providências a serem adotadas, conforme o caso apresentado:

- (a) Diante de inadimplemento dos Direitos de Crédito, seja pelo vencimento regular ou em caso de vencimento antecipado dos mesmos, e caso os respectivos Direitos de Crédito contem com garantias de bens móveis ou imóveis, promove-se a execução da garantia, na forma admitida pelos seus instrumentos e conforme sua natureza e constituição.
- (b) Diante de inadimplemento dos Direitos de Crédito, seja pelo vencimento regular ou em caso de vencimento antecipado dos mesmos, caso o Direito de Crédito não seja garantido por bens móveis ou imóveis, mas contem com garantias pessoais, é promovida a execução em face dos garantidores indicados em cada Direito de Crédito.

Caso o crédito tenha sido arrolado dentre a lista dos créditos sujeitos à recuperação judicial / falência, o Cedente, por intermédio do departamento jurídico do Cedente, passa a acompanhar diretamente as ações promovidas.

Todas as etapas deliberadas pelo Comitê de Recuperação de Crédito na forma acima, em face de um processo de recuperação judicial ou de falência de devedores de Direitos de Crédito é acompanhado pelo departamento jurídico do Cedente, o qual é responsável pela adoção das medidas judiciais necessárias à salvaguarda dos direitos do credor.

SISTEMAS DE GERENCIAMENTO E CONTROLE DE RISCOS

A administração do Fundo e a gestão da Carteira orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

Para a parcela do Patrimônio Líquido investida em Ativos Financeiros, a política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês dos quais participam os principais executivos da área de administração de recursos de terceiros da Gestora. A Administradora e a Gestora privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Para a parcela do Patrimônio Líquido investida em Direitos de Crédito Elegíveis, a Gestora acompanha regularmente todos os eventos e índices descritos no Regulamento. Em caso da ocorrência de um evento ou descumprimento de algum índice, nos termos do Regulamento, deverão ser tomadas as medidas previstas no Regulamento.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos descritos acima não elimina a possibilidade de ocorrência de perdas ao Fundo e aos Quotistas.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

RISCOS DE MERCADO

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, o Cedente e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal, para estabilizar a economia e controlar a inflação, compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origemação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. Além disso, o Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, nem para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Clientes.

Risco de descasamento de taxas

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com a Remuneração Alvo atreladas à Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos. Esse risco está limitado a 10% (dez por cento) da Carteira, uma vez que, de acordo com alínea (I) do Artigo 11 do Regulamento, somente 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos de Crédito com taxa de juros pré-fixada ou corrigidos por Índice de Preços.

Flutuação dos Ativos Financeiros

O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito

Decorre da capacidade dos Clientes em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em Carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Clientes, de suas obrigações para com o Cedente e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo garantia de que a amortização e o resgate das Quotas ocorrerá integralmente conforme estabelecido no Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes.

Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. Além disso, a implementação de outras estratégias de investimento poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

Risco de Crédito relativo aos Recebíveis a Performar

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser garantidos por Recebíveis a Performar detidos pelos Clientes contra terceiros, oriundos de contratos de fornecimento ou de prestação de serviços. Para que se tornem efetivamente devidos, os Recebíveis a Performar dependem de uma contraprestação dos Clientes. Não se pode garantir que os Clientes satisfarão suas obrigações constantes dos referidos contratos de fornecimento e de prestação de serviços.

Caso os Clientes não satisfaçam suas obrigações nos referidos contratos, os Recebíveis a Performar cedidos em garantia dos Direitos de Crédito não serão devidos pelos respectivos devedores, o que tornará a garantia sem valor. Adicionalmente, mesmo que os Clientes cumpram suas obrigações nos referidos contratos, não há garantia que os devedores dos Recebíveis a Performar efetivamente pagarão tais recebíveis.

Risco de Pré-pagamento dos Direitos de Crédito

A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos de Crédito poderá ocasionar perdas ao Fundo. A ocorrência de pré-pagamentos de Direitos de Crédito reduz o horizonte original de rendimentos esperados pelo Fundo de tais Direitos de Crédito, uma vez que o pré-pagamento é realizado pelo valor de emissão do Direito de Crédito atualizado até a data do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre o Cedente e o respectivo devedor do Direito de Crédito, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito de Crédito deixam de ser devidos ao Fundo. Adicionalmente, caso já tenha se encerrado o Período de Carência, os recursos oriundos do referido pré-pagamento não poderão ser reinvestidos em Direitos de Crédito pelo Fundo, sendo aplicados apenas em Ativos Financeiros, o que pode prejudicar que seja alcançada a Remuneração Alvo das Quotas Seniores, uma vez que a remuneração dos Ativos Financeiros é inferior àquela paga pelos Direitos de Crédito.

Risco de Ausência de Registro e da possibilidade de Recompra

Caso qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo não seja devidamente registrado junto aos cartórios competentes, nos termos do artigo 13 do Regulamento, o Cedente deverá recomprá-lo. Nesta hipótese, o fluxo de caixa previsto do Fundo será antecipado, em função da obrigatoriedade de utilização dos recursos na amortização das Quotas. Desta forma, os Quotistas receberão os recursos referentes às amortizações das Quotas antes do previsto.

Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade

Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos de Crédito com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em Carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Liquidez relativa aos Direitos de Crédito

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em Carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Liquidação antecipada do Fundo

Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em Carteira.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Clientes; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

RISCO OPERACIONAL

Falhas de Procedimentos

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua cobrança, em caso de inadimplemento.

Documentos Comprobatórios

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e a Administradora tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos pelo Cedente ou por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

Risco de sistemas

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, da Administradora, da Gestora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão debitados das contas dos Clientes abertas e mantidas junto ao Cedente. Os valores debitados das referidas contas serão transferidos para a Conta do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Apesar do Fundo contar com a obrigação do Cedente de realizar as transferências dos recursos depositados nas referidas contas para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas Seniores pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo Cedente, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo.

OUTROS RISCOS

Risco de não manutenção dos Limites de Concentração após o Período de Carência

Poderá ocorrer alteração dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados no Capítulo IV do Regulamento, de forma a não atender o Limite de Concentração avaliado na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, após o término do Período de Carência, por motivos alheios à vontade da Gestora, Cedente ou Administradora, estando estes, ressalvado o expressamente disposto no Regulamento, desobrigados a proceder ao seu atendimento. Tal alteração poderá afetar a rentabilidade das Quotas, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Dessa forma, ainda que o Fundo continue adquirindo (ou recebendo a título de integralização de Quotas Subordinadas) Direitos de Crédito após o Período de Carência, a Gestora apenas deverá avaliar se cada novo Direito de Crédito não faria com que a Carteira do Fundo deixasse de atender os Limites de Concentração, não se comprometendo a ajustar carteira do Fundo em hipótese alguma caso tenham sido extrapolados (de forma involuntária) os Limites de Concentração.

Risco de não manutenção das Condições da Cessão, após a Data de Aquisição e Pagamento

Todas as Condições da Cessão, previstas no Artigo 18 do Regulamento, serão verificadas pela Gestora uma única vez, exclusivamente em cada Data de Aquisição e Pagamento, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Dessa forma, após a Data de Aquisição e Pagamento e durante todo o prazo de duração do Fundo, poderão ocorrer alterações dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo e do próprio Patrimônio Líquido do Fundo, seja em função de pré-pagamento, valorização dos Direitos de Crédito ou qualquer outro motivo, alheio à vontade da Gestora, Cedente ou Administradora, não havendo garantias de que o somatório das parcelas dos Direitos de Crédito relacionados a um mesmo Cliente jamais será superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o que for maior, conforme Artigo 18, alínea “f” do Regulamento. A Administradora, Gestora, o Custodiante e o Cedente não se comprometem a ajustar carteira do Fundo, em hipótese alguma, caso referido limite seja extrapolado, de forma involuntária, após a Data de Aquisição e Pagamento.

Risco de descontinuidade

A política de investimento do Fundo estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade.

Os Clientes podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado dos Direitos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se:

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

O Regulamento estabelece algumas hipóteses nas quais os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, poderão optar pela liquidação antecipada do Fundo, exemplificativamente caso o Cedente seja submetido a intervenção ou liquidação extrajudicial, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime de Administração Especial Temporária – “RAET”, nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, além de outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito estruturados ou originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a estruturar, originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de estruturar ou originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (ii) decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração do Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo

poderá ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

Riscos e custos de cobrança

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito

O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes nos termos do Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, a seus Quotistas.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Remuneração Alvo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Remuneração Alvo, a rentabilidade dos Quotistas será afetada. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Risco Específico do Cedente - Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM

Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. O Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua originação que deverá ser destinada a cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como cedente. Caso o Cedente reduza por qualquer motivo o volume de originação de Direitos de Crédito, o Cedente poderá não possuir Direitos de Crédito em montante suficiente para oferecer ao Fundo e para atender a outros eventuais acordos celebrados com outros fundos de investimento ou instituições financeiras para cessão de Direitos de Crédito. Assim, poderá haver insuficiência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo, o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade, podendo ocorrer a liquidação do Fundo. Mesmo nessa situação, não será observado nenhum tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.

O regime de colocação das Quotas Seniores – melhores esforços – não garante a colocação total das Quotas Seniores

O regime de colocação das Quotas Seniores estabelecido no Contrato de Distribuição, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Coordenador Líder, prevê a colocação das Quotas Seniores em regime de melhores esforços. Nenhuma garantia pode ser dada de que as Quotas Seniores serão efetivamente colocadas e, conseqüentemente, de que o volume total da emissão será efetivamente captado.

Além disso, na hipótese de não colocação do valor mínimo de emissão da Oferta, a emissão de Quotas Seniores do Fundo será cancelada.

Risco de Descaracterização do Regime Tributário Aplicável ao Fundo

A Gestora envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo com Ativos Financeiros e Direitos de Crédito que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais ativos e portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Risco de Intervenção ou Liquidação Judicial da Administradora

O Fundo está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação judicial da Administradora, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Ainda assim, nos termos da referida lei, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos da Administradora, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do Cedente

Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cobrança e Depósito, os valores pagos diretamente ao Cedente relativos aos Direitos de Crédito deverão ser transferidos pelo Cedente para o Fundo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento dos respectivos valores. O Cedente, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória

Durante o Período de Carência, o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da Gestora e da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos quotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos quotistas.

Risco de Governança Decorrente da Emissão de Novas Quotas Subordinadas e Diluição dos Quotistas Seniores

De acordo com o Artigo 37 do Regulamento, o Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, respeitada a quantidade mínima necessária à manutenção da Razão de Garantia do Fundo e, por esta razão, em determinadas situações, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Importante ressaltar que nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas Seniores no patrimônio do Fundo, ocasionando eventual modificação da relação de poderes para votação das matérias constantes do Artigo 69 do Regulamento na Assembleia Geral de Quotistas, as quais dependam também de voto dos detentores de Quotas Subordinadas, havendo a possibilidade de relevantes decisões relativas ao Fundo, dentre aquelas constantes do artigo 69 do Regulamento, estarem, em última instância, sujeitas ao voto dos detentores das Quotas Subordinadas.

Possibilidade de Existência de Eventual Conflito de Interesse entre Gestora, Cedente, Administradora e o Fundo

Em decorrência do iminente fato de que o Cedente do Fundo passará a deter uma posição de controle da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., passando, dessa forma, a manter relação societária com a Administradora além das relações já descritas neste Prospecto Definitivo, e que a Gestora é uma sociedade controlada do Cedente do Fundo, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse entre o Cedente e a Gestora e, futuramente entre a Administradora e o Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

Eventual Conflito de Interesse decorrente da possibilidade de recompra dos Direitos de Crédito pelo Cedente

Conforme disposto no Artigo 86 e seguintes do Regulamento, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente (i) poderá adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido, sendo que, após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido o preço de compra será de R\$ 1,00 (um real); (ii) poderá, a qualquer momento durante o Período de Carência, adquirir ou de substituir, qualquer Direito de Crédito que tenha cedido ao Fundo pelo respectivo Preço de Aquisição, desde que o novo Direito de Crédito atenda aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito; (iii) terá a faculdade de, após o término do Período de Carência, apresentar ofertas de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplido ao Fundo, sendo que a Administradora e/ou a Gestora poderá(ão), ou não, aceitar a referida oferta, sempre no melhor interesse do Fundo e de acordo com o disposto no Contrato de Cessão; e (iv) sem prejuízo das opções de aquisição referidas acima, o Cedente terá ainda o direito de primeira recusa, caso a Administradora e /ou a Gestora deseje(m) alienar quaisquer Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo para terceiros.

Salienta-se que, conforme disposto acima, o Cedente detém, nesta data, a totalidade das ações com direito a voto da Gestora do Fundo, bem como poderá em breve assumir o controle acionário da Administradora. Dessa forma, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse relacionados à recompra dos Direitos de Crédito, entre o Cedente e a Gestora e, futuramente, entre a Administradora e o Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

ANEXOS

- ANEXO I** - Regulamento Consolidado do Fundo
- ANEXO II** - Declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- ANEXO III** - Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- ANEXO IV** - Súmulas de Classificação de Risco
- ANEXO V** - Demonstrações Financeiras do Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 2010 e 2009, bem como as últimas Informações Trimestrais de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

- Regulamento Consolidado do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



REGULAMENTO

DO

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL ITÁLIA"**

Datado de

31 de janeiro de 2012



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO I – FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO | 4 |
| CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO | 4 |
| CAPÍTULO III – ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO | 5 |
| CAPÍTULO IV – OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA | 5 |
| CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DA CESSÃO | 13 |
| CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO | 16 |
| CAPÍTULO VII – FATORES DE RISCO | 16 |
| CAPÍTULO VIII – ADMINISTRADORA | 33 |
| CAPÍTULO IX – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA | 42 |
| CAPÍTULO X – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS | 43 |
| CAPÍTULO XI – QUOTAS | 45 |
| CAPÍTULO XII – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS | 51 |
| CAPÍTULO XIII – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS | 53 |
| CAPÍTULO XIV – PAGAMENTO AOS QUOTISTAS | 54 |
| CAPÍTULO XV – NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS | 54 |
| CAPÍTULO XVI – ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS | 55 |
| CAPÍTULO XVII – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO | 56 |
| CAPÍTULO XVIII – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ | 58 |
| CAPÍTULO XIX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO | 60 |
| CAPÍTULO XX – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO | 68 |
| CAPÍTULO XXI – ASSEMBLÉIA GERAL | 69 |
| CAPÍTULO XXII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS | 74 |
| CAPÍTULO XXIII – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DO FUNDO | 76 |
| CAPÍTULO XXIV – FACULDADE DO CEDENTE DE RECOMPRAR DIREITOS DE CRÉDITO | 78 |
| CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES FINAIS | 79 |

ANEXOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| ANEXO I – DEFINIÇÕES | 81 |
| ANEXO II – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO | 95 |
| ANEXO III – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA | 101 |
| ANEXO III - A – PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO EM CASO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL / FALÊNCIA | 101 |





ANEXO IV – SETORES DE ATUAÇÃO DOS CLIENTES _____ 105



REGULAMENTO
DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISETORIAL ITÁLIA

O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL ITÁLIA", disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Fundo"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento").

Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO I – FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e seu prazo máximo de duração será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da primeira data de subscrição, ou até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro ("Prazo de Duração"). O Prazo de Duração poderá ser alterado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 2º O patrimônio do Fundo será formado por Quotas Seniores e Quotas Subordinadas. As características e os direitos, assim como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas encontram-se descritas nos Capítulos XII e XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO

Artigo 3º O Fundo é destinado a Quotistas que sejam considerados Investidores Qualificados.

Parágrafo Único: O valor mínimo de investimento por investidor é de





R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não havendo limite máximo de subscrição.

CAPÍTULO III – ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Artigo 4º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito. Os Direitos de Crédito serão adquiridos integral ou parcialmente de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV abaixo e com os critérios de composição de Carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente.

CAPÍTULO IV – OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 5º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e Condições da Cessão, estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento, e (ii) Ativos Financeiros listados no Artigo 7º abaixo, observados todos os índices de composição e diversificação da Carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que evidencie e comprove a existência, validade e exequibilidade dos Direitos de Crédito e respectivas garantias ("Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do Contrato de Cessão.

Parágrafo 3º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.



Artigo 6º Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Artigo 7º A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados ("Ativos Financeiros"):

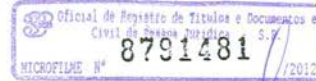
- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea "b" acima; e
- d) quotas de fundos de investimento que sejam administrados por uma Instituição Autorizada e que (i) invistam, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) da sua carteira em títulos de emissão do Tesouro Nacional e (ii) sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa SELIC.

Artigo 8º A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação do Quotista. Entretanto, não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo, de forma que a Gestora não assume qualquer compromisso nesse sentido.

Artigo 9º A Gestora não poderá utilizar instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro.

Artigo 10 O Fundo poderá contratar operações com empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora e/ou da Gestora e, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados





e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas.

Artigo 11 O Fundo deverá, na Data da Verificação dos Limites de Diversificação (conforme definido abaixo), respeitar os limites de concentração estabelecidos nas alíneas abaixo ("Limites de Concentração"). Para fins de verificação dos Limites de Concentração na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, dever-se-á considerar, para cada Direito de Crédito, o respectivo Valor do Direito de Crédito na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, a qual ocorrerá nos termos do Artigo 12 abaixo:

- (a) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos 10 (dez) Clientes com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo não poderá ser superior a 10,0% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo certo que o somatório do Valor dos Direitos de Crédito relacionados aos 10 (dez) referidos Clientes não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada Cliente compreendido desde o 11º (décimo primeiro) maior Cliente até o 20º (vigésimo) maior Cliente com representatividade dentro da Carteira do Fundo não poderá ser superior a 6,0% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) o Valor dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos Clientes após o 20º (vigésimo) maior Cliente não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) com relação aos setores de atuação dos Clientes, os mesmos foram definidos para fins de concentração tendo por base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (Anexo IV ao presente), e deverão ser observados os seguintes limites de concentração:



| Setor | Máximo (%Patrimônio Líquido) |
|-------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Primeiro setor com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo | 20% |
| Segundo setor com maior representatividade dentro da Carteira do Fundo | 15% |
| Demais Setores | 10% |

- (e) com relação ao *rating* atribuído pelo Cedente aos Clientes, de acordo com a sua política de concessão de crédito, deverão ser observados os seguintes limites de concentração:

| <i>Rating</i> | Mínimo (% Patrimônio Líquido) | Máximo (% Patrimônio Líquido) |
|---------------|----------------------------------|----------------------------------|
| AA | 5% | 100% |
| AA + A | 30% | 100% |
| B | 0% | 70% |

- (f) os Direitos de Crédito com vencimento superior a 756 (setecentos e cinquenta e seis) Dias Úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento deverão representar em conjunto, no máximo, 80% (oitenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, cujo valor corresponda a, pelo menos, 100% (cem por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;





- (h) no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por pelo menos uma das garantias listadas na alínea (b) do Artigo 18 deste Regulamento, cujo valor somado, no caso de mais de uma garantia, corresponda a, pelo menos, 100% (cem por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (i) no mínimo 90% (noventa por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por pelo menos uma das garantias listadas na alínea (b) do Artigo 18 deste Regulamento, cujo valor somado, no caso de mais de uma garantia, corresponda a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo;
- (j) até no máximo 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão não contar com nenhuma das garantias listadas na alínea (b) do Artigo 18 deste Regulamento;
- (k) 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo deverão contar com fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes; e
- (l) no máximo 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser representado por Direitos de Crédito indexados com (i) taxa de juros pré-fixada ou (ii) com Índice de Preços.

Parágrafo 1º Caberá exclusivamente à Gestora a responsabilidade pela verificação dos Limites de Concentração.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no Artigo 10, o Fundo não poderá realizar aplicações em direitos de crédito devidos pela Administradora, Gestora, e/ou de sua coobrigação, de sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.



Parágrafo 3º Para os fins deste Regulamento, o valor de quaisquer bens, direitos e ativos dados em garantia pelos Clientes com relação aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será equivalente (i) no caso de direitos creditórios performados, tais como duplicatas, boletos, cheques e/ou notas promissórias, ao seu valor de face na data em que o Direito de Crédito ao qual está vinculado é oferecido ao Fundo; (ii) no caso de Recebíveis a Performar, ao somatório das parcelas a vencer, previstas nos contratos que originaram os respectivos recebíveis ou, quando não houver, (a) à média histórica mensal de pagamentos realizados no âmbito dos referidos contratos nos 6 (seis) meses anteriores à cessão do Direito de Crédito ao Fundo, multiplicado pelos meses até o vencimento do respectivo Direito de Crédito, ou (b) ao valor do contrato, deduzidos os montantes já pagos, nos termos do Contrato de Cessão; (iii) no caso de bem imóvel, ao seu valor de mercado, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada ou qualquer outra entidade aprovada pela Gestora; (iv) no caso de bem móvel, ao seu valor de mercado, se houver, apurado com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada ou qualquer outra entidade aprovada pela Gestora; (v) no caso de aplicações financeiras, extrato das aplicações emitido na data em que o Direito de Crédito ao qual estão vinculadas é oferecido ao Fundo; e (vi) no caso de carta de fiança, o valor garantido pela Instituição Autorizada na data em que o Direito de Crédito ao qual está vinculada é oferecido ao Fundo.

Parágrafo 4º Para os fins deste Regulamento, no caso de cessão fiduciária de direitos creditórios relacionada aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, os mesmos deverão contar com mecanismo de pagamento pré-estabelecido por meio de depósito em conta vinculada de titularidade do garantidor (detentor dos direitos creditórios) e de movimentação exclusiva do Cedente ("Trava de Domicílio"). Para estabelecer a Trava de Domicílio, (i) a conta vinculada é indicada no respectivo boleto bancário ou (ii) o sacado de cada direito creditório cedido fiduciariamente e relacionado aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo é notificado acerca da respectiva garantia e da existência da conta vinculada para recebimento dos valores, sendo, nesse caso, acatadas notificações com ou sem a anuência do respectivo sacado, indistintamente.



Parágrafo 5º Para os fins deste Regulamento, o valor de quaisquer bens,



direitos e ativos dados em garantia pelos Clientes com relação aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo será analisado única e exclusivamente com base na documentação apresentada pelo Cedente a cada Data da Oferta, nos termos do Contrato de Cessão.

Artigo 12 Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados pela Gestora no 1º (primeiro) Dia Útil após o término do Período de Carência ("Data da Verificação dos Limites de Diversificação"), com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior. Para tanto, a Gestora basear-se-á, exclusivamente, em informações sobre a carteira do Fundo fornecidas pelo Custodiante.

Parágrafo 1º Em até 05 (cinco) dias úteis contados da Data da Verificação dos Limites de Diversificação, a Gestora deverá enviar relatório para a Administradora que demonstre o enquadramento do Fundo no que tange aos Limites de Concentração indicados no Artigo 11, na Data da Verificação dos Limites de Diversificação. A validade e veracidade das informações contidas no referido relatório é de responsabilidade única e exclusiva da Gestora.

Parágrafo 2º O Cedente e a Gestora deverão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias ao término do Período de Carência, analisar em conjunto a composição da Carteira de forma a garantir que, nos termos do caput deste Artigo, os Limites de Concentração estejam sendo respeitados. Para tanto, o Cedente obriga-se, desde já e a seu exclusivo critério, a ceder ativos adicionais, recomprar ativos já cedidos ou realizar novos aportes, envidando seus melhores esforços no sentido de que a Carteira, nos termos do caput deste Artigo, esteja enquadrada dentro dos Limites de Concentração.

Parágrafo 3º Para os fins de verificação dos Limites de Concentração, Clientes inseridos dentro de um mesmo grupo econômico deverão ser considerados pela Gestora como um único Cliente, sendo portanto considerados cumulativamente os Valores dos Direitos de Crédito relacionados a cada um dos respectivos Clientes. Para tanto, a Gestora basear-se-á, exclusivamente, em informações sobre os Clientes fornecidas pelo Cedente.



Parágrafo 4º Tendo em vista a possibilidade, após o término do Período de Carência, de (i) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito ou (ii) a integralização de Quotas Subordinadas em Direitos de Crédito, quando da aquisição, deverá a Gestora garantir que, nos termos do caput deste Artigo, os Limites de Concentração não sejam descumpridos exclusivamente em função da referida cessão de Direito de Crédito. Para fins dessa verificação, deverá ser considerado o Patrimônio Líquido do Fundo na data da cessão.

Parágrafo 5º Fica a Gestora desobrigada a proceder à adequação dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo (conforme estabelecido no Artigo 12 deste Regulamento), salvo na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, nos termos do *caput* deste Artigo, e sem prejuízo do parágrafo 4º acima.

Artigo 13 O Cedente será responsável pela existência, certeza, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e de suas respectivas garantias.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto acima, o Cedente obriga-se a registrar os instrumentos de garantia relacionados aos Direitos de Crédito perante os cartórios competentes.

Parágrafo 2º O Cedente deverá registrar os instrumentos de garantia relacionados aos Direitos de Crédito até o 60º (sexagésimo) dia consecutivo contado a partir da data da Cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Na hipótese de, após este dia, qualquer registro relacionado a qualquer Direito de Crédito não ter sido efetivado, o Cedente deverá, imediatamente, efetuar tal registro ou recomprar o referido Direito de Crédito.

Artigo 14 O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante, bem como seus controladores, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, e/ou subsidiárias (exceto o Cedente), não são responsáveis pela certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e





correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, tampouco pela solvência dos Clientes.

Artigo 15 O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais os discriminados no Capítulo VII deste Regulamento. O investidor, antes de adquirir Quotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados neste Regulamento e no Prospecto, responsabilizando-se integralmente pelas consequências de seu investimento nas Quotas.

Artigo 16 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) do Cedente; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DA CESSÃO

Artigo 17 Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento ("Critérios de Elegibilidade"):

- (a) deverão ser representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação e/ou Cédulas de Crédito Bancário, tendo como taxa de juros necessariamente (i) CDI acrescido de taxa pré-fixada; (ii) percentual do CDI; (iii) taxa pré-fixada; ou (iv) Índice de Preço acrescido de taxa pré-fixada;
- (b) deverão ser vinculados a Clientes que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo, e/ou vencidos e não pagos a outros Fundos administrados e/ou geridos pelo Administrador e/ou Gestor cujo cedente seja exclusivamente o Banco BVA S.A.;
- (c) não poderão conter parcelas cedidas ao Fundo cujo vencimento seja posterior ao término do Prazo de Duração do Fundo;



- (d) deverão ter prazo máximo de vencimento de 1.008 (um mil e oito) Dias Úteis contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
e
- (e) deverão observar, cumulativamente, as Condições de Cessão, conforme disposto no Artigo 18 deste Regulamento.

Parágrafo 1º O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Parágrafo 2º Todas as informações que venham a ser encaminhadas pelo Cedente e/ou pela Gestora ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados aos Critérios de Elegibilidade, serão encaminhadas por meio de arquivo eletrônico, em formato previamente acordado entre o Cedente, a Gestora e o Custodiante.

Artigo 18 Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem oferecidos pelo Cedente ao Fundo deverão observar, cumulativamente, as seguintes condições ("Condições da Cessão"):

- (a) deverão ter prazo médio de vencimento não superior a 672 (seiscentos e setenta e dois) Dias Úteis contados da Data de Aquisição e Pagamento, considerando o Preço de Aquisição na referida data;
- (b) deverão contar com ao menos uma das Garantias abaixo listadas, observada a exceção prevista no Artigo 11, alínea (j):
 - (i) alienação fiduciária de bem imóvel;
 - (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar;





- (iii) alienação fiduciária de bens móveis;
 - (iv) penhor de bens móveis; ou
 - (v) carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das Instituições Autorizadas.
- (c) deverão ser garantidos por fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes;
- (d) deverão ser representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação ou Cédulas de Crédito Bancário que tenham como emissores ou devedores os Clientes, conforme o caso;
- (e) deverão observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 19 deste Regulamento;
- (f) o somatório das parcelas dos Direitos de Crédito relacionados a um mesmo Cliente não deverá ser superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o que for maior;
- (g) não poderão ser devidos por Cliente que tenha quaisquer receitas oriundas das atividades de industrialização, comercialização e/ou distribuição de armas de fogo, para qualquer finalidade, de cigarros ou produtos similares, e/ou bebidas alcoólicas; e
- (h) não poderão ser devidos por Cliente que tenha atuação principal nos setores agrícola e agropecuário, incluindo frigoríficos.

Parágrafo Único Caberá exclusivamente à Gestora a responsabilidade pela verificação, em cada Data de Aquisição e Pagamento, das Condições de Cessão, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

Artigo 19 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente, conforme o caso, a (i) CDI+4,5% (quatro e meio por cento) ao ano, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros



composta por CDI acrescido de uma taxa pré-fixada ou pré-fixada, caso em que será utilizada a curva do CDI da Data de Aquisição e Pagamento; (ii) 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros composta por um percentual do CDI; ou (iii) Índice de Preço acrescido de 12% (doze por cento) ao ano, quando o Direito de Crédito for indexado a Índice de Preço acrescido de uma taxa pré-fixada (em qualquer caso, a "Taxa Mínima de Cessão").

Artigo 20 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste, observados:

- (a) os demais termos e condições deste Regulamento;
- (b) os termos, condições e procedimentos do Contrato de Cessão;
- (c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- (d) a política de investimento definida no Capítulo IV.

CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 21 O procedimento a ser observado pelo Cedente para a concessão de crédito encontra-se previsto no Anexo II deste Regulamento.

CAPÍTULO VII – FATORES DE RISCO

Artigo 22 A Carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo e o Prospecto.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:



- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus



ativos, o Cedente e os Clientes estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal, para estabilizar a economia e controlar a inflação, compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atua, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais. Além disso, o Fundo não poderá realizar operações em mercados de derivativos, nem para fins de proteção das posições detidas à vista na Carteira. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Clientes.



- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com a Remuneração Alvo atreladas à Taxa DI, conforme estabelecida no Artigo 40 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos. Esse risco está limitado a 10% (dez por cento) da Carteira, uma vez que, de acordo com alínea (I) do Artigo 11 deste Regulamento, somente 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em Direitos de Crédito com taxa de juros pré-fixada ou corrigidos por Índice de Preços.
- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Clientes em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em Carteira que estejam vencidos e não pagos e do não cumprimento, pelos Clientes, de suas obrigações para com o Cedente e o Fundo, conforme o caso. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os Direitos de Créditos sejam pagos pelos Clientes e os respectivos valores





sejam transferidos ao Fundo, não havendo garantia de que a amortização e o resgate das Quotas ocorrerá integralmente conforme estabelecido neste Regulamento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente tem responsabilidade pela correta origemação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes.

- (b) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade de pagamento dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. Além disso, a implementação de outras estratégias de investimento poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Quotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.
- (c) Risco de Crédito relativo aos Recebíveis a Performar. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser garantidos por Recebíveis a Performar detidos pelos Clientes contra terceiros, oriundos de contratos de fornecimento ou de prestação de serviços. Para que



se tornem efetivamente devidos, os Recebíveis a Performar dependem de uma contraprestação dos Clientes. Não se pode garantir que os Clientes satisfarão suas obrigações constantes dos referidos contratos de fornecimento e de prestação de serviços.

Caso os Clientes não satisfaçam suas obrigações nos referidos contratos, os Recebíveis a Performar cedidos em garantia dos Direitos de Crédito não serão devidos pelos respectivos devedores, o que tornará a garantia sem valor. Adicionalmente, mesmo que os Clientes cumpram suas obrigações nos referidos contratos, não há garantia que os devedores dos Recebíveis a Performar efetivamente pagarão tais recebíveis.

- (d) Risco de Pré-pagamento dos Direitos de Crédito. A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos de Crédito poderá ocasionar perdas ao Fundo. A ocorrência de pré-pagamentos de Direitos de Crédito reduz o horizonte original de rendimentos esperados pelo Fundo de tais Direitos de Crédito, uma vez que o pré-pagamento é realizado pelo valor de emissão do Direito de Crédito atualizado até a data do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre o Cedente e o respectivo devedor do Direito de Crédito, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito de Crédito deixam de ser devidos ao Fundo. Adicionalmente, caso já tenha se encerrado o Período de Carência, os recursos oriundos do referido pré-pagamento não poderão ser reinvestidos em Direitos de Crédito pelo Fundo, sendo aplicados apenas em Ativos Financeiros, o que pode prejudicar que seja alcançada a Remuneração Alvo das Quotas Seniores, uma vez que a remuneração dos Ativos Financeiros é inferior àquela paga pelos Direitos de Crédito.
- (e) Risco de Ausência de Registro e da possibilidade de Recompra. Caso qualquer Direito de Crédito cedido ao Fundo não seja devidamente registrado junto aos cartórios competentes, nos termos do artigo 13 acima, o Cedente deverá recomprá-lo. Nesta hipótese, o fluxo de caixa previsto do Fundo será antecipado, em





função da obrigatoriedade de utilização dos recursos na amortização das Quotas. Desta forma, os Quotistas receberão os recursos referentes às amortizações das Quotas antes do previsto.

- (f) Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira do Fundo depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos de Crédito com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

- (a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em Carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em Carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.
- (c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os



fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em Carteira.
- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Clientes; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.





Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Gestora alienar ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Risco Operacional:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que

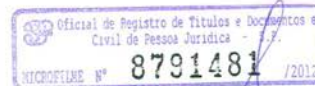


poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e a Administradora tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos pelo Cedente ou por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (c) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, da Administradora, da Gestora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.
- (d) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão debitados das contas dos Clientes abertas e mantidas junto ao Cedente. Os valores debitados das referidas contas serão transferidos para a Conta do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança e Depósito. Apesar do Fundo contar com a obrigação do Cedente de realizar as transferências dos recursos depositados nas referidas contas para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas Seniores pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo Cedente, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo.





Parágrafo 5º Outros Riscos:

- (a) Risco de não manutenção dos Limites de Concentração após o Período de Carência. Poderá ocorrer alteração dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados no Capítulo IV deste Regulamento, de forma a não atender o Limite de Concentração avaliado na Data da Verificação dos Limites de Diversificação, após o término do Período de Carência, por motivos alheios à vontade da Gestora, Cedente ou Administradora, estando estes, ressalvado o expressamente disposto no Regulamento, desobrigados a proceder ao seu atendimento. Tal alteração poderá afetar a rentabilidade das Quotas, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Dessa forma, ainda que o Fundo continue adquirindo (ou recebendo a título de integralização de Quotas Subordinadas) Direitos de Crédito após o Período de Carência, a Gestora apenas deverá avaliar se cada novo Direito de Crédito não faria com que a Carteira do Fundo deixasse de atender os Limites de Concentração, não se comprometendo a ajustar carteira do Fundo em hipótese alguma caso tenham sido extrapolados (de forma involuntária) os Limites de Concentração.

- (b) Risco de não manutenção das Condições da Cessão, após a Data de Aquisição e Pagamento - Todas as Condições da Cessão, previstas no Artigo 18 deste Regulamento, serão verificadas pela Gestora uma única vez, exclusivamente em cada Data de Aquisição e Pagamento, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão. Dessa forma, após a Data de Aquisição e Pagamento e durante todo o prazo de duração do Fundo, poderão ocorrer alterações dos percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo e do próprio Patrimônio Líquido do Fundo, seja em função de pré-pagamento, valorização dos Direitos de Crédito ou qualquer outro motivo, alheio à vontade da Gestora, Cedente ou Administradora, não havendo garantias de que o somatório das parcelas dos Direitos de Crédito relacionados a um mesmo Cliente jamais será superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)



ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o que for maior, conforme Artigo 18, alínea "f". A Administradora, Gestora, o Custodiante e o Cedente não se comprometem a ajustar carteira do Fundo, em hipótese alguma, caso referido limite seja extrapolado, de forma involuntária, após a Data de Aquisição e Pagamento.

- (c) Risco de descontinuidade. A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo IV estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV acima.

Os Clientes podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado dos Direitos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Quanto ao Risco do Cedente destacam-se:

O Cedente não se encontra obrigado a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelo Cedente.

Este Regulamento estabelece algumas hipóteses nas quais os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, poderão optar pela liquidação antecipada do Fundo, exemplificativamente caso o Cedente seja submetido a intervenção ou liquidação extrajudicial, de acordo com o disposto na Lei n.º 6.024/74, bem como a Regime





de Administração Especial Temporária - "RAET", nos termos do Decreto Lei n.º 2.321/87, além de outras hipóteses em que o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a entrega de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros. Nessas situações, os Quotistas poderão encontrar dificuldades (i) para vender os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros recebidos quando do vencimento antecipado do Fundo ou (ii) cobrar os valores devidos pelos Clientes devedores dos Direitos de Crédito.

O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito estruturados ou originados pelo Cedente, o qual não será obrigado a estruturar, originar e/ou ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. Caso o Cedente (i) deixe de estruturar ou originar Direitos de Crédito e/ou de cedê-los ao Fundo, ou (ii) decida terminar o Contrato de Cessão e a Assembléia Geral não resolva continuar as atividades do Fundo, mediante alteração deste Regulamento, de forma que o objetivo do Fundo seja adquirir outros direitos de crédito que não os Direitos de Crédito, o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente, sendo que, neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos quando da liquidação antecipada do Fundo com a mesma remuneração buscada pelo Fundo.

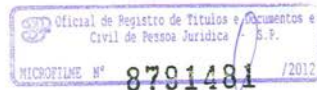
- (d) Riscos e custos de cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das



Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

- (e) Risco de inadimplência dos Direitos de Crédito. O Cedente é responsável somente pela existência, certeza, exigibilidade e boa formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos Clientes nos termos deste Regulamento. Dessa forma, a inadimplência, total ou parcial, por parte dos Clientes, no pagamento dos Direitos de Crédito, poderá causar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, a seus Quotistas.
- (f) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (g) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Remuneração Alvo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Remuneração Alvo, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no Artigo 40 deste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.





- (h) Risco Específico do Cedente – Existência de outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM. Poderão existir outros fundos de investimento em direitos creditórios registrados na CVM que tenham por objeto a aquisição de direitos creditórios do Cedente. O Cedente não oferece garantias quanto à quantidade ou percentual de Direitos de Crédito de sua origem que deverá ser destinada a cada fundo em particular ou qualquer forma de prioridade ou preferência de cessão de Direitos de Crédito entre os fundos em que figura como cedente. Caso o Cedente reduza por qualquer motivo o volume de origem de Direitos de Crédito, o Cedente poderá não possuir Direitos de Crédito em montante suficiente para oferecer ao Fundo e para atender a outros eventuais acordos celebrados com outros fundos de investimento ou instituições financeiras para cessão de Direitos de Crédito. Assim, poderá haver insuficiência de Direitos de Crédito disponíveis para aquisição pelo Fundo, o que afetará seus resultados e colocará em risco sua continuidade, podendo ocorrer a liquidação do Fundo. Mesmo nessa situação, não será observado nenhum tipo de prioridade ou preferência na cessão de Direitos de Crédito, tanto para o Fundo quanto para quaisquer outros fundos de investimento em direitos creditórios que tenham por objeto a aquisição de Direitos de Crédito do Cedente.
- (i) O regime de colocação das Quotas Seniores – melhores esforços – não garante a colocação total das Quotas Seniores. O regime de colocação das Quotas Seniores estabelecido no Contrato de Distribuição, firmado entre a Administradora, em nome do Fundo, e o Coordenador Líder, prevê a colocação das Quotas Seniores em regime de melhores esforços. Nenhuma garantia pode ser dada de que as Quotas Seniores serão efetivamente colocadas e, consequentemente, de que o volume total da emissão será efetivamente captado.

Além disso, na hipótese de não colocação do valor mínimo de emissão estabelecido no Artigo 40 deste Regulamento, a emissão de Quotas Seniores do Fundo será cancelada.



(j) Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo.

A Gestora envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo com Ativos Financeiros e Direitos de Crédito que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que a Gestora conseguirá adquirir tais ativos e portanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

(k) Risco de Intervenção ou Liquidação Judicial da Administradora:

O Fundo está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação judicial da Administradora, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974. Ainda assim, nos termos da referida lei, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos da Administradora, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos de Crédito de titularidade do Fundo.

(l) Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações do Cedente.

Observados os termos e as condições do Regulamento e do Contrato de Cobrança e Depósito, os valores pagos diretamente ao Cedente relativos aos Direitos de Crédito deverão ser transferidos pelo Cedente para o Fundo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento dos respectivos valores. O Cedente, por ser uma instituição financeira, está sujeito ao regime de administração especial temporária, à intervenção ou à liquidação extrajudicial, nos termos da Lei nº 2.321/87 e da Lei nº 6.024/74. Caso o Cedente se encontre na posse de valores de titularidade do Fundo quando ou após a decretação de sua intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, tais recursos podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá





dependem da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- (m) Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória. Durante o Período de Carência, o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle da Gestora e da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos quotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos quotistas.
- (n) Risco de Governança Decorrente da Emissão de Novas Quotas Subordinadas e Diluição dos Quotistas Seniores. De acordo com o Artigo 37, o Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, respeitada a quantidade mínima necessária à manutenção da Razão de Garantia do Fundo e, por esta razão, em determinadas situações, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que Quotas Seniores. Importante ressaltar que nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas Seniores no patrimônio do Fundo, ocasionando eventual modificação da relação de poderes para votação das matérias constantes do artigo 69 deste Regulamento na Assembleia Geral de Quotistas, as quais dependam também de voto dos detentores de Quotas Subordinadas, havendo a possibilidade de relevantes decisões relativas ao Fundo, dentre aquelas constantes do artigo 69 do Regulamento, estarem, em última instância, sujeitas ao voto dos



detentores das Quotas Subordinadas.

- (o) Possibilidade de Existência de Eventual Conflito de Interesse entre Gestora, Cedente, Administradora e o Fundo. Em decorrência do iminente fato de que o Cedente do Fundo passará a deter uma posição de controle da BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., passando, dessa forma, a manter relação societária com a Administradora além das relações já descritas no Prospecto Definitivo do Fundo, e que a Gestora é uma sociedade controlada do Cedente do Fundo, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse entre o Cedente e a Gestora e, futuramente, entre a Administradora e o Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.
- (p) Eventual Conflito de Interesse decorrente da possibilidade de recompra dos Direitos de Crédito pelo Cedente. Conforme disposto no Artigo 86 e seguintes deste Regulamento, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente (i) poderá adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido, sendo que, após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido o preço de compra será de R\$ 1,00 (um real); (ii) poderá, a qualquer momento durante o Período de Carência, adquirir ou de substituir, qualquer Direito de Crédito que tenha cedido ao Fundo pelo respectivo Preço de Aquisição, desde que o novo Direito de Crédito atenda aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito; (iii) terá a faculdade de, após o término do Período de Carência, apresentar ofertas de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplido ao Fundo, sendo que a Administradora e/ou a Gestora poderá(ão), ou não, aceitar a referida oferta, sempre no melhor interesse do Fundo e de acordo com o disposto no Contrato de Cessão; e (iv) sem prejuízo das opções de aquisição referidas





acima, o Cedente terá ainda o direito de primeira recusa, caso a Administradora e /ou a Gestora deseje(m) alienar quaisquer Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo para terceiros.

Salienta-se que, conforme disposto acima, o Cedente detém, nesta data, a totalidade das ações com direito a voto da Gestora do Fundo, bem como poderá em breve assumir o controle acionário da Administradora. Dessa forma, não há garantia de que não venham a existir eventuais situações de conflitos de interesse relacionados à recompra dos Direitos de Crédito, entre o Cedente e a Gestora e, futuramente, entre a Administradora e o Cedente, o que poderá gerar efeitos adversos ao Fundo e à sua carteira.

Parágrafo 6º O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO VIII – ADMINISTRADORA

Artigo 23 O Fundo será administrado pela BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42 (“Administradora”).

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, e (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.



Artigo 24 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a Carteira do Fundo.

Parágrafo 1º Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o Prospecto do Fundo;
 - (iii) o registro dos Quotistas;
 - (iv) o livro de atas de assembléias gerais;
 - (v) o livro de presença de Quotistas;
 - (vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
e
 - (viii) os relatórios do Auditor Independente;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo por meio do Custodiante;
- (c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto do Fundo, bem como cientificá-los do nome do Periódico e da Taxa de Administração;
- (d) divulgar, na periodicidade prevista no capítulo XXII deste Regulamento, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Quota, as rentabilidades





acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios das Agências de Classificação de Risco;

- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo; e
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior, e da legislação e regulamentação aplicável, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente às Agências de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, do Auditor Independente, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação;
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, ao Contrato de Gestão e ao Contrato de Cobrança e Depósito;
- (b) informar imediatamente aos Quotistas:
 - (i) a substituição da Administradora, do Auditor Independente, da Gestora ou do Custodiante;



- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação;
- (c) franquear o acesso das Agências de Classificação de Risco e do Auditor Independente aos relatórios preparados pelo Custodiante;
- (d) informar aos Quotistas, na forma prevista no Artigo 75 deste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (e) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da Carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Parágrafo 3º É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo 4º As vedações dispostas no Parágrafo 3º acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.





Parágrafo 5º Excetuam-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da Carteira do Fundo.

Parágrafo 6º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo ao Cedente, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvado o disposto no art. 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (k) obter ou conceder empréstimos; e



- (l) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo.

Parágrafo 7º O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.

Parágrafo 8º A partir da entrada em vigor da Instrução CVM nº 484, de 21 de julho de 2010, o demonstrativo trimestral indicado no Parágrafo 7º acima deverá também evidenciar:

- (a) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso;
- (b) os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- (c) as informações solicitadas no art. 24, inciso X, alíneas "a", e "c" da Instrução CVM 356, caso tais informações:
 - (i) não forem conhecidas pela Administradora no momento de registro do Fundo; ou
 - (ii) tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- (d) possíveis efeitos das alterações apontadas no item (c) acima sobre a rentabilidade da carteira;
- (e) em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo no trimestre:





- (i) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e
 - (ii) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- (f) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
- (g) forma como se operou a cessão dos direitos creditórios ao Fundo, incluindo:
 - (i) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e
 - (ii) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- (h) impacto no valor do patrimônio líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira dos eventos de pré-pagamento;
- (i) análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no item (h) acima;
- (j) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos de Crédito, incluindo:
 - (i) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e
 - (ii) motivação da alienação;
- (k) impacto no valor do patrimônio líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos de Crédito realizadas:
 - (i) pelo Cedente;



- (ii) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou
- (iii) por pessoas a eles ligadas;
- (l) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no item (k) acima;
- (m) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e
- (n) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

Artigo 25 Pelos serviços de administração do Fundo, neles compreendidos as atividades de administração do Fundo, gestão da Carteira, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes de sua Carteira, distribuição, escrituração da emissão e resgate de suas Quotas, o Fundo pagará uma taxa de administração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente ("Taxa de Administração"):

- (a) taxa de administração equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil, à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do Fundo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$15.000,00 (quinze mil reais);
- (b) taxa de gestão a ser paga à Gestora, conforme prevista na tabela abaixo:

| Taxa de Gestão | Base de Incidência |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 0,22% (vinte e dois centésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). |
| 0,195% (cento e noventa e cinco milésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido que exceder R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até |





| | |
|------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). |
| 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano. | Parcela do Patrimônio Líquido que exceder R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). |

- (c) taxa de distribuição fixa no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), a ser paga ao Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição.

Parágrafo 1º A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo verificado no Dia Útil anterior à realização do referido cálculo.

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no quinto Dia Útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas do Fundo.

Parágrafo 3º Os valores expressos em reais dispostos neste Artigo serão atualizados a cada período de 12 (doze) meses contado a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Quotas, pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”) ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Artigo 26 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, especialmente os serviços de custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes de sua carteira, escrituração da emissão e resgate de suas quotas, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Único A remuneração a ser paga ao Custodiante/Agente



Escriturador equivale a 0,13% (treze centésimos) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e será deduzida da Taxa de Administração.

CAPÍTULO IX – SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

Artigo 27 Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo e a Gestora à gestão do Fundo, desde que convoquem, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre suas respectivas substituições ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXI abaixo.

Artigo 28 No caso de renúncia, a Administradora e a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral convocada para decidir sobre sua substituição ou liquidação do Fundo.

Parágrafo Único A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 29 Nas hipóteses de substituição da Administradora, da Gestora e de liquidação do Fundo aplicar-se-ão, no que couber, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Único A perda da condição de Administradora e/ou Gestora do





Fundo se dará, ainda, na hipótese de descredenciamento pela CVM, em conformidade com as normas que regulam o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO X – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 30 Os serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, bem como a de escrituração das Quotas do Fundo, serão prestados pela, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, instituição financeira regularmente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, bem como credenciada perante a CVM para a prestação de tais serviços, doravante denominado “Custodiante” ou “Agente Escriturador”.

Parágrafo 1º Os serviços de custódia qualificada, controladoria e escrituração, conforme indicado no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante.

Parágrafo 2º O recebimento e análise dos arquivos eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo serão realizados pelo Custodiante, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, trimestralmente, sendo que para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão considerados apenas os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada.

Parágrafo 3º A análise da documentação será realizada utilizando-se os procedimentos de auditoria por amostragem, conforme faculta o Artigo 38, § 1º da Instrução CVM nº 356. A verificação dependerá de alguns estudos estatísticos, e será realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da Carteira e o nível de concentração dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º As verificações serão realizadas por meio dos seguintes procedimentos:

- (a) obtenção de arquivo com cada Direito de Crédito adquirido pelo



Fundo, na respectiva data da cessão; e

- (b) conferência física dos Direitos de Crédito com os registros eletrônicos do Custodiante.

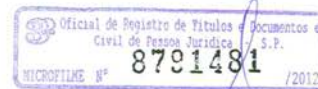
Artigo 31 O Custodiante contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança e Depósito, o Cedente para (i) que adote todas as medidas cabíveis com relação à cobrança dos Direitos de Crédito a vencer e, de acordo com os procedimentos de cobrança previstos no Anexo III, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Clientes, (ii) realizar a guarda física dos originais dos Direitos de Crédito e dos Documentos Comprobatórios.

Artigo 32 Como gestor da Carteira do Fundo foi contratada a Vitória Asset Management S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 7º andar - parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.330.895/0001-83, credenciada e autorizada pela CVM, conforme Ato Declaratório n.º 9.233 de 27 de março de 2007 ("Gestora").

Artigo 33 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, nº 33, CEP 04530-904, inscrita no CNPJ sob o nº 057.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM para prestar serviços de auditoria independente ("Auditor Independente").

Artigo 34 Como Agências de Classificação de Risco do Fundo foram contratadas: (i) a Austin Rating Serviços Financeiros, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, nº 110, conj. 73, Itaim, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09 ("Austin Rating"); e (ii) a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40 ("Standard & Poor's Rating"), ("Agências de Classificação de Risco").





Parágrafo Único As Quotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pelas Agências de Classificação de Risco. As Agências de Classificação de Risco não realizarão avaliação das Quotas Subordinadas.

Artigo 35 O Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, pela supervisão e monitoramento das Garantias, de forma a garantir o enquadramento da Carteira do Fundo aos percentuais estabelecidos nas alíneas (g), (h), (i) e (j) do Artigo 11 deste Regulamento.

CAPÍTULO XI – QUOTAS

Artigo 36 O Fundo emitirá Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, com as características descritas nos parágrafos a seguir.

Parágrafo 1º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 40 deste Regulamento;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento;
- (d) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Seniores.

Artigo 37 O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas

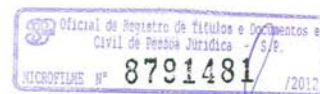


em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas, respeitada a quantidade mínima necessária à manutenção da Razão de Garantia.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em Circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 deste Regulamento;
- (e) direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) poderão ser integralizadas em Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente e integralmente, às Condições de Cessão, aos Critérios de Elegibilidade, bem como a todos os demais requisitos da política de investimento do Fundo; e
- (g) serão subscritas exclusivamente pelo Cedente.





Parágrafo 2º Observada a Razão de Garantia, os Direitos de Crédito que poderão ser utilizados para a integralização de Quotas Subordinadas serão precificados e avaliados de acordo com o disposto no Capítulo XVII do Regulamento, especialmente o Artigo 55 do Regulamento.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas não serão objeto de oferta pública e serão subscritas pelo Cedente nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º As Quotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

Parágrafo 5º O Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas tem por objetivo estabelecer os termos e condições segundo os quais o Cedente se compromete a subscrever e a integralizar as Quotas Subordinadas representativas do patrimônio do Fundo, até a liquidação do Fundo, de forma a garantir o atendimento à Razão de Garantia, bem como a subscrição e integralização de Quotas Subordinadas na hipótese de que trata o Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo 6º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar novas distribuições de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Artigo 38 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 39 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XIX deste Regulamento.

Artigo 40 O Fundo contará com uma única emissão de Quotas Seniores, com as características dispostas a seguir:

| | |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| Emissor: | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália. |
| Coordenador Líder: | Banco BVA S.A., contratado pela Administradora, em nome do Fundo, para |



47

realizar a distribuição das Quotas Seniores sob o regime de melhores esforços, nos termos do Contrato de Distribuição;

Valor Total da Emissão: até R\$195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de Reais), observada a possibilidade de utilização de Lote Suplementar e Lote Complementar.

Valor Mínimo

da Emissão: R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais).
Atingido o valor mínimo de emissão, as Quotas Seniores não subscritas até a data de encerramento da distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora, nos termos do Artigo 9º, II da Instrução CVM 356. Para tanto, fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas emitidas pelo Fundo.

Número de Séries: Série única.

Valor Unitário de Emissão

das Quotas: R\$1.000,00 (mil Reais).

Quantidade de

Quotas Seniores: até 195.000 (cento e noventa e cinco mil) quotas, observada a possibilidade de Lote Suplementar e Lote Complementar.

Lote Suplementar:

Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400, a Administradora outorga ao Coordenador Líder a opção de distribuição de lote suplementar de até 29.250 (vinte e nove mil e duzentas e cinquenta) Quotas Seniores, lote este equivalente a até 15% (quinze por





cento) da quantidade inicialmente ofertada, caso a procura das Quotas Seniores do Fundo assim justifique. O Lote Suplementar terá as mesmas condições e preço das Quotas Seniores inicialmente ofertadas. Na hipótese de utilização do Lote Suplementar, o Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de Lote Suplementar, a data do respectivo exercício e a quantidade de Quotas Seniores envolvidas.

Lote Complementar: Adicionalmente ao Lote Suplementar, o Coordenador Líder poderá utilizar a faculdade prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, o qual dispõe que a quantidade de Quotas Seniores a serem distribuídas poderá ser aumentada, até um montante que não exceda em 20% (vinte por cento) a quantidade de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da oferta ("Lote Complementar").

Remuneração Alvo das Quotas

Seniores: Juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, over extra-grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) capitalizada de uma sobretaxa de 3,5% (três e meio por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os juros remuneratórios



serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário de cada Quota Sênior, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Resgate.

Data de Emissão

das Quotas Seniores: Data da 1ª subscrição de Quotas Seniores do Fundo.

Período de Carência

para Amortização: se inicia na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e termina após 06 (seis) meses da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores

Amortizações

das Quotas Seniores: Na forma do Capítulo XIII deste Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 54 deste Regulamento.

Prazo de Resgate das

Quotas Seniores: 48 (quarenta e oito) meses a contar da 1ª integralização das Quotas Seniores, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 54 deste Regulamento.

Forma de distribuição das

Quotas Seniores: Pública, nos termos da Instrução CVM 400, a ser realizada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição

das Quotas Seniores: até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à oferta pública das Quotas Seniores,





podendo ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

Registro de distribuição das

Quotas Seniores: As Quotas Seniores serão registradas para distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no SF – Módulos de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

CAPÍTULO XII – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 41 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44 e 45 deste Regulamento, respectivamente, na data em que forem subscritas pelos Investidores Qualificados ou pelo Cedente, conforme o caso, (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão).

Artigo 42 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escrirador, de conta de depósito em nome do Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no boletim de subscrição, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escrirador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 43 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

Artigo 44 A partir da Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores, seu



respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação; ou
- (b) o Valor Unitário de Referência (conforme definido no Parágrafo 4º abaixo).

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização das Quotas Seniores durante o respectivo período de distribuição e (ii) a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores, na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Parágrafo 2º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 3º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos na alínea (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º O Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores, o respectivo Valor Unitário de Emissão, e (ii) nos Dias Úteis subseqüentes à Data de Emissão, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Remuneração Alvo estabelecida para





as Quotas Seniores; sendo certo que, quando do pagamento de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.

Artigo 45 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na data de cálculo.

CAPÍTULO XIII – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 46 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 54 deste Regulamento, as Quotas Seniores do Fundo serão amortizadas todo o dia 5 (cinco) de cada mês (cada data, uma “Data de Amortização”), a partir do mês subsequente ao do término do Período de Carência.

Parágrafo Único As Quotas Seniores poderão, ainda, sofrer Amortizações Extraordinárias, nos termos do Artigo 58 deste Regulamento.

Artigo 47 A amortização prevista no Artigo 46 acima compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do Fundo, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito, que excederem o valor da Reserva de Liquidez.

Parágrafo Único A Reserva de Liquidez deverá ser utilizada exclusivamente para pagamento dos Encargos do Fundo e será restabelecida na forma do Artigo 54 deste Regulamento.

Artigo 48 As Quotas Subordinadas poderão ser amortizadas no dia 20 (vinte) de cada mês, a partir do mês subsequente ao término do Período de Carência, somente nos casos de Excesso de Cobertura, conforme o disposto no Artigo 59 deste Regulamento.

Artigo 49 Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização



ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 50 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 54 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o Artigo 44 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 59 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 45 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, no Dia Útil imediatamente anterior às respectivas datas de pagamento.

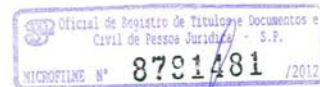
Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 63 deste Regulamento, em Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

Artigo 51 Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XV – NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 52 As Quotas Seniores serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que os Quotistas





serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Artigo 53 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI – ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 54 Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento, bem como dos recursos necessário à constituição ou restabelecimento da Reserva de Liquidez;
- (c) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem estruturados e/ou originados pelo Cedente, em observância à política de investimento descrita neste Regulamento, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º abaixo;
- (d) após o encerramento do Período de Carência, devolução, aos titulares das Quotas Seniores, dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos no Artigo 40 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores; e
- (e) após o encerramento do Período de Carência, pagamento dos



valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º Durante o Período de Carência, a Administradora poderá utilizar todos os recursos depositados na Conta do Fundo, inclusive aqueles provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na aquisição de novos Direitos de Crédito para o Fundo, observada a constituição e manutenção da Reserva de Liquidez.

Parágrafo 2º Após o término do Período de Carência, e depois de pagos e/ou provisionados os valores estabelecidos nos itens (a) e (b) deste Artigo 54, a Administradora deverá utilizar os recursos oriundos do pagamento dos Direitos de Crédito remanescentes na Conta do Fundo exclusivamente para: a amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, observadas as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo 3º Não obstante o disposto acima, os recursos provenientes da integralização de novas Quotas poderão ser, a qualquer tempo, a exclusivo critério da Gestora, utilizados para aquisição de novos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros, respeitadas as Condições da Cessão e os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento, bem como os Limites de Concentração na forma dos parágrafos 4º e 5º do Artigo 12.

CAPÍTULO XVII – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 55 Os ativos que compõem a Carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se os critérios de marcação a mercado adotados pelo Custodiante; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.





Parágrafo Único Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 dias úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 56 As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito Inadimplidos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme os procedimentos definidos no artigo 6º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, conforme alterada, ou seja, os percentuais de provisão somente serão aplicados após constatado o atraso no pagamento do direito creditório em cada Dia Útil, de acordo com a tabela abaixo:

| Faixa | Período de Atraso | Percentual de Provisão |
|-------|-----------------------------|------------------------|
| A | atraso entre 1 e 14 dias | 0,5% |
| B | atraso entre 15 e 30 dias | 1% |
| C | atraso entre 31 e 60 dias | 3% |
| D | atraso entre 61 e 90 dias | 10% |
| E | Atraso entre 91 e 120 dias | 30% |
| F | atraso entre 121 e 150 dias | 50% |
| G | atraso entre 151 e 180 dias | 70% |
| H | Atraso superior a 180 dias | 100% |

Parágrafo 1º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos

Parágrafo 2º O Fundo considerará como perda todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento. Nesses casos, o Custodiante deverá contabilizar a totalidade dos valores devidos e não pagos ao Fundo como perda.

Parágrafo 3º Caso os Direitos de Crédito Inadimplidos sejam de alguma



forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os referidos créditos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e a Administradora deverá então reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso.

CAPÍTULO XVIII – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E AO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

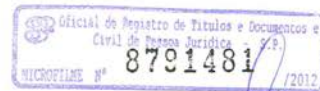
Artigo 57 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação ("Razão de Garantia") é igual ou superior a 154% (cento e cinquenta e quatro por cento).

Parágrafo 1º Excepcionalmente durante o período compreendido entre a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e (i) o término do Período de Carência ou (ii) o momento em que o volume de Quotas Subordinadas integralizadas for igual ou superior a R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), o que ocorrer primeiro, a Razão de Garantia deverá ser igual ou superior a 200% (duzentos por cento), observado o disposto no Artigo 59, parágrafo 3º

Parágrafo 2º De forma comparativa, a Razão de Garantia do caput do presente artigo equivale a um Índice de Subordinação, correspondente a participação em Quotas Subordinadas de, no mínimo, 35,065% (trinta e cinco inteiros e sessenta e cinco milésimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Durante o período excepcional descrito no parágrafo acima, em que a Razão de Garantia deverá ser igual ou superior a 200% (duzentos por cento), o Índice de Subordinação deverá corresponder a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 58 Caso a Razão de Garantia seja inferior ao percentual indicado no Artigo 57 por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, e o Fundo possua recursos em caixa, observada a Reserva de Liquidez, a Administradora deverá realizar uma amortização extraordinária das Quotas Seniores ("Amortização Extraordinária"), no Dia Útil imediatamente subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, utilizando o montante que sobejar a Reserva de Liquidez





para restabelecer a Razão de Garantia. Caso a Amortização Extraordinária não tenha sido suficiente para restabelecer a Razão de Garantia, serão adotados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e
- (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea "a" deste Parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do *caput* deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 61 deste Regulamento.

Artigo 59 Caso a Razão de Garantia seja, a qualquer momento após o término do Período de Carência, superior a 167% (cento e sessenta e sete por cento) ("Excesso de Cobertura"), o que corresponde a um Índice de Subordinação superior a 40,12% (quarenta inteiros e doze centésimos por cento), a Administradora poderá realizar uma amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação fique igual a, no mínimo, 154% (cento e cinquenta e quatro por cento), mediante solicitação dos titulares de Quotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (a) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; e



- (c) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da Data de Amortização das Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Os titulares das Quotas Subordinadas deverão comunicar à Administradora, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º acima, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 3º Não poderá haver amortização de Quotas Subordinadas, na forma prevista neste Artigo (i) na Data 1ª Subscrição de Quotas até a Data de Verificação dos Limites de Diversificação, prevista no Artigo 12; e (ii) nos 5 (cinco) meses que antecederem o resgate das Quotas Seniores em Circulação.

CAPÍTULO XIX – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 60 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Avaliação"):

- (a) qualquer evento que implique em efetiva transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, para qualquer pessoa diferente dos acionistas do Cedente à época da Data da 1ª Subscrição das Quotas Seniores, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente, ou qualquer operação com efeitos similares;
- (b) caso o Cedente passe a estar sujeito a Regime de Administração Especial Temporária – RAET, nos termos da Lei nº 2.321/87;
- (c) caso o Cedente seja objeto de intervenção ou liquidação





extrajudicial de acordo com o disposto na Lei nº 6.024/74;

- (d) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações no âmbito do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (e) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento, nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (f) caso na Data da Verificação dos Limites de Diversificação o Fundo não atenda aos Limites de Concentração;
- (g) caso qualquer uma das Agências de Classificação de Risco rebaixe a classificação de risco das Quotas Seniores em Circulação em dois níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (h) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, notificado, por escrito, pela Gestora, mediante comprovante de recebimento, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (i) na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;
- (j) impossibilidade duradoura, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade;
- (k) inobservância da constituição e manutenção da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
- (l) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações, previstos neste Regulamento, verificado por titulares de Quotas



Seniores representando ao menos 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação, desde que, se notificado por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (m) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito que estavam em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão previstos neste Regulamento no momento de sua aquisição;
- (n) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (o) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo em relação à Carteira do Fundo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- (p) a rescisão, extinção ou término, por qualquer motivo, do Compromisso de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
- (q) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 15% (quinze por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 5 (cinco) e 30 (trinta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (r) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 10% (dez por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 31 (trinta e um) e 60 (sessenta) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (s) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 8% (oito por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base





- no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 61 (sessenta e um) e 90 (noventa) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
- (t) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 6% (seis por cento), calculado diariamente pelo Custodiante com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso acima de 91 (noventa e um) dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (u) caso o Cedente deixe de cumprir com sua obrigação descrita no Parágrafo Primeiro e Segundo do Artigo 13 deste Regulamento; e
 - (v) não pagamento dos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores nas datas e hipóteses previstas neste Regulamento, por motivo de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Único Os índices de inadimplência previstos nos itens (q), (r), (s) e (t) deste Artigo 60 serão observados diariamente pela Gestora, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, fornecido pelo Custodiante.

Artigo 61 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 62 abaixo.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito e amortização



parcial das Quotas Subordinadas deverão ser imediatamente interrompidos, até que decisão final proferida em Assembléia Geral convocada para este fim, nos termos do *caput* deste Artigo, autorize a retomada dos procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito.

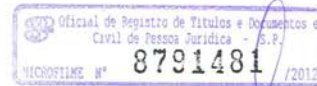
Artigo 62 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo ("Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) na hipótese de rescisão, extinção ou término do Contrato de Cessão;
- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo, previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (d) na hipótese de renúncia do Custodiante, com a consequente não assunção de suas funções por uma nova instituição;
- (e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XVIII; e
- (f) não pagamento dos valores de amortização ou resgate das Quotas Seniores nas datas e hipóteses previstas neste Regulamento, salvo em caso fortuito ou força maior, quando o evento será considerado Evento de Avaliação.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer Evento de Liquidação acima indicado, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a





Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas Dissidentes, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas Dissidentes, no prazo previsto no Parágrafo anterior, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, restará comprovada a ocorrência de situação que coloque a cessão dos Direitos de Crédito em risco, motivo pelo qual o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em Circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora (i) liquidará todos os investimentos e aplicações detidas pelo Fundo, e (ii) transferirá todos os recursos recebidos à Conta do Fundo;
- (b) o Cedente deverá enviar à Administradora planilhas detalhadas informando o direcionamento dos pagamentos;
- (c) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (d) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVI em conjunto com as informações enviadas pelo Cedente de acordo com a alínea (b) acima, a Administradora debitará a Conta



do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em Circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 6º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Artigo 63 Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Quotas em circulação, as Quotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a entrega da totalidade dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Quotistas, observado que referido resgate poderá ser realizado fora do âmbito da CETIP.

Parágrafo 1º Qualquer entrega de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate aos Quotistas deverá ser realizada mediante a utilização de procedimento de rateio, considerando a proporção do número de Quotas devido por cada um dos Quotistas no momento do rateio em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, observados os exatos termos dos procedimentos estabelecidos neste Capítulo.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral deverá deliberar sobre os procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas para fins de pagamento de resgate das Quotas, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI e o disposto na regulamentação aplicável.



Parágrafo 3º Caso a Assembléia Geral referida no parágrafo 2º acima não



chegue a um acordo comum referente aos procedimentos de entrega dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros em pagamento aos Quotistas, para fins de pagamento de resgate das Quotas, os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros serão entregues em pagamento aos Quotistas mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com a proporção de Quotas detida por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo 4º A Administradora deverá notificar os Quotistas, por meio (i) de carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas e/ou (iii) por meio de publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, informando a proporção de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a que cada Quotista faz jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do condomínio.

Parágrafo 5º Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da notificação acima referida, essa função será exercida pelo titular de Quotas Sênior que detenha a maioria das Quotas Sênior em circulação.

Parágrafo 6º O Cedente e/ou o Custodiante e/ou empresa por ele contratada (na hipótese de o Cedente não estar mais atuando como fiel depositário) fará(ão) a guarda dos Direitos de Crédito, dos Ativos Financeiros e dos respectivos Documentos Comprobatórios pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado da notificação referida no parágrafo 5º acima, dentro do qual o administrador do condomínio, eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do parágrafo 4º acima, indicará ao Cedente e/ou ao Custodiante (conforme o caso), hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito, dos respectivos Documentos Comprobatórios e dos Ativos Financeiros.



Expirado este prazo, a Administradora poderá promover a consignação dos Direitos de Crédito, dos Documentos Comprobatórios respectivos e dos Ativos Financeiros, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO XX – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 64 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) taxas, emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo, inclusive na realização da distribuição das Quotas Seniores;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive eventuais cobranças extrajudiciais que sejam necessárias, e o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido, bem como as despesas de cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos incorridas pelo Cedente;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;





- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas com a contratação das Agências de Classificação de Risco;
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- (k) contribuição anual devida à entidade de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação.

Parágrafo 1º As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Parágrafo 2º Considerando que todos os encargos previstos no *caput* deste Artigo serão suportados pelo Fundo, quaisquer valores adiantados pela Administradora ou pelo Cedente para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos destes contra o Fundo, os quais deverão ser prontamente reembolsados pelo Fundo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal à Administradora, sempre e assim que houver disponibilidade de caixa.

CAPÍTULO XXI – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 65 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo;



- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XIX deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração deste Regulamento;
- (f) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (g) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 66 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 67 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de (i) envio de carta com aviso de recebimento a cada um dos Quotistas, (ii) mensagem eletrônica ("e-mail") endereçada a cada um dos Quotistas com o respectivo aviso de recebimento, ou (iii) publicação no Periódico, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da





Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas Seniores que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Quotistas Seniores. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Auditor Independente, da Gestora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos Quotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Parágrafo 7º Alternativamente, a Assembléia Geral poderá ser realizada por meio de conferência telefônica, vídeo-conferência ou quaisquer outros meios de comunicação por meio dos quais todos os participantes da reunião possam falar e ouvir os demais, ficando a Administradora



responsável por disponibilizar toda infra-estrutura necessária para que todos os Quotistas sejam conectados, sendo os custos atribuídos ao Fundo. Desta forma, qualquer Quotista poderá optar por participar das Assembléias Gerais por meio deste procedimento, sendo tal participação considerada como presença pessoal na referida reunião. Exceto se o sistema disponibilizar outra forma de confirmação segura de voto a ser informada pela Administradora, os Quotistas que participarem da Assembléia Geral através de procedimento remoto deverão encaminhar por e-mail a Administradora documento indicando o voto por escrito para o devido registro de sua participação, comprometendo-se, ainda, a encaminhar a respectiva via original dentro de, no máximo, 3 (três) Dias Úteis contados da realização da Assembléia Geral. Deverá a Administradora incluir a forma de tal participação na convocação da Assembléia Geral.

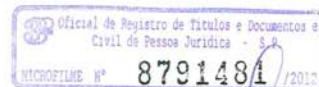
Artigo 68 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único Serão considerados também presentes à Assembléia Geral os Quotistas que enviarem voto por escrito, através de e-mail, sobre os itens constantes da ordem do dia, acompanhado das devidas justificativas (quando aplicável), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 69 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral; exceto com relação às matérias indicadas nos incisos (b), (c) e (d) do Artigo 65 acima, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º Ressalvado o disposto no Parágrafo 2º abaixo, a alteração da Remuneração Alvo das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em circulação.





Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no *caput* e nos Parágrafos anteriores, a aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas presentes: (i) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas no Capítulo IV e Anexo II deste Regulamento, respectivamente; (ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade e das Condições da Cessão; (iii) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura; (iv) alteração da composição da Reserva de Liquidez; e (v) alteração da Remuneração Alvo das Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas de titularidade do Cedente e de quaisquer de suas partes relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, salvo quando a votação ocorrer conforme o disposto no *caput* deste Artigo.

Artigo 70 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 71 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 72 As deliberações da Assembléia Geral poderão ser tomadas mediante processo de consulta formalizada por escrito dirigido pela Administradora a cada Quotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto, observados os quoruns de deliberação estipulados no Regulamento.



Parágrafo 1º A resposta pelos Quotistas à consulta deverá se dar dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo computados apenas os votos recebidos, considerando-se a ausência de resposta neste prazo como voto em branco por parte dos Quotistas.

Parágrafo 2º As respostas obtidas junto aos Quotistas no processo de Consulta aos Quotistas terão, para todos os fins deste Regulamento, a força de deliberação de Assembléia Geral de Quotistas.

Artigo 73 A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

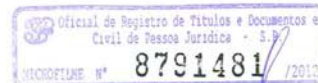
- (a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

Artigo 74 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização, e far-se-ão por meio de (i) envio de carta simples, ou (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas.

CAPÍTULO XXII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS



Artigo 75 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de



publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 76 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade das Quotas, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356 CVM.

Artigo 77 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 78 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Único Deverá constar necessariamente de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:

- (a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos de Créditos;
- (b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e do



Contrato de Cessão;

- (c) referente ao cumprimento, pelo Cedente, dos procedimentos definidos na política de concessão de crédito e na políticas de cobrança e das declarações prestadas pelo Cedente no Contrato de Cessão; e
- (d) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 24 deste Regulamento.

Artigo 79 À Administradora cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; (v) os relatórios das Agências de Classificação de Risco contratadas pelo Fundo, e (vi) o demonstrativo elaborado pelo Diretor Designado, nos termos do Parágrafo 7º do Artigo 24 deste Regulamento, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

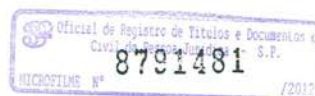
Parágrafo 1º A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou, sempre que possível, por meio de (ii) correio eletrônico e carta com aviso de recebimento enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

Parágrafo 2º A partir da entrada em vigor da Instrução CVM nº 484, de 21 de julho de 2010, a Administradora deve divulgar, em sua página eletrônica na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Quotistas ou terceiros.

CAPÍTULO XXIII – CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DO FUNDO

Artigo 80 Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos





direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a maioria dos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os titulares das Quotas Seniores para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Artigo 81 Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo, inclusive para salvaguarda de direitos e prerrogativas do Fundo e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

Artigo 82 A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Quotas Seniores reunidos na Assembléia Geral prevista no artigo 74 acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral o cronograma de integralização das novas Quotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Artigo 83 Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora ou por parte por ela designada antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

Artigo 84 A Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Coordenador Líder, o Cedente, seus administradores, empregados e demais prepostos não são



responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma prevista no Artigo 81 acima.

Artigo 85 Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXIV – FACULDADE DO CEDENTE DE RECOMPRAR DIREITOS DE CRÉDITO

Artigo 86 Nos termos do Contrato de Cessão, enquanto o Fundo estiver em funcionamento, o Cedente poderá adquirir, em moeda corrente nacional, qualquer Direito de Crédito Inadimplido, mediante simples notificação à Administradora, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, pelo respectivo Preço de Aquisição, atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito Inadimplido.

Parágrafo Único Caso a recompra de que trata este artigo seja realizada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de vencimento do Direito de Crédito Inadimplido, o Cedente poderá adquirir o referido Direito de Crédito Inadimplido por R\$ 1,00 (um real).

Artigo 87 O Cedente terá o direito, a qualquer momento durante o Período de Carência, mediante notificação à Administradora e/ou a Gestora, por escrito e com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis, de adquirir (em moeda corrente nacional) ou de substituir, qualquer Direito de Crédito que tenha cedido ao Fundo pelo respectivo Preço de Aquisição, desde que o novo Direito de Crédito atenda aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão,





atualizado pela taxa de desconto aplicada na operação de aquisição do referido Direito de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão. Após o término do Período de Carência, o Cedente terá a faculdade de apresentar ofertas de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Direitos de Crédito Inadimplido ao Fundo, sendo que a Administradora e/ou a Gestora poderá(ão), ou não, aceitar a referida oferta, sempre no melhor interesse do Fundo e de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

Artigo 88 Sem prejuízo das opções de aquisição referidas nos Artigos 86 e 87 acima, o Cedente terá o direito de primeira recusa, caso a Administradora e /ou a Gestora deseje(m) alienar quaisquer Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo para terceiros. Para fins do disposto neste Artigo, sempre que o Fundo pretender alienar Direitos de Crédito, a Administradora e/ou Gestora enviará(ão) ao Cedente uma notificação identificando os Direitos de Crédito que o Fundo pretende alienar e o respectivo valor. O Cedente deverá exercer o seu direito de primeira recusa no Prazo de Exercício, informando à Administradora se deseja ou não adquirir os referidos Direitos de Crédito. Caso exerça o referido direito, o Cedente deverá realizar o pagamento dos Direitos de Crédito ao Fundo, até o último dia do Prazo de Exercício, observado o disposto no Contrato de Cessão. Por outro lado, caso o Cedente não exerça o direito de primeira recusa, ou deixe de se manifestar no Prazo de Exercício, a Administradora e/ou a Gestora estará(ão) livre(s) para alienar os Direitos de Crédito em questão, pelo mesmo preço oferecido ao Cedente, por um prazo de 30 (trinta) Dias Úteis. O Fundo, conforme orientação da Administradora, deverá notificar o Cedente, imediatamente e por escrito, sobre eventual alienação de Direitos de Crédito para terceiros nos termos deste Artigo, ficando desde já acordado entre as Partes que a referida alienação de Direitos de Crédito para terceiros não ensejará em quaisquer ônus adicionais ao Cedente.

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a



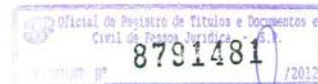
registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 91 O Fundo terá escrituração contábil própria. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de março de cada ano.

Artigo 92 A Gestora deste Fundo adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto. A versão integral da política de voto da Gestora encontra-se disposta no *website* da Gestora no endereço: www.vitoriaasset.com.br

Artigo 93 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.





ANEXO I – DEFINIÇÕES

| | |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Administradora:</u> | é a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42; |
| <u>Agências de Classificação de Risco:</u> | são (i) a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título e (ii) a Austin Rating Serviços Financeiros, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães, n.º 110, conjunto 73, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, ou sua sucessora a qualquer título; |
| <u>Agente Escriitador:</u> | é a Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ou seu sucessor a qualquer título; |
| <u>Amortização Extraordinária:</u> | significa a amortização extraordinária das Quotas Seniores exclusivamente para fins de enquadramento do patrimônio do Fundo à Razão de Garantia, conforme prevista no Artigo 58 deste Regulamento; |
| <u>Assembleia Geral:</u> | é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI; |
| <u>Ativos Financeiros:</u> | são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido, conforme previsto |



| | |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | no Artigo 7º deste Regulamento; |
| <u>Auditor Independente:</u> | é a KPMG Auditores Independentes, sociedade de auditoria independente com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Renato Paes de Barros, nº 33, CEP 04530-904, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 057.755.217/0001-29, ou sua sucessora a qualquer título; |
| <u>BACEN:</u> | é o Banco Central do Brasil; |
| <u>Carteira:</u> | é a carteira do Fundo, formada por Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; |
| <u>Cedente:</u> | o Banco BVA S.A., instituição financeira com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 101, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, devidamente inscrito no CNPJ nº 32.254.138/0001-03, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão; |
| <u>Cédulas de Crédito à Exportação:</u> | são as cédulas de crédito à exportação emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| <u>Cédulas de Crédito Bancário:</u> | são as cédulas de crédito bancário emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| <u>Cédulas de Crédito Imobiliário:</u> | são as cédulas de crédito imobiliário emitidas pelos Clientes, negociadas em mercado primário ou secundário; |



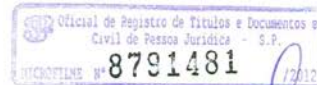


| | |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Certificados de Cédulas de Crédito Bancário:</u> | são os certificados de cédulas de crédito bancário, emitidos pelo Cedente, que representam Cédulas de Crédito Bancário; |
| <u>CETIP:</u> | é a CETIP S.A. – Mercados Organizados; |
| <u>Clientes:</u> | são os clientes pessoas jurídicas do Cedente, residentes e domiciliados no Brasil, que celebram empréstimos e financiamentos (as quais dão origem às Cédulas de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação e Notas de Crédito à Exportação), ou que emitam Debêntures e/ou Cédulas de Crédito Imobiliário e que, em todos os casos, tenham sido objeto da política de concessão de crédito descrita no Anexo II deste Regulamento; |
| <u>CMN:</u> | é o Conselho Monetário Nacional; |
| <u>Compromisso de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas:</u> | é o “ <i>Compromisso de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças</i> ”, celebrado entre a Administradora e o Cedente; |
| <u>Condições da Cessão:</u> | tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 18 deste Regulamento; |
| <u>Conta do Fundo:</u> | a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Citibank S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo; |
| <u>Contrato de Cessão:</u> | é o “ <i>Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças</i> ” celebrado entre a Administradora e o Cedente, com a interveniência da Gestora, e que deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos da sede da Administradora e do Cedente; |



| | |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Contrato de Cobrança e Depósito:</u> | é o "Contrato de Prestação de Serviços de Depósito de Documentos Comprobatórios e Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças" firmado pelo Custodiante com o Cedente para realizar a guarda física dos Documentos Comprobatórios, a cobrança ordinária dos Direitos de Crédito e a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos; |
| <u>Contrato de Distribuição:</u> | é o "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália", firmado entre a Administradora, em nome do Fundo e o Banco BVA S.A.; |
| <u>Contrato de Gestão:</u> | é o "Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças", firmado entre a Gestora e a Administradora, em nome do Fundo; |
| <u>Coordenador Líder:</u> | é o Banco BVA S.A, ou seu sucessor a qualquer título; |
| <u>Crítérios de Elegibilidade:</u> | tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 deste Regulamento; |
| <u>Custodiante:</u> | é o Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40; |
| <u>CVM:</u> | é a Comissão de Valores Mobiliários; |
| <u>Data da Verificação dos Limites de Diversificação</u> | é o 1º (primeiro) Dia Útil após o término do Período de Carência; |





| | |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Data de Amortização:</u> | é todo o dia 5 (cinco) de cada mês, a partir do mês subsequente ao do término do Período de Carência; |
| <u>Data de Aquisição e Pagamento:</u> | é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade; ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição; o que por último ocorrer; |
| <u>Data de Emissão:</u> | é a data de emissão das Quotas Seniores; |
| <u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u> | é a data da 1ª subscrição das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo; |
| <u>Data de Resgate:</u> | é a data em que se dará o resgate integral de cada classe de Quotas; |
| <u>Debêntures:</u> | são as debêntures emitidas pelos Clientes, negociadas em mercado primário ou secundário; |
| <u>Dias Úteis:</u> | Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser efetuados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data do pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos; |
| <u>Direitos de Crédito:</u> | são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à |



| | |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>Exportação, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário ou Cédulas de Crédito Bancário, sendo que cada parcela devida pelo Cliente no âmbito da respectiva Debênture, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação, Certificados de Cédulas de Crédito Bancário ou Cédula de Crédito Bancário será considerada, individualmente, um Direito de Crédito. O Fundo poderá adquirir Debêntures e/ou Cédulas de Crédito Imobiliário tanto em mercado primário quanto em mercado secundário;</p> |
| <p><u>Direitos de Crédito Inadimplidos:</u></p> | <p>são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos respectivos Clientes nas respectivas datas de vencimento;</p> |
| <p><u>Diretor Designado:</u></p> | <p>é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;</p> |
| <p><u>Documentos Comprobatórios:</u></p> | <p>são os instrumentos que compõem os Direitos de Crédito, quais sejam as escrituras de Debêntures, as Cédulas de Crédito Imobiliário, as Cédulas de Crédito à Exportação, as Notas de Crédito à Exportação, os Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, as Cédulas de Crédito Bancário e os instrumentos de garantia relacionados a cada Debênture, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito à Exportação, Nota de Crédito à Exportação, Certificado de Cédulas de Crédito Bancário ou Cédula de Crédito Bancário e nelas descrito;</p> |
| <p><u>Encargos do Fundo:</u></p> | <p>têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;</p> |





| | |
|-------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Eventos de Avaliação:</u> | têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 60 deste Regulamento; |
| <u>Eventos de Liquidação:</u> | têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 62 deste Regulamento; |
| <u>Excesso de Cobertura:</u> | tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 59 deste Regulamento; |
| <u>Fundo:</u> | é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália; |
| <u>Garantias:</u> | são as seguintes garantias: a. ao menos umas das listadas a seguir, observada a exceção do artigo 11, alínea "j" do Regulamento, quais sejam: (i) alienação fiduciária de bem imóvel; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios, incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar; (iii) alienação fiduciária de bens móveis; (iv) penhor de bens móveis; ou (v) carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das Instituições Autorizadas; b. fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos Clientes; |
| <u>Gestora:</u> | é a Vitória Asset Management S.A.; |
| <u>Índices de Preço:</u> | é o Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), conforme o caso; |



| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Índice de Subordinação</u> | é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor total das Quotas Subordinadas e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; |
| <u>Instituições Autorizadas:</u> | são as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., HSBC Bank Brasil S.A, - Banco Múltiplo, Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A. e Banco Votorantim S.A. |
| <u>Instrução CVM 356:</u> | É a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada; |
| <u>Instrução CVM 400:</u> | é a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003; |
| <u>Investidores Qualificados:</u> | são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, quais sejam: i) instituições financeiras; ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; observados, ainda, os parágrafos do artigo 109 da Instrução CVM 409; |
| <u>Limites de Concentração:</u> | São os limites de concentração estabelecidos no Artigo 11 deste Regulamento; |





| | |
|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Lote Complementar:</u> | É a faculdade possuída pelo Coordenador Líder em utilizar a previsão do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400, o qual dispõe que a quantidade de Quotas Seniores a serem distribuídas poderá ser aumentada, até um montante que não exceda em 20% (vinte por cento) a quantidade de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) Quotas Seniores sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da oferta. |
| <u>Lote Suplementar:</u> | É a outorga concedida pela Administradora ao Coordenador Líder, prevendo a possibilidade de utilização de opção de distribuição de lote suplementar de até 29.250 (vinte e nove mil e duzentas e cinquenta) Quotas Seniores, lote este equivalente a até 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada, caso a procura das Quotas Seniores do Fundo objeto da oferta pública de distribuição ora requerida assim justifique, nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400; |
| <u>Notas de Crédito à Exportação:</u> | são as notas de crédito à exportação emitidas pelos Clientes em favor do Cedente, por meio das quais são formalizados os termos e as condições do empréstimo; |
| <u>Obrigações do Fundo:</u> | são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas; |
| <u>Patrimônio Líquido:</u> | Significa o somatório dos valores dos Direitos de |



| | |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XVII deste Regulamento; |
| <u>Periódico:</u> | é o jornal "DCI – Comércio, Indústria & Serviços", edição nacional; |
| <u>Período de Carência:</u> | significa o período que (i) se inicia na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e (ii) termina após 06 (seis) meses da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores; |
| <u>Prazo de Duração:</u> | é o período de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas; ou o período até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro; |
| <u>Prazo de Exercício:</u> | é o prazo outorgado ao Cedente de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento de notificação expedida pela Administradora, para exercer o direito de primeira recusa, na hipótese de a Administradora desejar alienar quaisquer Direitos de Crédito para terceiros; |
| <u>Preço de Aquisição:</u> | é o preço de aquisição de cada Direito de Crédito pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão; |
| <u>Prospecto:</u> | é o prospecto definitivo de distribuição pública de quotas seniores de emissão do Fundo; |
| <u>Quotas:</u> | são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas; |



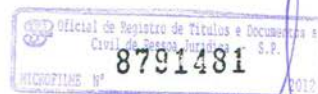


| | |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Quotas Seniores:</u> | são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo na forma do Artigo 40 deste Regulamento; |
| <u>Quotas Seniores em Circulação:</u> | é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas; |
| <u>Quotas Subordinadas:</u> | são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições; |
| <u>Quotistas:</u> | são os titulares das Quotas; |
| <u>Quotista Dissidente:</u> | é o Quotista que delibera a favor da Liquidação Antecipada do Fundo em Assembléia Geral, na hipótese da ocorrência de Evento de Liquidação, quando a decisão assemblear é contra a liquidação do Fundo; |
| <u>Razão de Garantia:</u> | é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Seniores em Circulação, observado o disposto no Artigo 57 deste Regulamento; |
| <u>Recebíveis a Performar:</u> | são recebíveis dados em garantia do pagamento de Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, nos termos do item (iii), alínea (b) do Artigo 18 deste Regulamento, decorrentes de contratos de fornecimento de bens e/ou serviços celebrados entre os Clientes e terceiros, cuja prestação por parte do Cliente ainda não tenha ocorrido no momento em que o Direito de Crédito objeto da garantia é ofertado ao Fundo, bem como seus eventuais documentos e/ou instrumentos acessórios, sendo certo que tais recebíveis deverão contar com mecanismo de pagamento pré-estabelecido, por meio de depósito em conta vinculada de movimentação exclusiva do Cedente ou pagamento de boleto bancário cujos recursos |



| | |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | serão creditados também em conta vinculada de movimentação exclusiva do Cedente; |
| <u>Regulamento:</u> | é o regulamento do Fundo; |
| <u>Remuneração Alvo:</u> | É a meta de remuneração das Quotas Seniores estabelecida no Artigo 40 deste Regulamento; |
| <u>Reserva de Liquidez:</u> | a soma correspondente a, no mínimo, 2,0% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser mantida, pela Administradora, em caixa, depósitos bancários à vista e/ou aplicações de liquidez imediata (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), para pagamento dos Encargos do Fundo; |
| <u>Resolução CMN 2.907:</u> | é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001; |
| <u>SELIC:</u> | é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia; |
| <u>Taxa de Administração:</u> | tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento; |
| <u>Taxa DI:</u> | <p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas</p> |





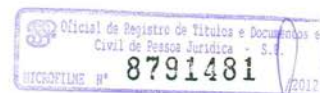
| | |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <p>quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p> |
| <u>Taxa Mínima de Cessão:</u> | tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 19 deste Regulamento; |
| <u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u> | é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo; |
| <u>Termo de Cessão:</u> | é o documento pelo qual o Fundo adquire os Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão, e que deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos da sede da Administradora e do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão; |
| <u>Valor dos Direitos de Crédito:</u> | com relação a cada Direito de Crédito, significa o Preço de Aquisição, (i) acrescido dos rendimentos auferidos a partir da Data de Aquisição e Pagamento, conforme contabilizados diariamente pelo Fundo, e (ii) decrescido dos pagamentos realizados pelo Cliente, ou à sua ordem, após a Data de Aquisição e Pagamento; |
| <u>Valor Unitário de Emissão:</u> | é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª |



Subscrição de Quotas;

Valor Unitário de Referência: Significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Remuneração Alvo estabelecida para as Quotas Seniores; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores.





ANEXO II – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações de empréstimos e financiamentos realizadas pelo Banco BVA têm como foco empresas do segmento de “*middle market*” e são garantidas, via de regra, por títulos de crédito e/ou recebíveis originados no âmbito dos contratos de fornecimento (“Operações de Crédito”). A política de crédito adotada pelo Banco BVA visa à manutenção de uma carteira de crédito pulverizada, mediante a realização de Operações de Crédito de curto prazo, celebradas com uma quantidade significativa de Clientes integrantes dos diversos ramos de atividades e setores econômicos, garantidas por títulos de crédito e/ou recebíveis originados no âmbito dos contratos de fornecimento.

I – Estrutura de Crédito

A formalização de uma Operação de Crédito deve observar a estrutura de crédito do Banco BVA, que se encontra dividida da seguinte forma:

- (i) Área Comercial: responsável pela venda das Operações de Crédito;
- (ii) Área de Crédito: responsável pela aprovação das Operações de Crédito; e
- (iii) Área de *Back-Office*: responsável pela formalização das Operações de Crédito.

Há uma total segregação entre as áreas que compõem a estrutura de crédito do Banco BVA, de forma que as funções e responsabilidades de cada uma são bem definidas durante todo o processo de formalização da Operação de Crédito.

Como primeiro passo para a celebração de uma Operação de Crédito, o Banco BVA realiza o cadastro do Cliente no seu banco de dados.

A Área de Crédito é composta, basicamente, pela Diretoria de Crédito e pelo Comitê de Crédito. A aprovação das Operações de Crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito com base em informações colhidas e conceitos formulados pelas equipes que compõem a Diretoria de Crédito, quais sejam: (i) Gerência de Análise de Crédito; (ii) Revisão de Crédito; e (iii) Cadastro.

As alçadas para a aprovação das Operações de Crédito estão concentradas no Comitê de Crédito, que, por sua vez, se estrutura em: Comitê de Crédito 2, Comitê de Crédito 1 e Comitê de Crédito Executivo.



O Banco BVA possui, ainda, um departamento jurídico para a análise e formalização de garantias mais específicas e/ou estruturadas, outorgadas no âmbito das Operações de Crédito.

II. – Área de Crédito – Diretoria de Crédito

II.a. – Gerência de Análise de Crédito

Possui a função primordial de viabilizar a concessão, renovação e/ou a alavancagem de crédito aos Clientes, por meio do enquadramento das características e do volume de risco de uma Operação de Crédito em relação à capacidade de pagamento e características do respectivo Cliente, de forma a prover o Banco BVA com a segurança necessária quanto ao retorno dos recursos das Operações de Crédito.

Previamente ao início dos demais procedimentos envolvidos na concessão de crédito aos Clientes, a Gerência de Análise de Crédito procede à análise e verificação da “pesquisa cadastral” realizada pelo Cadastro. Nesta etapa inicial são (i) elaboradas planilhas com base nos balanços e balancetes dos Clientes, e analisado (ii) o risco de inadimplência dos Clientes, e (iii) o histórico de relacionamento do Cliente com o Banco BVA.

De forma complementar, a Gerência de Análise de Crédito realiza, ainda, análises setoriais dos diferentes ramos da atividade econômica nos quais o Banco BVA possui, ou venha a possuir, Operações de Crédito, notadamente daqueles setores em que possa haver concentração de Operações de Crédito. Apuram-se, então, quais os fatores de risco e as possibilidades de alavancagem de negócios.

A Gerência de Análise de Crédito realiza visitas a Clientes, prática essencial para conhecer melhor seu negócio e o nível de sua atividade, bem como para identificar eventuais riscos de crédito, de forma a contribuir para a identificação de novas oportunidades de negócios e venda de novos produtos. Nessas visitas são levados em consideração critérios, tais como: (i) localização do Cliente, para fins de determinação de logística; (ii) instalações físicas, com relação à capacidade produtiva/vendas; (iii) fluxo de pessoas; (iv) fluxo de materiais; (v) estoque; (vi) preços praticados com relação ao mercado.

Os procedimentos adotados pela Gerência de Análise de Crédito em conjunto com as demais equipes da Área de Crédito tem por objetivo verificar e registrar o nível de risco de crédito de determinado Cliente, com vistas a agilizar decisões, monitorar a qualidade da carteira de crédito do Banco BVA, ou, ainda, fixar





limites para a concessão de crédito aos Clientes.

Para fins de celebração de Operações de Crédito, os Clientes são classificados pelo Banco BVA de acordo com determinados fatores que possam afetar a qualidade de crédito, tais como, mas não se limitando: (i) características da Operação de Crédito (finalidade, valor, prazo e garantia); (ii) situação econômico-financeira do Cliente (endividamento, liquidez, fluxo de caixa); (iii) pontualidade do Cliente no cumprimento de obrigações (histórico operacional); (iv) ramo de atividade econômica.

O Banco BVA avalia o Cliente e o grupo econômico ao qual ele pertence, atribuindo classificações de risco (*rating*) que refletem seu risco de crédito em relação ao Banco BVA. Os *ratings* atribuídos aos Clientes visam a dar suporte às análises para a realização de Operações de Crédito, agilizar decisões e aprimorar o acompanhamento da carteira de crédito do Banco BVA e sua adequação à política de crédito do Banco BVA.

A classificação dos Clientes varia entre os conceitos "AA" (muito bom) e "D" (impedido de operar).

II.b. – Revisão de Crédito

Possui a responsabilidade de monitorar a carteira de crédito do Banco BVA, avaliar e acompanhar as condições dos Clientes "pós-crédito", bem como analisar e criticar o comportamento da carteira de crédito.

Com relação aos Clientes "pós-crédito", essa área realiza o acompanhamento (i) cadastral; (ii) de formalização das Operações de Crédito; (iii) das atividades e do setor econômico do Cliente; bem como (iv) de operações vencidas.

A Revisão de Crédito realiza, ainda, um acompanhamento da carteira de crédito do Banco BVA com base nos ativos do Banco BVA, classificando-os por (i) ramo de atividade; (ii) tipo de garantia; (iii) ativo por grupo/cliente; e (iv) por modalidade de operação. Além disso, essa área faz ainda uma classificação da carteira de crédito, discriminando-a por espécie de títulos de crédito (cheques e duplicatas).

Há ainda diversas outras funções de responsabilidade dessa área, que compreendem a análise: (i) do fluxo de recebimento das Operações de Crédito; (ii) das Garantias; e ainda (iii) da revisão de risco por Cliente.

II.c. – Cadastro



Responsável por dar suporte à Gerência de Análise de Crédito e à Revisão de Crédito, antes da formalização de Operações de Crédito, conforme o caso.

Para tanto, realiza a elaboração de fichas cadastrais dos Clientes, mediante a coleta de diversas informações sobre os Clientes, inclusive junto ao comércio em geral, órgãos governamentais e outras instituições financeiras.

Para a elaboração e/ou atualização das "fichas cadastrais" dos Clientes, o Cadastro realiza, ainda, análise de duplicatas, apontamentos restritivos (tais como pedidos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial), além de acompanhar os meios de comunicação com relação a eventuais notícias desabonadoras de cada Cliente.

III – Área de Crédito – Comitês de Crédito

III.a. – Comitê de Crédito 2

O Comitê de Crédito 2 é composto por representantes das 3 (três) áreas que integram a Diretoria de Crédito, quais sejam, Gerência de Análise de Crédito, Revisão de Crédito e Cadastro, observado que é imprescindível a participação do Gerente de Crédito neste comitê.

É responsável pela análise e aprovação de Operações de Crédito cujas garantias sejam representadas por duplicatas e/ou cheques. No que diz respeito à alçada de aprovação, o Comitê de Crédito 2 pode aprovar Operação de Crédito de valores correspondentes a até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), em operações garantidas por, no mínimo, 100% (cem por cento) de títulos de crédito (duplicatas ou cheques) e com prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

A competência do Comitê de Crédito 2 para análise de Operações de Crédito abrange atividades integrantes de todos os setores econômicos, exceto: (i) associações sindicais e religiosas; (ii) distribuidoras de petróleo e afins; (iii) frigoríficos e afins; (iv) sociedades de factoring; (v) órgãos públicos; e (vi) partidos políticos (com os quais o Banco BVA não opera).

O Comitê de Crédito 2 reúne-se diariamente.

III.b. – Comitê de Crédito 1

É composto pelo Diretor de Crédito e pelas 3 (três) áreas que integram a Diretoria de Crédito, quais sejam, Gerência de Análise de Crédito, Revisão de Crédito e Cadastro.





O Comitê de Crédito 1 é responsável pela análise e aprovação de Operações de Crédito cujas garantias sejam representadas por cheques, duplicatas, recebíveis de contratos de fornecimento, alienação de veículos e/ou CDB.

No que diz respeito à alçada de aprovação, o Comitê de Crédito 1 pode aprovar Operações de Crédito de valores superiores àqueles do Comitê de Crédito 2, tais como R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso de cheques, duplicatas e recebíveis (direitos creditórios) ou até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de CDB.

O mínimo de garantias representadas por títulos de crédito e/ou recebíveis para as Operações de Crédito submetidas à análise e aprovação do Comitê de Crédito 1 diminui para 70% (setenta por cento) em relação a operações com prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

A competência do Comitê de Crédito 1 para análise de Operações de Crédito abrange atividades integrantes de todos os setores econômicos, exceto: (i) associações sindicais e religiosas; (ii) distribuidoras de petróleo e afins; (iii) sociedades de *factoring*; (iv) órgãos públicos; e (v) partidos políticos (com os quais o Banco BVA não opera).

O Comitê de Crédito 1 reúne-se diariamente.

III.c. – Comitê de Crédito Executivo

O Comitê de Crédito Executivo é composto pelo Presidente do Banco BVA, pelo Diretor de Crédito e pelo Diretor Comercial.

Não há limite de alçada para análise e aprovação de Operações de Crédito.

O Comitê de Crédito Executivo reúne-se 2 (duas) vezes por semana, às quartas e sextas-feiras.

III.d. – Comitê de Revisão de Crédito

O Comitê de Revisão de Crédito reúne-se mensalmente para discutir os pontos mencionados no item II.b. acima, bem como discutir quais Clientes deverão ser acompanhados sob a rubrica de "Curso Anormal" ou "Em Monitoramento".

O Comitê de Revisão de Crédito é composto pelo(a) (i) Comitê Executivo; (ii) Diretoria de Crédito; (iii) Gerência de Análise de Crédito; (iv) Revisão de Crédito; e (v) Cadastro.



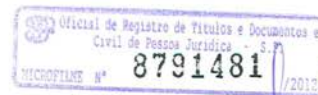
Seus atribuições são:

- (i) revisar os riscos significativos de crédito;
- (ii) revisar Operações de Crédito realizadas com grupos econômicos ou segmentos econômicos afetados por tendências econômicas adversas;
- (iii) revisar Operações de Crédito inadimplidas ou de liquidação duvidosa;
- (iv) acompanhar a situação econômico-financeira dos Clientes; e
- (v) outras não previstas na política de crédito do Banco BVA.

O Comitê de Revisão de Crédito reúne-se mensalmente.

Os Comitês de Crédito elaboram atas que são documentos representativos de suas decisões finais.





ANEXO III – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos

Conforme estabelecido no Contrato de Depósito e Cobrança, o Banco BVA é responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos de Crédito Inadimplidos, observados os procedimentos de cobrança descritos abaixo:

I. Do Comitê de Recuperação de Crédito

Para as operações de crédito, o Banco BVA dispõe de uma estrutura dividida em 5 (cinco) áreas: (i) Comitê Executivo, (ii) Análise de Crédito, (iii) Comitê de Crédito, (iv) Back Office; e (v) Comitê de Recuperação de Crédito.

O Comitê de Recuperação de Crédito está diretamente relacionado aos procedimentos de cobrança e recuperação de Direitos de Crédito Inadimplidos, realizando, a partir do 1º (primeiro) dia contado da data de vencimento de Direitos de Crédito, um acompanhamento da atuação da Área Comercial em relação à cobrança dos referidos Direitos de Crédito Inadimplidos junto ao Cliente. Após o 15º (décimo quinto) dia contado da data de vencimento de Direitos de Crédito, o Comitê de Recuperação de Crédito assume diretamente a responsabilidade pelos procedimentos de cobrança e recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos, até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, quando o responsável direto pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos passará a ser o departamento jurídico do Banco BVA.

O Comitê de Recuperação de Crédito possui um departamento jurídico interno especializado e exclusivo da área, o que lhe permite tomar decisões de forma ágil e eficaz, bem como se utiliza de escritórios de cobrança e/ou de advocacia, que o auxilia na cobrança e recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

O Comitê de Recuperação de Crédito reúne-se, quinzenalmente, com o seu departamento jurídico interno e/ou com os escritórios de cobrança e/ou de advocacia contratados pelo Banco BVA para definir estratégias para novas ações ou para ações já existentes, inclusive para discutir sobre as possibilidades de celebração de acordos em cada caso específico. O Comitê de Recuperação de Crédito reúne-se, ainda, mensalmente, com o objetivo de discutir os valores decorrentes de Direitos de Crédito Inadimplidos, bem como acerca de prazos e estratégias para o recebimento desses valores, redução de mora e/ou liberação de restrições. As decisões do Comitê de Recuperação de Crédito são soberanas e contemplam a análise de probabilidades de recuperação de Direitos de Crédito,



constituindo provisões, analisando a viabilidade de propositura de ações judiciais e aperfeiçoando os processos de recuperação dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

O Comitê de Recuperação de Crédito elabora um relatório quinzenal de acompanhamento de todos os Direitos de Crédito Inadimplidos, que contempla informações como: saldo devedor, saldo em atraso, tempo de atraso, produto (natureza do crédito), ações tomadas, próximos passos, entre outros.

Os principais critérios adotados em relação à prioridade na recuperação de Direitos de Crédito Inadimplidos são: saldo em atraso e garantias de operação.

II. Cronograma da Recuperação e Cobrança dos Créditos

1. Do 1º (primeiro) dia até o 15º (décimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, a Área Comercial do Banco BVA realiza um acompanhamento do atraso no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos diretamente junto ao Cliente. Nessa primeira etapa o Banco BVA, por intermédio da Área Comercial, mantém contato diário com o Cliente;
2. Do 16º (décimo sexto) dia até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o Comitê de Recuperação de Crédito assume responsabilidade direta sobre o andamento da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e, a partir do 35º (trigésimo quinto) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, em não se verificando o pagamento do Direito de Crédito Inadimplido, notifica, extrajudicialmente, os Clientes inadimplentes;
3. Do 46º (quadragésimo sexto) dia até o 60º (sexagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o Comitê de Recuperação de Crédito do Banco BVA providencia a inclusão do nome do Cliente inadimplente e de eventuais avalistas, conforme o caso, nos órgãos de proteção e restrição ao crédito (SPC e SERASA, sem prejuízo de outros eventualmente existentes à época);
4. Do 61º (sexagésimo primeiro) dia até o 90º (nonagésimo) dia contado da data de vencimento dos Direitos de Crédito, o Comitê de Recuperação de Crédito avalia a conveniência e providencia a





tomada das medidas judiciais cabíveis de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos junto aos Clientes; e

5. Ajuizada a medida judicial cabível para a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos junto aos Clientes, a responsabilidade direta pelo acompanhamento de eventuais ações é transferida para o Departamento Jurídico do Banco BVA, que fica responsável por todo o procedimento, avaliando, inclusive, as possibilidades de acordos.



ANEXO III - A -

Procedimentos de Cobrança dos Direitos de Crédito em Caso de Recuperação Judicial / Falência

Uma vez tenha o Cedente tomado ciência do início de um processo de recuperação judicial ou de falência de qualquer devedor o Comitê de Recuperação de Crédito do Cedente dá início à análise dos Documentos Comprobatórios do respectivo Direito de Crédito de forma a atestar a condição atual do crédito e a existência de garantias de bens móveis e/ou imóveis oferecidas ao cumprimento das obrigações assumidas pelo devedor.

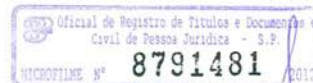
Realizada a análise do crédito, o Comitê de Recuperação de Crédito delibera acerca das providências a serem adotadas, conforme o caso apresentado:

- (a) Diante de inadimplemento dos Direitos de Crédito, seja pelo vencimento regular ou em caso de vencimento antecipado dos mesmos, e caso os respectivos Direitos de Crédito contem com garantias de bens móveis ou imóveis, promove-se a execução da garantia, na forma admitida pelos seus instrumentos e conforme sua natureza e constituição.
- (b) Diante de inadimplemento dos Direitos de Crédito, seja pelo vencimento regular ou em caso de vencimento antecipado dos mesmos, caso o Direito de Crédito não seja garantido por bens móveis ou imóveis, mas contem com garantias pessoais, é promovida a execução em face dos garantidores indicados em cada Direito de Crédito.

Caso o crédito tenha sido arrolado dentre a lista dos créditos sujeitos à recuperação judicial / falência, o Cedente, por intermédio do Departamento Jurídico do Cedente, passa a acompanhar diretamente as ações promovidas.

Todas as etapas deliberadas pelo Comitê de Recuperação de Crédito na forma acima, em face de um processo de recuperação judicial ou de falência de devedores de Direitos de Crédito é acompanhado pelo Departamento Jurídico do Cedente, o qual é responsável pela adoção das medidas judiciais necessárias à salvaguarda dos direitos do credor.





ANEXO IV – SETORES DE ATUAÇÃO DOS CLIENTES

| Setor CNAE - Receita Federal | Setor FIDC |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Produção florestal | Produtos Florestais |
| Extração de carvão mineral | Metais e minerais |
| Extração de petróleo e gás natural | Petróleo e gás |
| Extração de minerais metálicos | Metais e minerais |
| Extração de minerais não-metálicos | Metais e minerais |
| Atividades de apoio à extração de minerais | Metais e minerais |
| Fabricação de produtos alimentícios | Produtos de Consumo Alimentício |
| Fabricação de produtos têxteis | Vestuário e Têxteis |
| Fabricação de bebidas | Bebidas e Tabaco |
| Fabricação de produtos do fumo | Bebidas e Tabaco |
| Confecção de artigos do vestuário e acessórios | Vestuário e Têxteis |
| Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados | Vestuário e Têxteis |
| Fabricação de produtos de madeira | Móveis |
| Fabricação de celulose, papel e produtos de papel | Produtos Florestais |
| Impressão e reprodução de gravações | Publicações e Gráficas |
| Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis | Químicos e Plásticos |
| Fabricação de produtos químicos | Químicos e Plásticos |
| Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos | Medicamentos |
| Fabricação de produtos de borracha e de material plástico | Químicos e Plásticos |
| Fabricação de produtos de minerais não-metálicos | Metais e minerais |
| Metalurgia | Metais e minerais |
| Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos | Metais e minerais |
| Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos | Elétrico e Eletrônicos |
| Fabricação de máquinas, aparelhos e | Elétrico e Eletrônicos |



| | |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| materiais elétricos | |
| Fabricação de máquinas e equipamentos | Equipamento industrial |
| Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias | Automotivo |
| Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores | Transportes |
| Fabricação de móveis | Móveis |
| Fabricação de produtos diversos | Outro |
| Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos | Equipamento industrial |
| Eletricidade, gás e outras utilidades | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Captação, tratamento e distribuição de água | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Esgoto e atividades relacionadas | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Construção de edifícios | Construção |
| Obras de infra-estrutura | Construção |
| Serviços especializados para construção | Construção |
| Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas | Automotivo |
| Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas | Comércio Atacadista |
| Comércio varejista | Varejistas de Alimentos e Farmácias |
| Transporte terrestre | Transportes |
| Transporte aquaviário | Transportes |
| Transporte aéreo | Transporte Aéreo Comercial |
| Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes | Transportes |
| Correio e outras atividades de entrega | Serviços essenciais (Energia, Água e Saneamento, etc.) |
| Alojamento | Outro |





| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Alimentação | Food Service |
| Edição e edição integrada à impressão | Publicações e Gráficas |
| Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música | Rádio e Televisão |
| Atividades de rádio e de televisão | Rádio e Televisão |
| Telecomunicações | Telecomunicações |
| Atividades dos serviços de tecnologia da informação | Tecnologia da Informação |
| Atividades de prestação de serviços de informação | Tecnologia da Informação |
| Atividades de serviços financeiros | Casas de investimento, Brokers e Dealers |
| Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde | Seguros |
| Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde | Seguros |
| Atividades imobiliárias | Imobiliário |
| Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria | Serviços Complementares |
| Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial | Serviços Complementares |
| Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas | Serviços Complementares |
| Pesquisa e desenvolvimento científico | Serviços Complementares |
| Publicidade e pesquisa de mercado | Serviços Complementares |
| Outras atividades profissionais, científicas e técnicas | Serviços Complementares |
| Atividades veterinárias | Serviços Complementares |
| Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros | Serviços Complementares |
| Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra | Serviços Complementares |
| Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas | Serviços Complementares |
| Atividades de vigilância, segurança e investigação | Serviços Complementares |
| Serviços para edifícios e atividades paisagísticas | Serviços Complementares |
| Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas | Serviços Complementares |
| Administração pública, defesa e seguridade | Serviços Complementares |



| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| social | |
| Educação | Educação |
| Atividades de atenção à saúde humana | Saúde |
| Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares | Saúde |
| Serviços de assistência social sem alojamento | Saúde |
| Atividades artísticas, criativas e de espetáculos | Entretenimento |
| Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental | Entretenimento |
| Atividades de exploração de jogos de azar e apostas | Entretenimento |
| Atividades esportivas e de recreação e lazer | Entretenimento |
| Atividades de organizações associativas | Entretenimento |
| Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos | Tecnologia da Informação |
| Outras atividades de serviços pessoais | Serviços Complementares |
| Serviços domésticos | Serviços Complementares |
| Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais | Outro |



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO II

- Declaração da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BRL / TRUST

DECLARAÇÃO

BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar-parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42, neste ato, representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA ("Fundo")**, declara, para os fins do disposto no Artigo 20, parágrafo 1º, inciso I da Instrução CVM nº 356/2001, que firmou Contrato de Distribuição de Quotas do Fundo, com o **Banco BVA S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, nº 633, sala 101, Leblon, inscrito no CNPJ/MF sob nº 32.254.138/0001-03, instituição legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição de cotas.

São Paulo, 17 de novembro de 2011.

Rodrigo M. Cavalcante
CPF: 159.132.578-30

Christiano Jonasson
CPF: 344.370.278-33

BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BANCO BVA S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros, nº 633, sala 501, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.254.138/0001-03, na qualidade de Coordenador Líder da Distribuição de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL ITÁLIA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.990.000/0001-28 ("Fundo") e administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Rua Iguatemi, n.º 151, 19º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.486.793/0001-42 ("Administradora"), neste ato representado por seus Diretores infra-assinado

DECLARA

- (i) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta;
- (ii) que as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e
- (iii) que o Prospecto do **FUNDO** contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de Quotas Seniores do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 21 de novembro de 2011.

BANCO BVA S.A.


Rodolfo Palmeira Vasconcellos
Diretor Executivo


Cristine Basseto Cruz
Diretora Executiva



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

- Súmulas de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Data de Publicação: 25 de novembro de 2011

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália

Nota do Editor: Republicamos hoje o Relatório de Rating Preliminar, originalmente divulgado em 14 de outubro de 2011, em função da alteração do nome da operação, de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master IV para Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial Itália. O gestor da operação também foi alterado, de BRL Trust para Vitória Asset Management.

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 25 de novembro de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, retenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos e anexos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final condiciona-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

Rating Preliminar em Novembro de 2011

| Instrumento | Rating Preliminar | Subordinação Mínima | Montante Preliminar (em R\$ Milhões) | Vencimento Legal Final |
|-----------------------------|-------------------|---------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| Cotas seniores | 'brAA (sf)' | 35% | 195 | 48 meses após a subscrição inicial. |
| Cotas subordinadas juniores | Não Classificadas | Não Aplicável | 105 | 48 meses após a subscrição inicial. |

Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália (FIDC Itália).

Data prevista para o início da distribuição: dezembro de 2011.

Colateral: direitos creditórios decorrentes de empréstimos concedidos pelo Banco BVA S.A. (sem rating da Standard & Poor's) a empresas brasileiras e representados por meio de cédulas de crédito bancário (CCBs), cédulas de crédito à exportação (CCEs), notas de crédito à exportação (NCEs), certificados de cédulas de crédito bancário (CCCBs), cédulas de crédito imobiliário (CCIs) e debêntures, e que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

Gestor: Vitória Asset Management S.A. (Vitória)

Administrador: BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BRL Trust).

Custodiante: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Citibank DTVM).

Originador: Banco BVA S.A. (Banco BVA).

Proteção de crédito: subordinação de cotas (mínima de 35%) e spread excedente (inicialmente estimado em 6,2% a.a.).

Fundamentos

O rating preliminar atribuído às cotas seniores (série única) do FIDC Itália reflete:

- A análise do desempenho histórico dos empréstimos a pequenas e médias empresas originados pelo Banco BVA, com foco nos últimos três anos, e de suas políticas de crédito e cobrança;
- A avaliação da metodologia de análise e escala de classificação de risco interna do Banco BVA, e o mapeamento entre a escala de ratings da Standard & Poor's e a escala interna do banco;
- Os critérios de elegibilidade e as condições de cessão do FIDC, que utilizamos como base para estimar cenários de formação de carteira de maneira conservadora;
- O reforço de crédito proporcionado por subordinação mínima de cotas e pelo spread excedente proporcionado por uma taxa mínima de desconto aplicável na aquisição dos direitos creditórios;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda perfeita e acabada dos ativos).

1/10

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAA (sf)' às cotas seniores (série única) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália (FIDC Itália), no montante de R\$ 195 milhões. A carteira de direitos creditórios do FIDC Itália deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo Banco BVA a empresas brasileiras representados por meio de CCBs, CCEs, NCEs, CCCBs, CCIs e debêntures que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

O rating preliminar 'brAA (sf)' expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, quando comparados a outros títulos emitidos no Brasil.

As cotas seniores do FIDC Itália apresentam uma meta de rentabilidade equivalente à taxa DI Over, acrescida de um spread de 3,5% ao ano. Após um período de carência de seis meses, as cotas seniores deverão ser amortizadas mensalmente em regime de caixa, em até 42 meses.

As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios. As cotas subordinadas serão resgatadas somente após o resgate final das cotas seniores do FIDC. Caso a subordinação alcance um patamar igual ou superior a 40% em um determinado mês, as cotas subordinadas poderão ser parcialmente amortizadas, respeitando-se a manutenção de um piso mínimo de subordinação de 35%.

Colateral

A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por empréstimos concedidos pelo Banco BVA a empresas de pequeno e médio porte, e deverá atender aos critérios de elegibilidade, às condições de cessão e aos limites de concentração definidos pelo regulamento da transação.

Critérios de Elegibilidade, Condições de Cessão e Limites de Concentração da Carteira

Os critérios de elegibilidade deverão ser validados pelo custodiante do FIDC, enquanto as condições de cessão e os limites de concentração serão verificados pelo gestor do FIDC. Destacamos abaixo as principais características que os direitos de crédito deverão apresentar e que utilizamos para a definição dos cenários conservadores de composição da carteira do FIDC e dos cenários de análise de fluxo de caixa:

- Deverão ser decorrentes de empréstimos concedidos exclusivamente pelo Banco BVA;
- Deverão ser oriundos de CCBs, CCEs, NCEs, CCCBs, CCIs e debêntures;
- Deverão observar a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do FIDC (CDI + 4,5% para os títulos indexados a CDI + spread, 150% do CDI para títulos indexados a um percentual do CDI e IPCA/IGPM + 12% para os títulos indexados ao respectivo índice de preço);
- Não poderão conter parcelas cujo vencimento seja posterior ao término do prazo de duração do FIDC (48 meses a partir da subscrição inicial de cotas);
- Deverão ter prazo médio de vencimento não superior a 672 dias úteis (aproximadamente 32 meses), sendo que os direitos de crédito com vencimento final superior a 756 dias úteis deverão representar, em conjunto, no máximo, 80% do patrimônio líquido (PL) do FIDC;
- Deverão contar com, pelo menos, uma das seguintes garantias: alienação fiduciária de bem imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de bens móveis, ou carta de fiança bancária. Além disso, todos os empréstimos deverão ser garantidos por fiança ou aval integral dos sócios;
- Até 10% do PL do FIDC poderá ser representado por direitos de crédito com taxas de juros pré-fixadas ou indexados a um índice de preço (IPCA ou IGP-M).

Os limites de concentração determinados pelo regulamento do FIDC deverão ser considerados *pro forma*, uma vez computada cada cessão pretendida, com base no preço de aquisição dos direitos creditórios. As tabelas 1, 2, 3, e 4 apresentam os principais limites de concentração considerados em nossa análise:

| Tabela 1 - Limites de Concentração por Devedor | | |
|------------------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|
| Grupo de Concentração | % Individual em Relação ao PL do FIDC | % Total em Relação ao PL do FIDC |
| 10 maiores | 10%* | 70% |
| 11º ao 20º maior | 6% | Não aplicável |
| 21º maior em diante | 2,5% | Não aplicável |

* Nenhum devedor poderá exceder o maior entre 10% do PL do FIDC ou R\$ 30 milhões.

| Tabela 2 - Limites de Concentração por Setor | |
|----------------------------------------------|----------------------------------|
| Setor | % Total em Relação ao PL do FIDC |
| Maior setor | 20% |
| 2º maior setor | 15% |
| Demais setores | 10% |

| Tabela 3 - Limites de Concentração por Classificação Atribuída pelo Banco BVA | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Classificação | % Mínimo em Relação ao PL do FIDC | % Máximo em Relação ao PL do FIDC |
| AA | 5% | 100% |
| AA + A | 30% | 100% |
| B | 0% | 70% |

| Tabela 4 - Limites de Concentração por Tipo de Garantia Arelada aos Direitos Creditórios | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Garantia | | % Mínima em Relação ao PL do FIDC | % Máxima em Relação ao PL do FIDC |
| Alienação fiduciária de bem imóvel (mínimo de 100% de cobertura) | | 25% | 100% |
| Pelo menos uma das garantias definidas nas condições de cessão (mínimo de 100% de cobertura) | | 65% | 100% |
| Uma ou mais garantias listadas nas condições de cessão (mínimo de 70% de cobertura) | | 90% | 100% |
| Empréstimos garantidos por fiança ou aval integral dos sócios | | 0% | 10% |

Análise de Crédito

Analisamos o fluxo de recursos estimado e os mecanismos de reforço de crédito presentes na estrutura para avaliar a capacidade do FIDC Itália de cumprir com o resgate integral das cotas seniores nas condições determinadas por seu regulamento, sob vários cenários de estresse. Consideramos as seguintes premissas em nossa análise:

1. Resgate integral das cotas seniores, considerando-se a meta de rentabilidade dessas cotas, durante o prazo de duração do FIDC (até 48 meses após a subscrição inicial de cotas);
2. Consideramos a formação da carteira do FIDC nos primeiros seis meses (período de carência), e a amortização das cotas em regime de caixa após este período. Ainda que no caso de uma prorrogação do período de distribuição possam ser adquiridos novos direitos creditórios com os recursos provenientes da emissão das novas cotas seniores, os critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites de concentração devem continuar atendidos;
3. Embora a amortização de cotas seja *pro rata* no curso normal do FIDC, consideramos que a amortização de cotas torna-se sequencial, com prioridade ao resgate integral das cotas seniores, uma vez que nossos cenários de perda provocariam eventos de avaliação e/ou de liquidação (gatilhos de razão de garantia e de índices de inadimplência);
4. Avaliamos o desempenho histórico dos empréstimos originados pelo Banco BVA, com o objetivo de se estimar perdas em diferentes cenários de estresse consistentes com o rating atribuído;
5. Realizamos um mapeamento entre a escala de classificação interna de risco do Banco BVA e a escala de ratings da Standard & Poor's, que considerou o nível de aderência entre as classificações atribuídas pelo Banco BVA e as métricas de análise de empresas utilizadas pela Standard & Poor's. O resultado dessa análise indica que as classificações internas do Banco BVA entre AA e B estão, atualmente, em linha com os ratings entre as categorias 'brBB' e 'brB+' na Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's;
6. Analisamos as políticas de investimentos, os critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites de concentração do FIDC, com o objetivo de criar diversos cenários de formação de carteira, considerando-se o cenário mais conservador (ver tabela 5);

3/10

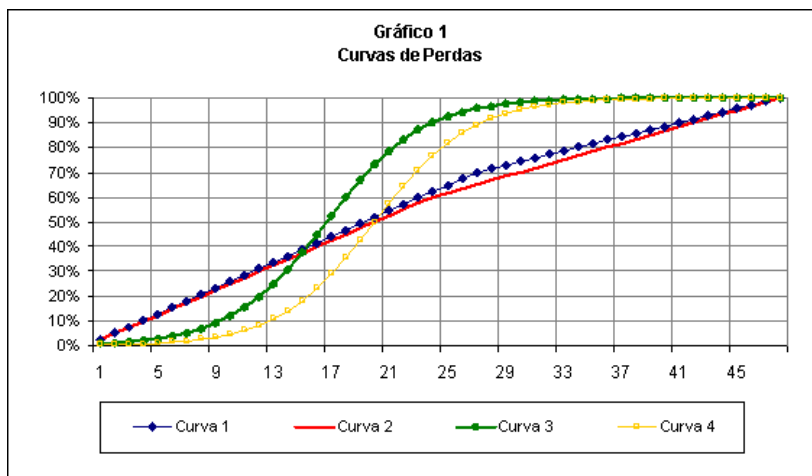
Tabela 5 - Composição de Carteira Assumida com Maior Nível de Perda Potencial Estimada entre os Cenários Analisados

| Devedor | Concentração | Setor | Classificação Banco BVA | Prazo Médio |
|--------------|---------------|-------|-------------------------|-------------|
| 1 | 7,0% | 1 | B | 32 meses |
| 2 | 7,0% | 1 | B | 32 meses |
| 3 | 7,0% | 1 | B | 32 meses |
| 4 | 7,0% | 2 | B | 32 meses |
| 5 | 7,0% | 2 | B | 32 meses |
| 6 | 7,0% | 3 | B | 32 meses |
| 7 | 7,0% | 4 | B | 32 meses |
| 8 | 7,0% | 5 | B | 32 meses |
| 9 | 7,0% | 6 | B | 32 meses |
| 10 | 7,0% | 7 | B | 32 meses |
| 11 | 6,0% | 8 | AA ou A | 32 meses |
| 12 | 6,0% | 9 | AA ou A | 32 meses |
| 13 | 6,0% | 10 | AA ou A | 32 meses |
| 14 | 6,0% | 11 | AA ou A | 32 meses |
| 15 | 4,0% | 12 | AA ou A | 32 meses |
| Total | 98,0%* | | | |

* O FIDC conta com uma reserva de liquidez equivalente a 2% do PL

1. Utilizamos os dados sobre as carteiras hipotéticas como valores de entrada para o modelo CDO Evaluator 5.1* (CDOE), o qual forneceu a função de distribuição de probabilidade de inadimplência e de perdas líquidas esperadas para cada categoria de rating;
2. Consideramos outros elementos estruturais definidos pelo regulamento do FIDC, como a reserva de liquidez inicial (equivalente a 2% do PL), a taxa mínima de desconto na aquisição dos empréstimos, entre outros;
3. Determinamos cenários de análise de fluxo de caixa baseado em diversos cenários de estresse, que consideraram variações nas taxas de juros e curvas de perdas distintas (ver gráfico 1). Essa análise forneceu o nível máximo de inadimplência e de perdas que o FIDC suportaria no cenário de rating considerado, sem que o resgate integral das cotas seniores no prazo de duração do FIDC fosse comprometido;
4. Finalmente, comparamos os níveis de inadimplência e de severidade da perda estimados pelo CDOE e o nível de perda suportável de acordo com nossa análise de fluxo de caixa, para determinar o rating atribuído às cotas seniores do FIDC Itália;

*Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo considera a avaliação de risco dos devedores, o setor de atividade, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos. O modelo também realiza testes suplementares de concentração de carteira.



4/10

De acordo com a análise descrita anteriormente, o resultado das simulações utilizando o CDOE indicou uma estimativa de taxa de inadimplência consolidada de 47% para a carteira hipotética (tabela 5) para o cenário de rating 'brAA'. Nossas simulações de fluxo de caixa demonstraram que a estrutura do FIDC seria capaz de suportar tal nível de inadimplência, considerando o reforço de crédito disponível, bem como a recuperação de parte dos créditos em default. A tabela 6 demonstra os principais cenários de fluxo de caixa considerados, que refletem diferentes curvas de perdas conforme o gráfico 1. A taxa de inadimplência suportável nos quatro cenários indica que o FIDC seria capaz de absorver o nível de inadimplência estimado para a carteira hipotética.

Tabela 6 - Resumo dos Cenários de Análise de Fluxo de Caixa

| Cenário | Curva de Perdas | Cenário de Estresse de Inadimplência | Taxa de Inadimplência Suportável |
|---------|-----------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| 1 | Curva 1 | 47,0% | 49,5% |
| 2 | Curva 2 | 47,0% | 47,4% |
| 3 | Curva 3 | 47,0% | 48,1% |
| 4 | Curva 4 | 47,0% | 48,7% |

Durante o período de integralização de cotas seniores, os limites de concentração aplicáveis à carteira do FIDC não terão por referência seu PL efetivo, mas sim o potencial da emissão. Portanto, quanto menor o volume de cotas seniores emitido, mais concentrada seria, teoricamente, a carteira hipotética de direitos creditórios. Ao mesmo tempo, durante esse período, o nível de subordinação mínimo deverá ser equivalente a 50%, até que se atinja o volume de R\$ 105 milhões de cotas subordinadas, as quais não poderão ser amortizadas até a completa formação da carteira.

Premissas de recuperação de crédito pós-default

A recuperação de créditos problemáticos pode variar consideravelmente de acordo com as políticas de concessão de crédito da instituição financeira originadora, as modalidades de empréstimo ofertadas, os tipos de garantias incluídas nos contratos e a jurisdição local. Com base nos limites de concentração do FIDC em relação aos tipos de garantias acessórias que os empréstimos elegíveis deverão apresentar, assumimos que 25% da carteira será composta por operações consideradas seniores garantidas (*senior secured*), segundo os critérios da Standard & Poor's, para as quais utilizamos um índice de recuperação pós-*default* de 50%. Para as demais operações que deverão compor a carteira, assumimos um índice de recuperação de 23%, em linha com nossas premissas para créditos seniores sem garantias (*senior unsecured*).

Uma vez que o FIDC permitirá a aquisição de créditos que apresentem prazo de vencimento tão longo quanto o prazo de duração da transação, e considerando um prazo para recuperação de créditos de seis meses após o evento de *default*, assumimos que parte da recuperação de crédito pós-*default* estimada não beneficiará o resgate pontual das cotas seniores.

Análise de Sensibilidade

Um reforço de crédito será fornecido pela subordinação de cotas (mínima de 35% para as cotas seniores) e pelo spread excedente (proporcionado pela aplicação de uma taxa mínima de desconto na aquisição dos direitos creditórios). Embora tal reforço de crédito tenha sido dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito consistente com o rating atribuído, sob diversos cenários de estresse, o rating poderá sofrer pressão de rebaixamento se a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se alterar substancialmente durante a vida do FIDC, ou se a Standard & Poor's alterar as premissas utilizadas na análise inicial da transação.

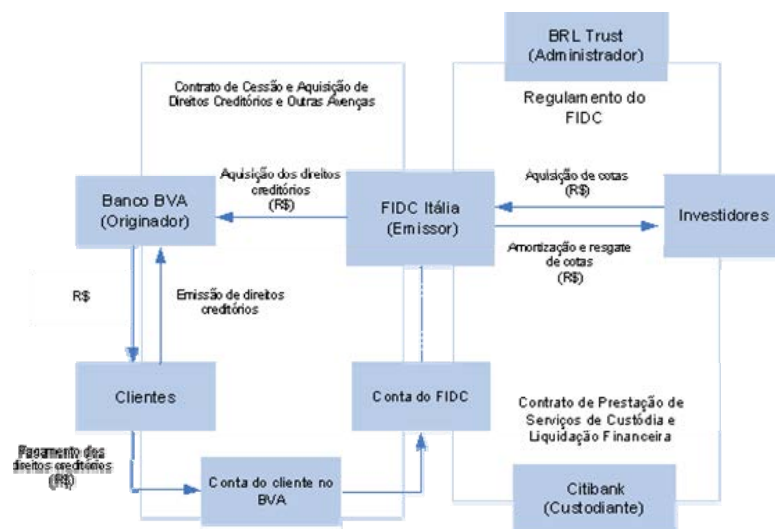
O FIDC Itália é capaz de suportar um índice de perda consolidado de até 47,4% sob nossos cenários de estresse, atualmente consistentes com uma categoria de rating 'brAA'. Tal ponto de equilíbrio é levemente superior ao necessário para a manutenção do rating atual (47,0%). Embora o nível de perda suportado seja superior ao necessário para a manutenção do rating, a estrutura não seria capaz de suportar perdas condizentes com o cenário de rating 'brAAA'.

A Standard & Poor's monitora continuamente seus ratings, bem como o nível estimado de inadimplência e de perda de crédito associado à carteira de créditos do FIDC, com o intuito de avaliar se a estrutura de fluxo de caixa do FIDC permanece adequada aos ratings atribuídos. Uma eventual deterioração na qualidade de crédito dos ativos poderia aumentar nossa estimativa de perdas da carteira e, eventualmente, afetar os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura - Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC Itália será um condomínio fechado, com prazo de duração de 48 meses e emitirá uma única série de cotas seniores, além de cotas subordinadas. O FIDC deverá adquirir uma carteira de créditos elegíveis após a subscrição de suas cotas, e poderá reinvestir os recebimentos em relação aos direitos creditórios em novos direitos creditórios elegíveis durante seu período de carência (seis meses contados a partir da primeira integralização de cotas seniores). O FIDC poderá adquirir novos créditos após o término do período de carência, desde que sejam com os recursos provenientes da emissão de novas cotas seniores e observados os critérios de elegibilidade, os limites de concentração e as condições de cessão. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Figura 1 - Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC capta recursos de investidores e em contrapartida emite cotas de classes distintas;
2. De acordo com os termos do regulamento do FIDC e do contrato de cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças (contrato de cessão), o Banco BVA oferece créditos elegíveis ao FIDC;
3. O gestor e o custodiante verificam os critérios de elegibilidade e as condições de aquisição dos direitos creditórios, de acordo com suas respectivas responsabilidades, e o custodiante envia ao Banco BVA a lista dos direitos creditórios que pretende adquirir;
4. Após ajustes e formalizações necessários, o custodiante efetua o pagamento do preço de aquisição dos direitos creditórios ao Banco BVA;
5. Os devedores realizam os pagamentos em relação aos direitos creditórios cedidos em conta corrente no Banco BVA;
6. O Banco BVA transfere os recursos ao FIDC em até 24 horas;
7. As cotas são amortizadas ou resgatadas de acordo com os termos do regulamento do FIDC;

Ordem de Alocação de Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento de encargos do FIDC;
2. Provisionamento de recursos para o pagamento de encargos estimados para o próximo mês, e constituição e restabelecimento da reserva de liquidez;
3. Aquisição de direitos creditórios elegíveis;
4. Após o encerramento do período de carência, amortização e/ou resgate das cotas seniores, todo dia 5 (cinco) de cada mês;
5. Após o encerramento do período de carência, amortização e/ou resgate de cotas subordinadas, todo dia 20 de cada mês.

Condições Para Amortização de Cotas Subordinadas

Caso a razão de garantia (relação entre o valor do PL do FIDC e o valor total de cotas seniores em circulação) seja, a qualquer momento após o término do período de carência, superior a 167% (equivalente a uma subordinação de 40%), o administrador poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas, até o limite da razão de garantia (154% – ou 35% de subordinação), mediante solicitação dos titulares das cotas subordinadas, desde que atendidos os seguintes requisitos:

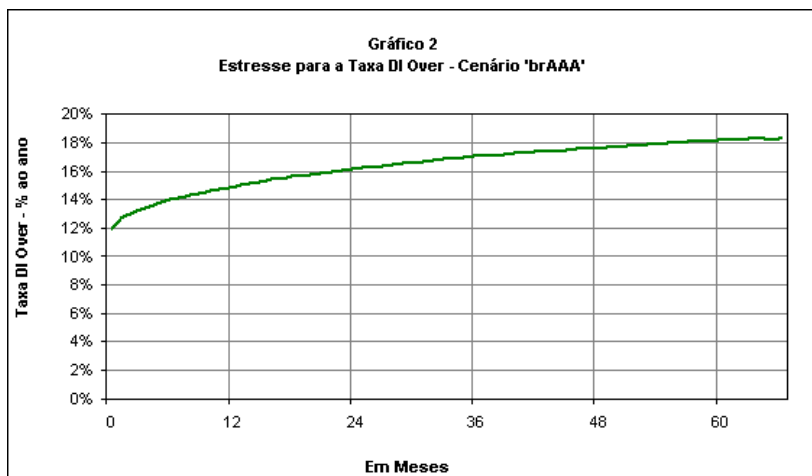
- A reserva de liquidez esteja devidamente constituída;
- O FIDC tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos e feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- Até a data da amortização, não tenha ocorrido nenhum dos eventos de avaliação ou de liquidação, ou, se houve, que tenham sido sanados adequadamente;

Reserva de Liquidez

O FIDC Itália deverá manter uma reserva de liquidez correspondente a, no mínimo, 2% do PL do FIDC, que deverá ser mantida, pelo administrador, em caixa, em depósitos bancários à vista e/ou aplicações de liquidez imediata, para pagamento dos encargos do FIDC.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

O regulamento do FIDC determina que até 10% de seu PL poderá ser representado por direitos creditórios indexados com taxa de juros pré-fixada ou indexados a um índice de preço. Uma vez que a meta de rentabilidade das cotas seniores será flutuante e indexada à Taxa DI Over, o FIDC poderá estar parcialmente exposto ao risco de descasamento de taxas de juros. Esse risco será primeiramente mitigado pelo spread excedente e também pela subordinação de cotas. Assumimos um cenário conservador, e consistente com a categoria de rating 'brAA', para a variação da Taxa DI Over ao longo da vida do FIDC. O gráfico 2 demonstra a curva de juros utilizada.



O spread excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios e a meta de rentabilidade das cotas. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, além de criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, e de servir como proteção contra perdas, antes que a subordinação seja consumida.

O FIDC Itália deverá adquirir direitos creditórios a uma taxa de cessão individual mínima equivalente, conforme o caso, a CDI + 4,5% ao ano, quando o direito creditório for indexado a uma taxa de juros composta por CDI acrescido de uma taxa pré-fixada, ou somente a uma taxa pré-fixada; ou 150% do CDI, quando o direito creditório for indexado a uma taxa de juros composta por um percentual do CDI; ou IPCA/IGPM + 12% quando o direito creditório for indexado ao índice de preço. Com base na estrutura de capital do FIDC e na taxa mínima de cessão, estimamos o spread excedente em aproximadamente 6,2% ao ano no início do FIDC (diferença entre o rendimento dos ativos, com base na taxa de cessão individual mínima, e a meta de rentabilidade, aplicável somente às cotas seniores do FIDC).

Riscos Operacionais

Obrigações de Suporte Direto

De acordo com os critérios para análise de riscos de contraparte da Standard & Poor's, o custodiante (Citibank) do FIDC atualmente apresenta capacidade adequada para gerir os riscos operacionais relacionados à transação avaliada, bem como para cumprir suas responsabilidades de acordo com os documentos que regem a transação.

De acordo com o contrato de cessão, o Banco BVA se obriga a dar ciência aos respectivos clientes de cada cessão realizada em até cinco dias úteis após a cessão, informando-lhes que os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente ao FIDC ou à sua ordem. O Banco BVA deverá receber os valores relativos aos direitos creditórios de titularidade do FIDC e lhe transferi-los no prazo de 24 horas a partir do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, permanecendo como fiel depositário de tais direitos até a sua efetiva transferência ao FIDC.

Risco de Fungibilidade

A liquidação dos direitos de crédito ocorrerá no âmbito das operações do Banco BVA, que atuará como agente de depósito, recebimento e depositário fiel dos recursos provenientes dessa liquidação. Essa circunstância traz riscos de fungibilidade à estrutura do FIDC.

Como forma de atenuar os riscos de fungibilidade, a documentação do FIDC determina que, após a liquidação dos direitos creditórios no Banco BVA, este deverá transferir os recursos devidos ao FIDC para a conta autorizada do FIDC em até 24 horas. Além disso, entendemos que a reserva de liquidez (equivalente a, no mínimo, 2% do PL do FIDC), também pode cobrir parcialmente

8/10

eventuais perdas decorrentes dos riscos de fungibilidade. Entendemos que os mecanismos descritos acima são adequados para cobrir os riscos de fungibilidade presentes na estrutura de forma consistente com o rating atribuído.

Análise Legal

O FIDC Itália deverá ter a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. Além disso, o FIDC Itália é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre o cedente e os ativos cedidos.

Antes de atribuir um rating final à transação, a Standard & Poor's espera receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado confirmando que o contrato de cessão do Fundo permitirá a venda perfeita e acabada dos direitos creditórios elegíveis ao Fundo.

Artigos Relacionados:

- "Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais," publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- "Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs," publicado em 17 de setembro de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com, somente em inglês)
- "Global Structured Finance Scenario And Sensitivity Analysis: The Effects Of The Top Five Macroeconomic Factors", publicado em 4 de novembro de 2011.

Contatos

Analista Principal: Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com e Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Hebbertt Soares, São Paulo, (55) 11 3039-9742, hebbertt_soares@standardandpoors.com

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

Informações Adicionais

Informações adicionais podem ser obtidas nos sites da Standard & Poor's: www.standardandpoors.com.br (Brasil), www.standardandpoors.com (Internacional), www.standardandpoors.com.mx (México), ou www.standardandpoors.com.ar (Argentina).

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

9/10

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

**Rating
Preliminar****AA**

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.

Data: 23/jan/2012
Validade: 23/mar/2012

Sobre o Rating
Perspectiva: Estável
Observação: -
Histórico:
Jan/12: Atribuição: AA

Monitore as ações de rating:
www.austin.com.br
Código: es50h52lda

Analistas:

Luis Miguel Santacreu
Tel.: 55 11 3377 0703
luis.santacreu@austin.com.br

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2012, atribuiu o *rating* preliminar **AA** (“duplo A”) e a perspectiva **estável** para as cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália (FIDC Itália/ Fundo). O *rating* atribuído é válido, exclusivamente, para a operação descrita no item “Características Gerais do Fundo”. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações, de acordo com a metodologia de análise desta agência. Recomendamos verificar a classificação atualizada através do site www.austin.com.br.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo máximo de duração de 48 meses. Para a oferta das cotas seniores, no montante de até R\$ 195 milhões, será adotado, pelo Coordenador Líder, o procedimento diferenciado de distribuição observado o disposto na Instrução CVM nº 400. As Cotas Seniores serão distribuídas sob o regime de melhores esforços pelo Banco BVA S.A., na qualidade de Coordenador Líder da Oferta. O Patrimônio Líquido (PL) do Fundo será formado por uma única série de cotas seniores e cotas subordinadas. O Fundo comprará uma carteira de crédito (sem revolvência) composta por empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco BVA S.A. (Cedente dos créditos e classificado com *rating* BBB+ pela Austin) aos seus clientes, representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédula de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação e/ou Cédulas de Crédito Bancário. Durante o período de investimento (6 meses prorrogáveis por mais 6 meses a contar da primeira integralização de cotas), poderá adquirir novos direitos creditórios, ficando com uma carteira definitiva após este período. O saldo remanescente será necessariamente alocado em títulos de emissão do Tesouro Nacional, operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro nacional e cotas de fundos de investimento que sejam administrados por uma instituição autorizada e que invistam, pelo menos, 95% da sua carteira em títulos do tesouro nacional e sejam remunerados com base na taxa DI ou SELIC. A Administradora não utilizará instrumentos derivativos e não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo financeiro. As cotas seniores serão amortizadas em até 48 meses, em regime de caixa, de acordo com o fluxo de vencimento dos créditos, a partir do primeiro mês subsequente ao término do prazo de carência, de 6 meses. A rentabilidade alvo das Seniores será correspondente a 100% da taxa DI acrescida de um *spread* de 3,5% ao ano. As cotas subordinadas não possuem meta de rentabilidade.

O *rating* concedido às cotas seniores reflete essencialmente a qualidade do lastro de crédito que representará a maior parte do PL do Fundo conjugado aos mecanismos de reforço de qualidade destes ativos e de proteção para os cotistas seniores. Neste sentido, os fatores determinantes do risco das cotas seniores do Fundo são:

(i) O universo de direitos creditórios potencialmente securitizável para o Fundo, combinado à política de investimento e aos limites de composição e diversificação estabelecidos no regulamento. Os créditos que irão lastrear o Fundo são representados principalmente por créditos com prazo entre 24 e 45 meses concedidos pelo Banco BVA para empresas do *middle market*. Os créditos contarão com garantias reais, as quais proporcionam boas chances de recuperação de parte do principal, em caso de execução das garantias.

O Fundo não realizará compras rotativas, mas sim de um lote de crédito que, após o encerramento do período de investimento, deverá ser mantido durante todo o prazo do Fundo. O Cedente poderá recomprar créditos, porém não há obrigatoriedade. Para a análise, a Austin Rating não considerou a recompra de créditos pelo Cedente, uma vez que não há obrigatoriedade de fazê-lo.

(ii) O Fundo apresenta forte proteção às cotas seniores, por meio de subordinação de cotas (a razão de garantia obtida entre o valor do PL do Fundo e o valor total das cotas seniores em circulação deverá ser, no mínimo, de 154%), o que corresponde a uma participação em cotas subordinadas de, no mínimo, 35% do PL do Fundo. Excepcionalmente durante o período compreendido entre a data da 1ª subscrição de quotas seniores e o término do período de carência ou o momento em que o volume de quotas subordinadas integralizadas for igual ou superior a R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) o que ocorrer primeiro, a razão de garantia deverá ser igual ou superior a 200% (duzentos por cento) o que corresponde a uma participação em cotas subordinadas de, no mínimo, 50% do PL do Fundo. As cotas subordinadas só poderão ser amortizadas, caso a Razão de Garantia seja superior a 167% e desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: (i) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento; (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas; (iii) na data da amortização, os limites de concentração não tenham sido excedidos; e (iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação ou, caso tenham ocorrido tais eventos, estes tenham sido adequadamente sanados. A Administradora poderá realizar uma amortização parcial das Cotas Subordinadas, até o limite da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores em Circulação fique igual a, no mínimo, 154%). Caso a Razão de Garantia seja inferior a 154%, por cinco dias úteis consecutivos, e o Fundo possua recursos líquidos em caixa suficientes para restabelecer a Razão de Garantia por meio da amortização de cotas seniores, a Administradora deverá realizar uma amortização extraordinária das cotas seniores, no dia útil subsequente ao término do prazo de cinco dias úteis, em montante suficiente para restabelecer a Razão de Garantia. Caso o Fundo não possua recursos líquidos em caixa suficientes para restabelecer a Razão de Garantia por meio de uma Amortização Extraordinária, serão adotados os seguintes procedimentos: (a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Cotas Subordinadas; e (b) o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

(iii) A prática de uma taxa média de cessão (taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios), que, atualmente, proporciona um *spread* excedente para valorização das cotas seniores, representada pela diferença entre a remuneração das cotas seniores e a taxa mínima de desconto estabelecida para compra dos créditos. O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente, conforme o caso, a (i) CDI + 4,5% ao ano, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros composta por CDI acrescido de uma taxa prefixada; (ii) 150% do CDI, quando o Direito de Crédito for indexado a uma taxa de juros composta por um percentual do CDI; ou (iii) índice de preço acrescido de 12% ao ano, quando o crédito for indexado a índice de preço acrescido de uma taxa pré-fixada. A rentabilidade alvo das Seniores será correspondente a CDI + 3,5% a.a. As cotas subordinadas deverão se beneficiar da rentabilidade excedente decorrente das taxas de cessão praticadas pelo Fundo na compra dos créditos.

(iv) Os critérios de elegibilidade, condições de cessão e de concentração. O Fundo estabelece critérios de elegibilidade que serão validados pelo Custodiante e condições de cessão e limites máximos de concentração que serão verificados pelo Administrador. A Austin destaca os seguintes parâmetros: a concentração máxima por devedor é de 10% do PL para cada um dos 10 maiores, sendo que o somatório do valor dos créditos relacionados aos dez referidos clientes não poderá ser superior a 70% do PL do Fundo. O valor dos direitos creditórios relacionados a cada cliente, compreendido desde o 11º maior cliente até o 20º, não poderá ser superior a 6,0% do PL do Fundo. Com

relação aos setores de atuação dos clientes, os mesmos foram definidos para fins de concentração, tendo por base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE e deverão ser observados os seguintes limites máximos de concentração: 20% do PL para o setor com maior representatividade dentro da carteira do Fundo, 15% para o segundo maior setor e 10% para os demais. Com relação ao *rating* atribuído aos créditos originados pelo Cedente, de acordo com a política de concessão de crédito e classificação de risco do originador (Banco BVA), deverão ser observados os seguintes limites de concentração: mínimo de 5% do PL com *rating* AA e mínimo de 30% do PL com *rating* AA e A. Para a categoria de risco B, o Fundo poderá concentrar, no máximo, 70% do PL. Em relação às garantias, o Fundo deverá atender aos seguintes parâmetros: no mínimo 25% do PL do Fundo deverá ser representado por Direitos de Crédito garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, cujo valor corresponda a, pelo menos, 100% do valor do saldo devedor de principal dos créditos ofertados ao Fundo; no mínimo 65% do PL do Fundo deverá ser representado por direitos de crédito garantidos por alienação fiduciária de bem imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de bens móveis ou carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das instituições autorizadas, cujo valor corresponda a, pelo menos, 100% do valor do saldo devedor de principal dos créditos ofertados ao Fundo; no mínimo 90% do Patrimônio Líquido do Fundo deverá ser representado por créditos garantidos por pelo menos uma das seguintes garantias - alienação fiduciária de bem imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios incluindo cessão fiduciária de aplicações financeiras e cessão fiduciária de Recebíveis a Performar, alienação fiduciária de bens móveis, penhor de bens móveis ou carta de fiança bancária emitida por qualquer uma das instituições autorizadas, cujo valor somado, no caso de mais de uma garantia, corresponda a, pelo menos, 70% do valor do saldo devedor de principal dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo; no máximo 10% dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo poderão não contar com nenhuma das garantias mencionadas anteriormente; 100% dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão contar com fiança ou aval integral dos sócios quotistas ou acionistas dos devedores.

(v) O baixo perfil de risco dos demais ativos do Fundo, que não direitos creditórios. Além dos direitos creditórios, o Fundo poderá aplicar o saldo remanescente em títulos de emissão do tesouro nacional, operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro nacional e cotas de fundos de investimento que invistam, pelo menos, 95% da sua carteira em títulos do tesouro nacional e sejam remunerados com base na taxa DI ou SELIC. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo e realizar diretamente operações em mercados de derivativos. No caso dos FIDCs, afora os direitos creditórios, os demais ativos para aplicação também são de baixo risco, basicamente renda fixa;

(vi) A experiência de originação de créditos para empresas do *middle market* pelo originador (Banco BVA com a adoção de boas políticas de concessão de crédito e cobrança). O BVA é um dos principais *players* do segmento de crédito estruturado para pequenas e médias empresas, o que colabora para originar uma carteira de boa qualidade. Embora o Fundo realize a compra de um lote de crédito de forma definitiva, não sendo permitida a aquisição de novos direitos creditórios após o encerramento do período de investimento, o Banco BVA tem demonstrado elevada capacidade de originação;

(vii) Ainda que o Regulamento do Fundo não especifique que os direitos creditórios sejam indexados em CDI, o descasamento de taxas é minimizado pelo fato da maior parte dos créditos originados pelo Banco BVA ser pactuada em CDI, tanto percentual quanto acrescido de *spread*, sendo este o mesmo indexador dos direitos creditórios. Além disso, o regulamento prevê que no máximo 10% do PL poderá ser representado por direitos creditórios com taxa de juros pré-fixada ou índice de Preços. O Regulamento também prevê que constituirá um evento de avaliação, caso a taxa DI seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;

(viii) O risco de liquidez é atenuado pelo fato de ser um fundo fechado e pelo cronograma de amortização das cotas seniores, que não estabelece percentuais fixos, sendo realizado em regime de caixa. A amortização compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do Fundo, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito, que excederem o valor da Reserva de Liquidez. Apesar desta flexibilidade, existe uma expectativa de retorno mensal por

parte do investidor, a qual poderá ser extrapolada, no caso de uma piora sensível da qualidade da carteira, a tal ponto de se fazer necessária a execução das garantias.

Em contrapartida aos aspectos mencionados, a nota absorve essencialmente a possibilidade de variação da capacidade de pagamento dos sacados e o aumento da inadimplência dos créditos durante o prazo de duração do Fundo, principalmente em razão do longo prazo das operações de crédito. Ainda que atenuado pelos critérios de diversificação de risco, trata-se de créditos, cujos sacados são pessoas jurídicas do *middle market*, mais suscetíveis às volatilidades da economia. Os 10 maiores sacados do Fundo poderão representar até 70% do PL, o que é considerado relevante pela Austin Rating. As cotas seniores contarão com uma proteção via subordinação de cotas de, no mínimo, 35% do PL do Fundo.

Períodos turbulentos e de retração da oferta de crédito podem prejudicar segmentos da economia e, por conseguinte, a capacidade de pagamento das empresas. Historicamente, tais ciclos interferem de maneira relevante na solidez financeira das empresas do chamado *middle market*. As Quotas Seniores do Fundo serão amortizadas mensalmente, a partir do mês subsequente ao do término do Período de Carência. O fluxo de amortização das cotas seniores, o qual se forma a partir do recebimento das parcelas dos créditos, será prejudicado, caso haja diminuição da capacidade de pagamento dos sacados a ponto de se fazer necessária a execução das garantias, inclusive com possibilidade de recebimento após o prazo final do FIDC.

Entre os eventos de avaliação do Fundo, a Austin destaca os critérios de inadimplência da carteira de crédito nos seguintes parâmetros: (i) elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 15%, calculado diariamente pelo Custodiante, com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos, em atraso até 30 dias após as respectivas datas de vencimento, em relação ao PL do Fundo; (ii) a elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 10%, calculado diariamente pelo Custodiante, com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos, em atraso entre 31 e 60 dias após as respectivas datas de vencimento em relação ao PL do Fundo; (iii) a elevação da inadimplência da Carteira para índice superior a 8%, calculado diariamente pelo Custodiante, com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso entre 61 e 90 dias, após as respectivas datas de vencimento em relação ao PL do Fundo; e (iv) a elevação da inadimplência da carteira para índice superior a 6%, calculado diariamente pelo Custodiante, com base no total de Direitos de Crédito Inadimplidos em atraso acima de 91 dias, após as respectivas datas de vencimento, em relação ao PL do Fundo.

PERSPECTIVA DO RATING

A perspectiva estável incorpora a manutenção das principais variáveis que determinam o risco das cotas seniores do Fundo, com ênfase na qualidade e nas características dos direitos creditórios que constituem o seu principal lastro, no perfil dos ativos remanescentes permitidos para compor o PL, no nível de proteção para as cotas seniores, entre outros. Como fatores que impactariam negativamente a perspectiva do *rating*, a Austin destaca fundamentalmente a piora da qualidade dos direitos creditórios, refletindo-se no aumento do volume de créditos em atraso, bem como em alterações nas principais variáveis determinantes de risco.

CONFIRMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RATING

O *rating* preliminar atribuído às cotas seniores do Fundo é válido por 60 dias, contados de sua atribuição, e não deve ser entendido como uma opinião de crédito definitiva desta agência, uma vez que está baseado em informações preliminares. A confirmação do *rating* preliminar encontra-se condicionada, essencialmente, ao recebimento do Regulamento Definitivo (registrado na CVM). O desenquadramento do Fundo aos parâmetros assumidos inicialmente será objeto de reavaliação da nota preliminar pelo Comitê de Classificação de Risco desta agência. Após a confirmação do *rating* e durante o prazo de vigência do contrato comercial, a Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos às cotas seniores, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente um relatório de monitoramento com a sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações, de acordo com a modificação dos fundamentos que a suportam inicialmente.

INFORMAÇÕES UTILIZADAS

Para a atribuição do *rating*, a Austin Rating baseou-se na análise da minuta do Regulamento do Fundo, nas informações disponibilizadas pelo cedente dos direitos creditórios, o nível de subordinação, os ativos que poderão compor o PL, entre outras. As informações apresentadas a Austin Rating para o trabalho de classificação de risco foram consideradas satisfatórias e permitiram uma análise aderente à metodologia de *rating* de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

| | |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Emissor das Cotas: | Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália (FIDC Multisetorial Itália); |
| Administrador do Fundo: | BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A; |
| Gestor do Fundo: | Vitória Asset Management S/A; |
| Custodiante do Fundo: | Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A; |
| Originador e Cedente dos Direitos de Crédito do Fundo: | Banco BVA S/A; |
| Forma do Fundo: | Constituído sob a forma de condomínio fechado; |
| Prazo de Duração do Fundo: | 48 meses; |
| Número de Séries: | Série única; |
| Direitos Creditórios que lastreiam o FIDC: | Empréstimos e financiamentos concedidos para empresas pelo Banco BVA S.A. para seus clientes, representados por Debêntures, Cédulas de Crédito Imobiliário, Certificados de Cédula de Crédito Bancário, Cédulas de Crédito à Exportação, Notas de Crédito à Exportação e/ou Cédulas de Crédito Bancário; |
| Política de Investimento: | Mínimo de 50% em direitos creditórios, após 90 dias do início do funcionamento do fundo e o restante aplicado em títulos de emissão do tesouro nacional, operações compromissadas lastreadas em títulos do tesouro nacional e cotas de fundos de investimento que invistam, pelo menos, 95% da sua carteira em títulos do Tesouro Nacional, remunerados com base na taxa DI ou SELIC; |
| Taxa de Administração: | 0,20% ao ano, incidente s/ o valor do patrimônio líquido do Fundo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00; |
| Reserva de Liquidez | A soma correspondente a, no mínimo, 2,0% do PL do Fundo, que deverá ser mantida, pela Administradora, em caixa, depósitos bancários à vista e/ou aplicações de liquidez imediata (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza), para pagamento dos Encargos do Fundo. |
| Classes de Cotas: | Sênior e Subordinada; |
| Razão de Garantia: | As cotas subordinadas deverão representar no mínimo 35% do PL do Fundo; |
| Benchmark das Cotas Seniores: | CDI + 3,5% a.a. |
| Amortização das Cotas Seniores: | Mensalmente, em regime de caixa, a partir do primeiro mês subsequente ao término do Período de Carência, de 6 meses. A amortização compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do Fundo, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito, que excederem o valor da Reserva de |

Liquidez, observado que o montante total a ser distribuído aos cotistas seniores a título de amortização, em qualquer Data de Amortização, deverá corresponder a, no mínimo, 1% do PL do Fundo.

Amortização das Cotas Subordinadas:

As Cotas Subordinadas serão amortizadas todo dia 20 (vinte) de cada mês, a partir do mês subsequente ao término do Período de Carência, caso a Razão de Garantia (relação PL total / PL de Cotas Seniores) seja, a qualquer momento após o término do Período de Carência, superior a 167% (40,1% de PL Subordinado) ("Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar uma amortização parcial das Cotas Subordinadas, até o limite da Razão de Garantia (ou seja, de modo que a relação entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores em Circulação fique igual a, no mínimo, 154% (35,06% de PL Subordinado), mediante solicitação dos titulares de Cotas Subordinadas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos: (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; (ii) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento; (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo IV do Regulamento não tenham sido excedidos; e (iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Quantidade de Cotas Seniores:

até 195 mil cotas observada a possibilidade de lote suplementar;

Valor Inicial Unitário das Cotas Seniores:

R\$ 1.000,00;

Prazo de Amortização das Cotas Seniores:

48 meses a contar da 1ª integralização das cotas seniores;

Distribuição das Cotas Seniores:

Pública, nos termos da instrução CVM 400 a ser realizada pelo coordenador líder – Banco BVA;

Classificação da Austin Rating*Investimento Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

- Demonstrações Financeiras do Cedente relativas aos exercícios sociais encerrados em 2010 e 2009, bem como as últimas Informações Trimestrais de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco BVA S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco BVA S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Conteúdo

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|--------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 - 4 |
| Balanços patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 7 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 9 - 49 |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Acionistas do
Banco BVA S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BVA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco BVA S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



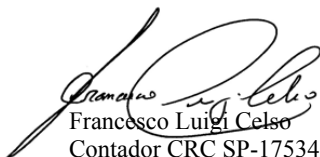
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BVA S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Francesco Luigi Celso

Contador CRC SP-175348/O-5 S-RJ

Banco BVA S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

| Ativo | 2010 | 2009 | Passivo | 2010 | 2009 |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Circulante | 1.862.054 | 1.589.672 | Circulante | 1.427.996 | 1.140.192 |
| Disponibilidades | 76.785 | 16.944 | Depósitos | 586.505 | 449.960 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 117.097 | 125.249 | Depósitos à vista | 46.083 | 27.476 |
| Aplicações no mercado aberto | 91.819 | 99.299 | Depósitos interfinanceiros | 38.048 | 32.158 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 25.278 | 25.950 | Depósitos a prazo | 502.374 | 390.134 |
| | | | Outros depósitos | - | 192 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 901.765 | 782.894 | Captações no mercado aberto | 469.820 | 457.486 |
| Carteira própria | 231.505 | 303.728 | Carteira própria | 469.820 | 457.486 |
| Vinculados a compromissos de recompra | 471.412 | 459.411 | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 230 | Recursos de aceites e emissão de títulos | 279.224 | 120.565 |
| Vinculados ao Banco Central do Brasil | 193.226 | 10.449 | | | |
| Vinculados à prestação de garantias | 5.622 | 9.076 | Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares | 279.224 | 120.565 |
| Relações interfinanceiras | 1.682 | 12.629 | Relações interdependências | 1.562 | 5.039 |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | - | 4.448 | Recursos em trânsito de terceiros | 1.562 | 5.039 |
| Créditos vinculados | 1.548 | 6.214 | | | |
| Correspondentes | 134 | 1.967 | Obrigações por empréstimos | 6.781 | - |
| Operações de crédito | 680.011 | 543.910 | Empréstimos no exterior | 6.781 | - |
| Setor privado | 710.688 | 563.368 | Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais | 4.266 | 8.880 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (30.677) | (19.458) | BNDES | 4.266 | 8.880 |
| Outros créditos | 51.739 | 77.848 | Outras obrigações | 79.838 | 98.262 |
| Créditos por avais e fianças honrados | 838 | 838 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 3.225 | 1.036 |
| Carteira de câmbio | 5.077 | 22.101 | Carteira de câmbio | 5.284 | 22.374 |
| Rendas a receber | 3.131 | 7.826 | Sociais e estatutárias | 1.789 | 1.307 |
| Negociação e intermediação de valores | 167 | 135 | Fiscais e previdenciárias | 45.211 | 38.332 |
| Diversos | 42.526 | 52.046 | Diversas | 24.329 | 35.213 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | - | (5.098) | | | |
| Outros valores e bens | 32.975 | 30.198 | Exigível a longo prazo | 2.601.393 | 1.600.079 |
| Outros valores e bens | 24.070 | 21.450 | Depósitos | 2.416.317 | 1.516.125 |
| Despesas antecipadas | 8.905 | 8.748 | Depósitos interfinanceiros | 6.902 | 2.813 |
| | | | Depósitos a prazo | 2.409.415 | 1.513.312 |
| Realizável a longo prazo | 2.484.870 | 1.303.969 | Recursos de aceites e emissão de títulos | 74.439 | - |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 364.825 | 200.646 | Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares | 74.439 | - |
| Carteira própria | 364.825 | 200.646 | Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais | 17.680 | 21.550 |
| Operações de crédito | 2.017.694 | 1.064.078 | Bndes | 17.680 | 21.550 |
| Setor privado | 2.108.717 | 1.102.145 | Outras obrigações | 92.957 | 62.404 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (91.023) | (38.067) | Dívidas subordinadas | 92.957 | 62.404 |
| Outros créditos | 95.439 | 32.071 | Diversas | - | - |
| Diversos | 96.887 | 34.285 | Resultado de exercícios futuros | 961 | 614 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (1.448) | (2.214) | Receitas de exercícios futuros | 961 | 614 |
| Outros valores e bens | 6.912 | 7.174 | Patrimônio líquido | 502.623 | 230.455 |
| Despesas antecipadas | 6.912 | 7.174 | Capital social | 402.915 | 174.189 |
| Permanente | 186.049 | 77.699 | De domiciliados no país | 220.194 | 163.860 |
| Investimentos | 175.290 | 62.372 | Aumento de capital - Em aprovação | 182.721 | 10.329 |
| Participações em coligadas e controladas - No país | 175.247 | 62.329 | Reservas de lucros | 99.708 | 56.266 |
| Investimentos por incentivos fiscais | 8 | 8 | | | |
| Outros investimentos | 35 | 35 | | | |
| Imobilizado | 4.565 | 3.348 | | | |
| Outras imobilizações | 8.447 | 6.436 | | | |
| Depreciações acumuladas | (3.882) | (3.088) | | | |
| Diferido | 1.199 | 1.737 | | | |
| Gastos de organização e expansão | 3.591 | 3.176 | | | |
| Amortizações acumuladas | (2.392) | (1.439) | | | |
| Intangível | 4.995 | 10.242 | | | |
| Ágio na aquisição de empresas controladas | 3.471 | 8.529 | | | |
| Software | 2.882 | 2.536 | | | |
| Amortizações acumuladas | (1.358) | (823) | | | |
| Total do ativo | 4.532.973 | 2.971.340 | Total do passivo e patrimônio líquido | 4.532.973 | 2.971.340 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

Demonstrações de resultados

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
e semestre findo em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

| | 2º Semestre | Exercício | |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2010 | 2010 | 2009 |
| Receitas da intermediação financeira | 337.225 | 609.720 | 236.652 |
| Operações de crédito | 251.481 | 470.074 | 161.354 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 75.021 | 119.332 | 67.258 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 1.885 | 2.383 | -266 |
| Resultado de operações de câmbio | 8.838 | 17.931 | 8.306 |
| Despesas da intermediação financeira | (223.757) | (435.785) | (212.374) |
| Operações de captação no mercado | (190.064) | (318.995) | (133.219) |
| Operações de empréstimos e repasses | (21.376) | (23.923) | (3.774) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (12.317) | (92.867) | (75.381) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 113.468 | 173.935 | 24.278 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (86.364) | (90.830) | 38.006 |
| Receitas de prestação de serviços | 63.590 | 141.872 | 142.631 |
| Despesas de pessoal | (21.797) | (39.399) | (30.231) |
| Outras despesas administrativas | (183.798) | (280.286) | (99.575) |
| Despesas tributárias | (8.659) | (17.225) | (19.743) |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | 77.587 | 135.366 | 51.688 |
| Outras receitas operacionais | 2.123 | 4.318 | 1.531 |
| Outras despesas operacionais | (15.410) | (35.476) | (8.295) |
| Resultado operacional | 27.104 | 83.105 | 62.284 |
| Resultado não operacional | 84 | 3.099 | 190 |
| Resultado antes da tributação e das participações | 27.188 | 86.204 | 62.474 |
| Imposto de renda e contribuição social | 13.707 | 5.962 | (12.029) |
| Provisão para imposto de renda | 9.024 | (14.071) | (22.255) |
| Provisão para contribuição social | 5.193 | (8.676) | (13.014) |
| Ativo fiscal diferido | (510) | 28.709 | 23.240 |
| Participação dos empregados no lucro | (1.519) | (2.719) | (2.019) |
| Lucro líquido do semestre/exercício | 39.376 | 89.447 | 48.426 |
| Número de ações do capital no final do semestre/exercício | 240.622.754 | 240.622.754 | 169.744.920 |
| Lucro líquido do semestre/exercício por ação - em R\$ | 0,16 | 0,37 | 0,29 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
e semestre findo em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Aumento/ (redução) de capital (em aprovação) | Reservas de Lucros | | Lucros acumulados | Total |
|-----------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------|----------------------|----------------|
| | | | Reserva legal | Reservas especiais de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2008 | 73.366 | 5.494 | 1.369 | 6.471 | - | 86.700 |
| Aumento de capital | 90.494 | 4.835 | - | - | - | 95.329 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 48.426 | 48.426 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 2.421 | - | (2.421) | - |
| Outras reservas de lucros | - | - | - | 46.005 | (46.005) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | <u>163.860</u> | <u>10.329</u> | <u>3.790</u> | <u>52.476</u> | <u>-</u> | <u>230.455</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 163.860 | 10.329 | 3.790 | 52.476 | - | 230.455 |
| Aumento de capital | 56.334 | 172.392 | - | (46.005) | - | 182.721 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 89.447 | 89.447 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 4.473 | - | (4.473) | - |
| Outras reservas de lucros | - | - | - | 84.974 | (84.974) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>220.194</u> | <u>182.721</u> | <u>8.263</u> | <u>91.445</u> | <u>-</u> | <u>502.623</u> |
| Saldos em 30 de junho de 2010 | 174.189 | 61.005 | 6.294 | 54.038 | - | 295.526 |
| Aumento de capital | 46.005 | 121.716 | - | - | - | 167.721 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 39.376 | 39.376 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 1.969 | - | (1.969) | - |
| Outras reservas de lucros | - | - | - | 37.407 | (37.407) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | <u>220.194</u> | <u>182.721</u> | <u>8.263</u> | <u>91.445</u> | <u>-</u> | <u>502.623</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
e semestre findo em 31 de dezembro de 2010**

(Em milhares de Reais)

| | 2º Semestre | Exercício | |
|------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|-----------------|
| | 2010 | 2010 | 2009 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | |
| Resultado ajustado | (22.956) | 69.376 | 100.131 |
| Resultado antes da tributação e das participações | 27.188 | 86.204 | 62.474 |
| Ajustes ao lucro líquido | | | |
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | 12.317 | 92.867 | 75.381 |
| Depreciações e amortizações | 1.326 | 2.282 | 2.006 |
| Juros sobre dívidas subordinadas | 13.692 | 15.653 | 13.733 |
| Constituição (reversão) de provisão para contingências | 1.832 | 2.262 | (395) |
| Constituição (reversão) de provisão para perda em outros valores e bens | - | - | 211 |
| Participação dos empregados no lucro | (1.519) | (2.719) | (2.019) |
| Resultado de participações em controladas | (77.587) | (135.366) | (51.688) |
| Amortização de ágio | 36 | 5.130 | 418 |
| Resultado na venda de bens não de uso próprio | (241) | 3.063 | 10 |
| Variação de ativos e obrigações | (210.189) | (209.842) | (86.574) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | (210) |
| (Aumento)/redução de aplicações interfinanceiras de liquidez | 8.671 | 672 | (2.848) |
| (Aumento)/redução de títulos e val. mobiliários e instr. financ. derivativos | (95.861) | (283.050) | (792.955) |
| (Aumento)/redução de relações interfinanceiras e interdependências | (5.441) | 7.470 | (5.445) |
| (Aumento) de operações de crédito | (590.204) | (1.182.584) | (1.220.792) |
| (Aumento)/redução de outros créditos | 76.828 | (8.550) | 26.070 |
| (Aumento)/redução de outros valores e bens | 44 | (5.578) | (9.582) |
| Dividendos recebidos de controladas | - | 24.396 | 29.000 |
| Aumento em depósitos | 66.330 | 1.036.737 | 1.456.507 |
| Aumento em captações no mercado aberto | 229.655 | 12.334 | 396.465 |
| Aumento em recursos de emissão de títulos | 140.328 | 233.098 | 113.722 |
| Redução em obrigação por empréstimos e repasses | 2.996 | (1.703) | (28.877) |
| Aumento/(redução) de outras obrigações | (43.878) | (43.431) | (47.751) |
| Redução de resultado de exercícios futuros | 343 | 347 | 122 |
| Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais | (233.145) | (140.466) | 13.557 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos: | | | |
| Aquisição de investimentos | (1.950) | (1.950) | (21.239) |
| Alienação de investimentos | - | - | 456 |
| Aquisição do imobilizado de uso | (1.636) | (2.479) | (1.199) |
| Alienação do imobilizado de uso | 57 | 468 | 133 |
| Aquisição do intangível | (296) | (418) | (9.599) |
| Alienação do intangível | - | - | 317 |
| Aquisição do diferido | - | (415) | (767) |
| Alienação do diferido | - | - | 1.870 |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos | (3.825) | (4.794) | (30.028) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos: | | | |
| Aumento de capital em espécie | 167.721 | 182.721 | 95.329 |
| Aumento de outras obrigações - Dívidas subordinadas | - | 14.900 | 7.000 |
| Caixa líquido proveniente das atividades financiamento | 167.721 | 197.621 | 102.329 |
| Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | (69.249) | 52.361 | 85.858 |
| Disponibilidades | 88.156 | 16.944 | 6.685 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 149.697 | 99.299 | 23.700 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 237.853 | 116.243 | 30.385 |
| Disponibilidades | 76.785 | 76.785 | 16.944 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 91.819 | 91.819 | 99.299 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício | 168.604 | 168.604 | 116.243 |
| Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | (69.249) | 52.361 | 85.858 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco BVA S.A., está organizado sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, tendo iniciado suas operações como banco comercial em janeiro de 1994.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de entidades que compõem o Conglomerado Financeiro BVA, as quais atuam integradamente, utilizando-se de uma estrutura operacional comum.

O contexto operacional das principais sociedades controladas pelo Banco está descrito a seguir.

A Vitória Asset Management S.A., tem por objeto social a gestão de carteiras de valores mobiliários; a administração de carteiras de investimentos; a participação no capital social de outras sociedades como quotista ou acionista; a prestação de serviços auxiliares ou correlatos das atividades financeiras, assessoria e consultoria financeira; e a prestação de serviços de pesquisas, estudos, análises estatísticas e planejamento na área de mercado capitais.

A BVA Serviços S.A., tem por objeto social a prestação de serviços auxiliares ou correlatos das atividades financeiras, assessoria e consultoria financeira; a prestação de serviços de pesquisas, estudos, análises estatísticas e planejamento na área econômico-financeira; a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista; e a administração de bens de sua propriedade.

A Realesis Brasília Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Realesis Brasília”) detém participação de 50% da sociedade denominada 2008 Empreendimentos Comerciais S.A. (“2008 Empreendimentos”), cujo objeto social é a participação em outras sociedades e exploração de empreendimentos imobiliários comerciais de varejo de uso múltiplo ou individual incluindo parque de estacionamento. A 2008 Empreendimentos detém os direitos de exploração do Boulevard Shopping Brasília.

A LNF3 Participações Ltda. tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, seja na condição de quotista ou acionista.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A BVA Corretora de Seguros Ltda., tem por objeto social a corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários e saúde; a prestação de serviços de assistência técnica na área de seguros; a prática de todas as operações que, direta ou indiretamente, se relacionarem com as atividades acima descritas; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista, excluindo-se as sociedades seguradoras.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Legislação Societária (Lei das Sociedades por Ações), considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, da data da aplicação.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, onde seu rendimento intrínseco e os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos diretamente no resultado.
- ii. **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como “Negociação” nem como “Mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.
- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. *Operações de crédito*

As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e pelos valores a serem liquidados no final do contrato, líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receita de operações de crédito. As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é fundamentada nas análises das operações, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor necessário, caso a caso, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, e de acordo com a determinação contida na Circular BACEN nº 2.974/00.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Cessões de crédito

O resultado apurado nas cessões de créditos são reconhecidos, conforme permitido pelas normas do Banco Central em vigor, integralmente na data das referidas cessões. A prática de reconhecimento da receita pelo prazo das operações cedidas com coobrigação, foi postergada pelo Banco Central do Brasil, para entrar em vigor a partir de 2012. A liquidação antecipada dos contratos cedidos por parte dos clientes acarreta na liquidação antecipada junto aos cessionários; e consequentemente, há a reversão do lucro da cessão, decorrente da diferença de taxa entre a operação de empréstimo e da cessão de crédito.

f. Despesas antecipadas

Consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes, e a apropriação é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos/prazo das operações.

g. Créditos e obrigações tributários diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes da avaliação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, das diferenças temporárias de provisão para operações de crédito e passivos contingentes, foram apurados e registrados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.355/06 e Circular BACEN nº 3.171/02 e alterações posteriores, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes, e, as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram, os quais são formalizados em estudo técnico elaborado pela Administração do Banco, e revisados semestralmente. Os créditos e obrigações tributários diferidos são calculados com base nas normas vigentes e reconhecidos contabilmente considerando as projeções de lucros tributáveis futuros, que incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de juros, entre outras que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), conforme a Circular BACEN nº 3.082/02.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente os utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- i. **“Hedge de risco de mercado”** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- ii. **“Hedge de fluxo de caixa”** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Entretanto, se o objeto da proteção for título e valor mobiliário classificado na categoria títulos mantidos até o vencimento, tanto o título como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/02.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

- **Opções** - Os valores nominais dos contratos de opções de compra de ações e ativos financeiros e mercadorias, lançados e a exercer, estão registrados em contas de compensação. Os valores dos prêmios, recebidos e/ou pagos quando da contratação das operações, são registrados em contas patrimoniais, ajustados às suas cotações de mercado e permanecem até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando é baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício da opção.
- **Mercado futuro** - Os contratos de operações realizados no mercado futuro de ativos financeiros e mercadorias estão registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente por tipo e o respectivo vencimento é reconhecido no resultado mensalmente.
- **Swap** - Os contratos correspondentes às posições de *swap* estão registrados em contas de compensação pelo valor de referência. Os diferenciais a pagar e a receber estão registrados a valor de mercado em contas patrimoniais em contrapartida do resultado.

i. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

j. Ativo permanente

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica estimada dos bens.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O ativo diferido refere-se a gastos (benfeitorias) em imóveis de terceiros e a amortização foi calculada pelo método linear, pelo prazo dos contratos. De acordo com a Resolução BACEN nº 3.617/08, estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva amortização.

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

O ágio na aquisição de um investimento, conforme norma definida pelo BACEN, é calculado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações, classificado em três categorias, de acordo com o seu fundamento econômico, e comprovado por documentação que sirva de base à escrituração, a saber:

- i. Valor de mercado de bens do ativo da coligada ou controlada superior ou inferior ao custo registrado contabilmente;
- ii. Valor de rentabilidade da coligada ou controlada, com base em previsão dos resultados futuros; ou
- iii. Fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

A parcela correspondente à rentabilidade futura é registrada no ativo intangível e sua amortização será efetuada no prazo previsto de realização e na proporção dos resultados projetados que o determinaram, e que é objeto de avaliação periódica, inclusive quanto à necessidade de registro da provisão para redução do valor recuperável (*impairment*), conforme CPC 01, aprovada pela Resolução CMN nº 3.566/08.

k. Avaliação do valor recuperável

Semestralmente, com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Banco exceder o seu valor recuperável é reconhecido uma perda de recuperação de ativos no resultado do período.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

l. Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa pelas respectivas alíquotas.

As provisões decorrentes de processos judiciais, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos, e são registradas considerando as disposições contidas na Resolução CMN nº 3.535/08. Os valores contabilizados estão representados pelas contingências passivas com probabilidade de perda classificada como provável e obrigações legais, quando existirem.

Os ativos contingentes, quando aplicável, são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Da mesma forma, os passivos relacionados à obrigações legais em discussão judicial são mantidos nas demonstrações financeiras até o ganho definitivo da ação.

m. Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do exercício. Em 31 de dezembro de 2010, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 1,6654 (US\$ 1,00 = R\$ 1,7404 em 2009).

n. Resultado de exercícios futuros

Rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

o. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente, na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, na determinação e expectativa de realização dos créditos tributários, na definição da amortização de ágios em investimentos permanentes, na avaliação da provisão para demandas judiciais na apuração do valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e na definição do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

4 Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

a. Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas conforme descrito no quadro a seguir:

| | 2010 | 2009 |
|-----------------------------------------|---------------|---------------|
| Caixa | 59.635 | 8.464 |
| Reservas livres | 535 | 252 |
| Disponibilidades em moedas estrangeiras | <u>16.615</u> | <u>8.228</u> |
| | <u>76.785</u> | <u>16.944</u> |

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

| | 2010 | 2009 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Disponibilidades | 76.785 | 16.944 |
| Aplicações no mercado aberto | <u>91.819</u> | <u>99.299</u> |
| | <u>168.604</u> | <u>116.243</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto estão compostas, substancialmente, por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais e têm prazos de vencimento de um dia útil e aplicações em depósitos interfinanceiros que têm prazos de vencimento até março de 2015.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

| | 2010 | | | | | 2009 | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|---------------------------|----------------------------|
| | Valor de mercado/contábil por prazos de vencimento | | | | | Valor de custo atualizado | Valor de mercado /contábil |
| | Valor de custo atualizado | Sem vencimento | Até 5 anos | Acima de 5 anos | Total | | |
| Títulos para negociação (*) | | | | | | | |
| Carteira própria | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 38.303 | - | 27.537 | 10.772 | 38.309 | 151.875 | 150.880 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 100.782 | - | 100.675 | - | 100.675 | 87.654 | 87.259 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-B | 10.335 | - | 10.335 | - | 10.335 | - | - |
| Cotas de Fundo de Renda Fixa | - | - | - | - | - | 13.314 | 13.314 |
| Cotas de Fundo Multimercado | 72.764 | 72.764 | - | - | 72.764 | 43.339 | 43.339 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (**) | 6.849 | 6.849 | - | - | 6.849 | 7.386 | 7.386 |
| Ações de companhias abertas | | | | | | | |
| CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos | 125 | 2.573 | - | - | 2.573 | 125 | 1.550 |
| | <u>229.158</u> | <u>82.186</u> | <u>138.547</u> | <u>10.772</u> | <u>231.505</u> | <u>303.693</u> | <u>303.728</u> |
| Vinculados a compromissos de recompra | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 446.631 | - | 443.940 | 12.297 | 456.237 | 460.476 | 459.411 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 25.100 | - | 25.175 | - | 25.175 | - | - |
| | <u>471.731</u> | <u>-</u> | <u>459.115</u> | <u>12.297</u> | <u>471.412</u> | <u>460.476</u> | <u>459.411</u> |
| Vinculados ao Banco Central | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 193.328 | - | 177.259 | 15.967 | 193.226 | 10.678 | 10.449 |
| | <u>193.328</u> | <u>-</u> | <u>177.259</u> | <u>15.967</u> | <u>193.226</u> | <u>10.678</u> | <u>10.499</u> |
| Vinculados à prestação de garantias (***) | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 5.622 | - | 5.622 | - | 5.622 | 9.076 | 9.076 |
| | <u>5.622</u> | <u>-</u> | <u>5.622</u> | <u>-</u> | <u>5.622</u> | <u>9.076</u> | <u>9.076</u> |
| | <u>899.839</u> | <u>82.186</u> | <u>780.543</u> | <u>39.036</u> | <u>901.765</u> | <u>783.923</u> | <u>782.664</u> |
| Títulos mantidos até o vencimento | | | | | | | |
| Carteira própria | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 166.240 | - | 166.240 | - | 166.240 | 162.230 | 161.948 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN-C | 7.777 | - | - | 7.777 | 7.777 | 7.096 | 7.096 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (****) | 180.136 | 6.848 | 173.288 | - | 180.136 | 31.602 | 31.602 |
| Cotas de Fundo de Participações | 10.672 | 10.672 | - | - | 10.672 | - | - |
| | <u>364.825</u> | <u>17.520</u> | <u>339.528</u> | <u>7.777</u> | <u>364.825</u> | <u>200.928</u> | <u>200.646</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (*) Apresentados pelo prazo de vencimento dos títulos, entretanto classificados no ativo circulante por se tratarem de aplicações classificadas na categoria “para negociação”.
- (**) Referem-se a cotas seniores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC’s), que foram registradas pela cotação informada pelos Administradores dos fundos.
- (***) Títulos e valores mobiliários vinculados a operações na BM&F Bovespa S/A - Bolsa de Valores Mercadorias & Futuros.
- (****) Referem-se a cotas subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC’s), para os quais o Banco realizou operações de cessão de crédito sem coobrigação. As cotas são avaliadas pela cotação diária informada pelos Administradores dos fundos.

Apresentamos abaixo a decomposição das aplicações em cotas subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC’s

| Denominação | Administradora | Data de início de funcionamento | Prazo de duração | Valor do investimento |
|----------------------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------|
| FIDC Consignado Portfólio I | BEM DTVM | 28/05/2008 | Indeterminado | 6.848 |
| FIDC Multisetorial BVA Master | Citibank DTVM S.A. | 28/04/2010 | 48 meses | 116.608 |
| FIDC Multisetorial BVA Master II | Citibank DTVM S.A. | 06/08/2010 | 48 meses | <u>56.680</u> |
| | | | | <u>180.136</u> |

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro era composta como segue:

| | 2010 | | | | 2009 | | |
|-------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------------------------------|-------|-------------------|---------------------------|------------------|
| | Valor referencial | Valor de custo atualizado | Valor de mercado por prazos de vencimento | | Valor referencial | Valor de custo atualizado | Valor de mercado |
| | | | Até 360 dias | Total | | | |
| Swap | | | | | | | |
| Posição ativa: | | | | | | | |
| CDI | - | = | = | = | <u>7.425</u> | <u>7.510</u> | <u>7.510</u> |
| | | - | - | - | - | 7.510 | 7.510 |
| Posição passiva: | | | | | | | |
| Dólar | - | = | = | = | <u>7.425</u> | <u>7.440</u> | <u>7.280</u> |
| | | = | = | = | | <u>7.440</u> | <u>7.280</u> |
| Total a receber (pagar) | | = | = | = | <u>=====</u> | <u>70</u> | <u>230</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

| | 2010 | | | 2009 | | |
|-------------------------|-------------------|------------------------|-----------|-------------------|------------------------|-----------|
| | Valor referencial | Valor do ajuste diário | Total | Valor referencial | Valor do ajuste diário | Total |
| Futuros | | | | | | |
| Posição comprada | | | | | | |
| Moeda estrangeira | - | - | - | 37.264 | 30 | 30 |
| Posição vendida | | | | | | |
| Moeda estrangeira | 9.623 | 106 | 106 | 5.699 | (3) | (3) |
| Mercado interfinanceiro | 82.863 | (30) | (30) | 36.185 | 17 | 17 |
| | | <u>76</u> | <u>76</u> | <u>-</u> | <u>44</u> | <u>44</u> |

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias & Futuros.

7 Instrumentos financeiros

O Banco opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para operações de tesouraria, derivativos, operações de crédito, operações de captações no mercado, incluindo depósitos, títulos emitidos no exterior, etc.

Os ativos e passivos são avaliados em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais (proteção das exposições globais próprias e de seus clientes). Os instrumentos financeiros, de acordo com sua natureza e legislação específica, são ou não contabilizados em contas patrimoniais.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados.
- Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.
- Risco de liquidez: define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As posições do Banco são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do *VaR* (Valor em Risco) com intervalo de confiança de 95%.

8 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento estão discriminadas nos relatórios anuais e/ou site do Banco e podem ser assim resumidas:

a. Risco de mercado

O Banco adota uma política de administração da exposição de risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator de risco para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo. Para a efetiva implementação e monitoramento do risco de mercado do Banco, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3.464/07, foi aprovada pela Administração e pela Diretoria a seguinte estrutura para Gerenciamento do Risco de Mercado:

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Diretoria Responsável por Riscos de Mercado: tem como principais responsabilidades revisar e oferecer sugestões, bem como administrar a política para o gerenciamento do risco de mercado, aprovar planos de ações/trabalhos que envolvam novas metodologias, validar os produtos finais destinados ao gerenciamento de riscos de mercado e decidir pela adoção de ferramentas para sua gestão.

Comitê Gerenciamento do Risco de Mercado: tem como responsabilidades manifestar-se expressamente acerca da definição de metodologias aplicadas no gerenciamento do risco de mercado, bem como avaliar o ambiente macroeconômico, vis a vis as posições tomadas e os riscos relacionados, além de decidir sobre posições e exposições de acordo com os limites definidos e novas oportunidades de negócio.

b. Risco operacional

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380/06 os riscos operacionais são geridos por área especificamente criada para este fim, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas pelos próprios gestores. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Auditoria Interna e *Compliance*.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes; a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para a adequação.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Risco de crédito

O Banco possui política de concessão de crédito na qual são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

9 Operações de crédito e outros créditos

a. Composição

| | 2010 | 2009 |
|----------------------------------------------------|-------------------|------------------|
| Setor privado | | |
| Empréstimos e títulos descontados | 2.790.856 | 1.624.698 |
| Financiamentos | 28.549 | 40.815 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*) | 639 | - |
| Outros créditos (**) | <u>10.036</u> | <u>10.626</u> |
| | 2.830.080 | 1.676.139 |
| Provisão de operações de crédito e outros créditos | <u>(125.054)</u> | <u>(68.328)</u> |
| | <u>2.705.026</u> | <u>1.607.811</u> |

(*) Registrados em conta redutora do subgrupo Carteira de Câmbio, em Outras Obrigações, acrescido das respectivas rendas a receber, classificadas no subgrupo Carteira de Câmbio, em Outros Créditos.

(**) Refere-se a créditos por avais e fianças honrados no montante de R\$ 838 (R\$ 838 em 2009), devedores por compra de valores e bens no montante de R\$ 8.672 (R\$ 8.736 em 2009) e títulos e créditos a receber no montante de R\$ 526 (R\$ 1.052 em 2009).

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Composição por faixa de vencimento

| 2010 | | | | | | | |
|--------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | Vencidas há mais de 15 dias | A vencer até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Total |
| Empréstimos | 9.884 | 192.147 | 179.555 | 743.702 | 1.314.186 | 6.482 | 2.445.956 |
| Descontos de títulos e duplicatas | 3 | 1.877 | 915 | - | - | - | 2.795 |
| Conta garantida | 5.984 | 210.073 | 99.632 | 12 | 7.572 | - | 323.273 |
| Crédito pessoal | 396 | 234 | 1.400 | 7.219 | 7.950 | 1.633 | 18.832 |
| Outros financiamentos | 212 | 1.027 | 7.348 | 6.400 | 2.324 | 11.238 | 28.549 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio | - | 639 | - | - | - | - | 639 |
| Outros créditos | 838 | 29 | 865 | 1.365 | 6.616 | 323 | 10.036 |
| | <u>17.317</u> | <u>406.026</u> | <u>289.715</u> | <u>758.698</u> | <u>1.338.648</u> | <u>19.676</u> | <u>2.830.080</u> |
| 2009 | | | | | | | |
| | Vencidas há mais de 15 dias | A vencer até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Total |
| Empréstimos | 11.755 | 224.677 | 181.211 | 345.881 | 685.518 | 21.613 | 1.470.655 |
| Descontos de títulos e duplicatas | 340 | 7.169 | 3.072 | - | - | - | 10.581 |
| Conta garantida | 23.009 | 74.526 | 25.389 | - | 2 | - | 122.926 |
| Crédito pessoal | 351 | 301 | 1.180 | 9.045 | 7.310 | 2.349 | 20.536 |
| Outros financiamentos | 7.645 | 305 | 2.438 | 8.134 | 12.087 | 10.206 | 40.815 |
| Outros créditos | 838 | 42 | 319 | 8.133 | 583 | 711 | 10.626 |
| | <u>43.938</u> | <u>307.020</u> | <u>213.609</u> | <u>371.193</u> | <u>705.500</u> | <u>34.879</u> | <u>1.676.139</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c. Composição por atividade econômica

| | 2010 | 2009 |
|------------------------------------------------------|-------------------|------------------|
| Rural | 40.477 | 13.612 |
| Indústria | 566.501 | 352.860 |
| Comércio | 454.539 | 156.223 |
| Serviços | 1.453.994 | 1.055.396 |
| Pessoas físicas | 144.240 | 98.048 |
| Habitação | <u>170.329</u> | <u>-</u> |
| Subtotal | <u>2.830.080</u> | <u>1.676.139</u> |
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | <u>(125.054)</u> | <u>(68.328)</u> |
| Total | <u>2.705.026</u> | <u>1.607.811</u> |

d. Classificação das operações por nível de risco

| | 2010 | | | | | | | | | |
|--------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|
| | Nível AA | Nível A | Nível B | Nível C | Nível D | Nível E | Nível F | Nível G | Nível H | Total |
| Vencidas | 2.144 | 500 | 527 | 5.809 | 898 | 45 | 7 | 6 | 7.381 | 17.317 |
| Vencer até 3 meses | 92.733 | 101.446 | 178.967 | 22.925 | 2.367 | 5.339 | 3 | 2 | 2.244 | 406.026 |
| Vencer de 3 até 12 meses | 122.728 | 84.184 | 40.816 | 27.339 | 11.015 | 728 | 994 | 870 | 1.041 | 289.715 |
| Vencer de 1 até 3 anos | 203.115 | 296.301 | 146.648 | 89.367 | 16.965 | 1.931 | 1.533 | 187 | 2.651 | 758.698 |
| Vencer de 3 até 5 anos | 601.896 | 381.207 | 216.731 | 46.532 | 22.050 | 64.889 | 269 | 101 | 4.973 | 1.338.648 |
| Vencer de 5 até 15 anos | <u>15.243</u> | <u>3.736</u> | <u>185</u> | <u>358</u> | <u>81</u> | <u>51</u> | <u>22</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>19.676</u> |
| | <u>1.037.859</u> | <u>867.374</u> | <u>583.874</u> | <u>192.330</u> | <u>53.376</u> | <u>72.983</u> | <u>2.828</u> | <u>1.166</u> | <u>18.290</u> | <u>2.830.080</u> |

| | 2009 | | | | | | | | | |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|--------------|------------|---------------|---------------|------------------|
| | Nível AA | Nível A | Nível B | Nível C | Nível D | Nível E | Nível F | Nível G | Nível H | Total |
| Vencidas | 7.650 | 20 | 25.090 | 1.162 | 4.799 | 2 | 343 | 604 | 4.268 | 43.938 |
| Vencer até 3 meses | 42.406 | 126.804 | 107.046 | 21.376 | 744 | 975 | 4 | 3 | 7.662 | 307.020 |
| Vencer de 3 até 12 meses | 50.203 | 66.178 | 83.756 | 8.598 | 4.603 | 32 | 15 | 24 | 200 | 213.609 |
| Vencer de 1 até 3 anos | 36.678 | 202.795 | 82.105 | 22.375 | 9.962 | 5.736 | 293 | 1.483 | 9.766 | 371.193 |
| Vencer de 3 até 5 anos | 139.590 | 239.902 | 284.482 | 38.735 | 241 | 672 | 302 | 578 | 998 | 705.500 |
| Vencer de 5 até 15 anos | <u>18.188</u> | <u>4.274</u> | <u>568</u> | <u>164</u> | <u>-</u> | <u>21</u> | <u>15</u> | <u>11.570</u> | <u>79</u> | <u>34.879</u> |
| | <u>294.715</u> | <u>639.973</u> | <u>583.047</u> | <u>92.410</u> | <u>20.349</u> | <u>7.438</u> | <u>972</u> | <u>14.262</u> | <u>22.973</u> | <u>1.676.139</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

e. Diversificação por indexador

| | 2010 | | | | |
|-----------------------------------------|----------------|------------------|--------------|---------------|------------------|
| | Prefixado | CDI | Dólar | Outros (*) | Total |
| Operações de crédito | 399.111 | 2.342.370 | 6.358 | 71.566 | 2.819.405 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio | - | - | 639 | - | 639 |
| Outros créditos | <u>1.973</u> | <u>595</u> | <u>-</u> | <u>7.468</u> | <u>10.036</u> |
| | <u>401.084</u> | <u>2.342.965</u> | <u>6.997</u> | <u>79.034</u> | <u>2.830.080</u> |

| | 2009 | | | |
|----------------------|----------------|------------------|---------------|------------------|
| | Prefixado | CDI | Outros (*) | Total |
| Operações de crédito | 289.159 | 1.329.057 | 47.297 | 1.665.513 |
| Outros créditos | <u>4.045</u> | <u>6.581</u> | <u>-</u> | <u>10.626</u> |
| | <u>293.204</u> | <u>1.335.638</u> | <u>47.297</u> | <u>1.676.139</u> |

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - IGPM, IPCA e TJLP.

f. Níveis de concentração de risco

| | 2010 | | 2009 | |
|-----------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| 10 maiores devedores | 372.390 | 13,16 | 425.585 | 25,39 |
| 50 maiores devedores | 888.810 | 31,41 | 811.722 | 48,43 |
| 100 maiores devedores | 909.686 | 32,14 | 343.123 | 20,47 |
| Demais devedores | <u>659.194</u> | <u>23,29</u> | <u>95.709</u> | <u>5,71</u> |
| | <u>2.830.080</u> | <u>100,00</u> | <u>1.676.139</u> | <u>100,00</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

g. Provisão para operações de crédito e outros créditos

A movimentação da conta provisão para operações de crédito e outros créditos é composta como se segue:

| | <u>2010</u> | | <u>2009</u> |
|----------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Saldo inicial | 133.165 | 68.328 | 12.140 |
| Constituição | 68.504 | 168.221 | 84.484 |
| Reversão | (56.187) | (75.354) | (9.103) |
| Baixas | <u>(20.428)</u> | <u>(36.141)</u> | <u>(19.193)</u> |
| Saldo no final | <u>125.054</u> | <u>125.054</u> | <u>68.328</u> |

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo das provisões para operações de crédito e outros créditos é composto da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 121.700 (R\$ 57.525 em 2009); provisão para outros créditos no montante de R\$ 1.448 (R\$ 7.312 em 2009) e provisão sobre os créditos cedidos com coobrigação no montante de R\$ 1.906 (R\$ 3.491 em 2009) registrada na rubrica “Provisão para outros passivos contingentes”, no passivo circulante.

h. Operações com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade - FGPC

O Banco possui operações de crédito com garantia do Fundo Garantidor de Promoção da Competitividade - FGPC, o qual é administrado pelo BNDES.

Na ocorrência de atraso dessas operações, o Banco pode entrar com o pedido de restituição de 70% ou 80% do montante em atraso, dependendo do percentual pactuado com o Fundo e, em ocorrendo a homologação, o Banco recebe as parcelas em atraso e o Fundo assume proporcionalmente o montante do restante da dívida. Em 31 de dezembro de 2010, a parcela garantida pelo FGPC totaliza R\$ 300 (R\$ 10.138 em 2009).

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A partir da formalização do pleito junto ao BNDES para cobertura da perda, o Banco adota o procedimento de registrar a provisão para crédito de liquidação duvidosa pelo valor correspondente à parcela não coberta pelo FGPC. Para as operações em atraso e com cobertura, cujo pleito de cobertura ainda não foi formalizado, a Administração do Banco registra a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, pelo valor integral. Em 31 de dezembro de 2010, o montante de provisão é de R\$ 14 (R\$ 170 em 2009).

Cabe ressaltar, que o Fundo cobre a inadimplência por períodos de 12 meses. Assim sendo, a Administração só solicita a cobertura depois de esgotadas todas as possibilidades de cobrança junto ao devedor, em um prazo máximo de até 12 meses.

i. Cessões de créditos

As cessões de crédito realizadas podem ser assim resumidas:

| | 2010 | | 2009 | |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|----------------------------|------------------|
| | Valor da cessão | Resultado | Valor da cessão | Resultado |
| Com coobrigação | | | | |
| Cessões para fundos | 427.397 | 5.053 | 161 | 46 |
| Cessões para instituições financeiras | = | = | <u>75</u> | <u>27</u> |
| | 427.397 | 5.053 | 236 | 73 |
| Sem coobrigação | | | | |
| Cessões para fundos | 652.478 | 50.065 | 76.250 | 3.002 |
| Cessões para fundações | 197.500 | - | - | - |
| Cessões para instituições financeiras | 19.677 | 2.733 | 296 | 44 |
| Cessões para securitizadoras | <u>1.050</u> | <u>(224)</u> | <u>39.812</u> | <u>9.876</u> |
| | <u>870.705</u> | <u>52.574</u> | <u>116.358</u> | <u>12.922</u> |
| | <u>1.298.102</u> | <u>57.627</u> | <u>116.594</u> | <u>12.995</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

j. Recuperação de créditos anteriormente baixados contra prejuízo

| | 2010 | 2009 |
|------------------|-------|--------|
| Total recuperado | 4.251 | 14.223 |

10 Carteira de câmbio

A carteira de câmbio é representada por:

| | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Ativo - Outros créditos | | |
| Câmbio comprado a liquidar | 2.447 | 9.149 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 3.361 | 13.296 |
| (-) Adiantamentos recebidos | (740) | (344) |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos | <u>9</u> | <u>-</u> |
| | <u>5.077</u> | <u>22.101</u> |
| Passivo - Outras obrigações | | |
| Câmbio vendido a liquidar | 3.449 | 13.273 |
| Obrigações por compras de câmbio | 2.465 | 9.153 |
| (-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*) | <u>(630)</u> | <u>(52)</u> |
| | <u>5.284</u> | <u>22.374</u> |

(*) Em 2009 considera operações com instituições financeiras, no montante de R\$ 52, não apresentada na Nota Explicativa nº 9.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

11 Outros créditos - Diversos

| | 2010 | 2009 |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 25) | 62.962 | 33.796 |
| Devedores por compra de valores e bens | 8.672 | 8.736 |
| Devedores por depósitos em garantia | 680 | 565 |
| Impostos e contribuições a compensar (a) | 25.208 | 13.025 |
| Títulos e créditos a receber | 526 | 1.052 |
| Valores a receber de sociedades ligadas | 1.223 | - |
| Devedores diversos no país - Valores a receber (b) | <u>40.141</u> | <u>29.157</u> |
| | <u>139.412</u> | <u>86.331</u> |

- (a) O saldo de impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.
- (b) Refere-se substancialmente a: adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 400 (R\$ 1.800 em 2009); crédito remanescente referente à alienação integral, a valor de livros, de participação em empresa no montante de R\$ 5.408; R\$ 4.930 referente à opção de aquisição de carteira de operações, R\$ 6.300 créditos diversos com terceiros e o saldo remanescente, substancialmente, por valores a receber oriundos de créditos consignado, pendentes de repasses pelos órgãos conveniados; e em 2009 saldos de importação de papel moeda no montante de R\$ 22.000.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Outros valores e bens

| | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Ações de companhias fechadas - AGROCOM (a) | 9.113 | 9.113 |
| Imóveis (b) | 15.015 | 12.545 |
| Máquinas e equipamentos (b) | 2.025 | 2.025 |
| Outros | <u>773</u> | <u>623</u> |
| | <u>26.926</u> | <u>24.306</u> |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens | <u>(2.856)</u> | <u>(2.856)</u> |
| | <u>24.070</u> | <u>21.450</u> |

(a) Ações recebidas em dação de pagamento de empréstimos concedidos e registradas pelo saldo do referido empréstimo, que não supera o valor de avaliação das ações.

(b) Ativos recebidos em dação de pagamentos, cujos valores contábeis são inferiores aos de mercado, de acordo com laudos elaborados por peritos independentes.

13 Despesas antecipadas

Referem-se, substancialmente, a pagamento a promotoras de vendas por serviços prestados na colocação de operações de crédito consignado, apropriadas de acordo com o prazo da operação que originou o pagamento, ou quando da cessão ou baixa do crédito; gastos relacionados com a prestação de serviços de terceiros; e gastos com a obtenção e manutenção de clientes e carteiras de crédito, apropriados linearmente com base no prazo dos contratos e acordos comerciais.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

14 Participações em controladas

| 2010 | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------|
| | LNF3 Particip. Ltda. | BVA Corretora de Seguros Ltda. | Vitória Asset Management S.A. (1) | BVA Serviços S.A. (2) | Realesis Brasília Empreend. Imobiliários S.A. (3) | Menfis Particip. S.A.(4) | Fortis Cobrança S.A.(5) | Total |
| Capital social | 11.237 | 40 | 1.362 | 1 | 35.830 | 50 | 105 | |
| Quantidade de ações/cotas possuídas | 11.237.049 | 34.000 | 1.161.356 | 999 | 2.539 | 49.996 | 100.000 | |
| Patrimônio líquido | 16.333 | 6.586 | 30.101 | 103.289 | 34.495 | 4 | 99 | |
| Resultado do exercício | (1.415) | 6.179 | 29.168 | 103.288 | (200) | (46) | (6) | |
| Percentual de participação | 100,00% | 85,00% | 100,00% | 99,90% | 57,78% | 99,99% | 100,00% | |
| Valor do investimento | 16.333 | 5.598 | 30.101 | 103.186 | 19.932 | 3 | 94 | 175.247 |
| Ágio na aquisição de investimentos | - | - | - | - | 3.471 | - | - | |
| Dividendos/juros sobre capital próprio recebidos | - | - | 15.968 | 8.428 | - | - | - | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | - | - | - | |
| No semestre | (162) | 5.169 | 2.758 | 69.891 | (17) | (46) | (6) | 77.587 |
| No exercício | (1.415) | 5.252 | 29.168 | 103.185 | (772) | (46) | (6) | 135.366 |

| 2009 | | | | | | | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------|--|--------|--------|
| | LNF3 Particip. Ltda. | BVA Corretora de Seguros Ltda. | Vitória Asset Management S.A. (1) | BVA Serviços S.A. (2) | Realesis Brasília Empreend. Imobiliários S.A. (3) | | | Total |
| Capital social | 9.437 | 40 | 1.362 | 1 | | | 35.830 | |
| Quantidade de ações/cotas possuídas | 9.437.050 | 34.000 | 1.161.358 | 999 | | | 2.539 | |
| Patrimônio líquido | 15.947 | 408 | 16.902 | 8.438 | | | 34.904 | |
| Resultado do exercício | (2.282) | 192 | 31.241 | 22.437 | | | (937) | |
| Percentual de participação | 100,00% | 85,00% | 100,00% | 99,90% | | | 57,78% | |
| Valor do investimento | 15.947 | 346 | 16.902 | 8.430 | | | 20.704 | 62.329 |
| Ágio na aquisição de investimentos | - | - | 5.058 | - | | | 3.471 | 8.529 |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio recebidos | - | - | 15.000 | 14.000 | | | - | |
| Resultado de equivalência patrimonial | - | - | - | - | | | - | |
| No semestre | (2.230) | 79 | 31.378 | 22.429 | | | - | 51.656 |
| No exercício | (2.282) | 163 | 31.378 | 22.429 | | | - | 51.688 |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (1) Em 17 de julho de 2009, o Banco BVA S.A., adquiriu a totalidade das ações da Vitória Asset Management S.A. pelo valor de R\$ 6.000, com ágio de R\$ 5.476, fundamentado em expectativa de resultado futuro, embasado em laudo de peritos independentes. O ágio foi amortizado integralmente em março de 2010.

O resultado da companhia decorre, principalmente de receitas originadas de comissões de estruturação de Cédulas de Crédito Bancário - CCB, no montante de R\$ 29.600 (R\$ 36.946 em 2009); receitas de gestão de fundos de investimento no montante de R\$ 9.473 (R\$ 5.046 em 2009); e receitas financeiras no montante de R\$ 1.747 (R\$ 56 em 2009).

- (2) Empresa adquirida em 21 de setembro de 2009, pelo seu valor contábil. O resultado da companhia decorre, principalmente de receitas originadas de comissões de estruturação de Cédulas de Crédito Bancário - CCB, no montante de R\$ 128.405 (R\$ 27.840 em 2009) e receitas financeiras no montante de R\$ 2.414 (R\$ 69 em 2009).

- (3) Participação societária, reclassificada em dezembro de 2009, da rubrica Títulos e Valores Mobiliários para a rubrica Investimentos, no Ativo Permanente.

O valor de ágio apurado está fundamentado pela expectativa de resultado futuro e será amortizado na proporção dos resultados projetados, e sujeito a teste de imparidade. A previsão de amortização do ágio é de 48 anos.

Foi elaborado, por peritos independentes, laudo de avaliação do empreendimento que não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável (Imparidade).

- (4) Empresa adquirida em 25 de outubro de 2010, pelo seu valor contábil.

- (5) Empresa adquirida em 1º de outubro de 2010, pelo seu valor contábil.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

15 Permanente

| | 2010 | | | 2009 | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|--------------|-------------------------------------|--------------|---------------|
| | Taxa de depreciação / amortização | Custo | Depreciação / amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Imobilizado | | | | | |
| Instalações | 10% | 154 | (104) | 50 | - |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 3.421 | (1.153) | 2.268 | 1.870 |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 3.617 | (2.344) | 1.273 | 1.251 |
| Veículos | 20% | <u>1.255</u> | <u>(281)</u> | <u>974</u> | <u>227</u> |
| Total | | <u>8.447</u> | <u>(3.882)</u> | <u>4.565</u> | <u>3.348</u> |
| Diferido | | | | | |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 20% | 3.591 | (2.392) | 1.199 | 1.737 |
| Intangível | | | | | |
| Ágio na aquisição de sociedades controladas | - | 3.471 | (72) | 3.399 | 8.529 |
| Softwares | 20% | <u>2.882</u> | <u>(1.286)</u> | <u>1.596</u> | <u>1.713</u> |
| Total | | <u>6.353</u> | <u>(1.358)</u> | <u>4.995</u> | <u>10.242</u> |

O índice de imobilização no Banco em relação ao patrimônio de referência é de 31,17% (25,65% em 2009), sendo o limite máximo de 50%.

16 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

| | 2010 | | | |
|--------------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| | À vista | Interfinanceiros | A prazo | Total |
| Pessoas físicas | 865 | - | 242.925 | 243.790 |
| Pessoas jurídicas | 45.218 | - | 2.632.703 | 2.677.921 |
| Instituições financeiras | - | <u>44.950</u> | <u>36.161</u> | <u>81.111</u> |
| | <u>46.083</u> | <u>44.950</u> | <u>2.911.789</u> | <u>3.002.822</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

| | 2009 | | | | |
|--------------------------|---------------|------------------|------------------|------------|------------------|
| | À vista | Interfinanceiros | A prazo | Outros | Total |
| Pessoas físicas | 533 | - | 181.223 | 22 | 181.778 |
| Pessoas jurídicas | 26.943 | - | 1.710.719 | 170 | 1.737.832 |
| Instituições financeiras | - | 34.971 | 11.504 | - | 46.475 |
| | <u>27.476</u> | <u>34.971</u> | <u>1.903.446</u> | <u>192</u> | <u>1.966.085</u> |

b. Distribuição dos depósitos interfinanceiros e a prazo por vencimento

A distribuição dos depósitos pelo seu vencimento, considerando a possibilidade de resgate antecipado, está representada da seguinte forma:

| | 2010 | | | 2009 | | |
|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Interfinanceiros | A prazo | Total | Interfinanceiros | A prazo | Total |
| Até 3 meses | 4.679 | 128.208 | 132.887 | 5.016 | 79.532 | 84.548 |
| De 3 a 12 meses | 33.369 | 374.166 | 407.535 | 27.142 | 310.602 | 337.744 |
| De 1 a 3 anos | 6.902 | 892.657 | 899.559 | 2.813 | 576.056 | 578.869 |
| Acima de 3 anos | - | 1.516.758 | 1.516.758 | - | 937.256 | 937.256 |
| | <u>44.950</u> | <u>2.911.789</u> | <u>2.956.739</u> | <u>34.971</u> | <u>1.903.446</u> | <u>1.938.417</u> |

c. Concentração dos principais depositantes

| | 2010 | | 2009 | |
|--------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | R\$ | % | R\$ | % |
| 10 maiores depositantes | 918.890 | 30,60 | 766.671 | 38,99 |
| 50 maiores depositantes | 912.361 | 30,38 | 586.246 | 29,82 |
| 100 maiores depositantes | 716.893 | 23,87 | 396.316 | 20,16 |
| Demais depositantes | <u>454.678</u> | <u>15,15</u> | <u>216.852</u> | <u>11,03</u> |
| | <u>3.002.822</u> | <u>100,00</u> | <u>1.966.085</u> | <u>100,00</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

17 Recursos de aceites e emissão de títulos

| | 2010 | | | | 2009 |
|----------------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | A vencer até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 110.171 | 107.733 | 4.147 | - | 222.051 |
| Letras de Crédito do Agronegócio - LCA | 24.309 | 37.011 | 12.037 | - | 73.357 |
| Letras Financeiras | - | - | - | 58.255 | 58.255 |
| | <u>134.480</u> | <u>144.744</u> | <u>16.184</u> | <u>58.255</u> | <u>353.663</u> |
| | | | | | <u>120.565</u> |

18 Obrigações por empréstimos - No exterior

Representado por recursos em moeda estrangeira no montante de R\$ 6.781, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes que variam entre 1,2% a 2,8%a.a. e vencimentos até junho de 2011.

19 Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais

São representadas por recursos captados junto ao BNDES à taxa de juros que variam entre 1% a 11% a.a., e acréscimos de atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M. O vencimento dessas operações ocorrerá da seguinte forma:

| | 2010 | 2009 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| Até 3 meses | 1.377 | 2.267 |
| De 3 a 12 meses | <u>2.889</u> | <u>6.613</u> |
| | <u>4.266</u> | <u>8.880</u> |
| Não circulante | | |
| De 1 a 3 anos | 3.938 | 7.370 |
| De 3 a 5 anos | 1.214 | 2.372 |
| De 5 a 15 anos | <u>12.528</u> | <u>11.808</u> |
| | <u>17.680</u> | <u>21.550</u> |
| | <u>21.946</u> | <u>30.430</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

20 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

| | 2010 | 2009 |
|--------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar | 24.611 | 31.801 |
| Impostos e contribuições a recolher | 4.507 | 3.472 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos | 1.090 | 634 |
| Provisão para riscos fiscais | <u>15.003</u> | <u>2.425</u> |
| | <u>45.211</u> | <u>38.332</u> |

21 Outras obrigações - Dívidas subordinadas

Com o objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco efetuou captações na modalidade de “Instrumento de Dívida Subordinada”, com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras, com vencimentos entre março de 2015 e junho de 2025 (entre março de 2015 a junho de 2025 em 2009).

As dívidas subordinadas totalizam em 31 de dezembro de 2010, R\$ 92.957 (R\$ 62.404 em 2009), sendo que R\$ 88.110 foram utilizadas integralmente para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência, e o restante no montante de R\$ 4.847 não foram utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis a capital de acordo com o artigo 14 da Resolução CMN nº 3.444/07, conforme mencionado na Nota Explicativa 28.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

22 Outras obrigações - Diversas

| | 2010 | 2009 |
|------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Despesas de pessoal | 3.066 | 2.416 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1.638 | 1.769 |
| Provisão para créditos cedidos com coobrigação | 1.906 | 3.491 |
| Passivos contingentes | 2.475 | 213 |
| Credores diversos no País: | | |
| BNDES (*) | - | 11.592 |
| Outros (**) | <u>15.244</u> | <u>15.732</u> |
| | <u>24.329</u> | <u>35.213</u> |

(*) Em 2009 o Banco possuía ação judicial movida contra o BNDES no valor total de R\$ 17.552, referente a valores recuperados por meio de compensação de pagamentos ao BNDES, de créditos que possuíam cobertura do FGPC. Os consultores jurídicos do Banco manifestaram estar confiantes na conclusão da disputa em favor do Banco. Desses créditos foram executadas as garantias no valor de R\$ 11.592, os quais foram pagos em agosto de 2010.

(**) Refere-se substancialmente a obrigações com instituições financeiras decorrentes de liquidação antecipada de créditos que foram cedidos.

23 Passivos contingentes e obrigações legais

As demandas judiciais, ou notificações das entidades fiscalizadoras, são avaliadas pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos, e uma provisão é reconhecida, quando o risco de desembolso de caixa for considerado provável e quando os montantes envolvidos são passíveis de serem, mensuráveis com suficiente segurança.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

a. Classificados de acordo com a probabilidade de desembolso de caixa:

- **Provável:** As movimentações das respectivas provisões, podem ser assim resumidas:

| | 2010 | | | | 2009 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Total | Total |
| Saldo inicial | - | 213 | - | 213 | 608 |
| Movimentação refletida no resultado: | | | | | |
| Constituição | 1.645 | 139 | 559 | 2.343 | 20 |
| Pagamentos/reversão | <u>-</u> | <u>(81)</u> | <u>-</u> | <u>(81)</u> | <u>(415)</u> |
| Saldo final | <u>1.645</u> | <u>271</u> | <u>559</u> | <u>2.475</u> | <u>213</u> |

Fiscais

Representada substancialmente por auto de infração lavrado pela Receita Federal com exigência de multa isolada em decorrência de descumprimento de obrigações acessórias da CPMF, no montante de R\$ 1.398 (R\$ 1.614 em 2009 classificada como possível) pendente de julgamento de recurso junto ao Conselho de Contribuintes.

Cíveis

Representadas substancialmente por demandas judiciais relacionadas à carteira de “empréstimo consignado” sendo que os principais pedidos referem-se a indenizações por danos materiais e morais, tendo como causa a cobrança indevida de valores e/ou a inclusão indevida dos devedores no cadastro de restrições de crédito.

Trabalhistas

Representadas substancialmente por reclamações movidas por ex-funcionários que visam o pagamento de horas extraordinárias e sua integração nas verbas rescisórias e, ainda, por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) que visam o reconhecimento de vínculo trabalhista com o Banco.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- **Possível (não provisionadas):** Ações cíveis no montante de R\$ 6.170 (R\$ 3.937 em 2009), trabalhistas no montante de R\$ 1.436, e outras ações que totalizam R\$ 445.

O Banco mantém depósitos judiciais em garantia de recursos para fazer frente a ações em andamento, os quais totalizam R\$ 680 (R\$ 565 em 2009).

b. Obrigações legais

Refere-se substancialmente à contribuição ao PIS e Cofins, no montante de R\$ 15.003 (R\$ 2.425 em 2009), resultante da interposição de medida judicial que por meio de Liminar afastou a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo dos referidos tributos. A diferença no recolhimento dos tributos encontram-se registradas na rubrica Fiscais e Previdenciárias e é atualizada monetariamente.

c. Acordos realizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o Banco efetuou acordos judiciais relativos a ações trabalhistas e cíveis, no montante total de R\$ 1.530 (R\$ 184 em 2009).

d. Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em novembro de 2009, o Banco optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS com base na Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09 sobre tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (IRPJ e CSLL), que estão em discussão judicial. Considerando os benefícios desse programa, foram: (i) recolhidos em 30 de novembro de 2009 o montante de R\$ 5.503; e (ii) provisionados na rubrica Fiscais e Previdenciárias - Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 1.864, (R\$ 1.799 em 2009) para pagamento futuro em parcela única. O Banco optou pela inclusão da totalidade dos débitos no parcelamento, estando pendente de consolidação dos valores por parte da Secretaria da Receita Federal.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 240.622.754 (162.085.620 em 2009) ações nominativas sem valor nominal, sendo 169.744.920 (81.042.810 em 2009) ordinárias e 70.877.834 (81.042.810 em 2009) preferenciais.

As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, mas têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital com a subscrição de 40.779.338 novas ações nominativas, sendo 20.389.669 ordinárias e 20.389.669 preferenciais, no valor total de R\$ 45.000. O processo foi aprovado pelo BACEN em 7 de agosto de 2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital com a subscrição de 35.338.504 novas ações nominativas, sendo 17.669.252 ordinárias e 17.669.252 preferenciais, no valor total de R\$ 40.000. O processo foi aprovado pelo BACEN em 07 de outubro de 2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital com a subscrição de 7.659.300 novas ações nominativas, sendo 3.829.650 ordinárias e 3.829.650 preferenciais, no valor total de R\$ 10.329. O processo foi aprovado pelo BACEN em 29 de janeiro de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, sem emissão de novas ações mediante incorporação dos valores destinados à conta “Outras Reservas de Lucro”, no montante de R\$46.005. O processo foi aprovado pelo BACEN em 21 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 9.344.630 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 15.000. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 21.834.808 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 35.049. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 28.966.729 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 96.807. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 10.731.667 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 35.865. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária.

Reserva especial

Reserva especial de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do período, após as destinações do lucro, estabelecidas no estatuto.

c. Destinação de resultado

Após a dedução da reserva legal, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for dado pela Assembléia Geral de Acionistas. A Administração poderá declarar dividendos à rubrica de lucros apurados em balanços semestrais.

25 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado, reconciliados com aqueles apurados à alíquota nominal, são demonstrados como segue:

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

| | 2010 | | 2009 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2º semestre | Exercício | Exercício |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro real e participações | 27.188 | 86.204 | 62.474 |
| Resultado de participações em controladas | (77.587) | (135.366) | (51.688) |
| Participações de empregados no lucro | <u>(1.519)</u> | <u>(2.719)</u> | <u>(2.019)</u> |
| Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social | (51.918) | (51.881) | 8.767 |
| Aliquota do imposto de renda e contribuição social | <u>40%</u> | <u>40%</u> | <u>40%</u> |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de legislação | <u>20.767</u> | <u>20.752</u> | <u>(3.507)</u> |
| Impostos de exercícios anteriores (*) | - | - | (5.267) |
| Reversão de crédito tributário sobre provisão para desvalorização de ações de companhias fechadas | - | - | (298) |
| Adições permanentes | (1.511) | (4.513) | (1.629) |
| Incentivos Fiscais | 365 | 365 | - |
| Outras | <u>(5.914)</u> | <u>(10.642)</u> | <u>(1.328)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | <u>13.707</u> | <u>5.962</u> | <u>(12.029)</u> |

(*) Refere-se à adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) (Nota Explicativa nº 23).

A composição e a movimentação do crédito tributário é a seguinte:

a. Composição dos saldos ativos e passivos do crédito tributário:

| | 2010 | 2009 |
|---------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | 50.022 | 27.331 |
| Provisão para ajuste a valor de mercado de TVM | 241 | 1.074 |
| Provisão a valor de mercado dos bens não de uso próprio | 1.142 | 1.142 |
| Créditos baixados para prejuízo | 3.303 | 2.938 |
| Outras | <u>8.254</u> | <u>1.311</u> |
| Total do ativo diferido | <u>62.962</u> | <u>33.796</u> |
| Provisão para ajuste a valor de mercado de TVM | <u>1.091</u> | <u>634</u> |
| Total do passivo diferido | <u>1.091</u> | <u>634</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O montante dos créditos baixados para prejuízo em 31 de dezembro de 2010 contabilizado em contas de compensação totalizava R\$ 36.141, foram constituídos créditos tributários sobre os créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 365 e deduzidos no próprio exercício R\$ 3.449. Dessa forma, o montante do crédito tributário não ativado é de R\$ 10.642.

b. Movimentação do crédito tributário ativo:

| 2010 | | | |
|------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| | Saldo inicial | Movimentação | Saldo final |
| Adições temporárias | <u>33.796</u> | <u>29.166</u> | <u>62.962</u> |
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | 27.331 | 22.691 | 50.022 |
| Provisão para ajuste a valor de mercado dos TVM | 1.074 | (833) | 241 |
| Provisão a valor de mercado dos bens não de uso | 1.142 | - | 1.142 |
| Créditos baixados para prejuízo | 2.938 | 365 | 3.303 |
| Demais provisões indedutíveis | <u>1.311</u> | <u>6.943</u> | <u>8.254</u> |
| Total dos créditos tributários | <u>33.796</u> | <u>29.166</u> | <u>62.962</u> |

| 2009 | | | |
|-------------------------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| | Saldo inicial | Movimentação | Saldo final |
| Prejuízo fiscal-IRPJ e base negativa - CSLL | 58 | (58) | - |
| Adições temporárias | <u>9.864</u> | <u>23.932</u> | <u>33.796</u> |
| Provisão para operações de crédito | 9.082 | 21.187 | 30.269 |
| Provisão para ajuste a valor de mercado dos TVM | (239) | 1.313 | 1.074 |
| Provisão a valor de mercado dos bens não de uso | 240 | 902 | 1.142 |
| Demais provisões indedutíveis | <u>781</u> | <u>530</u> | <u>1.311</u> |
| Total dos créditos tributários | <u>9.922</u> | <u>23.874</u> | <u>33.796</u> |

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e nº 3.059/02, e com base no estudo técnico a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2010 possuem a seguinte expectativa de realização: R\$ 14.399 em 2011, R\$ 10.301 em 2012, R\$ 10.310 em 2013, R\$ 10.317 em 2014 e R\$ 17.635 em 2015. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 48.137 (R\$ 26.474 em 2009) e foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados, considerando as realizações no decorrer de cada período, com os respectivos efeitos tributários aplicáveis.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

26

Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as empresas BVA Corretora de Seguros Ltda., LNF3 Participações Ltda., Peg Cred Promotora de Vendas e Participações S.A., Vitória Asset Management Ltda., BVA Serviços S.A., BVA - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Realeis Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., Mênfis Participações S.A. e Fortis Cobrança S.A. bem como os acionistas, diretores e parentes, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

As operações relevantes realizadas com essas partes relacionadas foram efetuadas em valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

Os valores das transações do Banco com as controladas, as quais correspondem à prestação de serviços financeiros, de consultoria, assessoria e outras, estão resumidos como se segue:

| | 2010 | | | | | | | | |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------|
| | BVA Corretora de Seguros Ltda. | LNFB Particip. Ltda. | Prom. de Vendas e Part. S.A. | Peg Cred Prom. de Vendas e Part. S.A. | Vitória Asset Management Ltda. | BVA Serviços S.A. | BVA - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros | Realis Brasil Empreend. Imobiliários S.A. | Fortis Cobrança S.A. |
| Outros créditos | - | 400 | - | - | - | - | - | - | 4 |
| Depósitos à vista | (8) | (99) | - | - | - | (1) | - | (1) | - |
| Depósitos a prazo | (400) | - | - | - | (26.800) | (94.804) | - | - | (97) |
| Despesas de depósitos a prazo | (29) | - | - | - | (1.579) | (2.414) | - | - | (1) |
| Despesas de serviços prestados | - | - | - | (47.810) | - | - | - | - | - |
| Créditos cedidos sem coobrigação | - | - | - | - | - | - | 1.050 | - | - |
| Resultado de créditos cedidos sem coobrigação | - | - | - | - | - | - | (224) | - | - |
| | | | | | 2009 | | | | |
| | BVA Corretora de Seguros Ltda. | LNFB Particip. Ltda. | Prom. de Vendas e Part. S.A. | Peg Cred Prom. de Vendas e Part. S.A. | Vitória Asset Management Ltda. | BVA Serviços S.A. | BVA - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros | Realis Brasil Empreend. Imobiliários S.A. | |
| Outros créditos | - | 1.800 | - | - | 84 | - | - | - | |
| Depósitos à vista | (35) | (2) | - | - | (5) | - | - | (35) | |
| Depósitos a prazo | (482) | - | - | - | (5.512) | (9.905) | - | - | |
| Despesas de depósitos a prazo | (37) | - | - | - | - | (69) | - | - | |
| Despesas de serviços prestados | - | - | - | (28.275) | - | - | - | - | |
| Créditos cedidos sem coobrigação | - | - | - | - | - | - | 39.812 | - | |
| Resultado de créditos cedidos sem coobrigação | - | - | - | - | - | - | 9.876 | - | |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2010, foi deliberado o valor máximo anual de R\$ 4.230 (R\$ 3.870 em 2009) para remuneração dos Administradores (Conselho e Diretoria).

Benefício pós-emprego

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

27 Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2010 o Banco é responsável por avais e fianças prestados a terceiros no país no valor de R\$ 203.988 (R\$ 97.241 em 2009).

28 Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

Conforme Resolução CMN nº 3.490/07 e regulamentações complementares, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0% a 100%. A metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), foi alterada pela Circular BACEN nº 3.360/07. O índice de solvabilidade é de 13,76% em 31 de dezembro de 2010 (11,67% em 2009).

O Banco efetuou operações de emissão de “Instrumentos de Dívida Subordinada - CDB” nos moldes da Resolução CMN nº 3.444/07 (Nota Explicativa nº 21). Esses instrumentos são utilizados para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência, até o limite estabelecido no artigo 14 da referida Resolução.

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

| | 2010 | 2009 |
|---------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Patrimônio de Referência Nível I | 499.828 | 227.005 |
| Patrimônio de Referência Nível II | <u>88.110</u> | <u>62.404</u> |
| Patrimônio de Referência Nível I e II | <u>587.938</u> | <u>289.409</u> |
| Patrimônio de Referência Exigido | <u>470.144</u> | <u>272.885</u> |
| Parcela de Risco Operacional (*) | 33.652 | 16.276 |
| Parcela de Risco de Mercado | 3.902 | 8.550 |
| Parcela de Risco de Crédito | 432.590 | 248.059 |
| Índice de Basileia | <u>13,76%</u> | <u>11,67%</u> |
| Excesso de patrimônio em relação ao limite | <u>117.794</u> | <u>16.524</u> |

(*) Atualmente é adotada a Abordagem do Indicador Básico como metodologia de cálculo do Risco Operacional.

29 Outras informações

a. Receita de Prestação de serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o saldo refere-se basicamente a comissões de estruturação de Cédulas de Crédito Bancário - CCB no montante de R\$ 121.680 (R\$ 125.484 em 2009), tarifas bancárias no montante de R\$ 6.122 (R\$ 5.938 em 2009) e comissão de crédito no montante de R\$ 10.887 (R\$ 6.819 em 2009).

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Outras despesas administrativas

| | 2010 | 2009 |
|-------------------------------------------|----------------|---------------|
| Depreciação e amortização | 2.331 | 2.331 |
| Serviços do sistema financeiro | 2.779 | 2.255 |
| Processamento de dados e telecomunicações | 3.727 | 2.081 |
| Serviços de terceiros (*) | 214.661 | 72.131 |
| Propaganda, promoções e publicações | 15.719 | 2.379 |
| Serviços técnicos especializados | 25.014 | 5.969 |
| Despesas de transporte | 2.972 | 1.181 |
| Aluguéis | 3.643 | 1.978 |
| Manutenção e conservação de bens | 514 | 863 |
| Outras | <u>8.926</u> | <u>8.407</u> |
| | <u>280.286</u> | <u>99.575</u> |

(* Referem-se, principalmente, às despesas com consultoria, assessoria, cobrança, despesa com agentes autônomos e empresas especializadas que prestam serviços de agente fiduciário para o Banco, serviços de mediação de operações de crédito consignado (renovação e cobrança) etc.

c. Outras despesas operacionais

| | 2010 | 2009 |
|--------------------------------------------------------|---------------|--------------|
| Descontos concedidos em operações de crédito | 3.169 | - |
| Atualização monetária sobre o parcelamento de impostos | - | 173 |
| Ágio na aquisição de investimentos | 5.130 | 418 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | - | 2.256 |
| Provisão para riscos fiscais | 12.578 | - |
| Contingências cíveis e trabalhistas | 2.262 | 3.092 |
| Variações e diferenças de taxas - Câmbio | 8.084 | 1.592 |
| Acordos judiciais | 1.530 | - |
| Outras | <u>2.723</u> | <u>764</u> |
| | <u>35.476</u> | <u>8.295</u> |

Banco BVA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Despesas tributárias

| | 2010 | 2009 |
|-----------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| PIS - Programa de Integração Social | 907 | 1.222 |
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | 5.585 | 7.522 |
| ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | 7.533 | 7.158 |
| Outros | <u>3.200</u> | <u>3.841</u> |
| | <u>17.225</u> | <u>19.743</u> |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Banco BVA S.A.

Relatório sobre a revisão
das Informações
Financeiras Trimestrais (IFT)
Trimestre findo em 30 de setembro de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras trimestrais - IFT

Aos
Administradores do
Banco BVA S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Financeiras Trimestrais (IFT) do Banco BVA S.A. ("Banco"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, compreendendo o balanço patrimonial (Quadro 7002) em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado (Quadro 7003) para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido (Quadro 7004) para o trimestre findo naquela data, bem como as notas explicativas (Quadro 7014).

A administração é responsável pela elaboração dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de acordo com o requerido pelo Banco Central do Brasil para fins de IFT. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

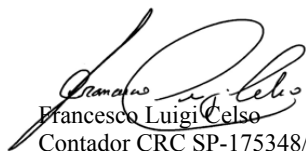
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis contidas nas Informações Financeiras Trimestrais (IFT) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de acordo como requerido pelo Banco Central do Brasil para fins das IFT.

Outros assuntos

A revisão das Informações Financeiras Trimestrais (IFT) foi conduzida com o objetivo de emitir relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Financeiras Trimestrais referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto. Os quadros 7001, 7013, 7016 a 7027, 7029 a 7032, 7034 a 7036, 7038 e 7039, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que fazem parte do conjunto das IFT, estão sendo apresentados para propiciar informações suplementares sobre a Instituição, requeridas pelo Banco Central do Brasil, não sendo requeridos como parte integrante das informações financeiras. As informações contábeis contidas nesses quadros foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos no parágrafo de “alcance da revisão” e, com base na adoção desses procedimentos de revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações contábeis não estejam apresentadas de forma condizente com as informações trimestrais referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-RJ

Banco BVA S.A.
Notas explicativas às Informações Financeiras Trimestrais
Trimestre findo em 30 de setembro de 2011
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco BVA S.A., está organizado sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de câmbio, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, tendo iniciado suas operações como banco comercial em janeiro de 1994.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de entidades que compõem o Conglomerado Financeiro BVA, as quais atuam integralmente, utilizando-se de uma estrutura operacional comum.

O contexto operacional das principais sociedades controladas pelo Banco está descrito a seguir:

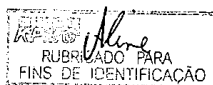
A Vitória Asset Management S.A., tem por objeto social a gestão de carteiras de valores mobiliários; a administração de carteiras de investimentos; a participação no capital social de outras sociedades como cotista ou acionista; a prestação de serviços auxiliares ou correlatos das atividades financeiras, assessoria e consultoria financeira; e a prestação de serviços de pesquisas, estudos, análises estatísticas e planejamento na área de mercado capitais.

A BVA Serviços S.A., tem por objeto social a prestação de serviços auxiliares ou correlatos das atividades financeiras, assessoria e consultoria financeira; a prestação de serviços de pesquisas, estudos, análises estatísticas e planejamento na área econômico-financeira; a participação em outras sociedades, como acionista ou cotista; e a administração de bens de sua propriedade.

A Realesis Brasília Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Realesis Brasília") detém participação de 50% da sociedade denominada 2008 Empreendimentos Comerciais S.A. ("2008 Empreendimentos"), cujo objeto social é a participação em outras sociedades e exploração de empreendimentos imobiliários comerciais de varejo de uso múltiplo ou individual incluindo parque de estacionamento. A 2008 Empreendimentos detém os direitos de exploração do Boulevard Shopping Brasília.

A LNF3 Participações Ltda., em fase pré-operacional, tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, seja na condição de cotista ou acionista.

A BVA Corretora de Seguros Ltda., tem por objeto social a corretagem de seguros dos ramos elementares, vida, capitalização, planos previdenciários e saúde; a prestação de serviços de assistência técnica na área de seguros; a prática de todas as operações que, direta ou indiretamente, se relacionarem com as atividades acima descritas; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista, excluindo-se as sociedades seguradoras. Em 30 de setembro de 2011 a BVA Corretora foi incorporada pela Razão Áurea Corretora Consultoria e Gestão em Seguros Ltda., conforme ata de Deliberação dos Sócios da BVA Corretora, datada de 31 de agosto de 2011.



77

A Pérqamo Serviços S.A. tem por objeto social a prestação de serviços auxiliares ou correlatos das atividades financeiras, assessoria e consultoria financeira; a prestação de serviços de pesquisas, estudos, análises estatísticas e planejamento na área econômico-financeira; a participação em outras sociedades, como acionista ou cotista; e a administração de bens de sua propriedade.

A Mênfis Participações S.A., em fase pré-operacional, constituída em 9 de junho de 2010, tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou cotista, e a administração de bens de sua propriedade.

A Fortis Cobrança S.A., em fase pré-operacional, constituída em 9 de junho de 2010, tem por objeto social a atividades de cobrança para clientes e a transferência aos clientes dos pagamentos recebidos; atividades de compilação de informações como históricos de crédito, de emprego, para empresas clientes; o fornecimento de informações sobre a capacidade de endividamento de pessoas e de empresas a instituições financeiras, ao comércio e a empresas que necessitam avaliar a capacidade de crédito de pessoas e empresas e participação no capital social de outras sociedades como cotista ou acionista.

2 Elaboração e apresentação das informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais (IFT) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo como requerido pelo BACEN para fins da IFT.

3 Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, da data da aplicação.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, onde seu rendimento intrínseco e os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos diretamente no resultado.
- ii. Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como “Negociação” nem como “Mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda



A imagem mostra uma assinatura manuscrita em tinta preta.

não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. Títulos mantidos até o vencimento - Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Mensuração e valor de mercado.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

e. Operações de crédito

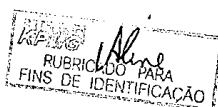
As operações de crédito, nas suas diversas modalidades, estão registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, quando pós-fixados, e pelos valores a serem liquidados no final do contrato, líquido das rendas a apropriar, em razão da fluência dos prazos das operações, quando prefixadas. A atualização das operações de crédito vencidas até o 60º dia é contabilizada em receita de operações de crédito. As rendas de crédito de operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita por ocasião do efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é fundamentada nas análises das operações, efetuada pela Administração para concluir quanto ao valor necessário, caso a caso, e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Cessões de crédito

O resultado apurado nas cessões de créditos é reconhecido, conforme permitido pelas normas do Banco Central em vigor, integralmente na data das referidas cessões. A prática de reconhecimento da receita pelo prazo das operações cedidas com coobrigação, foi postergada pelo Banco Central do Brasil, para entrar em vigor a partir de 2012. A liquidação antecipada dos contratos cedidos por parte dos clientes acarreta na liquidação antecipada junto aos cessionários; e consequentemente, há a reversão do lucro da cessão, decorrente da diferença de taxa entre a operação de empréstimo e da cessão de crédito.

g. Despesas antecipadas

Consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em períodos seguintes, e a apropriação é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos/prazo das operações.



9

h. Créditos e obrigações tributários diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes da avaliação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, das diferenças temporárias de provisão para operações de crédito e passivos contingentes, foram apurados e registrados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.355/06 e Circular BACEN nº 3.171/02 e alterações posteriores, levando em consideração as alíquotas de imposto de renda e da contribuição social vigentes, e, as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram, os quais são formalizados em estudo técnico elaborado pela Administração do Banco, e revisados semestralmente. Os créditos e obrigações tributários diferidos são calculados com base nas normas vigentes e reconhecidos contabilmente considerando as projeções de lucros tributáveis futuros, que incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de juros, entre outras que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

i. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*), conforme a Circular BACEN nº 3.082/02.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de proteção, principalmente os utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

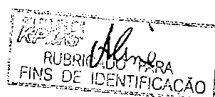
Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- i “Hedge de risco de mercado” - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado;
- ii “Hedge de fluxo de caixa” - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.

Entretanto, se o objeto da proteção for títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, tanto os títulos como o instrumento financeiro derivativo serão contabilizados pelas condições intrínsecas contratadas, não sendo avaliados pelo valor de mercado, conforme Circular BACEN nº 3.150/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

- Opções – os valores nominais dos contratos de opções de compra de ações e ativos financeiros e mercadorias, lançados e a exercer, estão registrados em contas de



7

compensação. Os valores dos prêmios, recebidos e/ou pagos quando da contratação das operações, são registrados em contas patrimoniais, ajustados às suas cotações de mercado e permanecem até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando é baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício da opção.

- Mercado futuro – os contratos de operações realizados no mercado futuro de ativos financeiros e mercadorias estão registrados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos são apurados diariamente por tipo e o respectivo vencimento é reconhecido no resultado mensalmente.
- *Swap* – os contratos correspondentes às posições de *swap* estão registrados em contas de compensação pelo valor de referência. Os diferenciais a pagar e a receber estão registrados a valor de mercado em contas patrimoniais em contrapartida do resultado.

j. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

k. Ativo permanente

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica estimada dos bens.

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

O ágio na aquisição de um investimento, conforme norma definida pelo BACEN, é calculado como a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações, classificado em três categorias, de acordo com o seu fundamento econômico, e comprovado por documentação que sirva de base à escrituração, a saber:

I - valor de mercado de bens do ativo da coligada ou controlada superior ou inferior ao custo registrado contabilmente;

II - valor de rentabilidade da coligada ou controlada, com base em previsão dos resultados futuros; ou

III - fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

A parcela correspondente à rentabilidade futura é registrada no ativo intangível e sua amortização será efetuada no prazo previsto de realização e na proporção dos resultados projetados que o determinaram, e que é objeto de avaliação periódica, inclusive quanto à necessidade de registro da provisão para redução do valor recuperável (*impairment*), conforme CPC 01, aprovada pela Resolução CMN nº 3.566/08.



l. Avaliação do valor Recuperável

Redução ao valor de recuperação – ativos não financeiros. A Resolução nº 3.566/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN), dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros “impairment” é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração do Banco BVA S.A. não possui conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo permanente.

Semestralmente, com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Banco exceder o seu valor recuperável é reconhecido uma perda de recuperação de ativos no resultado do período.

m. Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base “pro rata” dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240/ano ou R\$ 60/trimestre, e foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa pelas respectivas alíquotas.

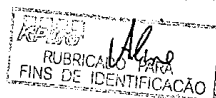
As provisões decorrentes de processos judiciais, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos, e são registradas considerando as disposições contidas no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. Os valores contabilizados estão representados pelas contingências passivas com probabilidade de perda classificada como provável e obrigações legais, quando existirem.

Os ativos contingentes, quando aplicável, são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Da mesma forma, os passivos relacionados à obrigações legais em discussão judicial são mantidos nas demonstrações financeiras até o ganho definitivo da ação.

n. Operações em moedas estrangeiras

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na



data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2011, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 1,8536.

o. Resultado de exercícios futuros

Rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

p. Estimativas contábeis

Na elaboração das informações financeiras trimestrais, foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente, na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, na determinação e expectativa de realização dos créditos tributários, na definição da amortização de ágios em investimentos permanentes, na avaliação da provisão para demandas judiciais na apuração do valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros e na definição do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

4 Disponibilidades e caixa e equivalentes de caixa

(a) Disponibilidades

As disponibilidades estão compostas conforme descrito no quadro a seguir:

| | |
|-----------------------------------------|---------------|
| Caixa | 57.895 |
| Reservas livres | 452 |
| Disponibilidades em moedas estrangeiras | 24.281 |
| | <u>82.628</u> |

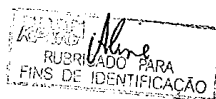
(b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

| | |
|------------------------------|----------------|
| Disponibilidades | 82.628 |
| Aplicações no mercado aberto | 193.245 |
| | <u>275.873</u> |

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto estão compostas, substancialmente, por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais e têm prazos de vencimento de um dia útil e aplicações em depósitos interfinanceiros que têm prazos de vencimento até maio de 2012.



6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

| | Valor de custo atualizado | Valor de mercado/contábil por prazos de vencimento | | | Total |
|--------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------------------|----------------|-----------------|------------------|
| | | Sem vencimento | Até 5 anos | Acima de 5 anos | |
| Títulos para negociação (*) | | | | | |
| Carteira própria | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 212.046 | - | 208.092 | - | 208.092 |
| Letras do Tesouro Nacional – LTN | 75.932 | - | 77.737 | - | 77.737 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | 8.051 | - | 148 | 8.920 | 9.068 |
| Ações de Cias Abertas | 125 | 2.464 | - | - | 2.464 |
| Cotas de Fundo Multimercado | 84.600 | 84.600 | - | - | 84.600 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (**) | 6.031 | 6.031 | - | - | 6.031 |
| | 386.785 | 93.095 | 285.977 | 8.920 | 387.992 |
| Vinculados a compromissos de recompra | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 326.789 | - | 326.790 | - | 326.790 |
| Notas do Tesouro Nacional – NTN-B | 10.748 | - | 11.239 | - | 11.239 |
| | 337.537 | | 338.029 | | 338.029 |
| Vinculados ao Banco Central | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 334.029 | - | 317.212 | 16.820 | 334.032 |
| | 334.029 | | 317.212 | 16.820 | 334.032 |
| Vinculados à prestação de garantias (***) | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT | 27.767 | - | 27.768 | - | 27.768 |
| | 27.767 | | 27.768 | | 27.768 |
| | 1.086.118 | 93.095 | 968.986 | 25.740 | 1.087.821 |
| Títulos mantidos até o vencimento | | | | | |
| Carteira própria | | | | | |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (****) | 312.175 | 19.979 | 292.196 | - | 312.175 |
| Cotas de Fundo de Participações | 10.538 | - | 10.538 | - | 10.538 |
| | 322.713 | 19.979 | 302.734 | | 322.713 |

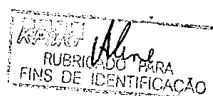
O valor de mercado dos títulos públicos é atualizado com base nos preços unitários divulgados nos boletins publicados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), e custodiados na SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O valor de mercado das aplicações em cotas do fundo reflete o valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data-base do balanço.

Os títulos mantidos até o vencimento foram reclassificados para a categoria “Negociação”, em função da estratégia da instituição em poder aliená-los quando necessário.

O valor de mercado das ações é atualizado considerando as taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores Mercadorias & Futuros.

(*) Apresentados pelo prazo de vencimento dos títulos, entretanto classificados no ativo circulante por se tratarem de aplicações classificadas na categoria “para negociação”.



- (**) Referem-se a cotas seniores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's), que foram registradas pela cotação informada pelos Administradores dos fundos.
- (***) Títulos e valores mobiliários vinculados a operações na BM&F Bovespa S/A – Bolsa de Valores Mercadorias & Futuros.
- (****) Referem-se a cotas subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's), para os quais o Banco realizou operações de cessão de crédito sem coobrigação. As cotas são avaliadas pela cotação diária informada pelos Administradores dos fundos.

Apresentamos abaixo a composição das aplicações em cotas subordinadas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC's

| Denominação | Administradora | Data de início de funcionamento | Prazo de duração | Valor do investimento |
|-----------------------------------|--------------------|---------------------------------|------------------|-----------------------|
| FIDC Consignado Portfólio I | BEM DTVM | 28/05/2008 | Indeterminado | 2.999 |
| FIDC Multisetorial BVA Master | Citibank DTVM S.A. | 28/04/2010 | 48 meses | 85.185 |
| FIDC Multisetorial BVA Master II | Citibank DTVM S.A. | 06/08/2010 | 48 meses | 80.038 |
| FIDC Multisetorial BVA Master III | Citibank DTVM S.A. | 28/02/2011 | 48 meses | 126.974 |
| FIDC VITÓRIA | BRL TRUST DTVM S.A | 12/08/2011 | Indeterminado | 16.979 |
| | | | | <u>312.175</u> |

A carteira de instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro era composta como segue:

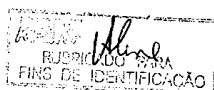
Swap

| Swap | Valor referencial | Valor de custo atualizado | Valor de mercado por prazos de vencimento | |
|-------------------------|-------------------|---------------------------|-------------------------------------------|--------|
| | | | Até 360 dias | Total |
| Swap | | | | |
| Posição ativa: | | | | |
| Pré | 17.502 | 17.783 | 18.055 | 18.055 |
| Dólar | 17.502 | 20.722 | 18.105 | 18.105 |
| | 35.004 | 38.516 | 36.160 | 36.160 |
| Posição passiva: | | | | |
| Dólar | 17.502 | 20.722 | 18.105 | 17.925 |
| Pré | 17.502 | 17.772 | 17.295 | 36.030 |
| | 35.004 | 38.503 | 36.030 | 36.030 |
| Total a receber (pagar) | | | 130 | 130 |

Futuros

| | Valor referencial | Valor do ajuste diário | Total |
|-------------------------|-------------------|------------------------|-------|
| Posição comprada | | | |
| Moeda estrangeira | 88.730 | 1.336 | 1.336 |
| Posição vendida | | | |
| Mercado interfinanceiro | 73.838 | (102) | (102) |
| | | 1.234 | 1.234 |

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias & Futuros.



7 Instrumentos financeiros

O Banco opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para operações de tesouraria, derivativos, operações de crédito, operações de captações no mercado, incluindo depósitos, títulos emitidos no exterior, etc.

Os ativos e passivos são avaliados em relação aos valores de mercado e realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. O Banco possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais (proteção das exposições globais próprias e de seus clientes). Os instrumentos financeiros derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são ou não contabilizados em contas patrimoniais.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são: risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

- Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de contrapartes ou de credores de valores contratados.
- Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.
- Risco de liquidez: define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As posições do Banco são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do *VaR* (Valor em Risco) com intervalo de confiança de 95%.

8 Gerenciamento de risco

A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio do Banco, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento estão discriminadas nos relatórios anuais e/ou site do Banco e podem ser assim resumidas:



(a) Risco de mercado

O Banco adota uma política de administração da exposição de risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator de risco para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo. Para a efetiva implementação e monitoramento do risco de mercado do Banco, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3.464/07, foi aprovada pela Administração e pela Diretoria a seguinte estrutura para Gerenciamento do Risco de Mercado:

Diretoria Responsável por Riscos de Mercado: tem como principais responsabilidades revisar e oferecer sugestões, bem como administrar a política para o gerenciamento do risco de mercado, aprovar planos de ações/trabalhos que envolvam novas metodologias, validar os produtos finais destinados ao gerenciamento de riscos de mercado e decidir pela adoção de ferramentas para sua gestão.

Comitê Gerenciamento do Risco de Mercado: tem como responsabilidades manifestar-se expressamente acerca da definição de metodologias aplicadas no gerenciamento do risco de mercado, bem como avaliar o ambiente macroeconômico, *vis a vis* as posições tomadas e os riscos relacionados, além de decidir sobre posições e exposições de acordo com os limites definidos e novas oportunidades de negócio.

(b) Risco operacional

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.380/06 os riscos operacionais são geridos por área especificamente criada para este fim, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas pelos próprios gestores. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Auditoria Interna e *Compliance*.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes; a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para a adequação.

(d) Risco de crédito

O Banco possui política de concessão de crédito na qual são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.



9 Operações de crédito e Outros créditos

a. Composição

Setor privado

| | |
|----------------------------------------------------|------------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 3.974.532 |
| Financiamentos | 21.815 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*) | 9.855 |
| Outros créditos (**) | 9.710 |
| | 4.015.912 |
| Provisão de operações de crédito e outros créditos | (193.348) |
| | 3.822.564 |

(*) Registrados em conta redutora do subgrupo Carteira de Câmbio, em Outras Obrigações, acrescido das respectivas rendas a receber, classificadas no subgrupo Carteira de Câmbio, em Outros Créditos.

(**) Refere-se a créditos por avais e fianças honrados no montante de R\$ 1.202, devedores por compra de valores e bens no montante de R\$ 7.982 e títulos e créditos a receber no montante de R\$ 526.

b. Composição por faixa de vencimento

| | Vencidas há mais de 15 dias | A vencer até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | De 5 a 15 anos | Total |
|-----------------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| Empréstimos | 14.724 | 136.275 | 344.200 | 1.048.599 | 1.996.486 | 56.353 | 3.596.637 |
| Adiantamento a depositantes | 4.727 | 5.860 | | | | | 10.587 |
| Descontos de títulos e duplicatas | | 621 | 193 | | | | 814 |
| Conta garantida | 5.470 | 284.190 | 51.254 | 137 | | | 341.051 |
| Crédito pessoal | 628 | 489 | 1.670 | 13.088 | 8.595 | 973 | 25.443 |
| Financiamentos | 44 | 1.979 | 4.932 | 2.472 | | 12.388 | 21.815 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio | 1.888 | 1.379 | 6.588 | | | | 9.855 |
| Outros créditos | 1.202 | 621 | 111 | 7.412 | 113 | 251 | 9.710 |
| | 28.683 | 431.414 | 408.948 | 1.071.708 | 2.005.194 | 69.965 | 4.015.912 |

c. Composição por atividade econômica

Vide composição por atividade econômica e os respectivos montantes por nível de risco no Quadro 7020 da respectiva IFT.

Classificação das operações por nível de risco

| | Nível AA | Nível A | Nível B | Nível C | Nível D | Nível E | Nível F | Nível G | Nível H | Total |
|------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|--------------|---------------|------------------|
| Vencidas | 205 | 450 | 5.130 | 7.838 | 2.623 | 1 | 2 | 24 | 12.410 | 28.683 |
| Vencer até 3 meses | 176.608 | 103.900 | 68.485 | 38.734 | 10.859 | 12 | 27.379 | 1 | 5.237 | 431.415 |
| Vencer de 3 a 12 meses | 101.449 | 136.170 | 49.703 | 41.862 | 70.846 | 18 | 6.106 | 21 | 2.772 | 408.947 |
| Vencer de 1 a 3 anos | 275.665 | 452.318 | 184.251 | 108.688 | 19.824 | 7.803 | 164 | 5.519 | 17.477 | 1.071.709 |
| Vencer de 3 a 5 anos | 980.588 | 561.098 | 144.135 | 198.796 | 50.907 | 42.762 | 11.198 | 226 | 15.484 | 2.005.194 |
| Vencer de 5 a 15 anos | 19.036 | 7.951 | 284 | 37.073 | 47 | 5.426 | 68 | 22 | 57 | 69.964 |
| | 1.553.551 | 1.261.887 | 451.988 | 432.991 | 155.106 | 56.022 | 45.117 | 5.813 | 53.437 | 4.015.912 |

RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

d. Diversificação por indexador

Vide composição por diversificação por indexador no Quadro 7023 da respectiva IFT.

e. Níveis de concentração de risco

Vide composição por atividade econômica e os respectivos montantes por nível de risco no Quadro 7018 da respectiva IFT.

f. Provisão para operações de crédito e outros créditos

Vide composição da provisão para operações de crédito e outros créditos e sua respectiva movimentação no trimestre no Quadro 7034 da respectiva IFT.

Em 30 de setembro de 2011 o saldo das provisões para operações de crédito e outros créditos é composto da seguinte forma: provisão para operações de crédito no montante de R\$ 190.935 provisão para outros créditos no montante de R\$ 1.903 e provisão sobre os créditos cedidos com coobrigação no montante de R\$ 510 registrada na rubrica "Outras obrigações diversas", no passivo circulante.

h. Cessões de créditos

As cessões de crédito realizadas no trimestre findo em 30 de setembro de 2011 podem ser assim resumidas:

| | <u>Valor da Cessão</u> | <u>Resultado</u> |
|------------------------|------------------------|------------------|
| Com coobrigação | | |
| Cessões para fundos | 68.430 | 3.009 |
| | <u>68.430</u> | <u>3.009</u> |
| Sem coobrigação | | |
| Cessões para fundos | 503.442 | 19.318 |
| | <u>503.442</u> | <u>19.318</u> |
| | <u>571.872</u> | <u>22.327</u> |

O resultado da cessão de crédito foi registrado na rubrica contábil Receita de operações de crédito.

i Recuperação de créditos anteriormente baixados contra prejuízo

O montante total dos créditos recuperados anteriormente baixados como prejuízo foi de R\$ 1.127,79 no trimestre.



7

10 Carteira de Câmbio

A carteira de câmbio é representada por:

Ativo - Outros créditos

| | |
|----------------------------------------------|---------------|
| Câmbio comprado a liquidar | 17.636 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 7.819 |
| (-) Adiantamentos recebidos | (88) |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos | 142 |
| | <u>25.509</u> |

Passivo - Outras obrigações

| | |
|---------------------------------------------|---------------|
| Câmbio vendido a liquidar | 7.983 |
| Obrigações por compras de câmbio | 16.949 |
| (-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio | (9.713) |
| | <u>15.219</u> |

11 Outros créditos - Diversos

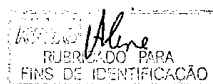
| | |
|--------------------------------------------------------------------------|----------------|
| Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 25) | 100.273 |
| Devedores por compra de valores e bens | 7.982 |
| Devedores por depósitos em garantia | 1.118 |
| Impostos e contribuições a compensar (a) | 27.255 |
| Títulos e créditos a receber | 526 |
| Valores a receber de sociedades ligadas | 1.191 |
| Devedores diversos no país – valores a receber (b) | 43.007 |
| | <u>181.352</u> |

(a) O saldo de impostos a compensar compreende os montantes desembolsados a título de antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação fiscal vigente.

(b) Refere-se substancialmente a: adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 1.042; R\$ 4.930 referente à opção de aquisição de carteira de operações; valores a receber por venda de BNDU no montante de R\$ 5.000; R\$ 3.174 de créditos diversos com terceiros; saldo de importação de papel moeda no montante de R\$ 5.000 e o saldo remanescente, substancialmente, por valores a receber oriundos de créditos consignado, pendentes de repasses pelos órgãos conveniados.

12 Outros valores e bens

| | |
|-------------------------------------------------------|---------------|
| Ações de companhias fechadas – AGROCOM (a) | 9.113 |
| Imóveis (b) | 51.213 |
| Máquinas e equipamentos (b) | 2.025 |
| Veículos | 1.553 |
| Outros | 607 |
| | <u>64.511</u> |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens | (2.444) |
| | <u>62.067</u> |



9

- (a) Ações recebidas em dação de pagamento de empréstimos concedidos e registradas pelo saldo do referido empréstimo, que não supera o valor de avaliação das ações.
- (b) Ativos recebidos em dação de pagamentos, cujos valores contábeis são inferiores aos de mercado, de acordo com laudos elaborados por peritos independentes.

13 Despesas antecipadas

Referem-se, substancialmente, a pagamento à promotoras de vendas por serviços prestados na colocação de operações de crédito consignado, apropriadas de acordo com o prazo da operação que originou o pagamento, ou quando da cessão ou baixa do crédito; gastos relacionados com a prestação de serviços a terceiros; e gastos com a obtenção e manutenção de clientes e carteiras de crédito, apropriados linearmente com base no prazo dos contratos e acordos comerciais.

14 Participações em controladas

| | LNF3 Particip. Lda. | BVA Corretora de Seguros Ltda. | Vitória Asset Management S.A. | BVA Serviços S.A. | Realis Brasil Empreend. Imobiliários S.A. (1) | Menfis Particip. S.A. | Fortis Cobrança S.A. | Pérgamo Serviços S.A. (2) | M2A Particip. Lda | Total |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|---------------------------------|-------------------------|---------|
| Capital social | 11.237 | 40 | 1.362 | 1 | 35.830 | 60 | 115 | 10 | 6.130 | |
| Quantidade de ações/cotas possuídas | 11.237.050 | 34.000 | 1.161.256 | 999 | 2.539 | 59.999 | 115.000 | 5.000 | 6.020.001 | |
| Patrimônio líquido | 16.089 | 146 | 31.072 | 104.125 | 35.630 | (95) | 38 | 76.505 | 5.746 | |
| Resultado no trimestre | (83) | 106 | 1.292 | 2.881 | 13 | (21) | (13) | 33.824 | - | |
| Percentual de participação | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 99,90% | 57,78% | 99,99% | 99,99% | 99,98% | 99,83% | |
| Valor do investimento | 16.089 | 183 | 31.072 | 104.021 | 20.667 | (79) | 35 | 76.490 | 5.467 | 253.945 |
| Ágio na aquisição de investimentos | | | | | 3.344 | | | | | |
| Dividendo / JCP recebidos | | 6.885 | | | | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial no trimestre | (83) | 1.182 | 1.292 | 2.878 | 735 | 5 | (16) | 33.817 | 60 | 39.870 |

- (1) O valor de ágio apurado está fundamentado pela expectativa de resultado futuro e será amortizado na proporção dos resultados projetados, e sujeito a teste de imparidade. A previsão de amortização do ágio é de 48 anos. Foi elaborado, por peritos independentes, laudo de avaliação do empreendimento que não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável (Imparidade).
- (2) O resultado da companhia decorre, principalmente de receitas originadas de comissões de estruturação de Cédulas de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$ 92.268 e receitas financeiras no montante de R\$ 94.161.

ASSINADO *Aline*
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

g

15 Permanente

| | Taxa de depreciação / amortização | Custo | Depreciação / amortização acumulada | Líquido |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|---------------|-------------------------------------|--------------|
| Imobilizado | | | | |
| Instalações | 10% | 377 | (115) | 262 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 4.536 | (1.348) | 3.188 |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 4.489 | (2.858) | 1.631 |
| Veículos | 20% | 1487 | (620) | 867 |
| | | 10.889 | (4.941) | 5.948 |
| Intangível | | | | |
| Ágio na aquisição de sociedades controladas | - | 3.471 | (127) | 3.344 |
| Softwares | 20% | 4.071 | (1.776) | 2.295 |
| | | 7.542 | (1.903) | 5.639 |

O índice de imobilização no Banco em relação ao patrimônio de referência é de 38,93%, sendo o limite máximo de 50%.

16 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

| | À vista | Interfinanceiros | A prazo | Total |
|--------------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| Pessoas físicas | 1.611 | - | 420.857 | 422.468 |
| Pessoas jurídicas | 57.791 | - | 3.514.709 | 3.572.500 |
| Instituições financeiras | - | 45.308 | 43.408 | 45.308 |
| | 59.402 | 45.308 | 3.978.974 | 4.083.684 |

b. Distribuição dos depósitos a prazo e interfinanceiros por prazo de vencimento

Vide composição da distribuição dos depósitos a vista, a prazo e interfinanceiros por prazo de vencimento no Quadro 7027 da respectiva IFT.

c. Concentração dos principais depositantes

Vide composição da concentração dos principais depositantes no Quadro 7018 da respectiva IFT.

17 Recursos de aceites e emissão de títulos

| | A vencer até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
|----------------------------------------|----------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | 199.459 | 237.794 | 48.055 | | 485.308 |
| Letras de Crédito do Agronegócio - LCA | 121.817 | 91.457 | 1.309 | 70 | 214.653 |
| Letras Financeiras | | | | 51.264 | 51.264 |
| | 321.276 | 329.251 | 49.364 | 51.334 | 751.225 |


 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

18 Obrigações por empréstimos – No exterior

Representado por recursos em moeda estrangeira no montante de R\$ 97.846, sobre os quais incidem encargos financeiros equivalentes que variam entre 1,4% a 9,7% a.a. com vencimentos até fevereiro de 2014.

19 Obrigações por repasses do país – instituições oficiais

São representadas por recursos captados junto ao BNDES à taxa de juros que variam entre 1% a 11% a.a., e acrescidos de atualização monetária pela variação do US\$, TJLP ou IGP-M.

O vencimento destas obrigações pode ser verificado junto ao Quadro 7027 da respectiva IFT.

20 Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

| | |
|--------------------------------------------------|---------------|
| Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar | 25.185 |
| Impostos e contribuições a recolher | 5.948 |
| Provisão para impostos e contribuições diferidos | 2.329 |
| Provisão para riscos fiscais (Nota 23 b) | 30.428 |
| | <u>63.890</u> |

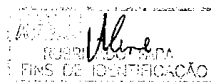
21 Outras obrigações – Dívidas subordinadas

Com o objetivo de proporcionar maior grau de alavancagem às suas operações, o Banco efetuou captações na modalidade de “Instrumento de Dívida Subordinada”, com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras, com vencimentos entre março de 2015 e junho de 2025.

As dívidas subordinadas totalizam em 30 de setembro de 2011, R\$ 108.808, sendo que R\$ 97.638 foram utilizadas integralmente para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência, e o restante no montante de R\$ 11.170 não foram utilizadas como dívidas subordinadas elegíveis a capital de acordo com o artigo 14 da Resolução CMN nº 3.444/07, conforme mencionado na Nota Explicativa 28.

22 Outras obrigações – Diversas

| | |
|------------------------------------------------|---------------|
| Despesas de pessoal | 6.063 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 2.136 |
| Provisão para créditos cedidos com coobrigação | 510 |
| Passivos contingentes | 644 |
| Credores diversos no País (*) | 11.207 |
| | <u>20.560</u> |



97

- (*) Refere-se substancialmente a obrigações com instituições financeiras decorrentes de liquidação antecipada de créditos que foram cedidos.

23 Passivos contingentes e obrigações legais

As demandas judiciais, ou notificações das entidades fiscalizadoras, são avaliadas pela Administração com o apoio dos consultores jurídicos, e uma provisão é reconhecida, quando o risco de desembolso de caixa for considerado provável e quando os montantes envolvidos são passíveis de serem, mensuráveis com suficiente segurança.

(a) Classificados de acordo com a probabilidade de desembolso de caixa:

- **Provável:** As movimentações das respectivas provisões, podem ser assim resumidas:

| | Fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Total |
|-------------------------------------|------------|------------|--------------|-------------|
| Saldo inicial | 23 | 343 | 1.128 | 1.494 |
| Movimentação refletida no resultado | - | - | - | - |
| Constituição | 334 | - | - | 334 |
| Pagamentos/reversão | - | (56) | (123) | (179) |
| Saldo Final | 357 | 287 | 1.005 | 1649 |

Cíveis

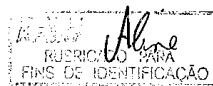
Representadas substancialmente por demandas judiciais relacionadas à carteira de “empréstimo consignado” sendo que os principais pedidos referem-se a indenizações por danos materiais e morais, tendo como causa a cobrança indevida de valores e/ou a inclusão indevida dos devedores no cadastro de restrições de crédito.

Trabalhistas

Representadas substancialmente por reclamações movidas por ex-funcionários que visam o pagamento de horas extraordinárias e sua integração nas verbas rescisórias e, ainda, por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) que visam o reconhecimento de vínculo trabalhista com o Banco.

Possível (não provisionadas): Ações cíveis no montante de R\$ 26.109, trabalhistas no montante de R\$ 1.160, e outras ações que totalizam R\$ 615.

O Banco mantém depósitos judiciais em garantia de recursos para fazer frente a ações em andamento, os quais totalizam R\$ 1.118.



(b) Obrigações Legais

Refere-se substancialmente à contribuição ao PIS e Cofins, no montante de R\$ 30.428, resultante da interposição de medida judicial que por meio de Liminar afastou a redação do art. 3, §1, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo dos referidos tributos. A diferença no recolhimento dos tributos encontram-se registradas na rubrica Fiscais e Previdenciárias e é atualizada monetariamente.

(c) Acordos realizados

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2011 o Banco efetuou acordos judiciais relativos a ações trabalhistas e cíveis, no montante total de R\$ 218.

(d) Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em novembro de 2009, o Banco optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS com base na Lei nº 11.941/09 e MP nº 470/09 sobre tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (IRPJ e CSLL), que estão em discussão judicial. Considerando os benefícios desse programa, foram: (i) recolhidos em 30 de novembro de 2009 o montante de R\$ 5.503; e (ii) provisionados na rubrica Fiscais e Previdenciárias – Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar em 30 de setembro de 2011 o montante de R\$ 1.919, para pagamento futuro em parcela única. O Banco optou pela inclusão da totalidade dos débitos no parcelamento, estando pendente de consolidação dos valores por parte da Secretaria da Receita Federal.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

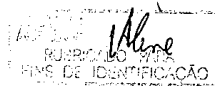
Em 30 de setembro de 2011 o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 260.428.508 ações nominativas sem valor nominal, sendo 169.744.920 ordinárias e 90.683.588 preferenciais.

As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais, mas têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24 de junho de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 9.344.630 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 15.000. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 21.834.808 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 35.049. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 28.966.729 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 96.807. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.



7

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2010, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 10.731.667 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 35.865. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2011, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 12.810.720 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 60.040. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 3.740.150 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 15.478. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2011, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 4.598.366 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 19.506. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2011, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 1.458.708 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 6.282. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2011, os acionistas aprovaram o aumento de capital, com a subscrição de 3.746.452 novas ações preferenciais nominativas, no valor total de R\$ 16.533. O processo encontra-se em análise pelo BACEN.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária.

Reserva especial

Reserva especial de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do período, após as destinações do lucro, estabelecidas no estatuto.

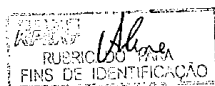
c. Destinação de resultado

Após a dedução da reserva legal, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for dado pela Assembléia Geral de Acionistas. A Administração poderá declarar dividendos à rubrica de lucros apurados em balanços semestrais.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 19 de abril de 2011, os acionistas deliberaram sobre a distribuição de dividendos no valor R\$ 0,34418961 por ação, totalizando R\$ 84.975.

25 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado, reconciliados com aqueles apurados à alíquota nominal, são demonstrados como segue:



BANCO BVA S/A

A) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

| | 3º Trimestre 2011 |
|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| | IR / CSLL |
| Apuração | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | (2.921) |
| (-) Juros sobre capital próprio | - |
| (-) Participações nos lucros | (900) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | (3.821) |
| Adições temporárias | 59.525 |
| Ajuste a mercado de TVM e Derivativos | 2.965 |
| Provisão para devedores duvidosos | 49.860 |
| Provisão para riscos fiscais | 7.174 |
| Outras adições temporárias | (475) |
| Adições permanentes | 3.241 |
| Resultado de equivalencia patrimonial | 190 |
| Doações Incentivadas | - |
| Operações de Crédito | 2.787 |
| Outras adições permanentes | 264 |
| Exclusões temporárias (Realização de créditos tributários) | (8.971) |
| Ajuste a mercado de TVM e Derivativos | (6.784) |
| Reversão de provisão para riscos fiscais | - |
| Reversão outras provisões | (850) |
| Enquadramento lei 9.430 | (1.337) |
| Recuperação de crédito | - |
| Exclusões permanentes | (40.060) |
| Resultado de equivalencia patrimonial | (40.060) |
| Base de cálculo antes da compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL | 9.915 |
| (-) Compensação 30% - prejuízo fiscal e base negativa da CSLL | - |
| Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social | 9.915 |
| Encargos às alíquotas de 15% para IR e para CS | (2.974) |
| Alíquota adicional de 10% de IR | (985) |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social | (3.960) |
| Dedução do imposto (incentivos fiscais) | 67 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social - Ajuste | - |
| Constituição/reversão de créditos tributários | 21.461 |
| Constituição/reversão de passivo diferido | (2.413) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 15.156 |



B) Movimentação do crédito tributário no trimestre findo em 30 de setembro de 2011

| | Saldo inicial | Movimentação | Saldo final |
|------------------------------------------------------|---------------|--------------|-------------|
| Adições Temporárias | 79.903 | 20.370 | 100.273 |
| Provisão para operações de crédito e outros créditos | 59.075 | 18.261 | 77.339 |
| Provisão para ajuste a valor de mercado dos TVM | 226 | (206) | 20 |
| Provisão a valor de mercado dos bens não de uso | 977 | - | 977 |
| Créditos baixados para prejuízo | 6.111 | (27) | 6.084 |
| Provisão para riscos fiscais | 9.302 | 2.869 | 12.171 |
| Demais provisões indedutíveis | 4.212 | (530) | 3.682 |
| Total do crédito tributário diferido ativo | 79.903 | 20.370 | 100.273 |
| Provisão para ajuste a valor de mercado dos TVM | (1.007) | (1.322) | (2.329) |
| Total do crédito tributário diferido passivo | (1.007) | (1.322) | (2.329) |

Em atendimento ao requerido pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e nº 3.059/02, e com base em estudo técnico, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de setembro de 2011 possuem a seguinte expectativa de realização: R\$ 5.734 em 2011, R\$ 22.544 em 2012, R\$ 20.796 em 2013, R\$ 18.618 em 2014, R\$ 18.618 em 2015 e R\$ 13.963 em 2016. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 76.622 e foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados, considerando as realizações no decorrer de cada período, com os respectivos efeitos tributários aplicáveis. O estudo de realização do crédito tributário é realizado semestralmente.

26 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as empresas BVA Corretora de Seguros Ltda., LNF3 Participações Ltda., Peg Cred Promotora de Vendas e Participações S.A., Vitória Asset Management Ltda., BVA Serviços S.A., BVA - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, Realesis Brasília Empreendimentos Imobiliários S.A., Mênfis Participações S.A., Fortis Cobrança S.A. e Pérgamo Serviços S.A. bem como os acionistas, diretores e parentes, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

As operações relevantes realizadas com essas partes relacionadas foram efetuadas em valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

Os valores das transações do Banco com as controladas, as quais correspondem à prestação de serviços financeiros, de consultoria, assessoria e outras, estão resumidos como se segue:



97

| | BVA Corretora de Seguros Ltda. | LNF3 Particip. Ltda. | Peg Cred Prom. de Vendas e Part. S.A. | Vitória Asset Management Ltda. | BVA Serviços S.A. | Pérgamo Serviços S.A. | Realesis Brasília Empreend. Imobiliários S.A. | Mênfis Particip. S.A. | Fortis Cobrança S.A. |
|--------------------|-----------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Outros créditos | | 563 | | | | | | | |
| Depósitos à vista | 3 | 15 | | 5 | 3.231 | 777 | 1 | 1 | 4 |
| Depósitos a prazo | | | | 28.996 | 151.409 | 57.980 | | | 66 |
| Despesas de | | | | | | | | | |
| depósitos a prazo | 2 | | | 46 | 6.549 | | | | |
| Despesas de | | | | | | | | | |
| serviços prestados | | | 24.380 | | | | | | 2 |

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembléia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2011, foi deliberado o valor máximo anual de R\$ 14.500 para remuneração dos Administradores (Conselho e Diretoria).

Benefício pós-emprego

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

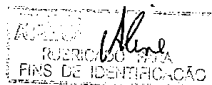
27 Garantias prestadas

Em 30 de setembro de 2011 o Banco é responsável por avais e fianças prestados a terceiros no país no valor de R\$ 256.010

28 Limites operacionais (Acordo de Basiléia)

Conforme Resolução CMN nº 3.490/07 e regulamentações complementares, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0% a 100%. A metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), foi alterada pela Circular BACEN nº 3.360/07. O índice de solvabilidade é de 12,40% em 30 de setembro de 2011.

O Banco efetuou operações de emissão de “Instrumentos de Dívida Subordinada – CDB” nos moldes da Resolução CMN nº 3.444/07 (Nota Explicativa nº 21). Esses instrumentos são utilizados para efeito de cálculo do Patrimônio de Referência, até o limite estabelecido no artigo 14 da referida Resolução.



9

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

| | |
|---------------------------------------------------|----------------|
| Patrimônio de Referência Nível I | 584.719 |
| Patrimônio de Referência Nível II | 97.638 |
| Patrimônio de Referência Nível I e II | 682.357 |
| Patrimônio de Referência Exigido | 605.179 |
| Parcela de Risco Operacional (*) | 51.197 |
| Parcela de Risco de Mercado | 7.469 |
| Parcela de Risco de Crédito | 546.513 |
| Índice de Basileia | 12,40% |
| Excesso de patrimônio em relação ao limite | 77.177 |

(*) Atualmente é adotada a Abordagem do Indicador Básico como metodologia de cálculo do Risco Operacional.

29 Outras informações

a. Receita de prestação de serviços

No trimestre findo em 30 de setembro de 2011 o saldo refere-se basicamente a comissões de estruturação de Cédulas de Crédito Bancário – CCB no montante de R\$12.250 e tarifas bancárias no montante de R\$1.488 .

b. Outras despesas administrativas

| | |
|-------------------------------------------|----------------|
| Serviços de terceiros (*) | 81.931 |
| Serviços técnicos especializados | 3.142 |
| Propaganda, promoções e publicações | 8.137 |
| Aluguéis | 1.755 |
| Processamento de dados e telecomunicações | 1.212 |
| Serviços do sistema financeiro | 1.120 |
| Depreciação e amortização | 611 |
| Despesas de transporte | 485 |
| Manutenção e conservação de bens | 246 |
| Outras | 4.060 |
| | 102.699 |

(*) Referem-se, principalmente, às despesas com consultoria, assessoria, cobrança, despesa com agentes autônomos e empresas especializadas que prestam serviços de agente fiduciário para o Banco, serviços de mediação de operações de crédito consignado (renovação e cobrança) etc.



c. Outras despesas operacionais

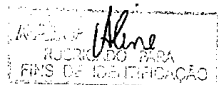
| | |
|----------------------------------------------|---------------|
| Descontos concedidos em operações de crédito | 2.787 |
| Ágio na aquisição de investimentos | 18 |
| Provisão para riscos fiscais | 5.719 |
| Contingências cíveis e trabalhistas | 334 |
| Acordos judiciais | 218 |
| Variações e diferenças de taxas - Câmbio | 1.397 |
| Outras | 226 |
| | <u>10.699</u> |

d. Despesas Tributárias


| | |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|
| PIS – Programa de Integração Social | 89 |
| COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | 550 |
| ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | 1.381 |
| Tributos Federais, Estaduais e Municipais | 1.029 |
| Outros | 581 |
| | <u>3.630</u> |

e. Resultado não operacional


Refere-se, substancialmente, ao resultado decorrente da alienação de bens não de uso próprio.



| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 1 |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------|
| Período: 09 / 2011 | Quadro: 7002 | Balanco Patrimonial | Hora: 10:56 |
| URelat | Coligada:001 | BANCO BVA | Data:25/11/2011 |
| Código | Descrição | SALDO | R\$ MIL |
| 10.0.0.00.00.00 | ATIVO TOTAL | | |
| 10.1.0.00.00.00 | ATIVO CIRCULANTE | 6.094.884,42 | |
| 10.1.1.00.00.00 | DISPONIBILIDADES | 2.413.662,50 | |
| 10.1.2.00.00.00 | APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 82.628,47 | |
| 10.1.2.21.00.00 | Aplicações no Mercado Aberto | 209.524,65 | |
| 10.1.2.22.00.00 | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 193.245,14 | |
| 10.1.2.24.00.00 | Aplicações Voluntárias no Banco Central | 16.279,51 | |
| 10.1.2.26.00.00 | Aplicações em Depósitos de Poupança | 0,00 | |
| 10.1.2.28.00.00 | (Provisões para Perdas) | 0,00 | |
| 10.1.3.00.00.00 | TÍT e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos | 0,00 | |
| 10.1.3.10.00.00 | Carteira Própria | 1.090.951,59 | |
| 10.1.3.20.00.00 | Vinculados a Compromissos de Recompra | 387.992,00 | |
| 10.1.3.70.00.00 | Vinculados ao Banco Central | 338.029,16 | |
| 10.1.3.45.00.00 | Título Objeto Operacoes Compromissadas c/Livre Movimentacao | 334.031,84 | |
| 10.1.3.80.00.00 | Moedas de Privatização | 0,00 | |
| 10.1.3.40.00.00 | Vinculados à Prestação de Garantias | 0,00 | |
| 10.1.3.85.00.00 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 27.767,88 | |
| 10.1.3.90.00.00 | (Provisão para Desvalorizações) | 3.130,71 | |
| 10.1.4.00.00.00 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 0,00 | |
| 10.1.4.10.00.00 | Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 8.871,15 | |
| 10.1.4.20.00.00 | Créditos Vinculados | 2.660,58 | |
| 10.1.4.20.10.00 | Depósitos no Banco Central | 6.210,57 | |
| 10.1.4.20.20.00 | Convênios | 1.841,52 | |
| 10.1.4.20.30.00 | Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural | 4.369,05 | |
| 10.1.4.20.40.00 | SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 0,00 | |
| 10.1.4.70.00.00 | Repasse Interfinanceiros | 0,00 | |
| 10.1.4.80.00.00 | Correspondentes | 0,00 | |
| 10.1.5.00.00.00 | RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | 0,00 | |
| 10.1.5.10.00.00 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 0,00 | |
| 10.1.5.20.00.00 | Transferências Internas de Recursos | 0,00 | |
| 10.1.6.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 0,00 | |
| 10.1.6.10.00.00 | Operações de Crédito | 830.170,20 | |
| 10.1.6.10.10.00 | Setor Público | 857.256,15 | |
| 10.1.6.10.20.00 | Setor Privado | 0,00 | |
| 10.1.6.90.00.00 | (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | 857.256,15 | |
| 10.1.7.00.00.00 | OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL | -27.085,95 | |
| 10.1.7.10.00.00 | Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber | 0,00 | |
| 10.1.7.10.10.00 | Setor Público | 0,00 | |
| 10.1.7.10.20.00 | Setor Privado | 0,00 | |
| 10.1.7.80.00.00 | (Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil) | 0,00 | |
| 10.1.7.90.00.00 | (Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de liquidação Duvidosa) | 0,00 | |
| 10.1.8.00.00.00 | OUTROS CRÉDITOS | 0,00 | |
| 10.1.8.10.00.00 | Créditos por Avals e Fianças Honrados | 114.614,19 | |
| 10.1.8.20.00.00 | Carteira de Câmbio | 1.201,90 | |
| 10.1.8.30.00.00 | Rendas a Receber | 25.508,74 | |
| 10.1.8.40.00.00 | Negociação e Intermediação de Valores | 15.327,11 | |
| 10.1.8.50.00.00 | Créditos Específicos | 1.538,16 | |
| 10.1.8.60.00.00 | Operações Especiais | 0,00 | |
| 10.1.8.70.00.00 | Diversos | 0,00 | |
| 10.1.8.90.00.00 | (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | 72.184,98 | |
| 10.1.9.00.00.00 | OUTROS VALORES E BENS | -1.146,70 | |
| 10.1.9.10.00.00 | Investimentos Temporários | 76.902,25 | |
| 10.1.9.20.00.00 | (Provisões para Perdas) | 0,00 | |
| | | 0,00 | |


 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 2 |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------|
| Período: 09 / 2011 | Quadro: 7002 | Balanco Patrimonial | Hora: 10:56 |
| URelat | Coligada:001 | BANCO BVA | Data:25/11/2011 |
| Código | Descrição | SALDO | R\$ MIL |
| 10.1.9.40.00.00 | Outros Valores e Bens | 64.511,00 | |
| 10.1.9.70.00.00 | (Provisões para Desvalorizações) | -2.444,00 | |
| 10.1.9.90.00.00 | Despesas Antecipadas | 14.835,25 | |
| 10.2.0.00.00.00 | ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 3.415.567,90 | |
| 10.2.2.00.00.00 | APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 0,00 | |
| 10.2.2.21.00.00 | Aplicações no Mercado Aberto | 0,00 | |
| 10.2.2.22.00.00 | Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 0,00 | |
| 10.2.2.24.00.00 | Aplicações Voluntárias no Banco Central | 0,00 | |
| 10.2.2.28.00.00 | (Provisões para Perdas) | 0,00 | |
| 10.2.3.00.00.00 | Tit e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros Derivativos | 322.714,65 | |
| 10.2.3.10.00.00 | Carteira Própria | 322.714,65 | |
| 10.2.3.20.00.00 | Vinculados a Compromissos de Recompra | 0,00 | |
| 10.2.3.70.00.00 | Vinculados ao Banco Central | 0,00 | |
| 10.2.3.45.00.00 | Título Objeto Operacoes Compromissadas c/Livre Movimentacao | 0,00 | |
| 10.2.3.80.00.00 | Moedas de Privatização | 0,00 | |
| 10.2.3.40.00.00 | Vinculados à Prestação de Garantia | 0,00 | |
| 10.2.3.85.00.00 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 0,00 | |
| 10.2.3.90.00.00 | (Provisões para Desvalorizações) | 0,00 | |
| 10.2.4.00.00.00 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 0,00 | |
| 10.2.4.10.00.00 | Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 0,00 | |
| 10.2.4.20.00.00 | Créditos Vinculados | 0,00 | |
| 10.2.4.20.10.00 | Depósitos no Banco Central | 0,00 | |
| 10.2.4.20.20.00 | Convênios | 0,00 | |
| 10.2.4.20.30.00 | Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural | 0,00 | |
| 10.2.4.20.40.00 | SFH - Sistema Financeiro da Habitação | 0,00 | |
| 10.2.4.70.00.00 | Repasse Interfinanceiros | 0,00 | |
| 10.2.4.80.00.00 | Correspondentes | 0,00 | |
| 10.2.6.00.00.00 | OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 2.975.243,23 | |
| 10.2.6.10.00.00 | Operações de Crédito | 3.139.091,80 | |
| 10.2.6.10.10.00 | Setor Público | 0,00 | |
| 10.2.6.10.20.00 | Setor Privado | 3.139.091,80 | |
| 10.2.6.90.00.00 | (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) | -163.848,57 | |
| 10.2.7.00.00.00 | OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL | 0,00 | |
| 10.2.7.10.00.00 | Arrendamentos e Subarrendamentos a Receber | 0,00 | |
| 10.2.7.10.10.00 | Setor Público | 0,00 | |
| 10.2.7.10.20.00 | Setor Privado | 0,00 | |
| 10.2.7.80.00.00 | (Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil) | 0,00 | |
| 10.2.7.90.00.00 | (Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa) | 0,00 | |
| 10.2.8.00.00.00 | OUTROS CRÉDITOS | 108.410,72 | |
| 10.2.8.10.00.00 | Créditos por Avais e Fianças Honrados | 0,00 | |
| 10.2.8.20.00.00 | Carteira de Câmbio | 0,00 | |
| 10.2.8.30.00.00 | Rendas a Receber | 0,00 | |
| 10.2.8.40.00.00 | Negociação e Intermediação de Valores | 0,00 | |
| 10.2.8.50.00.00 | Créditos Específicos | 0,00 | |
| 10.2.8.60.00.00 | Operações Especiais | 0,00 | |
| 10.2.8.70.00.00 | Diversos | 109.167,02 | |
| 10.2.8.90.00.00 | (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) | -756,30 | |
| 10.2.9.00.00.00 | OUTROS VALORES E BENS | 9.199,30 | |
| 10.2.9.10.00.00 | Investimentos Temporários | 0,00 | |
| 10.2.9.20.00.00 | (Provisões para Perdas) | 0,00 | |
| 10.2.9.40.00.00 | Outros Valores e Bens | 0,00 | |
| 10.2.9.70.00.00 | (Provisões para Desvalorizações) | 0,00 | |
| 10.2.9.90.00.00 | Despesas Antecipadas | 9.199,30 | |



 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

97


| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 3 |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------|
| Período: 09/ 2011 | Quadro: 7002 | Balanco Patrimonial | Hora: 10:56 |
| URelat | Coligada: 001 | BANCO BVA | Data: 25/11/2011 |
| Código | Descrição | SALDO | R\$ MIL |
| 10.3.0.00.00.00 | PERMANENTE | | |
| 10.3.1.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 265.654,02 | |
| 10.3.1.10.00.00 | Dependências no Exterior | 254.067,63 | |
| 10.3.1.20.00.00 | Participações em Coligadas e Controladas | 0,00 | |
| 10.3.1.20.10.00 | No País | 254.024,48 | |
| 10.3.1.20.20.00 | No Exterior | 254.024,48 | |
| 10.3.1.50.00.00 | Outros Investimentos | 0,00 | |
| 10.3.1.90.00.00 | (Provisões para Perdas) | 43,15 | |
| 10.3.2.00.00.00 | IMOBILIZADO DE USO | 0,00 | |
| 10.3.2.30.00.00 | Imóveis de Uso | 5.947,57 | |
| 10.3.2.50.00.00 | Reavaliações de Imóveis de Uso | 0,00 | |
| 10.3.2.40.00.00 | Outras Imobilizações de Uso | 0,00 | |
| 10.3.2.90.00.00 | (Depreciações Acumuladas) | 10.889,26 | |
| 10.3.3.00.00.00 | IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO | -4.941,69 | |
| 10.3.3.20.00.00 | Bens Arrendados | 0,00 | |
| 10.3.3.90.00.00 | (Depreciações Acumuladas) | 0,00 | |
| 10.3.4.00.00.00 | DIFERIDO | 0,00 | |
| 10.3.4.10.00.00 | Gastos de Organização e Expansão | 0,00 | |
| 10.3.4.90.00.00 | (Amortizações Acumuladas) | 0,00 | |
| 10.3.5.00.00.00 | Intangível | 0,00 | |
| 10.3.5.10.00.00 | Ativos Intangíveis | 5.638,82 | |
| 10.3.5.90.00.00 | (Amortizações Acumuladas) | 7.541,83 | |
| 40.0.0.00.00.00 | PASSIVO TOTAL | -1.903,01 | |
| 40.1.0.00.00.00 | PASSIVO CIRCULANTE | 6.094.884,42 | |
| 40.1.1.00.00.00 | DEPÓSITOS | 1.720.924,47 | |
| 40.1.1.10.00.00 | Depósitos à Vista | 629.504,44 | |
| 40.1.1.20.00.00 | Depósitos de Poupança | 59.401,82 | |
| 40.1.1.30.00.00 | Depósitos Interfinanceiros | 0,00 | |
| 40.1.1.40.00.00 | Depósitos a Prazo | 43.928,52 | |
| 40.1.1.90.00.00 | Outros Depósitos | 526.174,10 | |
| 40.1.2.00.00.00 | CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 0,00 | |
| 40.1.2.10.00.00 | Carteira Própria | 337.082,64 | |
| 40.1.2.20.00.00 | Carteira de Terceiros | 337.082,64 | |
| 40.1.2.30.00.00 | Carteira Livre Movimentada | 0,00 | |
| 40.1.3.00.00.00 | RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS | 0,00 | |
| 40.1.3.10.00.00 | Recursos e Aceites Cambiais | 656.309,50 | |
| 40.1.3.20.00.00 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 0,00 | |
| 40.1.3.40.00.00 | Recursos de Debêntures | 656.309,50 | |
| 40.1.3.50.00.00 | Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior | 0,00 | |
| 40.1.4.00.00.00 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 0,00 | |
| 40.1.4.10.00.00 | Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 653,17 | |
| 40.1.4.20.00.00 | Obrigações Vinculadas | 653,17 | |
| 40.1.4.30.00.00 | Repasse Interfinanceiros | 0,00 | |
| 40.1.4.40.00.00 | Correspondentes | 0,00 | |
| 40.1.5.00.00.00 | RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | 0,00 | |
| 40.1.5.10.00.00 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 2.324,73 | |
| 40.1.5.20.00.00 | Transferências Internas de Recursos | 2.324,73 | |
| 40.1.6.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS | 0,00 | |
| 40.1.6.10.00.00 | Empréstimos no País - Instituições Oficiais | 14.433,81 | |
| 40.1.6.20.00.00 | Empréstimos no País - Outras Instituições | 0,00 | |
| 40.1.6.30.00.00 | Empréstimos no Exterior | 0,00 | |
| 40.1.6.40.00.00 | Obrigações por Aquisição de Títulos Federais | 14.433,81 | |
| 40.1.7.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS | 0,00 | |
| | | 2.469,28 | |


 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 4 |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------------------|-----------------|
| Período: 09 / 2011 | Quadro: 7002 | Balanco Patrimonial | Hora: 10:56 |
| URelat | Coligada:001 | BANCO BVA | Data:25/11/2011 |
| Código | Descrição | SALDO | R\$ MIL |
| 40.1.7.10.00.00 | Tesouro Nacional | 0,00 | |
| 40.1.7.20.00.00 | Banco do Brasil | 0,00 | |
| 40.1.7.30.00.00 | BNDES | 2.469,28 | |
| 40.1.7.40.00.00 | CEF | 0,00 | |
| 40.1.7.50.00.00 | FINAME | 0,00 | |
| 40.1.7.90.00.00 | Outras Instituições | 0,00 | |
| 40.1.8.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR | 0,00 | |
| 40.1.8.10.00.00 | Repasse do Exterior | 0,00 | |
| 40.1.9.00.00.00 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 78.146,90 | |
| 40.1.9.10.00.00 | Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 3.216,88 | |
| 40.1.9.20.00.00 | Carteira de Câmbio | 15.218,75 | |
| 40.1.9.30.00.00 | Sociais e Estatutárias | 2.700,00 | |
| 40.1.9.40.00.00 | Fiscais e Previdenciárias | 33.462,74 | |
| 40.1.9.50.00.00 | Negociação e Intermediação de Valores | 0,56 | |
| 40.1.9.60.00.00 | Operações com Loterias | 0,00 | |
| 40.1.9.70.00.00 | Fundos e Programas Sociais | 0,00 | |
| 40.1.9.80.00.00 | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 0,00 | |
| 40.1.9.81.00.00 | Operações Especiais | 0,00 | |
| 40.1.9.84.00.00 | Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida | 0,00 | |
| 40.1.9.85.00.00 | Dívidas Subordinadas | 0,00 | |
| 40.1.9.87.00.00 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 2.988,48 | |
| 40.1.9.90.00.00 | Diversas | 20.559,49 | |
| 40.2.0.00.00.00 | PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 3.786.825,60 | |
| 40.2.1.00.00.00 | DEPÓSITOS | 3.454.179,32 | |
| 40.2.1.30.00.00 | Depósitos Interfinanceiros | 1.379,09 | |
| 40.2.1.40.00.00 | Depósitos a Prazo | 3.452.800,23 | |
| 40.2.2.00.00.00 | CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 0,00 | |
| 40.2.2.10.00.00 | Carteira Própria | 0,00 | |
| 40.2.2.20.00.00 | Carteira de Terceiros | 0,00 | |
| 40.2.2.30.00.00 | Carteira Livre Movimentada | 0,00 | |
| 40.2.3.00.00.00 | RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS | 94.915,55 | |
| 40.2.3.10.00.00 | Recursos de Aceites Cambiais | 0,00 | |
| 40.2.3.20.00.00 | Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | 94.915,55 | |
| 40.2.3.40.00.00 | Recursos de Debêntures | 0,00 | |
| 40.2.3.50.00.00 | Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior | 0,00 | |
| 40.2.4.00.00.00 | RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS | 0,00 | |
| 40.2.4.10.00.00 | Recebimentos e Pagamentos a Liquidar | 0,00 | |
| 40.2.4.20.00.00 | Obrigações Vinculadas | 0,00 | |
| 40.2.4.30.00.00 | Repasse Interfinanceiros | 0,00 | |
| 40.2.4.40.00.00 | Correspondentes | 0,00 | |
| 40.2.6.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS | 83.412,00 | |
| 40.2.6.10.00.00 | Empréstimos no País - Instituições Oficiais | 0,00 | |
| 40.2.6.20.00.00 | Empréstimos no País - Outras Instituições | 0,00 | |
| 40.2.6.30.00.00 | Empréstimos no Exterior | 83.412,00 | |
| 40.2.6.40.00.00 | Obrigações por Aquisição de Títulos Federais | 0,00 | |
| 40.2.7.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES | 15.083,34 | |
| 40.2.7.10.00.00 | Tesouro Nacional | 0,00 | |
| 40.2.7.20.00.00 | Banco do Brasil | 0,00 | |
| 40.2.7.30.00.00 | BNDES | 15.083,34 | |
| 40.2.7.40.00.00 | CEF | 0,00 | |
| 40.2.7.50.00.00 | FINAME | 0,00 | |
| 40.2.7.90.00.00 | Outras Instituições | 0,00 | |
| 40.2.8.00.00.00 | OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR | 0,00 | |


 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 5 |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------|---------------------|-----------------|
| Período: 09 / 2011 | Quadro: 7002 | Balanço Patrimonial | Hora: 10:56 |
| URelat | Coligada:001 | BANCO BVA | Data:25/11/2011 |
| Código | Descrição | SALDO | R\$ MIL |
| 40.2.8.10.00.00 | Repasses do Exterior | 0,00 | |
| 40.2.9.00.00.00 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 139.235,39 | |
| 40.2.9.10.00.00 | Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 0,00 | |
| 40.2.9.20.00.00 | Carteira de Câmbio | 0,00 | |
| 40.2.9.30.00.00 | Sociais e Estatutárias | 0,00 | |
| 40.2.9.40.00.00 | Fiscais e Previdenciárias | 30.427,63 | |
| 40.2.9.50.00.00 | Negociação e Intermediação de Valores | 0,00 | |
| 40.2.9.60.00.00 | Operações com Loterias | 0,00 | |
| 40.2.9.70.00.00 | Fundos e Programas Sociais | 0,00 | |
| 40.2.9.80.00.00 | Fundos Financeiros e de Desenvolvimento | 0,00 | |
| 40.2.9.81.00.00 | Operações Especiais | 0,00 | |
| 40.2.9.84.00.00 | Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida | 0,00 | |
| 40.2.9.85.00.00 | Dívidas Subordinadas | 108.807,76 | |
| 40.2.9.87.00.00 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 0,00 | |
| 40.2.9.90.00.00 | Diversas | 0,00 | |
| 40.5.0.00.00.00 | RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS | 2.415,71 | |
| 40.5.1.00.00.00 | Resultado de Exercícios Futuros | 2.415,71 | |
| 40.6.0.00.00.00 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 584.718,64 | |
| 40.6.1.00.00.00 | Capital | 520.753,97 | |
| 40.6.1.10.00.00 | De Domiciliados no País | 520.753,97 | |
| 40.6.1.20.00.00 | De Domiciliados no Exterior | 0,00 | |
| 40.6.2.00.00.00 | (Capital a Realizar) | 0,00 | |
| 40.6.3.00.00.00 | Recursos de Associados Poupadores | 0,00 | |
| 40.6.4.00.00.00 | Reservas de Capital | 0,00 | |
| 40.6.5.00.00.00 | Reservas de Reavaliação | 0,00 | |
| 40.6.6.00.00.00 | Reservas de Lucros | 52.629,53 | |
| 40.6.7.00.00.00 | Ajustes de Avaliação Patrimonial | 0,00 | |
| 40.6.8.00.00.00 | Lucros ou Prejuízos Acumulados | 11.335,14 | |
| 40.6.9.00.00.00 | (Ações em Tesouraria) | 0,00 | |



 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

97

| URelat1 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Pág.: 1 |
|----------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------|------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7003 | | Hora: 10:53 |
| | | Desc. Quadro: Demonstração do Resultado | | Data: 25/11/2011 |
| Código | Descrição | No trimestre | Acumulado Ano Corrente | R\$ MIL |
| 10.1.1.10.10.00 | RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 295.127,39 | 696.188,16 | |
| 10.1.1.10.10.11 | Operações de Crédito | 214.566,65 | 547.828,50 | |
| 10.1.1.10.10.13 | Operações de Arrendamento Mercantil | 0,00 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.10.15 | Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | 67.685,67 | 135.525,04 | |
| 10.1.1.10.10.16 | Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos | 12.875,07 | 5.636,87 | |
| 10.1.1.10.10.17 | Resultado de Operações de Câmbio | 0,00 | 7.197,75 | |
| 10.1.1.10.10.19 | Resultado das Aplicações Compulsórias | 0,00 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.10.21 | Oper. Venda out Transf de Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.20.00 | DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | -211.691,59 | -505.279,83 | |
| 10.1.1.10.20.12 | Operações de Captação no Mercado | -150.646,29 | -412.203,28 | |
| 10.1.1.10.20.14 | Operações de Empréstimos e Repasses | -4.219,83 | -8.009,12 | |
| 10.1.1.10.20.16 | Operações de Arrendamento Mercantil | 0,00 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.20.18 | Resultado das Operações de Câmbio | -6.964,98 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.20.19 | (-) Oper. Venda out Transf de Ativos Financeiros | 0,00 | 0,00 | |
| 10.1.1.10.20.20 | Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | -49.860,49 | -85.067,43 | |
| 10.1.1.10.00.00 | RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 83.435,80 | 190.908,33 | |
| 10.1.1.20.00.00 | OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | -79.080,60 | -150.483,25 | |
| 10.1.1.20.21.00 | Receitas de Prestação de Serviços | 14.892,21 | 163.846,54 | |
| 10.1.1.20.22.00 | Despesas de Pessoal | -18.738,25 | -49.656,32 | |
| 10.1.1.20.24.00 | Outras Despesas Administrativas | -102.699,11 | -297.978,27 | |
| 10.1.1.20.26.00 | Despesas Tributárias | -3.630,14 | -20.462,85 | |
| 10.1.1.20.23.00 | Resultado de Participações em Coligadas e Controladas | 39.870,40 | 80.174,86 | |
| 10.1.1.20.25.00 | Outras Receitas Operacionais | 1.923,44 | 5.260,44 | |
| 10.1.1.20.32.00 | Outras Despesas Operacionais | -10.699,15 | -31.667,65 | |
| 10.1.1.00.00.00 | RESULTADO OPERACIONAL | 4.355,20 | 40.425,08 | |
| 10.1.2.00.00.00 | RESULTADO NÃO OPERACIONAL | -7.276,05 | -1.250,25 | |
| 10.1.0.00.00.00 | RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | -2.920,85 | 39.174,83 | |
| 10.2.0.00.00.00 | IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 15.155,99 | 12.806,28 | |
| 10.2.1.00.00.00 | Provisão para Imposto de Renda | -2.405,38 | -14.394,05 | |
| 10.2.2.00.00.00 | Provisão para Contribuição Social | -1.487,20 | -8.872,41 | |
| 10.2.3.00.00.00 | Ativo Fiscal Diferido | 19.048,57 | 36.072,74 | |
| 10.3.0.00.00.00 | PARTICIPAÇÕES ESTATUÁRIAS NO LUCRO | -900,00 | -2.749,39 | |
| 10.0.0.00.00.00 | LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) | 11.335,14 | 49.231,72 | |
| 20.0.0.00.00.00 | JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO | 0,00 | 0,00 | |

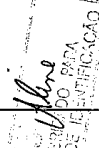
13/11/2011
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|----------------------|--------------------------|----------------------------|---------------------------------------|--------------|--------------------|-----------------------------------|--|
| URelat12 Período: 09 / 2011 | | Pág.: 1 | | Hora: 10:53 | | Data25/11/2011 | | | | | | | | |
| Coligada:001 BANCO BVA | | Quadro 7004 | | Desc. Quadro: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | R\$ MIL | |
| Eventos | Capital Realizado 001 | Aumento de Capital 002 | Reservas de Capital 003 | Reservas de Reavaliação 004 | Reservas de Lucros | | | | Ações em Tesouraria 011 | Lucros ou Prejuízos Acumulados 010 | Total 012 | | | |
| | | | | | Legal 005 | Estaduais 006 | Contingências 007 | Lucros à realizar 008 | | | | Outras 009 | Ajuste ao Valor de Mercado 013 | |
| 000.0.1.01.00.00 SALDOS NO INICIO DO | 220.194,48 | 284.026,49 | 0,00 | 0,00 | 10.157,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.472,16 | 0,00 | 0,00 | 566.850,50 | | |
| 000.0.1.02.00.00 AJUSTES DE PERÍODOS | | | | | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.03.00.00 REVERSOES DE RESERVAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 000.0.1.04.00.00 DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS | | | | | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.25.00.00 Ajustes de Avaliação Patrimonial | | | | | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.05.00.00 AUMENTO DE CAPITAL | 0,00 | 16.533,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 16.533,00 | | |
| 000.0.1.07.00.00 Reavaliação de Imóveis de Uso | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.08.00.00 Contribuições Monetárias para | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.09.00.00 Subvenções para Investimentos | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.10.00.00 Realização de Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 000.0.1.11.00.00 Aquisição / Cancelamento de | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.12.00.00 Atualização de Títulos Patrimoniais | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.13.00.00 Reversão / Realização de | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.14.00.00 Imposto e Contribuições sobre a | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.15.00.00 Reserva de Reavaliação em | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.16.00.00 Reserva decorrente de Incentivos | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 000.0.1.17.00.00 Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 000.0.1.18.00.00 LUCRO LÍQUIDO (PRELUIZO) | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.335,14 | | |
| 000.0.1.20.00.00 Reservas | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.21.00.00 Dividendos | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.22.00.00 Benefícios em Dinheiro | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.23.00.00 Juros sobre o Capital Próprio | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,00 | | |
| 000.0.1.24.00.00 Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| 000.0.1.00.00.00 SALDOS NO FIM DO PERÍODO | 220.194,48 | 300.559,49 | 0,00 | 0,00 | 10.157,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.472,16 | 11.335,14 | 0,00 | 584.718,64 | | |
| 000.0.2.00.00.00 MUTAÇÕES DO PERÍODO | 0,00 | 16.533,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.868,14 | | |
| 000.0.5.00.00.00 Dividendos p/ Ação | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,2000000000000000 | | |
| 000.0.6.00.00.00 Juros sobre o Capital Próprio p/ | | | | 0,00 | | | | | | | | 0,2000000000000000 | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

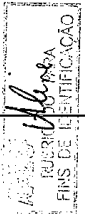

 RUS 0000000000000000
 CNIS 0000000000000000

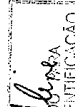
| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------------------|-------------|--------------|------------|-----------------|-------------|------------------|------------------|----------------|
| URelat9 | | Período: 09 / 2011 | | Pág.: 1 | | Hora: 10:56 | | | | |
| Coligada:001 | | BANCO BVA | | Quadro 7016 | | Data:25/11/2011 | | R\$ MIL | | |
| Desc. Quadro: Aplicacao em Titulos e Valores Mobiliarios e Instr Financeiros Derivativos | | | | | | | | | | |
| Codigo | Descricao | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | Valor de Mercado | Valor Contabil |
| 00.0.0.01.01.00 | Titulos Emitidos pelo Tesouro Nacional | 0,00 | 0,00 | 27.837,94 | 410.224,32 | 530.924,00 | 16.820,00 | 8.920,24 | 994.726,50 | 994.726,50 |
| 00.0.0.01.02.00 | Titulos Emitidos pelo Banco Central | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.03.00 | Titulos Estaduais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.04.00 | Titulos Municipais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.05.00 | CDB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.06.00 | Letras Imobiliárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.07.00 | Letras Hipotecárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.08.00 | Debêntures | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.09.00 | Ações de Companhias Abertas | 2.463,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.463,95 | 2.463,95 |
| 00.0.0.01.10.00 | Ações de Companhias Fechadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.11.00 | Outros | 110.609,38 | 0,00 | 0,00 | 302.734,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 413.343,64 | 413.343,64 |
| 00.0.0.01.00.00 | Total Títulos e Valores Mobiliarios | 113.073,33 | 0,00 | 27.837,94 | 712.958,58 | 530.924,00 | 16.820,00 | 8.920,24 | 1.410.534,09 | 1.410.534,09 |
| 00.0.0.02.01.00 | SWAPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.130,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.130,71 | 3.130,71 |
| 00.0.0.02.02.00 | Operacoes a Termo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.02.03.00 | Futuros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.02.04.00 | Opcoes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.02.05.00 | Derivativos de Credito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.02.06.00 | Outros Instrumentos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.02.00.00 | Total de Instrumentos Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.130,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.130,71 | 3.130,71 |
| 97 | | | | | | | | | | |

| URelat7 | | Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | Pág.: 1 |
|------------------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------------------------------------|------------|------------|-----------------|------------------|-------------|
| Coligada:001 | | BANCO BVA | | Quadro 7017 | | | | | Hora: 10:53 |
| | | Desc. Quadro: Aplicacao em Titulos e Valores Mobiliarios e Instr Financeiros Derivativos | | | | | Data:25/11/2011 | | R\$ MIL |
| Codigo | Descricao | Sem Vencimento | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | Acima de 15 anos | |
| 00.0.0.01.01.00 | Carteira Própria | 113.073,33 | 0,00 | 27.837,94 | 536.717,70 | 24.156,01 | 0,00 | 8.920,24 | 9 |
| 00.0.0.01.02.00 | Vinculados a Compromissos de | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.704,57 | 277.324,59 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.03.00 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.130,71 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.04.00 | Vinculados ao Banco Central | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 87.768,50 | 229.443,33 | 16.820,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.05.00 | Moedas de Privatização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.06.00 | Vinculados a Prestação de Garantias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.767,88 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.08.00 | Tit Objeto de Operacoes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | 113.073,33 | 0,00 | 27.837,94 | 716.089,36 | 530.923,93 | 16.820,00 | 8.920,24 | |
| <div>RECEBIMOS DO BVA FIM DA EMISSÃO</div> | | | | | | | | | |


 R. B. DO BVA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

8

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------|
| URelat7 | | Período: 09 / 2011 | | Pág.: 1 | | Hora: 10:53 | |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | | Data: 25/11/2011 | | R\$ MIL | |
| Desc. Quadro: Concentração de Títulos, Operações de Crédito e Depósitos | | | | | | | |
| Código | Descrição | Saldo - Títulos Privados | % Carteira - Títulos | Saldo - Operações de | % Carteira - Operações de | Provisão - Operações de | Saldo - Depósitos |
| 00.0.0.01.01.00 | 10 maiores emissores/clientes | 422.596,75 | 99,45 | 615.194,76 | 15,32 | 9.933,36 | 1.530.003,57 |
| 00.0.0.01.02.00 | 50 seguintes maiores emissores/clientes | 2.324,25 | 0,55 | 1.743.730,41 | 43,42 | 44.343,83 | 1.011.616,84 |
| 00.0.0.01.03.00 | 100 seguintes maiores | 0,00 | 0,00 | 1.275.345,36 | 31,76 | 45.527,76 | 822.170,45 |
| 00.0.0.01.04.00 | Demais clientes/emissores | 0,00 | 0,00 | 381.641,03 | 9,50 | 36.396,57 | 719.892,89 |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | 424.921,00 | 100,00 | 4.015.911,56 | 100,00 | 136.201,52 | 4.083.683,75 |
| 97 | | | | | | | |
| <div>Assinatura:  FUNDAÇÃO BVA FINS DE IDENTIFICAÇÃO</div> | | | | | | | |


 RUBEN
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

| URelat7 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | Pág.: 1 | |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-------------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7019 | | | | | Hora: 10:54 | |
| | | Desc. Quadro: Operações de Crédito - Vencimento | | | | | Data: 25/11/2011 | |
| Código | Descrição | Vencida a partir de 15 dias | Vencer até 3 meses | Vencer de 3 a 12 meses | Vencer de 1 a 3 anos | Vencer de 3 a 5 anos | Vencer de 5 a 15 anos | Vencer acima de 15 anos |
| 00.1.1.00.00.00 | Sector Público Federal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.1.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.00.00.00 | Sector Público Estadual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.2.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.00.00.00 | Sector Público Municipal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.3.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.4.00.00.00 | SETOR PRIVADO | 28.682,61 | 431.415,40 | 408.947,30 | 1.071.709,20 | 2.005.193,72 | 69.963,33 | 0,00 |
| 00.1.4.01.00.00 | Rural | 0,00 | 9.321,86 | 0,00 | 10.279,99 | 26.360,95 | 12.387,37 | 0,00 |
| 00.1.4.02.00.00 | Indústria | 4.339,52 | 143.900,39 | 111.585,54 | 135.226,73 | 564.728,31 | 5.100,00 | 0,00 |
| 00.1.4.03.00.00 | Comércio | 697,11 | 43.425,82 | 14.406,19 | 147.215,27 | 313.987,72 | 7.492,72 | 0,00 |
| 00.1.4.04.00.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.4.05.00.00 | Outros Serviços | 21.645,11 | 193.059,05 | 239.551,76 | 601.075,42 | 920.202,10 | 43.611,12 | 0,00 |
| 00.1.4.06.00.00 | Pessoas Físicas | 2.000,87 | 33.947,69 | 36.284,55 | 69.521,62 | 49.842,68 | 1.372,12 | 0,00 |
| 00.1.4.07.00.00 | Habitação | 0,00 | 7.760,59 | 7.119,26 | 108.390,17 | 130.071,96 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.5.00.00.00 | NÃO RESIDENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.1.0.00.00.00 | TOTAL | 28.682,61 | 431.415,40 | 408.947,30 | 1.071.709,20 | 2.005.193,72 | 69.963,33 | 0,00 |

| URelat3 | | Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Pág.: 1 | |
|-------------------------|----------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------------------|-------------|------------------|--|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | | Quadro 7020 | | Hora: 10:54 | |
| | | | | Desc. Quadro: Operações de Crédito - Fluxo | | Data: 25/11/2011 | |
| | | | | R\$ MIL | | | |
| Código | Descrição | Créditos Contratados | Créditos Amortizados | Baixados como Prejuízo | Recuperados | Renegociados | |
| 00.1.1.00.00.00 | Sector Público Federal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.1.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.00.00.00 | Sector Público Estadual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.2.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.00.00.00 | Sector Público Municipal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.01.00.00 | GOVERNO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.01.01.00 | Administração Direta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.01.02.00 | Administração Indireta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.02.00.00 | ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.02.01.00 | Indústria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.02.02.00 | Comércio | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.02.03.00 | Intermediários Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.3.02.04.00 | Outros Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.00.00.00 | SETOR PRIVADO | 2.300.095,95 | 2.428.789,71 | 2.864,67 | 1.127,79 | 0,00 | |
| 00.1.4.01.00.00 | Rural | 32.073,62 | 114.090,15 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.02.00.00 | Indústria | 679.170,19 | 613.477,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.03.00.00 | Comércio | 264.666,07 | 269.806,37 | 953,36 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.04.00.00 | Intermediários Financeiros | 3.500,00 | 19.820,61 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.05.00.00 | Outros Serviços | 1.019.201,09 | 1.117.182,26 | 1.911,31 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.4.06.00.00 | Pessoas Físicas | 123.938,22 | 121.096,93 | 0,00 | 1.127,79 | 0,00 | |
| 00.1.4.07.00.00 | Habitação | 177.546,76 | 173.315,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.5.00.00.00 | NÃO RESIDENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.1.0.00.00.00 | TOTAL | 2.300.095,95 | 2.428.789,71 | 2.864,67 | 1.127,79 | 0,00 | |

Winda


MUNICÍPIO DE BASTIÇÃO

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | | | | Pág.: 1 | |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|---------|-------------------|-----------------|---------|-------------------|-----------------------|------------------|----------------------|
| Quadro 7021 | | | | | | | | | | Hora: 10:54 | |
| Desc. Quadro: Obrigações e Operações de Crédito - Distribuição Geográfica | | | | | | | | | | Data: 25/11/2011 | |
| R\$ MIL | | | | | | | | | | | |
| Distribuição Geográfica | Depósitos à vista | | | | Depósitos à Prazo | | | | Depósitos de Poupança | | Operações de Crédito |
| | Governo | Setor Privado | | Governo | Setor Privado | | Governo | Setor Privado | | | |
| | | Pessoas Jurídicas | Pessoas Físicas | | Pessoas Jurídicas | Pessoas Físicas | | Pessoas Jurídicas | Pessoas Físicas | | |
| 00.0.1.01.00.00 País | 0,00 | 57.790,60 | 1.611,22 | 0,00 | 3.558.116,80 | 420.857,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.015.911,56 | |
| 00.0.1.01.01.00 Região Norte | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.1.01.02.00 Região Nordeste | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.1.01.03.00 Região Sudeste | 0,00 | 57.790,60 | 1.611,22 | 0,00 | 3.558.116,80 | 420.857,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.015.911,56 | |
| 00.0.1.01.04.00 Região Centro-Oeste | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.1.01.05.00 Região Sul | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.1.02.00.00 Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.1.00.00.00 TOTAL | 0,00 | 57.790,60 | 1.611,22 | 0,00 | 3.558.116,80 | 420.857,53 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.015.911,56 | |
| <div>Assinatura: _____ Carimbo: BANCO BVA - IDENTIFICAÇÃO</div> | | | | | | | | | | | |

| URelat11 Período: 09/2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | | | | Pág.: 1 |
|---------------------------------------------------------|--|------------------------------------------------------|--------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|----------|-----------|--------------|------------------|
| Coligada 001 BANCO BVA | | Quadro 7022 | | | | | | | | | | Hora: 10:54 |
| | | Desc. Quadro: Créditos Concedidos por Nível de Risco | | | | | | | | | | Data: 25/11/2011 |
| | | R\$ MIL | | | | | | | | | | |
| Tipo de Operação | | Montantes por Nível de Risco | | | | | | | | | | |
| | | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | Total | Total |
| | | 001 | 002 | 003 | 004 | 005 | 006 | 007 | 008 | 009 | 010 | Garantido |
| | | | | | | | | | | | | 011 |
| 00.0.0.01.01.00 Hot-money | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.02.00 Empréstimo | | 1.392.314,97 | 1.163.415,70 | 374.069,53 | 397.152,96 | 145.474,52 | 55.570,34 | 28.955,03 | 5.274,73 | 44.995,38 | 3.607.223,16 | 0,00 |
| 00.0.0.01.03.00 Desconto de Títulos e Duplicatas | | 362,06 | 60,60 | 4,97 | 364,00 | 22,52 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 814,15 | 0,00 |
| 00.0.0.01.04.00 Conta Garantida | | 145.482,09 | 66.568,03 | 68.948,93 | 32.790,95 | 8.564,48 | 0,00 | 15.184,31 | 0,00 | 3.512,50 | 341.051,29 | 0,00 |
| 00.0.0.01.05.00 Crédito Pessoal | | 0,00 | 13.286,21 | 5.700,12 | 683,37 | 1.029,05 | 450,93 | 625,01 | 537,30 | 3.131,49 | 25.443,48 | 0,00 |
| 00.0.0.01.06.00 CDC | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.07.00 ACC | | 0,00 | 6.039,73 | 1.927,13 | 1.887,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 9.854,52 | 0,00 |
| 00.0.0.01.08.00 ACE | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.09.00 Vendor | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.10.00 Compor | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.11.00 Financiamentos Rurais e Agroindustriais | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.12.00 Financiamentos Imobiliários | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.13.00 Financiamentos de Títulos e Valores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.14.00 Financiamento de Infraestrutura e | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.15.00 Outros Financiamentos | | 14.494,77 | 6.169,23 | 754,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 352,29 | 0,00 | 44,26 | 21.814,92 | 0,00 |
| 00.0.0.01.16.00 Arrendamentos Financeiros | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.17.00 Arrendamentos Operacionais | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.18.00 Subarrendamentos | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.19.00 Outros Créditos | | 897,26 | 6.347,46 | 582,94 | 111,41 | 16,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.754,33 | 9.710,04 | 0,00 |
| 00.0.0.01.00.00 TOTAL | | 1.553.551,15 | 1.261.886,96 | 451.987,99 | 432.990,35 | 155.107,21 | 56.021,27 | 45.116,64 | 5.812,03 | 53.437,96 | 4.015.911,56 | 0,00 |


| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | | | | Pág.: 1 |
|-------------------------------------------|------------------------|------------|--------------|-------|-----------|-----------|---------------------------------------------------------------------|
| URelet3 Período: 09 / 2011 | | | | | | | Hora: 10:54 |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | | | | | Data: 25/11/2011 |
| Desc. Quadro: Crédito por Indexador | | | | | | | R\$ MIL |
| Código | Descrição | Prefixado | CDI | TR/BF | Dólar | Outros | |
| 00.0.0.01.01.00 | Operação de Crédito | 473.165,29 | 3.437.367,15 | 0,00 | 6.169,23 | 79.645,33 | |
| 00.0.0.01.02.00 | Arrendamento Mercantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 00.0.0.01.03.00 | Outros | 2.022,36 | 569,07 | 0,00 | 9.854,52 | 7.118,61 | |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | 475.187,65 | 3.437.936,22 | 0,00 | 16.023,75 | 86.763,94 | |
| | | | | | | | 7 |
| | | | | | | | <div>Assinatura FUNÇÃO DO SETOR FINS DE IDENTIFICAÇÃO</div> |

| URelat2 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | | Pág.: 1 |
|----------------------------|---------------------------------|-------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7024 | | | | Hora: 10:54 |
| | | Desc. Quadro: Cessão de Créditos | | | | Data: 25/11/2011 |
| Código | Descrição | Instituições Financeiras Ligadas | Instituições Financeiras Não-Ligada | Securitizadoras Ligadas | Securitizadoras Não-Ligadas | R\$ MIL |
| 00.0.0.01.01.00 | Créditos Cedidos com Cobrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.02.00 | Créditos Cedidos sem Cobrigação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |


 COORDENADOR
 DE CONTABILIDADE

97

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Concentração por Montante | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------|--------------------------------------|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------|--------------|----------|------------|--------|------------|--------|------------|--------|-----------|--------|-----------|--------|----------|----------|-----------|
| URelat18 Período: 09 / 2011 | | | Quadro 7025 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | Desc. Quadro: Operações de Crédito por Faixa de Valor e Nível de Risco | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Operações | | | AA | | A | | B | | C | | D | | E | | F | | G | | H | |
| | | | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. | Quant. | Mont. |
| 00.0.0.01.01.00 | Até R\$ 10.000,00 | | 14,00 | 13,26 | 5.037,00 | 8.569,98 | 3.552,00 | 3.862,85 | 139,00 | 434,56 | 133,00 | 425,97 | 75,00 | 228,00 | 97,00 | 278,55 | 122,00 | 316,51 | 931,00 | 1.925,38 |
| 00.0.0.01.02.00 | De R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00 | | 1,00 | 19,29 | 191,00 | 2.654,00 | 59,00 | 827,82 | 16,00 | 229,33 | 21,00 | 271,59 | 7,00 | 93,69 | 11,00 | 151,89 | 5,00 | 63,29 | 40,00 | 514,04 |
| 00.0.0.01.03.00 | De R\$ 20.000,00 até R\$ 50.000,00 | | 3,00 | 102,93 | 165,00 | 5.282,85 | 30,00 | 870,27 | 14,00 | 473,00 | 13,00 | 343,04 | 2,00 | 69,24 | 4,00 | 126,28 | 7,00 | 177,92 | 21,00 | 678,88 |
| 00.0.0.01.04.00 | De R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00 | | 5,00 | 373,87 | 117,00 | 8.465,68 | 16,00 | 1.104,97 | 9,00 | 554,67 | 4,00 | 302,58 | 1,00 | 60,00 | 1,00 | 68,30 | 0,00 | 0,00 | 6,00 | 382,87 |
| 00.0.0.01.05.00 | De R\$ 100.000,00 até R\$ 500.000,00 | | 40,00 | 11.263,67 | 166,00 | 36.485,66 | 43,00 | 11.426,68 | 28,00 | 6.282,24 | 9,00 | 2.504,45 | 0,00 | 0,00 | 3,00 | 970,61 | 0,00 | 0,00 | 13,00 | 3.637,94 |
| 00.0.0.01.06.00 | Acima de R\$ 500.000,00 | | 165,00 | 1.541.778,13 | 166,00 | 80,00 | 80,00 | 57,00 | 57,00 | 425.016,55 | 18,00 | 151.259,58 | 5,00 | 55.570,34 | 5,00 | 43.521,01 | 2,00 | 5.254,31 | 22,00 | 46.298,85 |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | | 228,00 | 1.553.551,15 | 5.842,00 | 1.261.886,96 | 3.780,00 | 451.987,99 | 263,00 | 432.990,35 | 198,00 | 555.107,21 | 90,00 | 56.021,27 | 121,00 | 45.116,64 | 136,00 | 5.812,03 | 1.033,00 | 53.437,96 |
| | | | <div>Assinado digitalmente por: [Assinatura]</div> <div>Assinado digitalmente por: [Assinatura]</div> | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| URelat2 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Pág.: 1 | |
|----------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|------------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7026 | | Hora: 10:54 | |
| | | Desc. Quadro: Imobilizado de Uso | | Data: 25/11/2011 | |
| | | | | R\$ MIL | |
| Código | Descrição | Saldo Trimestre Anterior | Adições no Período | Baixas no Período | Saldo Trim. Referência |
| 00.0.1.01.00.00 | Móveis e Equipamentos em Estoque | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.02.00.00 | Imobilizações em Curso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.03.00.00 | Imóveis de Uso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.03.01.00 | Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.03.02.00 | Reavaliação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.04.00.00 | Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso | 2.520,81 | 1.081,94 | 152,39 | 3.450,36 |
| 00.0.1.05.00.00 | Outros | 2.386,15 | 982,64 | 851,58 | 2.497,21 |
| 00.0.1.00.00.00 | TOTAL | 4.886,96 | 2.064,58 | 1.003,97 | 5.947,57 |
| | | <div style="text-align: right;">  DIRETOR DE CONTABILIDADE </div> | | | |

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 1 | | | | | |
|-------------------------------------------|------------------------------------|----------------|------------------|--------------|--------------|--------------|-------------|------------------|
| URelat7 Período: 09 / 2011 | | | Hora: 10:54 | | | | | |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | Data: 25/11/2011 | | | | | |
| Desc. Quadro: Obrigações - Vencimento | | | R\$ MIL | | | | | |
| Código | Descrição | Sem Vencimento | até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 3 anos | 3 a 5 anos | 5 a 15 anos | acima de 15 anos |
| 00.0.1.01.00.00 | Depósitos | 59.401,82 | 188.207,21 | 381.895,40 | 1.444.878,38 | 1.958.356,37 | 46.483,88 | 4.460,69 |
| 00.0.1.01.01.00 | À Vista | 52.907,12 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.01.02.00 | A Prazo | 0,00 | 174.497,67 | 351.676,42 | 1.444.878,38 | 1.958.356,37 | 45.104,79 | 4.460,69 |
| 00.0.1.01.03.00 | Poupança | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.01.04.00 | Interfinanceiros | 0,00 | 13.709,54 | 30.218,98 | 0,00 | 0,00 | 1.379,09 | 0,00 |
| 00.0.1.01.05.00 | Em moedas estrangeiras | 6.494,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.01.06.00 | Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.02.00.00 | Obrigações por Operações | 0,00 | 112.147,74 | 224.934,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.03.00.00 | Empréstimos no País | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.04.00.00 | Empréstimos no Exterior | 0,00 | 2.940,79 | 11.493,02 | 83.412,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.05.00.00 | Repasses no País | 0,00 | 480,03 | 1.989,25 | 1.545,70 | 0,00 | 13.537,64 | 0,00 |
| 00.0.1.06.00.00 | Repasses no Exterior | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.07.00.00 | Instrumentos Híbridos de Capital e | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.1.08.00.00 | Dívidas Subordinadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 27.924,58 | 80.883,18 | 0,00 |
| 00.0.1.00.00.00 | TOTAL | 59.401,82 | 303.775,77 | 620.312,57 | 1.529.836,08 | 1.986.280,95 | 140.904,70 | 4.460,69 |

1000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000000

| | | | | | |
|----------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|--------------|-----------------|----------------------|
| URelat6 | | Período: 09 / 2011 | | Pág.: 1 | |
| Coligada:001 | | BANCO BVA | | Hora: 10:56 | |
| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Quadro 7029 | | Data:25/11/2011 | |
| Desc. Quadro:Resumo dos dados contábeis das dependênc | | | | R\$ MIL | |
| Código | Descrição | Código da Dependência | Ativos | Passivos | Resultado do Período |
| 00.0.0.00.00.01 | Primeira Dependência | 103,00 | 6.050.059,36 | 5.434.146,50 | 5.929,91 |
| 00.0.0.00.00.02 | Segunda Dependência | 375,00 | 219,79 | 3.182,48 | 79,99 |
| 00.0.0.00.00.03 | Terceira Dependência | 456,00 | 44.605,27 | 72.836,80 | 5.325,27 |
| <div><div>Assinatura</div><div>CONTABILIDADE</div></div> | | | | | |

| | | | |
|--------------------------------------------------------|------------------------|------------------|----------------------|
| URelat1 Período: 09 / 2011 | | Pag.: 1 | |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Hora: 10:54 | |
| | | Data: 25/11/2011 | |
| | | R\$ MIL | |
| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | |
| Quadro 7031 | | | |
| Desc. Quadro: Operações Realizadas por Correspondentes | | | |
| Código | Descrição | Quantidade | Valores Movimentados |
| 00.0.0.01.01.00 | Depósitos à Vista | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.02.00 | Depósitos a Prazo | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.03.00 | Depósitos de Poupança | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.04.00 | Fundos de Investimento | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.05.00 | Ordens de Pagamento | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.06.00 | Cobrança de Títulos | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.07.00 | Outros | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.00.00 | TOTAL | 0,00 | 0,00 |

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

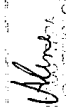
9

9

9

9

9</


 R. J. M. SILVA
 FMS DE IDENTIFICAÇÃO

9

| | | | |
|--------------------------------------------------------|--|--|--|
| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | |
| Quadro 7032 | | | |
| Desc. Quadro: Movimentação com cheques e por meio elet | | | |
| Pag.: 1 | | | |
| Hora: 10:54 | | | |
| Data: 25/11/2011 | | | |
| R\$ MIL | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

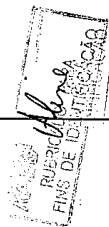
Almeida
FMS DE CONTABILIDADE

9

| URel2 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Pág.: 1 | |
|--------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------|------------------|-------------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7034 | | Hora: 10:54 | |
| | | Desc. Quadro: Provisões | | Data: 25/11/2011 | |
| Código | Descrição | Trimestre Anterior | Adições | Subtrações | Trimestre de Referência |
| 00.0.0.01.00.00 | ATIVO | 148.647,84 | 18.735,47 | 26.978,32 | 138.405,99 |
| 00.0.0.01.02.00 | Títulos Públicos Federais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.03.00 | Títulos Públicos Estaduais e Municipais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.04.00 | Ações | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.05.00 | Outros Títulos e Valores Mobiliários | 2.204,46 | 0,00 | 0,00 | 2.204,46 |
| 00.0.0.01.06.00 | Operações de Crédito | 144.880,96 | 14.955,02 | 25.537,45 | 134.298,53 |
| 00.0.0.01.07.00 | Operações de Arrendamento Mercantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.08.00 | Outros Créditos | 1.562,42 | 1.781,45 | 1.440,87 | 1.903,00 |
| 00.0.0.01.09.00 | Participações Sociárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.00.00 | PASSIVO | 2.738,85 | 0,00 | 1.584,00 | 1.154,85 |
| 00.0.0.04.01.00 | Contingências com o BACEN | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.02.00 | Contingências com outras Inst. Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.03.00 | Passivos Trabalhistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.04.00 | Outras demandas judiciais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.05.00 | Outras Contingências | 2.738,85 | 0,00 | 1.584,00 | 1.154,85 |

Banco BVA

| URelat2 Período: 09 / 2011 | | IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | Pág.: 1 | |
|----------------------------|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------|------------------|-------------------------|
| Coligada: 001 BANCO BVA | | Quadro 7038 | | Hora: 10:54 | |
| | | Desc. Quadro: Contas de Compensação | | Data: 25/11/2011 | |
| R\$ MIL | | | | | |
| Código | Descrição | Trimestre Anterior | Adições | Subtrações | Trimestre de Referência |
| 00.0.01.00.00 | Beneficiários de Garantias Prestadas | 285.714,84 | 32.552,32 | 42.256,81 | 256.010,35 |
| 00.0.01.01.00 | Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central | 17.881,59 | 232,48 | 1.939,38 | 16.174,69 |
| 00.0.01.02.00 | Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras | 247.760,56 | 32.305,86 | 40.317,21 | 239.749,31 |
| 00.0.01.03.00 | Outras | 72,69 | 13,88 | 0,22 | 86,35 |
| 00.0.02.00.00 | Coobrigações em Cessão de Crédito | 574.088,54 | 63.404,90 | 398.732,32 | 238.731,12 |
| 00.0.02.01.00 | Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central | 574.088,54 | 63.404,90 | 398.732,32 | 238.731,12 |
| 00.0.02.02.00 | Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



2

| IFT - Informações Financeiras Trimestrais | | | Pág.: 1 | | | | | | | |
|---------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------|------------------|------------|-------------|------------|-------------|--------------------|-----------|--------------|
| URelat9 Período: 09 / 2011 | | | Hora: 10:54 | | | | | | | |
| Coligada: 001 BANCO BVA | | | Data: 25/11/2011 | | | | | | | |
| Desc. Quadro: Saldos em Moedas Estrangeiras | | | R\$ MIL | | | | | | | |
| Código | Descrição | Matriz e Dependência | Dependências no | Total | Total Dólar | Total Euro | Total Libra | Total Franco Suíço | Total Ien | Total Outras |
| 00.0.0.01.00.00 | ATIVO | 48.299,25 | 0,00 | 48.299,25 | 40.176,85 | 5.670,50 | 1.075,50 | 70,95 | 148,96 | 1.158,50 |
| 00.0.0.01.01.00 | Disponibilidades | 24.280,93 | 0,00 | 24.280,93 | 16.450,91 | 5.491,87 | 1.075,50 | 70,95 | 33,20 | 1.158,50 |
| 00.0.0.01.02.00 | Títulos e Valores Mobiliários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.03.00 | Operações de Crédito | 6.169,23 | 0,00 | 6.169,23 | 5.990,60 | 178,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.01.04.00 | Outros Créditos | 17.849,09 | 0,00 | 17.849,09 | 17.735,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 113,76 | 0,00 |
| 00.0.0.04.00.00 | PASSIVO | 113.221,39 | 0,00 | 113.221,39 | 111.506,91 | 1.315,92 | 90,45 | 0,00 | 161,40 | 146,72 |
| 00.0.0.04.01.00 | Depósitos | 6.494,69 | 0,00 | 6.494,69 | 5.430,96 | 897,49 | 87,67 | 0,00 | 0,00 | 78,58 |
| 00.0.0.04.02.00 | Outras Obrigações por Interm. | 8.880,89 | 0,00 | 8.880,89 | 8.405,16 | 243,41 | 2,78 | 0,00 | 161,40 | 68,14 |
| 00.0.0.04.03.00 | Empréstimos | 97.845,61 | 0,00 | 97.845,61 | 97.670,79 | 175,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.04.00 | Repasses | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.05.00 | Provisões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.06.00 | Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 00.0.0.04.07.00 | Dívidas Subordinadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

647233

09/11/2011

10:54

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

001

Coordenador Líder

BANCO BVA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 2º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP

Administradora

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Iguatemi, nº 151, 19º andar - parte, Itaim Bibi São Paulo - SP

Gestora

VITÓRIA ASSET MANAGEMENT S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 7º andar, Parte, São Paulo - SP

Assessores Legais

TOZZINI FREIRE ADVOGADOS

Rua Borges Lagoa, nº 1.328, São Paulo - SP

Auditor Independente

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo - SP

Custodiante e Agente Escriturador

CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, São Paulo - SP

Agências de Classificação de Risco

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS

Rua Leopoldo do Couto Magalhães, nº 110, conjunto 73, Itaim Bibi, São Paulo - SP

STANDARD & POOR'S RATING SERVICES

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, CEP 05426-100, São Paulo - SP



3121-5555